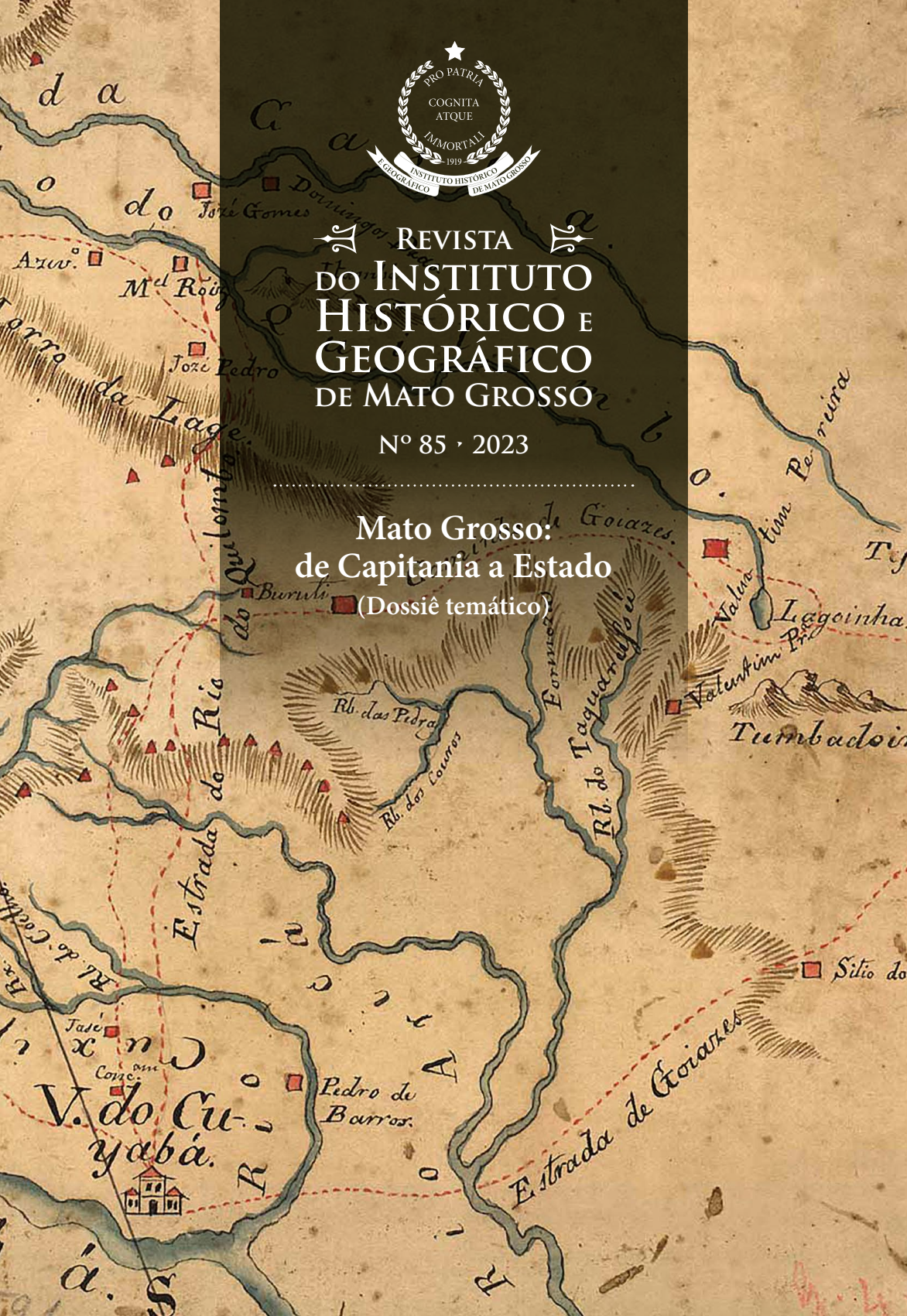




REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

Nº 85 · 2023

Mato Grosso:
de Capitania a Estado
(Dossiê temático)



REVISTA
DO INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

Conselho Executivo

Neila Maria Souza Barreto
Allan Kardec Pinto Acosta Benitez
Jucineth Glória do Espírito Santo Vital de Carvalho
Isis Catarina Martins Brandão

Conselho Editorial

Edson Benedito Rondon Filho (IHGMT) – *Presidente*
Anna Marian Ribeiro F. Moreira da Costa (IHGMT)
Clarindo Alves de Castro (IHGMT)
Eduardo Moreira Leite Mahon (IHGMT)
Elizabeth Madureira Siqueira (IHGMT)
Fernando Tadeu de Miranda Borges (IHGMT-UFMT)
João Carlos Vicente Ferreira (UFMT)
Luiza Rios Ricci Volpato (IHGMT)
Maria Teresa Carrión Carracedo (IHGMT)
Nileide Souza Dourado (IHGMT/UFMT)
Renilson Rosa Ribeiro (UFSCar)
Rosana Lia Ravache (IHGMT)
Suelme Evangelista Fernandes (IHGMT)
Vinícius de Carvalho Araújo (IHGMT)

Conselho Consultivo e Científico

Arno Welling (UFRJ/Unirio/UGF)
Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)
Cristina Teobaldo (UFMT)
Eliane Tomiasi Paulino (UEL-PR)
Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)
Giovani José da Silva (Unifap)
José Borzacchiello da Silva (UFC)
Leandro Mendes Rocha (UFG)
Nicanor Palhares Sá (UFMT)
Rosemar Eurico Coenga (Unic)
Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)
Solange Terezinha de Lima Guimarães (Unesp)



REVISTA
DO INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO

Nº 85 · 2023

**Mato Grosso:
de Capitania a Estado**
(Dossiê temático)

© IHGMT, 2023.

Os direitos desta edição estão reservados ao
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).
A responsabilidade intelectual dos textos cabe aos autores.

Editor da Revista do IHGMT
Edson Benedito Rondon Filho

Revisão
Conselho Editorial

Produção editorial, projeto e design gráfico
Maria Teresa Carrión Carracedo | Entrelinhas Editora

Imagem da capa:
Biblioteca Nacional-RJ. Hemeroteca. 1 mapa ms. col. desenho a nanquim; 28,5 x 41,5.
Planta topográfica da nova descoberta da Quina, na Villa do Cuyabá [Cartográfico]
/ Padre Joze Manoel de Sequeira.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.
Nº 85 (2023) – Mato Grosso: de Capitania a Estado (Dossiê
temático) – Cuiabá: IHGMT; Entrelinhas (2024).

ISSN 1677-0897

332 p.: 15,5 cm x 22,5

Anual

Inclui bibliografia, Índice e ilustração

1. Brasil - História. 2. Mato Grosso - História.
3. História. 4. Geografia. I. Instituto Histórico e
Geográfico de Mato Grosso. I. Título.

10-08134

CDD-981.021

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT – 103 Anos
Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro) – Cuiabá, MT – CEP 78.005-500
Site: www.ihgmt.com | e-mail: ihgmt@hotmail.com
Tel. (65) 99287-5848 | 99287-7764

🌀 Apresentação 🌀

Neila Maria Souza Barreto¹

A revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), de n. 85, que aborda a temática: “Mato Grosso: de Capitania a Estado”, após brilhante trabalho do Conselho Editorial e dos Associados do IHGMT, é disponibilizada ao leitor, que poderá conhecer um pouco mais sobre a história de nosso estado.

A história de Mato Grosso remonta a 1525 quando Pedro Aleixo Garcia se desloca rumo ao Alto Peru pelos rios Paraná e Paraguai, alcançando Sucre e proximidades de Potosí, retornando com ouro e prata saqueados dos povos originários. No entanto, a expedição do explorador foi atacada pelos Paiaguás quando trafegava de regresso pelo rio Paraguai. Poucos se salvaram, inclusive, o próprio Pedro Aleixo foi morto pelos Paiaguás e do episódio restaram as narrativas das riquezas encontradas por aquele e que atraíram portugueses e espanhóis para a região.

Nos idos de 1673 e 1682, Manoel de Campos Bicudo, bandeirante paulista, fundou o primeiro povoado, no ponto onde o rio Coxipó desagua no rio Cuiabá, localidade batizada de São Gonçalo, atual bairro São Gonçalo Beira Rio, na capital mato-grossense.

Foi no período colonial os marcos de definição dos limites do Brasil, sendo consolidados até os rios Mamoré e Guaporé, o que conteve as investidas espanholas nesse trecho da fronteira oeste. A Capitania foi criada pela Carta Régia de 9 de maio de 1748, que por resolução criou dois governos: Minas de Goiás e Minas de Cuiabá. O nome Mato Grosso só foi consolidado com a nomeação de Dom Antônio Rolim de Moura para ser Capitão General, em 25 de setembro de 1748.

¹ Professora mestra, jornalista e historiadora. Membro efetivo desde 2016 e atual presidente do IHGMT. E-mail: neila.barreto@hotmail.com

Com a independência proclamada, em 7 de setembro de 1822, vieram os governos imperiais e as regências que perduraram até 23 de julho de 1840, quando Dom Pedro II adquire maioridade. Mato Grosso passa a ser província e, nesse período, teve cinco governantes, sendo eles: Rodrigo César de Meneses, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, Antônio Luís de Távora (Conde de Sarzedas), Gomes Freire de Andrade (Conde de Bobadela) e Luíz de Mascarenhas (Conde D'Alva).

Fato de inflexão deve ser destacado nesse período e que foi o movimento nativista denominado de Rusga acontecido no ano de 1834 com ápice na noite de 30 de maio, quando brasileiros, sob o toque de clarim que os convocou, promoveram saques, depredações e mortes dos bicudos portugueses. O saldo resultou em 44 portugueses e 3 brasileiros assassinados. Essa revolta foi controlada pelo governo de Antônio Pedro de Alencastro, com detenção dos líderes da Rusga, sendo condenado à morte por enforcamento Manuel Ciríaco.

Cuiabá foi oficializada capital da província em 28 de agosto de 1835, por meio da Lei n. 19, o que não foi suficiente para manter a pujança.

Entre a maioridade de Dom Pedro II (23 de julho de 1840) e a Proclamação da República (15 de novembro de 1889), Mato Grosso foi governando por 28 presidentes, sendo o evento de maior destaque nesse período a guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, sem olvidar a epidemia de varíola trazida pelos combatentes para Cuiabá, o que resultou na morte de metade dos seus 12 mil habitantes.

A Proclamação da República em 1889 eleva a província de Mato Grosso para Estado. Em 1892, movimento separatista tenta proclamar a independência de Mato Grosso do Brasil, constituindo-se na República Transatlântica do Mato Grosso, movimento que não foi bem-sucedido.

Inúmeros fatos se sucederam no transcurso histórico de Mato Grosso, durante a República, no Século XX, destacando-se: a Ramonada, o assassinato de Totó Paes, a construção da estrada de ferro Noroeste, a Coluna Prestes, a Revolução de 1930, a criação dos Territórios Federais de Guaporé e de Ponta Porã, o Golpe Militar de 1964, o Movimento do Araguaia, a expansão da fronteira agrícola, a separação do estado e as Diretas Já, entre outros. No Século XXI se destaca a Copa do Mundo e seu legado.

Esta edição contempla 12 (doze) artigos em respeito à temática e em transversalidade e, certamente, enriquecerá o nosso acervo, pois traz conteúdo inovador e pertinente.

Enfim, a publicação atende ao interesse da comunidade acadêmica, pesquisadores, alunos e interessados a conhecer um pouco mais da história de Mato Grosso. Boa leitura.

Editorial

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, n. 85, marca a transição de seu formato exclusivamente físico para o virtual. É, de fato, o primeiro número produzido após a criação do sítio que hospeda a revista virtual e facilita a democratização do acesso ao conhecimento produzido pelos associados e pesquisadores que contribuem para o acervo. Ponto a destacar é, também, a possibilidade de que autores, independentemente do local em que estejam, possam contribuir com produtos afins à linha editorial do periódico, basta alinhamento à política e às diretrizes editoriais de nosso periódico.

A revista é composta por duas seções. A primeira se refere ao dossiê temático “Mato Grosso: de Capitania a Estado” e contém 7 (sete) artigos. A segunda parte é formada por 5 (cinco) artigos que abordam temas transversais em diálogo direto com a história e geografia de Mato Grosso.

O primeiro artigo, de autoria de Elizabeth Madureira Siqueira, intitulado “P. José Manoel de Sequeira: o primeiro cientista de Mato Grosso, aborda a vida e obra do mais antigo cientista de Mato Grosso, o presbítero cuiabano José Manoel de Sequeira, com relevo para as três Memórias escritas por ele no final do século XVIII e no início do XIX, a saber a Memória sobre a descoberta da quina peruviana, ainda manuscrita; a Memória do Descobrimiento da Mina dos Martírios; e a Memória sobre a decadência das capitâneas mineradoras do interior do Brasil, procurando destacar as principais contribuições científicas do Pe. Sequeira para melhor conhecimento da realidade colonial brasileira e de Mato Grosso. O segundo artigo, cujo título é “Reformas Pombalinas da Educação: Aulas Régias e o Subsídio Literário em Mato Grosso Colonial”, de autoria de Nileide Souza Dourado, mostra as particularidades das Reformas pombalinas da educação aprovadas pelo monarca português, D. José I, no Alvará Régio de 12 de janeiro de 1759, para todos os domínios portugueses e ultramar, especialmente com a criação do sistema de Aulas Régias, a instituição do Subsídio Literário e provimentos de cargos, reformas executadas pelo Marques de Pombal em todo reino lusitano e sua aplicação nas localidades brasileiras, especialmente em Mato Grosso, duran-

te a segunda metade do século XVIII e início do XIX. O terceiro artigo, “A estrada de Terra de Cuiabá a Goiás 1736-1737”, dos coautores Suelme E. Fernandes e Benjamim Duarte Monteiro Neto, apresenta os contextos socioeconômicos relacionados com o planejamento, construção e uso do caminho de terra que ligava a Vila de Cuiabá a Goiás dentro de uma estratégia macro estruturante de logística e integração intracolônia e continental. O quarto artigo aborda o processo migratório no Estado de Mato Grosso no Século 19 e início do Século 20, em inserção às ondas migratórias vivenciadas pelo Brasil com foco nas disposições do migrante, com descrição do processo migratório baseado nas ações dos sujeitos, orientadas pelas necessidades e disposições, formando conexões e arranjos de interdependência humana, através de estudo de caso da trajetória migrante da família Fragelli, é de autoria de Vinicius Carvalho Araújo e Edson Benedito Rondon Filho e se intitula “O processo migratório no estado de Mato Grosso: o caso da família Fragelli”. O quinto artigo, intitulado “Territorialização turística e diversidade cultural nos grandes domínios de natureza (Mato Grosso, Brasil)”, é de autoria de Suíse Monteiro Leon Bordest que aborda o envolvimento de comunidades em áreas de potencialidade turística, perspectivando o sentimento de valorização cultural na construção de sociedades sustentáveis em três grandes domínios de natureza no estado de Mato Grosso (Amazônia, Cerrado e Pantanal), o que possibilita a compreensão de traços fundamentais do chamado território turístico, onde se efetivam relações de poder entre o turismo e os atores sociais envolvidos. Fernando Tadeu de Miranda Borges é o autor do sexto artigo, que tem como título “Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá nos 275 anos de Mato Grosso”, e aborda a preocupação com a saúde em Mato Grosso desde o período colonial, com destaque para o papel exercido pela Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá enquanto centro de misericórdia no cuidado da saúde dos desvalidos, e que teve a partir do bicentenário da cidade (1919) a atenção especial das freiras salesianas e de muitos médicos, e que neste século XXI vive o dilema de fechar as portas, e com isso fazer desaparecer da alma da cidade a luta travada pelas mais diversas mãos, visíveis e invisíveis, para a conquista do maior bem público destes 275 anos de Mato Grosso: a saúde. O sétimo artigo, de Jalme Santana de Figueiredo Júnior, intitulado “A formação econômica e social de Mato Grosso: aproximações com o documento de referência curricular do ensino médio – geografia”, apresenta análise em relação aos documentos de referência curricular para a educa-

ção básica de Mato Grosso a luz de teóricos da Geografia, encerrando o dossiê temático.

A segunda parte se inicia com o oitavo artigo, de Túlio César de Arruda Ferreira Diogo, com título “Clóvis Hugueneu Irigaray: estética e humanização da umutina do Brasil central – 1975”, aborda as vivências do artista plástico mato-grossense Clóvis Hugueneu Irigaray, que apresentou, em São Paulo-SP, dezoito documentos visuais da série “Xinguana”, denotando os nativos do Brasil Central, e alguns inseridos devidamente no topo da hierarquia social. Essa exposição, originalmente denominada de “Detalhes do Xingu”, foi gestada no contexto da ditadura empresarial-militar no Brasil, momento em que os indígenas foram qualificados como inimigos internos, vitimados pelo genocídio, esbulhados de seus territórios e vistos pela sociedade como “inumanos” e “selvagens”. Marcelo Eduardo Pereira e Sônia Regina Romanini, autores de “Toponímias de Cuiabá: os logradouros do centro histórico”, apresentam os acontecimentos do cotidiano e que davam e até hoje dão nomes a muitos logradouros com análise das toponímias da área que compreende as avenidas Mato Grosso, Tenente Coronel Duarte, Getúlio Vargas, rua Barão de Melgaço e os logradouros que estão presentes dentro desta área, fornecendo informações para uma melhor compreensão da formação deles. O décimo capítulo, intitulado “Fazenda Descalvados – Cáceres/MT: reflexões sobre o patrimônio histórico e cultural do Pantanal”, de autoria de Onélia Carmem Rossetto, apresenta a cronologia sobre os diferentes tempos históricos da fazenda Descalvados, ícone da modernidade tecnológica que se tornou o maior empreendimento agroindustrial de Mato Grosso. O décimo primeiro artigo, intitulado “A descrição de cenário de desenvolvimento da Região do Médio Araguaia do estado de Mato Grosso: a primeira década de sua instituição (2005-2015)”, de autoria de Edson Benedito Rondon Filho, Agilson Azizes Ferreira, Erleno Pereira de Aquino, Kleber Franklin de Lima Ferreira e Henrique Correia da Silva Santos, descreve o cenário da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato, realizando sua caracterização regional com diagnóstico nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, bem como constrói o seu quadro de desenvolvimento, na primeira década de sua instituição (2005-2015), conforme a Lei Federal n. 11.107/2005. O décimo segundo capítulo, de Rosana Lia Ravache e Fabiana Zili Salmoria, de título “Bairro do Porto: uma herança histórica abandonada” descreve a história do bairro do Porto de Cuiabá, importante ponto histórico, situado às margens

do rio Cuiabá, utilizado como ponto de apoio para embarque e desembarque de mercadorias transportadas pelo rio.

Enfim, com o lançamento desta edição, o IHGMT disponibiliza o resultado de pesquisas que enriquecem o conhecimento sobre Mato Grosso.



Rio do Casca

Rio do Bom

Aruv.

José Gomes

Domingos Dias

Itambi

Mel Rôty

José Pedro

Morro da Lage

Morro do Quilombo

Caminho de Goiás

Buruti

Rio do Taguaçu

Rio das Pedras

Rio das Louças

Estrada do Rio do Quilombo

Rio da Facunda

Rio do Bandeira

Rio das Pedras

Rio do Cacho

V. do Cuiabá

Pedro de Barros

Estrada de Goiás

Rio do Bandeira

Rio do Bandeira

Sumário

Apresentação

[Presentation]

Neila Maria Souza Barreto 9

Editorial

[Editorial]

Edson Benedito Rondon Filho 13

PRIMEIRA PARTE

[Mato Grosso: de Capitania a Estado (Dossiê temático)] 23

1. P. José Manoel de Sequeira:

O primeiro cientista de Mato Grosso

[Fr. José Manoel de Sequeira: The first scientist from Mato Grosso]

Elizabeth Madureira Siqueira 25

2. Reformas Pombalinas da Educação: aulas régias e o subsídio literário em Mato Grosso Colonial

[Pombaline Education Reforms: royal classes and the literary
subsidy in Mato Grosso Colonial]

Nileide Souza Dourado 45

3. A estrada de terra de Cuiabá a Goiás (1736-1737)
 [The dirt road from Cuiabá to Goiás (1736-1737)]
Suelme Evangelista Fernandes | Benjamim Duarte Monteiro Neto 71
4. O processo migratório no Estado de Mato Grosso:
 o caso da Família Fragelli
 [The migration process in the state of Mato Grosso:
 the case of the Fragelli Family]
Vinicius Carvalho Araújo | Edson Benedito Rondon Filho 93
5. Territorialização turística e diversidade cultural
 nos grandes domínios de Natureza (Mato Grosso, Brasil)
 [Territorialización turística y diversidad cultural
 en grandes dominios naturales (Mato Grosso, Brasil)]
Suíse Monteiro Leon Bordest 119
6. Santa casa de misericórdia de Cuiabá
 nos 275 anos Mato Grosso
 [Holy house of mercy of Cuiabá in 275 years of Mato Grosso]
Fernando Tadeu de Miranda Borges 139
7. A formação econômica e social de Mato Grosso:
 aproximações com o documento de referência curricular
 do ensino médio – Geografia
 [Economic and social education in Mato Grosso:
 approaches to the high school curriculum reference – Geography]
Jalme Santana de Figueiredo Junior 153

SEGUNDA PARTE

[Artigos em transversalidade].....	175
8. Clóvis Hugueneu Irigaray: estética e humanização juruna do Brasil Central – 1975 [Clóvis Hugueneu Irigaray: aesthetics and humanization Juruna from Central Brazil – 1975] <i>Túlio Cesar de Arruda Ferreira Diogo</i>	177
9. Toponímias de Cuiabá: os logradouros do centro histórico [Toponyms of Cuiabá: the public places of the historical center] <i>Marcelo Eduardo Pereira Sônia Regina Romancini</i>	225
10. Fazenda Descalvados – Cáceres/MT: reflexões sobre o patrimônio histórico e cultural do Pantanal [Descalvados Farmem – Cáceres, MT: reflections on the historical and cultural heritage of the Pantanal] <i>Onélia Carmem Rossetto</i>	253
11. A descrição de cenário de desenvolvimento da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso: a primeira década de sua instituição (2005-2015) [Description of the development scenario of the middle Araguaia region of the state of Mato Grosso: the first decade of its institution (2005-2015)] <i>Edson Benedito Rondon Filho Agilson Azizes Ferreira Erleno Pereira de Aquino Kleber Franklin de Lima Ferreira Henrique Correia da Silva Santos</i>	273
12. Bairro do Porto: uma herança histórica abandonada [Porto neighborhood: an abandoned historical heritage] <i>Rosana Lia Ravache Fabiana Zili Salmoria</i>	303

Topografica
da
nova descoberta
da

QUINA
da Villa do Cu-
yaba.



Referencia

▲ Quina Vermelha.

▲ Quina amarela.

Pelo P.^o Jozu Mea
noel de Siquiera.





PRIMEIRA PARTE

Mato Grosso: de Capitania a Estado
(Dossiê temático)

1. P. José Manoel de Sequeira: O primeiro cientista de Mato Grosso

*Elizabeth Madureira Siqueira*²

RESUMO: Visando contribuir para a comemoração dos 275 anos da criação de Mato Grosso, o presente artigo aborda, primacialmente, a vida e obra do mais antigo cientista de Mato Grosso, o presbítero cuiabano José Manoel de Sequeira, com relevo para as três Memórias escritas por ele no final do século XVIII e no início do XIX, e hoje acessível aos estudiosos brasileiros, a saber a *Memória sobre a descoberta da quina peruviana*, ainda manuscrita; a *Memória do Descobrimento da Mina dos Martírios*; e a *Memória sobre a decadência das capitâncias mineradoras do interior do Brasil*, procurando destacar as principais contribuições científicas do Pe. Sequeira para melhor conhecimento da realidade colonial brasileira.

Palavras-chave: Padre José Manoel de Sequeira; Memórias; Cientista; Botânica; Quina peruviana.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

PRIEST JOSÉ MANOEL DE SEQUEIRA: THE FIRST SCIENTIST FROM MATO GROSSO

ABSTRACT: Aiming to commemorate the 175th anniversary of the creation of Mato Grosso, this article addresses, primarily, the life and work of the oldest scientist in Mato Grosso, the Cuiabano presbyter José Manoel de Sequeira, with emphasis on the three Memoirs written by him in beginning of the 19th century, and now accessible to Brazilian scholars, namely the Memoir on the discovery of the Peruvian quina, the Memoir of the Discovery of the Martírios Mine and the Memoir on the decline of the mining captaincies in the interior of Brazil, seeking to highlight the main contributions by priest Sequeira to better understand the Brazilian colonial reality.

Keywords: Priest José Manoel de Sequeira; Published memoirs; Scientist; Botany; Peruvian quina.

2 Doutora em Educação, mestre em História, associada emérita do IHGMT, associada efetiva da Academia Mato-Grossense de Letras (Cadeira 29) e curadora da Casa Barão de Melgaço.

Introdução

Muito pouco se tratou, na historiografia regional, sobre o Pe. José Manoel de Sequeira. Os *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, escritos pelo segundo escrivão, tenente Joaquim da Costa Siqueira, apenas mencionou o regresso do Pe. José Manoel de Sequeira em seu retorno da Europa, após estudos superiores. Já nos *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*, Augusto Leverger, no ano de 1803, mencionou a carta régia de 28 de maio de 1802, autorizando a extração da quina, sem se referir especificamente ao Pe. Sequeira, incumbido pela Coroa portuguesa de desenvolver pesquisa e executar sua extração. Em *Datas Matogrossenses* (1919), Estevão de Mendonça destacou, no dia 15 de julho de 1798, alguns aspectos interessantes e até mesmo inusitados, como seus trabalhos em aquarela do presbítero Sequeira, os quais precisam ser recuperados:

Regressa a Cuiabá – lugar de seu nascimento – o Padre José Manoel de Sequeira, primeiro professor de filosofia nomeado para a capitania de Mato Grosso.

Ordenado no Rio de Janeiro em 1782, conjuntamente com o seu conterrâneo Francisco Xavier dos Guimarães Brito, o padre Sequeira viveu depois alguns anos em Lisboa, de cuja Academia Real de Ciências tornou-se membro efetivo.

Homem de conhecimentos variados, aquarelista distinto, deixou diversos trabalhos históricos de valor, dos quais somente se salvaram duas Memórias, uma sobre a decadência das três capitanias mineiras e outra sobre o descobrimento das Minas dos Martírio.

Espírito investigador, bastante versado em Botânica, descobriu no Distrito dos Guimarães (Chapada) diversas espécies de quina, delas fazendo a respectiva classificação, assim como de outras plantas adaptáveis ao fabrico do papel. (Mendonça, E. *Datas Matogrossenses*, v. 1, p. 35).

Porém, quem mais informações ofereceu sobre o Padre José Manoel de Sequeira foi o primeiro Arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa que, no *Elogio ao Padre José Manoel de Sequeira*, Patrono da Cadeira 4 da Academia Mato-Grossense de Letras, da qual D. Aquino foi o primeiro ocupante, produziu um opúsculo bastante substancial em informações sobre

o citado presbítero. O arcebispo iniciou o elogio discorrendo sobre o falecimento do P. Sequeira e o impacto desse evento na vila do Cuiabá. Em seguida, aprofundou sobre o mesmo enquanto Sacerdote, seguido da sua atuação como Estudante, sócio da Real Academia de Ciências e seu reconhecimento enquanto cientista. Em seguida, D. Aquino apontou seu retorno da Europa para Cuiabá e as diversas atividades desenvolvidas na região enquanto cientista, com ênfase ao biólogo e naturalista na invenção ou descoberta da quina, além de se tratar de *Memória* inédita sobre esse produto e que ainda hoje não publicada. O presbítero dedicou o produto de suas investigações à Academia Real de Ciência de Lisboa, o que lhe valeu seu ingresso na mesma instituição. O Elogio escrito por D. Aquino é finalizado elencando todas as produções intelectuais do Pe. José Manoel de Sequeira, seja enquanto professor de Filosofia ou Cientista.

Portanto, consideramos relevante, neste artigo, dar maior visibilidade ao Pe. José Manoel de Sequeira, precursor das investigações botânicas e mineralógicas do Brasil, com relevante contribuição para melhor conhecimento da capitania de Mato Grosso.

Contexto histórico

Durante a primeira metade do período colonial, o território das Minas do Cuiabá representava a “*raia máxima do sertão do Brasil*”, no dizer do Marquês de Pombal, a capitania mais distante da costa e muito relevante pelo papel de guardião da fronteira. Originada da extração aurífera, quando os bandeirantes paulistas, em 1719, desbravam a fronteira oeste e fundaram as Minas do Cuiabá, porção do território ainda não incorporada oficialmente à coroa lusitana, o que veio a ocorrer somente a partir do Tratado de Madri (1750), indicando para a possibilidade de, mesmo extraoficialmente, incorporar este precioso território aos domínios portugueses.

Para garantir este intento, o então governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, resolveu estabelecer residência em Cuiabá, no final do ano de 1726, e, em 1727, no dia 1º de janeiro, criou a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá que foi, por muitos anos, referência principal e local onde foram desenvolvidas atividades administrativas, educacionais, artesanais, mineralógicas, comerciais, agrícolas e para onde migrou grande quantidade de colonos, tendo também sido sede, mesmo que provisória e de

passagem, dos governantes que rumavam para Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital. Foi na Vila Real do Senhor Bom Jesus instalado, no dia 1º de janeiro de 1727, o Senado da Câmara do Cuiabá, primeira instituição responsável pela administração da Vila e composta por vereadores eleitos entre os chamados “homens bons”, os que gozavam de conceito, por possuir propriedade de terra e de escravos.

De 1719 a 1748, as Minas do Cuiabá pertenceram à capitania de São Paulo, porém, avaliando os riscos de serem perdidos os territórios conquistados, a coroa portuguesa resolveu criar, aos 9 de maio de 1748, a capitania de Mato Grosso, que no ano de 2023 comemorou 275 anos de existência, dando início à trajetória histórica mato-grossense.

Muitos foram os cientistas contratados pela Coroa portuguesa para analisar o Brasil, revelando e descrevendo sua população e as potencialidades econômicas e sua viabilização, o que facilitava a intervenção que o colonizador poderia realizar nos territórios conquistados. Especificamente com relação ao extremo Oeste do Brasil, a figura do Pe. José Manoel de Sequeira se projetou enquanto cientista precursor, seguido de diversos outros, a exemplo dos engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra (português), Pontes e Lacerda (português) e Augusto Leverger (francês). Outro importante naturalista brasileiro (baiano) foi Alexandre Rodrigues Ferreira, graduado na Universidade de Coimbra e que dedicou parte de sua vida a estudar (1783 e 1792) a região Norte do Brasil. Nessa expedição, coletou amostras de inúmeras plantas, madeiras, animais, assim como descreveu rios e acidentes geográficos da região, contribuindo para melhor conhecimento sobre o Brasil, mais especificamente na região Amazônica.

O primeiro cientista das Minas do Cuiabá

O primeiro cientista de que se tem notícia em Mato Grosso, foi o Padre José Manoel de Sequeira, nascido em Cuiabá, no ano de 1750, filho do paulista capitão Antônio do Prado Siqueira, e provavelmente nasceu no sítio de seu pai, abaixo do morro de São Jerônimo, junto à lagoa do Pires (Costa e Silva, Paulo. Apresentação do *Elogio do Padre José Manoel de Sequeira*, escrito por D. Francisco de Aquino Corrêa. In: IHGMT. Publicações Avulsas, Cuiabá, tomo 99, 1919, p. 2).

Depois de cursar os primeiros estudos em sua terra natal, em princípio da década de 1770, foi para o Rio de Janeiro onde ordenou-se padre, no ano de 1782, pelas mãos de D. José Joaquim Mascarenhas Castello Branco, o primeiro bispo brasileiro. O Pe. Sequeira foi nomeado professor de Filosofia Racional e Moral da Vila Real do Sr. Bom Jesus do Cuiabá, nos primeiros tempos da capitania de Mato Grosso, ocasião em que ministrou aulas para os alunos mais adiantados.

Estudioso e pesquisador, o presbítero Sequeira foi para a Europa, no ano de 1798, ocasião em que atravessou o Atlântico para completar os estudos em Portugal, regressando ao torrão natal, com a fronte coroada pelos lauréis da ciência e da filosofia” (Corrêa, F. de A. *op. cit.*).

D. Francisco de Aquino Corrêa, no elogio feito a José Manoel de Sequeira, Patrono da Cadeira 4 da Academia Mato-Grossense de Letras, ponderou ter sido:

[...] nas cátedras de Lisboa, através das lições de abalizados mestres professores, floriavam então doutrinas dos maiores mestres contemporâneos das ciências naturais: e professava-se ali, entre outras disciplinas, a Mineralogia de Walerio, a Física de Brisson e a de Musshenbroeck, o que immortalizou a sua pátria na célebre garrafa de Leyde. Cito apenas estes, porque eram eles as delícias do Padre Sequeira; sobre todos, porém, encantava-o Carlos Linneu, o insigne botânico sueco, cujo poético sistema, melhor do que a mitologia grega com todas as suas dríades e hamadriades, deu vida às plantas, e as constituiu em verdadeiras famílias, pondo um tálamo de seda e perfumes em cada flor, onde Maeterlinck, mais tarde, iria sondar todo um poema de inteligência e de amores, a revelar o adorável autor de tantas maravilhas” (Corrêa, F. de A. *op. cit.*).

Em Portugal estudou, durante três anos consecutivos, no convento de N. Senhora de Jesus, especializando-se em História Natural/Botânica, ciência que ele dedicaria, com paixão, durante toda a sua vida. Concluído o curso de ciências, o seu professor, Revdo. Frei José da Costa e Azevedo, em requerimento despachado pelo Duque de Lafões, atestava que o seu aluno “aproveitara em todos os três reinos da natureza, porém com maior progresso no estudo da botânica, concorrendo para este fim a facilidade de desenhar plan-

tas, que faz realçar o seu merecimento neste ramo” (*In: Corrêa, F. de A. op. cit.*).

Escritos do Pe. José Manoel de Sequeira acessíveis no Brasil

Durante o triênio de estudos em Portugal, José Manoel de Sequeira produziu seis memórias, das quais apenas três foram divulgadas. D. Francisco de Aquino Corrêa assim elucidou sobre aquelas ainda inéditas no Brasil:

Consistia a primeira num estudo sobre as virtudes e préstimos da *erva de bicho*, também chamada de *pimenta d'água (hydropiper)* e pessegueiro bravo (*persicaria*). Versava a segunda sobre o aproveitamento econômico da nossa bela palmeira, o buriti, que ao tempo do Padre Sequeira, designava-se ainda com o nome científico de *Corypha*, e Martius, ao depois, precisou melhor no de *Mauritia vinifera*, imortalizando-lhe, assim, o doce vinho sertanejo. Na terceira, finalmente, dissertava o P. Sequeira a casca da embira branca (*Daphne gigas*), comunicando ter descoberto o tratamento das suas fibras pelo sal, o que as torna tão consistentes, que poderiam ser empregadas, diz ele, no fabrico de amarras para embarcações. Tomou a Academia em grande apreço as referidas *Memórias*, de tal arte que, em data de 10 de maio de 1796, fazia expedir ao ilustrado autor a carta de sócio, na qual em castiço latim, lê-se este lisonjeiro conceito: ‘A tua erudição, por nós bem conhecida, através do testemunho de muitos e principalmente dos nossos sócios, levou-nos a te convidarmos para tomares parte em nossos trabalhos, certos que do teu saber e indústria, muita utilidade e vantagens advirão às letras e às boas artes’. (*Corrêa, F. de A. op. cit.*)

Memória sobre a descoberta da quina peruviana

Das *Memórias* que se teve acesso, a primeira e mais antiga, ainda sem publicação, datou de 1800, versando sobre a *Invenção da quina peruviana ou quina cuiabana*. Esta preciosa peça documental está depositada no arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, no acervo do Instituto de Pesquisas D. Aquino, que o IHGMT teve o privilégio de proceder ao arranjo, catalogação e digitalização, sendo os originais devolvidos ao citado arquivo eclesiástico.

A incumbência de investigar a quina se deveu ao ofício do governador de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, nos seguintes termos:

Pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, tem-me mandado S. Majestade repetidas recomendações, para se descobrir nesta capitania, a árvore da quina do Peru, e terra própria para se fazer o salitre... Pelo que rogo a V. Mcê, muito encarecidamente, queira empregar os seus bons conhecimentos, que tem de História Natural, tanto nesta importante descoberta, como na da Quina, fazendo a um e outro respeito, todas as experiências e investigações que lhe forem possíveis, as quais recomendarei como devo, na Real Presença de S. Majestade, e até me constituirão para com V. Mcê na maior obrigação, recebendo-as eu pelo mais particular obséquio que me possa fazer”. (Corrêa, F. de A. op. cit)

Desenho da quina de casca alongada



Foto: Biodiversity Heritage Library

No início do ano de 1800, o Padre Sequeira cavalgava, pela primeira vez em missão oficial e científica, as íngremes escarpas da Serra da Chapada, visto ter encontrado grande quantidade de quina. Inspirado nesse episódio, D. Francisco de Aquino Corrêa compôs um *ode* à Chapada:

Serra da Chapada! quem poderia dizer as emoções, com que terá galgado as tuas bocainas históricas e pitorescas, a alma pensadora do sacerdote naturalista!

Serra da Chapada! imponente maciço milenário, que resistindo heroicamente à erosão implacável das águas e dos séculos, ergues-te hoje nos horizontes do Cuiabá, como o eterno monumento azul da sua pré-história silenciosa!

Serra da Chapada! de cujos flancos úberes, saltam as cristalinas fontes do vale cuiabano, o predestinado cenário de tantos dramas inéditos das bandeiras e das minas!

Serra da Chapada! das tuas rechãs floridas, é que também o Coxipó-Mirim, o belo rio dos bandeirantes, espadana do alto os seus cristais, desfeitos em flocos de imenso véu do noivado, virginal do sol, com a terra sempre em flor da nossa Pátria!

Serra da Chapada! seguindo de arrepio essa corrente, foi que os sertanistas, um dia, descobriram-te no céu do oriente, a dominar a amplidão desde cerúleo morro da Canastra, crismado mais tarde, por eles mesmos, com o religioso nome de S. Jerônimo!

Serra da Chapada! da planura deserta, por onde serpeia a teus pés o fértil Aricazinho, os olhos fitos em teu vulto majestoso, é que Pires de Campos sonhava, para além dos teus paredões, a encantada Serra dos Martírios, onde com ele brincara em criança, ia já por tantos anos, o seu legendário colega, o Anhangüera!

Serra da Chapada! Chapada dos Guimarães! no teu doce araxá, nesse miradouro do céu e do infinito, consoante a linda etimologia indígena, tu nos deparas ainda a tapera evocativa da Aldeia Velha, onde pairam as sombras apostólicas dos Padres Estêvão de Castro e Agostinho Lourenço, os jesuítas missionários, tanto mais veneráveis, quanto mais impiedosa foi a rajada pombalina, que lhes varreu a futura redução!

Serra da Chapada! mas eis que em tua história, culmina hoje para nós, a figura inconfundível do presbítero cientista, que passou herborizando por

tu a rica flora, desde as campinas viçosas aos taboleiros duros, onde as canelas-de-ema estrelejam, na expressão agressiva da secura e da esterilidade! Serra da Chapada! e quem sabe quantas vezes, em teus incomparáveis belvederes, por essas noites serenas, em que ao luar do planalto, os teus paredões se transfiguram em adarves colossais de castelos fantásticos com seus torrões e ameias, quem sabe quantas vezes o solitário sócio da Academia Real das Ciências, não terá evocado os estudiosos tempos do ultramar, o aconchego fraternal e honroso dos mestres, e estimulado sempre mais no desvendar as grandezas de Deus nos segredos da natureza, ter-se-á entregue às elucubrações da ciência e da fé, muito mais nobres e santas que as de Eurico, o Presbítero, nas solidões alpestres da Calpe! Serra da Chapada! tu, por onde as quineiras formosas, rebrilhando ao sol as lúcidas frondes, tanto nos falam ainda do Padre Sequeira, que as descobriu e descreveu, tu serás, para sempre, o pedestal da glória do primeiro sábio mato-grossense! (Corrêa, F. de A. *op. cit.*)

O Pe. José Manoel de Sequeira foi um leal representante da coroa portuguesa no Brasil e para ela trabalhou e investigou a flora mato-grossense e diversos recursos naturais brasileiros. Suas memórias descrevem as potencialidades da terra brasílica, sendo seus produtos foram enviados para Lisboa, o que colaborou para as ações exploratórias dos domínios lusitanos.

Em sua Memória da quina, ele assim se expressou sobre as propriedades da planta:

Ninguém hoje duvida do préstimo Medicinal da Quina Peruviana entre todos os Povos civilizados das quatro partes do Mundo, de sorte que os maiores Médicos da Europa consideram a este simples vegetal como o primeiro arrimo da Medicina e em segundo o Mercúrio denegando aos mais remédios estas primazias; depois que os conhecimentos se passarão de opiniões a experimentos; e sendo-se descoberto no Cuyabá esta preciosíssima planta, na qual a humanidade acha socorro, a Real Fazenda aumento, e os colonos interesse, quem não vê quão bem determinado é o cuidar-se na sua cultura, colheita, administração e transportação da Capitania para fora! e sendo-me ordenado que eu escreva, e diga os meus sentimentos sobre este importante negócio, gostoso passo a formalizar um Plano, que dividirei em quatro partes, ajuntando ao mesmo tempo

algumas objeções, e inconvenientes que ocorrerem. (SEQUEIRA, P. José Manoel de. *Memória da Quina*. IPDAC/Pasta 63, Doc. 1639)

Esse presbítero descobriu em Mato Grosso, mais especificamente na Chapada dos Guimarães, dois tipos de quina, a amarela e a vermelha, planta da qual se extraía remédio apropriado para cura da malária, doença então recorrente no Brasil e em outras partes dos territórios lusitanos, especialmente nas zonas de sertão, Contou ele:

Duas são as espécies de Quina descobertas nas montanhas, e serras, que vizinham a esta Villa do Cuyabá: a primeira chamada *Cinchona Officinal* pelos Botânicos, e a segunda chamada *Cinchona lutescens*, por Dom Hippolito Ruiz, na sua *Quinologia*. A primeira se acha pelas penedias, rochedos, e paredões, que chamam vivócas da serra, porém sempre arraigadas às pedras arenosas da familia da pedra, *que* os Francezes chamam *gres*, mas assaz frágeis de cor avermelhada, e nas quais se vê uma frouxa agregação de área. [...] Ambas estas espécies contém muitos frutos, e estes muitíssimas sementes, cujos frutos espontaneamente na força da sua maturação se abrem com estalido arrojando inumeráveis sementes, que volantes se espalham pela circunvizinhança toda promettendo copiosíssima prolifcação, e contudo apenas se vê um ou dois recentes pez contíguos à Quineira mãe. (Sequeira, P. José Manoel de. *Memória da Quina*. IPDAC/Pasta 63, Doc. 1639)

Nos estudos de Rafael Campos, era ela:

Utilizada contra as febres, dentre elas a malária, a quina foi tão importante que acabou por motivar o surgimento da Quinologia, ramo da História Natural dedicado ao estudo da *Cinchona*. Talvez justamente por compor plenamente os interesses do Império português, o conhecimento produzido por Sequeira nunca saiu dos centros de poder imperial e por este motivo nunca foi divulgado, não obstante a quina fosse uma preocupação internacional; fato que reforça o sentido de sigilo dos saberes produzidos à serviço do Império luso (Campos, Rafael. *Ciência e controle imperial no Mato Grosso português*. In: *Memórias*. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano. Ano 11, n° 25, p. 58).

O Padre Sequeira assim descreveu o achado, a que denominou de Cin-
fona:



Biblioteca Nacional-RJ. Hemeroteca.
1 mapa ms. col. desenho a nanquim;
28,5 x 41,5. Planta topográfica da nova
descuberta da Quina,
na Villa do Cuyabá [Cartográfico]
/ Padre Jozé Manoel de Sequeira.

O Inventor, diz ele sempre em terceira pessoa, partiu para as Serras do Queimado, onde examinou a Serra da Paciência e Congonhas, até que na Serra de S. Jerônimo, na vizinhança do riacho do Monjolo, descobriu a primeira árvore da Quina rubra, aliás, *Cinchona Official*, e no mesmo dia descobriu a Quina *lutescens* ou amarela, nos bosques e riachos da Estiva; e se recolheu à vila, apresentando à S.Exa. ramos, toros, cascas, folhas e frutas da Quina descoberta, a cujo exame assistiu S.Exa. com todo o cuidado e satisfação”. (Sequeira, P. J. M. de. In: Corrêa, F. de A, op. cit).

Diversas incursões à Chapada foram suficientes para ele confeccionar uma planta (mapa) indicando os lugares, na região de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, onde encontrou exemplares da quina:

Planta topográfica da nova descoberta da quina na vila do Cuiabá

O Pe. José Manoel de Sequeira prestou relevantes e esclarecedoras informações à Coroa portuguesa, indicando a forma de plantio, as modalidades de colheita e os cuidados necessários, possibilidade de comercialização da quina e como a mesma poderia ser vendida no Brasil e na Europa.

A quina foi enviada por diversas vezes para Portugal em caixotes revestidos de folhas de Flandres, um material laminado de ferro e aço e revestido de estanho, muito utilizado, no início do século XIX, para impedir a deterioração dos produtos exportados.

A planta da quina florescia por entre os diversos paredões da Chapada, dificultando o trabalho do Padre Sequeira, que, por diversas vezes, ali se acidentou. Vejamos seu relato sobre os penosos trabalhos:

Não me poupei ao trabalho, ainda sofrendo crônicas enfermidades, não me aterraram os calores do dia, nem os frios da noite, me não atemorizaram os chuviscos de insetos sanguinários, que pelos desertos, de dia e noite, mortificam os viventes, ainda brutos; enfim me não horrorizaram os eminentes penedos e rochedos, pelos quais, sem caminho, umas vezes a pé e outras descalço, eu pude atravessar ...” (Sequeira, P. J. M. de. *Memória da Quina*. IPDAC/Pasta 63, Doc. 1639).

Memória do Descobrimento da Mina dos Martírios

As Minas dos Martírios foram sempre buscadas pelos colonos, principalmente mineiros, uma vez que era ela revestida de muita lenda que remetia à abundância de ouro e outros metais preciosos. Diversas incursões foram realizadas na procura desta Mina, considerada inesgotável. O Pe. José Manoel de Sequeira escreveu uma segunda Memória intitulada “*Descobrimen-to da Mina dos Martírios*”, datada de 1802, ocasião em que discorreu sobre a lendária jazida aurífera, tão desejada pelos colonizadores e, principalmente, pela Coroa portuguesa. Considerando a vivência do pai e dele próprio, o Pe. Sequeira fez uma recuperação histórica dos investimentos realizados na capitania de São Paulo, Goiás e Mato Grosso:

Muitos anos ha que, por tradição, reinam notícias de três grandes descobertas de ouro nesta capitania: Urucú-macuum, nos limites de Matto Grosso, Jayme e Martírios, nos de Cuiabá.

Pelo descobrimento da primeira mina se interessou o sr. Luiz d’Albuquerque, no ano de 1776, mandando examinar os sertões em que se supunha existiam as minas; contudo, ou por fabulosas, ou por falta de práticas, não se efetuou o seu descobrimento.

Quanto ao da segunda, entraram alguns particulares em Cuiabá, tendo igual sorte, e quanto a última³, ainda não consta que de Cuiabá entrasse alguém em procura dos Martírios, sendo que é mais antiga e de maior fama que as duas outras. Na capitania de S. Paulo, empenhou-se nesta descoberta o sr. conde de Sarzedas, na éra de 1723, mandando ao capitão Bartholomeu Bueno da Silva, aliás Anhanguera, aos Martyrios⁴, o qual, no seguinte ano, descobriu as minas dos Goiazess.

Da mesma capitania dos Goiazes intentou o sr. Tristão da Cunha este descobrimento, para o que fez conduzir a Villa Bôa alguns sertanejos e noticiosos dos Martírios; porém, conhecendo que não podiam ficar senão aquem do Rio Grande, *id est*. Araguaia, e por isso pertencendo a Cuiabá, desistiu da empresa. Só desta capitania se não tem feito expedição para o

3 Talvez a única verdadeira.

4 Termo que na língua guarani que dizer *diabo* que foi.

rumo do norte⁵, onde ficam as famigeradas minas dos Martírios, sendo que talvez a Providencia tenha destinado este descobrimento para a época presente, em que tanto se precisa de ouro e em que temos um governo que muito se interessa pelo aumento da Real Fazenda e utilidade de seus súditos. Confiado, pois, em que não serão desprezadas as circunstancias da tradição dos ditos Martírios, passo a narrar o que sei, por ter ouvido de meu pai, o capitão Antonio do Prado Siqueira⁶, os juízos que formo a esse respeito, e, afinal, os meios econômicos com que se poderá fazer tão interessante descoberta.

O capitão Antonio Pires de Campos⁷, íntimo amigo de meu pai e colega do capitão Bartholomeu Bueno da Silva, ao tempo em que por casualidade descobriram ouro nos Martírios, estranhando a temeridade de Bartholomeu, que procurava aquelas minas pelos desconhecidos sertões que medeiam entre S. Paulo e os dos Martírios, quando só deveria entrar por esta vila, então referia o acontecimento da expedição que tinham feito. (Sequeira, P. José Manoel de. *Descobrimto dos Martírios*. In: Anexo *Viagem ao Araguaia*. e IHGMT. *Publicações Avulsas*, n. 40)

Nessa minuciosa descrição, o cronista faz referência aos índios Bororo e Coroá, assim como mencionou diversos achados auríferos na região do Rio Araguaia, corroborando para a ampliação dos conhecimentos sobre os primeiros tempos da fase mineradora. Não deixou de mencionar a atuação dos jesuítas do Pará, visto guardarem o segredo necessário dos seus achados:

Houve na Capitania do Pará uma tradição de que os missionários jesuítas conservavam grandes minas no interior do sertão; e aquele rio de água suja, que João de Azevedo viu desaguar pela parte oriental no dos Arinos, não avigora esta tradição? E a cautela com que os mesmos jesuítas conservavam, nas margens do rio Tapajós, um armazém, que forneciam de víveres todos os meses, sem que jamais se encontrassem os importadores

5 Se bem que Pires não conhecesse rumo, contudo afirma que o sol lhe surgia à direita e se punha à esquerda.

6 Sempre mereceu o nome de verdadeiro, tanto em São Paulo, de onde era natural, como em Cuibá, onde viveu 50 e tantos anos; e hoje existem ainda pessoas, quer em Villa Bella. quer nesta villa, que o conheceram.

7 Este foi o pai do coronel Antônio Pires de Campos, que assolou o gentio Caiapó, invasor da capitania dos Goiazes.

com os exportadores, que indicará? É bem de supor que, com semelhante cautela, procuravam os jesuítas conservar em segredo as minas achadas (que não duvido fossem as dos Martírios), e o mais foi que conseguiram. (SEQUEIRA, P. José Manoel de. *Descobrimento dos Martírios*. In: Anexo *Viagem ao Araguaia*; In: IHGMT. *Publicações Avulsas*, n. 40)

Ao final, confirmou a existência das Minas dos Martírios, apesar de todo segredo que as revestia:

Tenho exposto as razões que me obrigam a considerar verdadeiras as Minas dos Martírios, que para mim já não serão fábulas imaginadas, ou patranhas de sertanista; resta sabermos por que meios poderão ser descobertas. Proponho já os meus sentimentos, que a muitos parecerão paradoxos, porque são meus. Sabido que já nos intervalos dos rios Arinos e Araguaia existem estas minas, e que elas estão em um dos rios que despejam no dos Arinos, claro fica que a expedição, digo, a exploração, deverá ser feita descendo pelo mesmo rio Arinos, até a foz do rio Tapajós, de João Viegas, ou de São João, de João de Souza; e, subindo este rio, deverão examinar todos os que da parte oriental nele entrarem, até as suas origens, e, frustrada esta primeira diligência, deverão descer a procurar a outra seguinte barra, e deste modo se fará a indagação por um e outro lado. (Sequeira, P. José Manoel de. *Descobrimento dos Martírios*. In: Anexo *Viagem ao Araguaia*; IHGMT. *Publicações Avulsas*, n. 40, 2010)

Memória sobre a decadência das capitânicas mineradoras do interior do Brasil

A terceira Memória do Pe. José Manoel de Sequeira, datada também de 1802, versou sobre “*A decadência atual das três Capitânicas de Minas e meios de as reparar*”, esta última transcrita em um dos anexos da 2ª edição da obra *Monções*, de autoria Sérgio Buarque de Holanda, e publicada no ano de 1976.

Logo no início do texto, o Pe. José Manoel de Sequeira, cotejando as capitânicas do litoral com as do interior, assim se expressou com relação às últimas:

São contudo estas Capitânicas centrais mais inferiores que as outras. As de minas, que só exportam o ouro, se vêm hoje em dia em grandíssima decadência, porque este tirado uma vez, e removido para beira-mar, nada fica, senão alguns escravos e fazendas que nelas se consomem. [...] donde se tira e se não põem, necessariamente há de faltar? Esta pois é a primeira causa da decadência das Minas e da penúria em que vivem os seus habitantes”. (Sequeira, P. José Manoel de. *Memória da Decadência atual das três capitânicas de Minas e os meios de se reparar*, In: Holanda, S. B. de. Monções. Anexo D, p. 133).

Prosseguindo, se deteve na descrição das Minas da capitania de Mato Grosso, onde pode pessoalmente constatar sua precária situação, ocasião em que descreveu minuciosamente os processos rudimentares de extração aurífera, sendo o mais antigo e ainda utilizado o da escavação, quando os mineiros utilizavam a alavanca, o almocrafe, a bateia e a marreta, rompiam a terra com a força dos braços, processo que chamavam “desmontar”, nos tijucais, tabuleiros e feixes dos morros, de onde cavavam cada vez mais profundamente até chegar ao cascalho, de onde se extraía o ouro. O segundo modo era conhecido como batatal ou grupiara, quando tiravam a terra, fazendo rasgos, onde lavavam os cascalhos formando os chamados caxambus. Estes dois primeiros métodos eram a seco, sendo os seguintes efetivados nas correntezas dos riachos. O terceiro, mais cômodo e mais asseado, era praticado na água, até encontrar a piçarra. O quarto método seguia os filões de quartzo, a que chamavam ouro de pedra ou vieiro de cristal. O quinto método era denominado faisqueiras, quando os mineradores colhiam o ouro sem rumo certo, recolhendo o ouro que encontram. Em Minas Gerais a extração aurífera se aperfeiçoou com equipamento de desmontes, porém em Goiás e Mato Grosso essa prática ainda não existia.

Ao final da Memória, justifica que, apesar dos anos de observação, poderia ter se enganado em alguma coisa, solicitando que a Real Academia o corrigisse.

Assim, todas as Memórias escritas pelo Pe. José Manoel de Sequeira foram orientativas para o encaminhamento da política colonial portuguesa, sendo a Real Academia de Ciências a instância responsável por revisar seus escritos e melhorá-los.

O retorno a Cuiabá

Ao retornar a Cuiabá, após os estudos em Portugal, o Padre Sequeira se predispôs a ensinar História Natural aos patrícios cuiabanos, porém, em suas próprias palavras:

[...] convidando já um, já muitos dos seus patrícios, sempre se lhe respondeu que se tem vivido muitos anos no Cuiabá sem História Natural, e alguns ainda mais se adiantaram, considerando o Inventor maníaco, quando saía a examinar os produtos da Natureza; ao mesmo tempo que os naturais do Cuiabá são assaz habilitados, porém é tal a sua educação que os faz unicamente inclinados ao reinos animal, id es: cavalos, gados, peixes e mulheres, e nestes exercícios consomem a sua mocidade (Sequeira, P. José Manoel de. *Memória da Quina*. IPDAC/Pasta 63, Doc. 1639).

Com tudo isso, ao se ver assim incompreendido pelos seus, podendo brilhar em outro meio, como acontecera em Portugal, o padre Sequeira persistiu em divulgar seus conhecimentos em sua terra, local onde desenvolveu o ensino de Filosofia e a pesquisa científica na área da Botânica.

Falecimento

O Padre José Manoel de Sequeira faleceu em sua terra natal, Cuiabá, aos 75 anos de idade. Seu **féretro foi descrito por D. Francisco de Aquino Corrêa:**

Oh grande e extremoso filho da terra cuiabana! Ressurge agora dessa fria tumba, onde mais do que a lousa mortuária, pesaram sobre ti o esquecimento e o silêncio dos teus queridos conterrâneos!

Ressurge nesta hora, aos esplendores da tua glorificação centenária, envolto ainda nessa roupeta do padre mestre, esfarrapada nas agruras do sertão a serviço da ciência e retalhada pela inveja e pelo desprezo de teus contemporâneos!

Ressurge! e atenta nesta geração de patrícios, com que tu sonharas: vê como eles amam o estudo, como cultivam as ciências e as letras, como estremecem estes patrícios céspedes, como transplantaram para eles, um

como rebento mimoso daquela Academia, que fora no além-mar, o enlevo do teu coração de sábio!

Ressurge! e mais uma vez contempla a linda flora da Pátria, onde as *persicarias* e as *daphnes* verdejam ainda pelos bosques, onde as folhas sempre verdes da quina assemelham-se às do loureiro para coroar-te a fronte e onde os buritis esbeltos acenam-te ainda com as meigas palmas, numa infindo gesto de adeuses e saudades!

E já agora pode repousar! Mas lá do empírio, onde te extasias na intuição dessa beleza eterna, que entreviras aqui, por entre os sorrisos da natureza, sê hoje e por diante, o verdadeiro patrono dos intelectuais da nossa terra, tu, que foste entre nós, o patriarca da ciência, o vexilário dos nossos acadêmicos, a primeira flor da intelectualidade mato-grossense” (Corrêa, F. de A. *op. cit. Elogio do Padre José Manoel de Sequeira*. Cuiabá, 2019).

Considerações Finais

O presente artigo revelou parte das produções do Pe. José Manoel de Sequeira, porém o seu conjunto, em número de seis *Memórias*, revela a importância delas para o conhecimento científico dos séculos XVIII e XIX, devendo os estudiosos investigarem sobre a possibilidade de se transcrever e publicar todas as produções deste valoroso, porém, olvidado presbítero, sejam as ainda inéditas e também aquelas depositadas da Real Academia de Ciências de Lisboa e no acervo do Instituto de Pesquisas D. Aquino Corrêa, reproduzindo as já editadas, contributo indispensável para se relevar, mais amplamente, o perfil desta personalidade e sua produção enquanto o primeiro cuiabano a ingressar na citada Academia portuguesa. Ao todo, o presbítero cuiabano deixou diversas Memórias, sendo quatro delas, ainda inéditas e reveladas por D. Francisco de Aquino Corrêa, em Elogio ao Patrono da Cadeira 4, por ele ocupada na Academia Mato-Grossense de Letras. As outras duas, tratamos ligeiramente neste artigo, sendo duas editadas em anexos de obras, e uma ainda inédita, que estamos nos esforçando por transcrever e fazer-la vir a lume para compor o conjunto das seis Memórias escritas pelo Pe. José Manuel de Sequeira.

Referências

CAMPOS, Rafael. Ciência e controle imperial no Mato Grosso português. In: *MEMORIAS*. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano. Año 11, N° 25, p. 34-71. Barranquilla, Enero – Abril 2015. ISSN 1794!8886

CORRÊA, Francisco de Aquino. *Elogio do Padre José Manoel de Sequeira*. Cuiabá, 2019. (Coleção Publicações Avulsas, n. 99).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2. ed. ilustrada. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, (Coleção Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, Série 1ª, v. 8).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO. *Roteiros vários às Minas dos Martírios*. Cuiabá: IHGMT, 2002 (Coleção Publicações Avulsas, n. 40).

LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso*, 2001. (Coleção Publicações Avulsas, n. 19).

MAGALHÃES, General Couto de. *Viagem ao Araguaia*. 4. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira, Série 5ª, v. 28, Biblioteca Pedagógica Brasileira).

SEQUEIRA, P. José Manoel de. *Memória da Quina*. Acervo do Instituto de Pesquisa D. Aquino Corrêa - IPDAC/Pasta 63, Doc. 1639.

SEQUEIRA, Pe. José Manoel de. *Memória a respeito do descobrimento dos Martyrios*. In: MAGALHÃES, General Couto de. *Viagem ao Araguaia*. 4. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira, Série 5ª, v. 28, Biblioteca Pedagógica Brasileira), p. 263-281.

SEQUEIRA, Pe. José Manoel de. *Memória que José Manoel de Sequeira, presbítero secular, professor real da Filosofia Racional e moral da Vila do Cuyabá, Acadêmico da Real Academia das Ciências de Lisboa enviou à mesma Academia sobre a decadência atual das três capitanias de minas e os meios de as reparar, no ano de 1802*. In: HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Monções*. Anexo D, p. 133-142.

2. Reformas Pombalinas da Educação: aulas régias e o subsídio literário em Mato Grosso Colonial

Nileide Souza Dourado⁸

RESUMO: O estudo visa mostrar as particularidades das Reformas pombalinas da educação aprovadas pelo monarca português, D. José I, em Alvará Régio de 12 de janeiro de 1759, para todos os domínios portugueses e ultramar, especialmente com a criação do sistema de *Aulas Régias*, a instituição do *Subsídio Literário e provimentos de cargos*, reformas executadas pelo *Marques de Pombal* em todo reino lusitano e sua aplicação nas localidades brasileiras, especialmente em Mato Grosso, durante a segunda metade do século XVIII e início do XIX.

Palavras-Chave: Reformas Pombalinas; Aulas Régias; Subsídio Literário; Mato Grosso; Colonial.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

EDUCATION REFORMS BY MARQUÊS DE POMBAL: ROYAL CLASSES AND LITERARY SUBSIDY IN COLONIAL MATO GROSSO

ABSTRACT: The study aims to show the particularities of the Pombaline Education Reforms approved by the Portuguese monarch, D. José I, in Royal Charter of January 12, 1759, for all Portuguese and overseas domains, especially with the creation of the Royal classes system, the institution of the Literary Subsidy and filling of positions, reforms carried out by the Marques de Pombal throughout the Portuguese kingdom and its application in Brazilian locations, especially in Mato Grosso, during the second half of the 18th and early 19th centuries.

Keywords: Pombaline reforms; Royal Classes; Literary Subsidy; Mato Grosso Colonial.

8 Historiadora da área técnica-científica do NDIHR/IGHD/UFMT. Mestre em História/PPGHIS/UFMT. Doutora em Educação/PPGE/UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Membro do IHGMT. douradonileide@gmail.com

Introdução

O monarca português, D. José I, em Alvará Régio de 12 de janeiro de 1759, ordenou a extinção dos estabelecimentos educacionais, até então regulados pelos jesuítas, em todos os domínios portugueses e ultramar, ficando, os mesmos proibidos, em absoluto de todos os estudos, instituindo com esse diploma legal as *Aulas Régias*. Por essa via, a administração colonial portuguesa trouxe para si a responsabilidade pela educação e instrução sob novas orientações metodológicas e pedagógicas.

Esse diploma legal foi colocado em execução pelo governo português, sob o comando do Primeiro-Ministro do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, *Conde de Oeiras*, mais conhecido como *Marquês de Pombal*. Essa foi, à época, a primeira forma de financiamento da educação pública no Brasil.

No caso de Mato Grosso, tal medida deixou dúvidas, especialmente no que se referia aos impactos provocados nas antigas modalidades de educação, suas práticas educativas e culturais estabelecidas na região mato-grossense, sem a presença da Companhia de Jesus, mas sim, sob a direção de instituições, ordens religiosas, ou sob a responsabilidade de particulares, leigos e/ou familiares.

Desse modo, segundo os estudos do médico e Secretário Estadual de Educação e Saúde de Mato Grosso, Humberto Marcílio (1963), o alvará pombalino de 1759, que teria por finalidade preencher a lacuna deixada pelos jesuítas nas colônias de ultramar, não teve, ao que tudo indica, qualquer ressonância na capitania de Mato Grosso, onde nem mesmo os inicianos haviam atuado como elementos da colonização portuguesa na qualidade de educadores.

Portanto, essa dimensão pensada nos estudos da *História do Ensino em Mato Grosso*, por Humberto Marcílio (1963) e na minha tese de doutorado, *Educação em Mato Grosso Colonial – Práticas educativas, Civilidade, Escolarização* – impressa pela Editora Paruna, em 2021 e, em outros estudos, contribuem para trazer no presente texto debate, questões e reflexões relacionadas às *Reformas Pombalinas da Educação*, as *Aulas Régias*, o *Subsídio Literário* e o *Provimento de Cargo de Professor*, no cenário colonial de Mato Grosso, durante a segunda metade do século XVIII e início do XIX.

A afirmação de Marcílio mencionada anteriormente, no entanto, desconsidera a passagem de dois jesuítas pela região: os padres Estevão de Cas-

tro e Agostinho Lourenço, em 1748, quando da criação da capitania e nomeação e posse do 1º governador, o capitão-general Antônio Rolim de Moura. A presença desses inicianos em Mato Grosso, já na segunda metade do século XVIII, preanunciava a disposição dos jesuítas em não só se incumbir da catequização indígena, mas, no futuro, dar continuidade às lides educativas formais, o que não chegou a ocorrer devido à expulsão da mesma Ordem do Brasil, logo que eles chegaram à capitania de Mato Grosso. Ali esses missionários foram surpreendidos com o banimento dos jesuítas, em 1759, antes mesmo que suas atividades extrapolassem os aldeamentos e as missões de índios.

Também, na obra, *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*, de autoria de Augusto Leverger, o *Barão de Melgaço*, essa passagem foi registrada da seguinte maneira:

[...] Em observância das ordens que recebera da Corte acerca dos jesuítas, o capitão general mandou recolher o padre Agostinho Lourenço da aldeia de São José, em que prestara os melhores serviços e fê-lo seguir para Cuiabá e dali para São Paulo. O padre Agostinho se houve com todo o interesse na direção da aldeia, sem embargo do que nela tinha despedido muito do seu próprio, de vários presentes que lhe haviam feito não só os padres espanhóis, mas muitas pessoas destas minas; e também empregou sempre com grande zelo e cuidado no aumento das mesmas Instituições Educativas e o Ensino aldeia; e havendo-a começado desde seus fundamentos, sem para ela caber mais coisa alguma que uns poucos índios brutos e muita parte deles para batizar; e agora na sua retirada se achava a mesma aldeia com engenho de moer cana, teares de tecer algodão de que muitos índios andavam vestidos; muita planta e criação de e um total de 30 cabeças de gado. Foi substituído pelo padre Domingos Gomes da Costa. O outro missionário jesuíta, padre Estevão de Castro já tinha tido que deixar por estar para a aldeia de Santana da Chapada; teve por sucessor o padre Simão de Toledo Rodovalho. (Leverger, 2001, p. 49-50).

A partir daí, depreende-se que, mesmo com o distanciamento físico dos educadores jesuíticos da capitania de Mato Grosso, durante o período colonial, sabe-se que, em Portugal e em outras regiões brasileiras, como também no Reino espanhol fronteiro com Mato Grosso, a presença dessa con-

gregação foi maciça, marcante em todos os aspectos, com destaque para a preparação e formação de missionários, professores, clérigos, militares e homens de ciência que circularam em Mato Grosso. Muitos de seus alunos se estabeleceram e participaram da construção de identidades e representações culturais no processo de colonização portuguesa nesta espacialidade e temporalidade específicas.

Ainda, com relação à presença e o ensino jesuítico na região dos confins da América portuguesa, a capitania de Mato Grosso, importante se faz destacar os estudos no campo da educação, as investigações de Neimar Machado de Souza, Amarílio Ferreira Júnior e Antonio Jacó Brand (*A Escola Colonial entre os Itatim*, 2012), sobre o período jesuítico nas citadas missões indígenas (1631-1659). Segundo esses autores, no que se refere à formação dos missionários professores que atuaram nessa região do antigo Vice-Reino do Peru, na América espanhola, hoje região de Mato Grosso do Sul, é interessante destacar que naquele estado, ainda hoje vivem mais de 30 mil indígenas falantes do idioma Guaraní.

Nessa perspectiva, como não ocorreu na capitania de Mato Grosso, no período colonial, a substituição de um sistema controlado pela Companhia de Jesus, nem por aquele praticado aos moldes de escolarização oficial da capitania, indaga-se: Como essa conjuntura política de reformas foi vista pelas autoridades lusitanas e locais? Como as mesmas foram assimiladas pela população da capitania, habitantes de uma região de fronteira e sertão?

Em Mato Grosso, há de se considerar o pluralismo étnico-cultural, típico da região, bem como a sua ocupação demográfica, no sentido de amplos e contínuos deslocamentos populacionais, em face do efervescente processo de colonização. Depreende-se que essa operação não foi fácil, uma vez que implicou num longo processo de gestão político-administrativa, já que as condições locais e a geopolítica da região demandavam interesses e permanente esforço para se expandir territorialmente, conquistando espaços que formariam a capitania de Mato Grosso, seja a partir de invasão de territórios em litígios com os domínios espanhóis, ou através de ganhos e acordos estabelecidos nos diferentes tratados, ou também, conquistando os territórios de povos ameríndios que se avizinham da América portuguesa.

Esse cenário, no entanto, não colocou a instrução e a educação à parte. A população da região compreendida pelo *Vale do Cuiabá* e o *Vale do Guaporé*, desde o início do século XVIII, antes mesmo da instalação da ca-

pitania de Mato Grosso, sempre estabeleceu importantes relações educativo-culturais mediadas ou por mestres pagos pelas Câmaras de Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade, ou por preceptores particulares, custeados pelos familiares dos alunos. Mais tarde, leigos, clérigos, homens de ciência e militares foram também envolvidos, tanto no ensino de primeiras letras como na aprendizagem de ofícios.

Segundo as fontes documentais e a historiografia mato-grossense, essas modalidades de ensino não sofreram qualquer alteração após o estabelecimento das *Aulas Régias*, etapa primeira da Reforma Pombalina, complementada ao longo das décadas seguintes, tendo por base outras determinações régias. O sistema de aulas instituído ficou sob a responsabilidade dos professores régios, criando o cargo de Diretor dos Estudos. Com isso, a educação passou a ficar adstrita à direção do Estado.

O Diretor dos Estudos era nomeado pelo rei, a quem todos os professores estavam subordinados, cabendo-lhe averiguar, com especial exatidão, o progresso dos estudos, evitando abusos. Ao mesmo tempo deveria propor meios convenientes para fazerem o avanço das escolas. Competia-lhe também advertir, corrigir e castigar os professores com a privação do seu emprego, aplicando-lhes pesadas penas, além de ter todo cuidado em extirpar as controvérsias e fazer com que, entre os docentes, houvesse uma perfeita harmonia e que todos conspirassem para o progresso de sua profissão e aproveitamento dos seus discípulos.

Contudo, Fonseca (2010, p. 19) revela que nos primeiros anos após o citado Alvará, “algumas aulas régias foram colocadas em prática no Brasil, principalmente nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco”. Destaca a mesma autora que as dificuldades encontradas nessa implementação têm sido analisadas por diversos pesquisadores, e cita alguns aspectos como:

[...] a insuficiência de orientações e de dispositivos legais e administrativos para a realização dos concursos para provimento das cadeiras; o desinteresse quanto ao ingresso na carreira de professor régio; ‘as dificuldades na substituição dos antigos métodos, materiais da pedagogia jesuítica por aqueles que foram indicados pela legislação pombalina [...]’. (Fonseca, 2010, p. 19).

Na capitania de Mato Grosso percebe-se que, a partir da edição do Alvará Régio de 1759, primeira fase da reforma educacional, segundo a documentação oficial, dava-se início, mesmo que de forma esparsa, ao movimento reformista lusitano sob a coordenação do poder local constituído, seja com a notícia dada pelo capitão-general, governador da capitania, Antônio Rolim de Moura, anunciando a expulsão dos jesuítas, seja pela apreciação dos ditos ordenamentos mandados cumprir pelas Câmaras da Vila de Cuiabá e de Vila Bela. Isso acabou provocando avaliações, cobranças e envio de documentos, pelos camaristas, ao governador, solicitando-lhe providências para as questões de ensino na região.

Sabe-se que a reforma dos estudos não aconteceu no interior de um processo linear, tendo sido marcada por várias etapas, diferentes umas das outras. Na realidade, passou por longo processo de implantação e consolidação do novo sistema de ensino. A primeira fase da reforma também compreendida como *reforma dos estudos menores*, que, para Cardoso (2004, p. 182) as “Escolas Menores, e de Primeiros Estudos, correspondia o ensino primeiro e ao ensino secundário, sem distinção. Depois de concluídos os Estudos Menores, o estudante habilitava-se a cursar os Estudos Maiores, ou seja, aqueles oferecidos pela universidade”.

O estabelecimento dos Estudos Menores, modalidade formada pelas Aulas de primeiras letras (ler, escrever e contar) e Aulas de humanidades (cadeiras de gramática, língua grega, língua hebraica, retórica e poética, filosofia moral e racional), denominadas de maneira geral de *Aulas Régias*, ocorreu dentro de limitadas possibilidades, quando da instalação do sistema de ensino oficial nas demais capitanias brasileiras. As observações e particularidades da região mato-grossense podem ser destacadas, a princípio, pelo alcance geográfico da reforma, plano que ficou circunscrito às duas vilas, *Vila de Cuiabá* e *Vila Bela da Santíssima Trindade*. Já para as demais localidades, a escolarização se manteve aos moldes de práticas educativas diversas não escolares e com indícios esparsos de educação formal, a cargo de professores, mestres, leigos, clérigos, particulares e contratados pelas famílias que, de certa forma, supriam a ausência do Estado.

Aulas Régias na Capitania de Mato Grosso

Para Tereza Fachada Levy Cardoso, o sistema de ensino implantado com a Reforma dos Estudos Menores, de 1759, baseava-se nas “Aulas de primeiras letras e nas de humanidades, que eram denominadas de maneira geral de *Aulas Régias* que significavam as Aulas que pertenciam ao Estado e não à Igreja. Também na educação, manifestava-se o Regalismo” (2004, p. 182).

Vale ressaltar que as *Aulas Régias* gratuitas de gramática latina, de grego e de retórica, tal como refere Chagas (1982), ficaram assim compreendidas:

Cada aula-régia constituía uma unidade de ensino, com professor único, instalada para determinada disciplina. Era autônoma e isolada, pois não se articulava com outra e nem pertencia a qualquer escola. Não havia currículo, no sentido de um conjunto de estudos ordenados e hierarquizados, nem a duração prefixada se condicionava ao desenvolvimento de qualquer matéria (1982, p. 9).

Desse modo, urge apresentar algumas considerações, vez que a capitania de Mato Grosso foi desmembrada de São Paulo em 1748. A Carta Régia de 22 de setembro do mesmo ano nomeou o primeiro governador e capitão-general da recém-criada capitania, o capitão de Infantaria Antônio Rolim de Moura, senhor das vilas de Azambuja e Montragil que, em 12 de janeiro de 1751, chegou à Vila de Cuiabá e, no dia 17, tomou posse do governo. Em 19 de março de 1752, erigiu-se a vila-capital, que foi nominada de *Vila Bela da Santíssima Trindade*, cabeça do governo.

Dessa maneira, entre 1752 e 1759, no intervalo de sete anos, além dos trabalhos de conquista, controle, segurança e defesa da fronteira que exigiram a instalação de fortes e fortalezas, ordenanças e companhia militares, demarcações, guerras e domínio das populações pobres, indígenas, escravas e de quilombolas, sob a organização da Coroa lusitana, governantes e pela elite local, a notícia da edição do Alvará Régio de 1759 teve pouca repercussão na região. Os demais assuntos pertinentes à reforma ficaram descolados das políticas de orientação portuguesa para o primeiro governador e os seus sucessores, até 1775.

Nas décadas seguintes, a capitania se manteve estabelecida culturalmente com as ações de escolarização da população e com as práticas educativas culturais estabelecidas, também, pelas instituições transferidas de Portugal para Mato Grosso, representadas pelas: *Câmaras municipais*, *Igreja*, as *organizações Militares* e o conhecimento científico com os *Homens de ciência*. Diante dessa situação, as reformas pombalinas foram implantadas com relativa margem de tempo nas diversas capitanias brasileiras, especialmente naquelas que chegaram à sua primeira fase de aplicação dessa reforma, a exemplo “da capitania do Rio de Janeiro, cujo início oficial das *Aulas Régias* ocorreu em 8 de junho de 1774, exatamente quinze anos depois de ser editado o alvará” (Cardoso, 2004, p. 183).

O acima exposto mostra que, para essas reformas acontecerem, não importava o lugar, mas sim as particularidades inerentes a cada região. Em Mato Grosso, a aplicação do alvará aconteceu com a seleção do primeiro professor régio, após 1762, ou seja, três anos depois da expedição do alvará. Percebe-se, nessa breve cronologia histórica que a questão da educação merece uma revisão dos julgamentos atribuídos a Mato Grosso, como condutora de uma educação tardia, atrasada e marginalizada, fato justificado tão somente pela não aplicabilidade imediata dos ordenamentos, sem se aventar para questões como temporalidade de criação e instalação da capitania, na sua territorialidade e espacialidade e nas questões da sua transculturalidade.

Na perspectiva dos concursos, os estudos de Cardoso (2004, p. 183) revelam que:

[...] o primeiro concurso para professores públicos realizados no Brasil, aconteceu na cidade de Recife, em 20 de março de 1760. No mesmo ano, em 7 de maio, realizaram-se os primeiros exames para professores régios de Gramática Latina, no Rio de Janeiro. Entretanto, em 1765 não havia ainda sido nomeado nenhum professor público no Brasil, embora os concursos já houvessem se realizado. No Rio de Janeiro, o início oficial das *Aulas Régias* ocorreu em 8 de junho de 1774[...]. Havia se passado exatamente quinze anos, desde o alvará de 28 de junho de 1759, quando fora implantado o novo sistema público de ensino, no Reino português [...].

Contudo, percebe-se que não havia linearidade na consolidação da nova prática nas capitanias brasileiras, pois muitas delas padeciam dos mes-

mos problemas com relação ao ensino. Se algumas deixavam seguir o fluxo natural das coisas e dos acontecimentos, outras, em condições mais desfavoráveis, acabavam retardando o processo de implantação das reformas pombalina da educação.

A capitania de Mato Grosso padeceu dos mesmos óbices que as demais, mas com um diferencial: por ser uma capitania recente no cenário nacional, instalada numa região de confins, com limites ainda indefinidos e revestidos de valores culturais diversos, por ser a menina dos olhos da Coroa portuguesa no quesito novas conquistas, domínios, riquezas minerais e naturais a serem descobertas, - vivia Mato Grosso um relativo 'isolamento', porém, essa questão merece investigações mais aprofundadas. Paradoxalmente, nesta capitania a preocupação dos capitães-gerais, governantes e da metrópole centravam-se em projetos ambiciosos e alguns não puderam ser levados avante.

Já os projetos no âmbito educacional, como a educação e a instrução pública – aulas de engenharia, de medicina, a formação dos contadores e geógrafos, a preparação de alunos para a universidade e a formação de militares, tiveram realizações práticas, com as *Aulas Régias*, acontecimento registrado pela empiria nos diferentes estudos que abordam o ensino público na capitania de Mato Grosso.

Com base na documentação levantada, principalmente naquelas assentadas no magistério régio em Mato Grosso, – com destaque para os registros de memórias contidas nos *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade* e referentes aos processos de seleção dos professores denominados régios – pode-se afirmar que, com base no alvará de 1759, foi colocada a concurso, no ano de 1762, a cadeira de Gramática da Vila de Cuiabá, cujos exames ficaram a cargo dos comissários: doutor Intendente, Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa, fidalgo da Casa Real, do doutor Juiz Ordinário Antonio da Silveira Fagundes Borges, o Secretário do governo Diogo José Pereira, e do doutor João Freire de Albuquerque. Foram aprovados os padres: José de Almeida e Manuel Alves, conforme notícia dos Anais de 1762:

[...] Aos 5 de junho se pôs em concurso a cadeira de Gramática da Vila do Cuiabá, e se puseram a esta o padre José de Almeida e o padre Manuel Alves, os quais vieram ambos do Cuiabá com esse projeto, em cujo

ato assistiu o doutor intendente, Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa, fidalgo da casa real, o doutor juiz ordinário Antonio da Silveira **Fagundes Borges, o secretário do governo Diogo José Pereira, e o doutor João Freire de Albuquerque, todos agigantados corifeus (mestres) da latinidade. Por isso, o padre com maior desembaraço e sabedoria, resolveu as dúvidas e construiu as respostas e sabedoria, digo, orações que lhe deram, de sorte que foi a sua aprovação um “nemine discrepanti”**. [Ninguém discorda]. (Amado; Anzai, 2006, p. 86, grifo nosso).

O documento transcrito apresenta todos os passos exigidos pelos dispositivos legais da reforma do ensino oficial português, por ocasião dos concursos e exames para a provisão do cargo de professor. Estabelecia o ordenamento de 1759, o qual não se limitava à idade mínima para o candidato que as inscrições eram gratuitas, não se exigindo dos candidatos a professor régio ou ao ensino particular qualquer diploma ou comprovante de habilitação para o cargo. Precisava ele demonstrar conhecimento, ter bons trâmites com a comunidade, ser bom cristão e possuidor de bons costumes. E, após aprovação, recebia a provisão autorizando-o a lecionar. Portanto, os professores régios de Gramática Latina, Grego, Retórica e Filosofia e os mestres de ler, escrever e contar constituíram os dois primeiros grupos de professores selecionados, nomeados, pagos e controlados pelo Estado.

O estudo de Cardoso (2004, p. 188) apresenta o alvará de 1759 e enumera os privilégios concedidos pela Coroa, aos professores:

[...] terão o privilégio de nobres, incorporados em direito comum, e especialmente no Código Título de professoribus et medicis. Isso significa passar da condição de plebeu à de pessoa honrada, ou seja, ganhar um título de distinção social e política, que trazia vantagem na ascensão social, além de garantir certos privilégios, como a isenção de determinados impostos, a possibilidade de ocupar postos destinados à nobreza, a exclusão de penas infames, ou ainda o privilégio de não ir para a prisão. Do universo das pessoas honradas faziam parte os nobres, que se dividiam em “principal nobreza do reino”, “nobreza distinta” e “nobreza ordinária”. Os plebeus estavam excluídos desse universo. Na relação das honras concedidas aos súditos, cabia à categoria de letrados, constituída por

doutores, licenciados e bacharéis formados, o grau de nobreza ordinária, que era o mais baixo [...].

Por outro lado, o mesmo autor chama a atenção para o problema de sintonia entre o discurso de valorização do ofício e a sua prática pelos próprios professores. Esclarece que isso significa que:

[...] muitos deles, embora colocassem o magistério régio em segundo plano em suas vidas, o representavam de uma forma positiva e idealizada quanto disso poderia depender a obtenção de vantagens ou de mercê. A conquista de distinção social na sociedade do Antigo Regime, mesmo que não acompanhada de ascensão social, era significativa, sobretudo na América, marcada pela presença da escravidão, pelos preconceitos e relação ao trabalho manual, e pela valorização dos diferentes mecanismos de aproximação com as esferas mais importantes de poder. Para os professores régios a inserção no mundo da cultura escrita já lhes daria uma alguma vantagem, e a possibilidade de somarem outros elementos na busca por melhores posições, levava-os ao tentar construir uma representação positiva do ofício e de sua dedicação a ele, o mais proximamente possível do perfil prescrito pela legislação e desejado pelo Estado [...]. (Fonseca, 2010, p. 106).

Nesses termos, segundo os estudos de António Nóvoa (1999, p. 17), a partir do final do século XVIII:

[...] não é permitido ensinar sem uma licença ou autorização do Estado, a qual é concedida na sequência de um exame que pode ser requerido pelos indivíduos que preenchem certo número de condições (habilitações, idade, comportamento moral etc.). Este documento constitui um verdadeiro suporte legal ao exercício da atividade docente, na medida em que contribui para a delimitação do campo profissional do ensino e para atribuições ao professorado do direito exclusivo de intervenção nesta área [...].

No decorrer da vigência e aplicabilidade das reformas dos Estudos Menores muitas foram às dificuldades apresentadas nas diversas capitanias bra-

sileiras para sua implantação, visto terem surgido problemas e obstáculos de ordens diferenciados, como professores concursados, mas não empossados; a falta de compêndios recomendados pelo Alvará de 1759; disputas políticas, entre outros aspectos. Isso levou a Coroa desdobrar a Reforma Pombalina dos Estudos Menores, em outras grandes reformas, como a de 4 de junho de 1771, ocasião em que, por um novo Alvará, extinguiu a direção-Geral dos Estudos no Reino e seus domínios, passando a administração e a direção dos Estudos das Escolas Menores para a Real Mesa Censória, dando início à segunda fase da Reforma dos Estudos.

Este momento reformista foi marcado com a Lei de 6 de novembro de 1772, quando o governo lusitano passou a promover correções e incrementar ofertas para o ensino escolar. Essa fase ficou conhecida também como *Reforma dos Estudos Maiores*, simultânea à reformulação dos estudos específicos da Universidade de Coimbra. Subentende-se que, após cursar os Estudos Menores, o estudante se encontrava habilitado e pronto para cursar os Estudos Maiores, promovidos pela Universidade de Coimbra, que perfaziam a segunda fase da implantação do sistema de ensino público no mundo luso (Cardoso, 2011, p. 76-77).

Inclui-se também nesse processo de reforma dos Estudos Menores de 1772 a criação do *Subsídio Literário*, uma fonte regular de recursos para a manutenção do sistema de ensino, o que permitiria a ampliação e a manutenção não só das *Aulas Régias* de leitura, escrita e cálculo, mas também das cadeiras das disciplinas avulsas, como as de Filosofia, Gramática Latina e outras.

Subsídio literário x provimento de cargo de professor

De acordo com a historiografia, o financiamento das aulas régias foi instituído por meio da Carta Régia de 10 de novembro de 1772, fonte de recurso denominada *Subsídio Literário*, imposto destinado a custear as reformas no campo da instrução pública promovidas pelo *Marques de Pombal*, especialmente para o pagamento dos mestres e professores das escolas menores públicas de todos os reinos e territórios de Portugal e ultramar. Sabe-se que esse fundo específico, criado pelo *Marques de Pombal*, adviria das taxas sobre o *vinho*, a *aguardente* e o *vinagre* dos reinos de Portugal e das ilhas dos Açores e da *Madeira*; na *América* e na *África*, a *aguardente* e as carnes de

cortes(frescas); e na *Ásia*, todas as aguardentes produzidas. Tal subsídio consistia no pagamento de um real em cada canada de vinho, de 140 réis nas de aguardente, de 160 réis por cada pipa de vinagre. Nas terras do Brasil, a cobrança do imposto ficou sob a responsabilidade das Juntas da Real Fazenda, instaladas em algumas capitanias.

De acordo com o alvará, após a coleta do imposto, o pagamento dos mestres e professores, os responsáveis pela arrecadação teriam que enviar o saldo existente para Portugal, sendo semestral o sistema de coleta do imposto.

Contudo, antes da criação deste imposto, Fonseca (2010, p. 100) aponta em seus estudos que “o pagamento era estipulado de forma irregular. No Brasil, por exemplo, usavam-se parâmetros diferentes e variáveis, que podiam ser os valores pagos na Corte ou aqueles praticados em outras partes do império.”

Segundo os *Anais vilabelenses*, no ano de 1775, em Vila Bela da Santíssima Trindade, aos 7 de janeiro, após recebimento da carta de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador da capitania, o vereador Francisco Xavier Antam, dava a conhecer as seis e mais disposições régias de 10 de novembro de 1772, que estabeleceram o *Subsídio Literário* destinado ao pagamento dos professores dos estudos das escolas menores, reformado pelo Alvará e Instruções de 28 de junho de 1759. O registro noticioso sobre os feitos administrativos do governador Luiz de Albuquerque e o pronunciamento do vereador deixaram fulgurar o otimismo, ao enaltecer que a *Capital de Mato Grosso, contava com 23 anos de sua fundação*:

[...] como já floriu notoriamente no comércio e na agricultura [duas palavras]... Entrada nas belas letras, para que, na civilização e na riqueza, tivesse a América Portuguesa, ainda nos mais interiores de seus sertões, em que competisse, nos tempos futuros com as cidades da Europa, que não tiveram melhores princípios; pois que a soberba Roma constava séculos de sua fundação quando entrou a ilustrar-se pelas artes e ciências [...] (Amado; Anzai, 2006, p. 196).

Por essa ocasião, buscava-se dar um impulso à educação. O discurso do vereador Francisco Xavier Antam e do governador Luiz de Albuquerque em defesa do *Subsídio Literário*, implantado na capitania em 1755, não surtiu o

efeito esperado, até porque este imposto não fora até então recolhido. Frente à situação de descaso para com a instrução pública, principalmente com relação ao imposto para custear os honorários dos professores, o Príncipe Regente, D. João ordenou, pela Carta Régia de 19 de agosto de 1799, encaminhada às capitânicas brasileiras, como da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, ordenando a instituição do subsídio literário, manifestando, assim, seu interesse em promover o bom estado das escolas e do ensino público e expõe a sua tristeza pelo estado deplorável em que se achavam as escolas, motivadas pela falta de sistema, de organização no estabelecimento das cadeiras de ensino, de aplicabilidade das normas e pela falta de inspeção:

[...] Eu Príncipe vos envio muito saudar sendo-me prazer por ti, **a triste e deploração do estado, em que se acham as escolas menores em todas as Capitânicas do Brasil pela falta de sistema, com que se acham estabelecidas as cadeiras necessárias para a instrução pública**, pela qualidade das mesmas, com que fosse se atendo ao que mais esse necessário no local, onde se estabeleceriam as pobres ditas cadeiras, pela falta de uma norma fixa para a nomeação e escolha dos professores, para inspeção sobre o cuidado, atividade e zelo com que os mesmos professores cumprissem as suas obrigações, e finalmente pela falta de proporção entre as cadeiras que se estabelecerão e as rendas e produto do subsídio literário, que desse servir ao pagamento de seus honorários. (ACBM/IPDAC. Pasta n.º 95. Caixa 25. Grifo nosso).

Ordenava o mesmo Príncipe Regente que os governantes estudassem soluções, examinassem as dificuldades e apresentassem novos encaminhamentos e procedimentos para a melhoria da instrução na região, dando-lhes autonomia para tal fim, inclusive que encontrassem meio de elevar os recursos do *Subsídio Literário*. Na perspectiva de que o referido imposto subsidiasse todas as despesas com a instrução, desde o salário, inspeção e aposentadoria dos professores, e que também amparasse as atividades burocráticas necessárias, como exames, concursos e inspeção:

[...] Ei por bem ordenar-vos que procedas ao exame de todos estes objetos, e que mude circunstancialmente lhe a forma, pra isso, sobre o quantitativo

atual e sobre o aumento, que poderá ter o *subsídio literário*, quando bem administrado, ou mandado em pequenas porções, para o que vos dou toda e necessária autoridade, a fim de que possas desde logo fazer que este ramo de renda pública se tenha maior auge que for possa. (ACBM/IPDAC. Pasta n.º 95. Caixa 25).

Determinava também que o governante de Mato Grosso preservasse o número de cadeiras/aulas já disponíveis para a região. Preocupado com as questões fronteiriças, autorizava que fosse estabelecida na capitania de Mato Grosso uma cadeira de Aritmética, Geometria e Trigonometria, onde se pudessem formar bons contadores e medidores. A finalidade era a de suprir a demanda da região de fronteira e sertão com profissionais competentes, para auxiliar o poder lusitano na demarcação do território e rios, principalmente nas áreas conquistadas, ou em processo de conquista ou de litígio. Esses futuros profissionais deveriam ser capacitados para efetivar estudos, levantamentos, elaborar planos, medidas e, mediante as anotações de trabalho, procedessem às descrições do território e dos rios de Mato Grosso.

Percebe-se que, para o Príncipe Regente, a instrução nessa região era de fundamental importância, vez que os serviços essenciais, técnicos e de qualidade deveriam ser executados e encaminhados pelos próprios habitantes, restando somente ter bons governantes para a viabilização dos planos:

[...] segundo, sobre o mesmo em qualidades de cadeiras, que será necessário conservarem, e das que convirá suprimir, tendo tão bem em consideração, que na capital dessa Capitania determino que se estabeleça uma cadeira de aritmética, geometria e trigonometria, onde possam formar se, e educarem-se bons contadores, e bons medidor a fim de não sinta a falta que há de bons contadores e bons medidores, e que as medidas das terras se fação com a necessária exatidão, além da estabilidade que há de haver geômetras e geógrafos capazes de levantarem as medidas dos territórios e dos rios com as notas dos trabalhos que nas mesmas podem empreender-se. (ACBM/ IPDAC. Pasta n.º 95. Caixa 25).

O Príncipe Regente chamava a atenção do governador de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, para que ele usasse de inteligência, vez que a capitania vivia uma situação *sui generis*, pois não havia bispo e que

a autoridade máxima para tratar os assuntos da instrução deveria ser o próprio governador. Na falta do Bispo, dava-lhe autoridade para nomear os professores, inspecionar as escolas, a conduta dos professores, inclusive vigiar seus procedimentos, suspendendo-os do exercício, avaliando as justificativas e até estabelecendo perda de cadeira. Enfim, arrolava os procedimentos necessários para que o capitão-general viabilizasse o ensino na capitania. Nesse sentido, recomendava, com veemência, que todas as proposições apresentadas fossem realizadas com empenho e esforço, mediante a fixação de um plano para implementar a melhoria da instrução dos habitantes da região:

[...] Terceiro, que desde já fiqueis na inteligência que a vos somente, por que não há bispo nessa capitania, pertence nomear os professores a suprema inspeção sobre as escolas, dando-vos todo o poder para vigiar sobre a conduta de serviço e procedimento dos mesmos professores, informando dos que necessitarem e a perda da sua cadeira, ficando só ativado para suspendê-los do exercício, em que quando lhe da parte e o professor se justificar, ou conhecer a justiça do procedimento, que com ele se praticam. Deste modo confio que, aplicando todos os vossos esforços ao exame de tão importante matéria, fixaria um ramo que seja merecedor da minha Real aprovação, e de que siga a melhor instrução dos meus vassallos nessa capitania. (ACBM/IPDAC. Pasta n.º 95. Caixa 25).

Por último, o Príncipe recomendava que o capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro assegurasse o estudo das Línguas Latina e Grega, principalmente por ocasião dos exames e escolha dos mestres, para que os discípulos fossem formados e instruídos com precisão. O empenho de D. João, com relação às línguas, visava formar, segundo dispositivos do Alvará de 1759, novos quadros de professores para a região, especialmente compostos por discípulos das vilas, após passarem por todos os processos de escolarização estipulados no dito ordenamento. Reforçava que fosse assegurado o pagamento dos honorários dos professores e criado um fundo para cobrir as despesas na jubilação e aposentadoria dos mestres, após anos de serviço.

Percebe-se, no referido documento, a preocupação do reino com a carreira e a profissão docente, inclusive porque o professor era visto como mais um “funcionário” do Estado:

[...] recomendando-vos tão bem, que não vos esqueça de segurar e assumir o estudo das línguas latinas e grega, para que na escolha daqueles incomparáveis mestres se forme a gosto da mocidade instruída; [...] e que se assegurando aos professores ato pagamento dos seus honorários, e aplique tão bem algum fundo para a jubilação dos mestres, que depois de longos annos de serviço, se impossibilitar. (ACBM/IPDAC. Pasta n.º 95. Caixa 25).

Finalizando a leitura da correspondência régia, depreende-se que a autoridade real imbuída de boa vontade de promover nas escolas, nos espaços de sociabilidades, as atividades lúdicas e literárias, para fazer com que a mocidade estudantil florescesse nas suas produções, sendo aqueles que se destacassem merecedores de premiações com medalhas:

[...] e para premiar com algumas medalhas de valor os discípulos das mesmas escolas, que anualmente fizerem alguma composição de distinto mencionamento ou publiquem alguma coisa, que mereça passar para a posteridade. O que vos ei por muito recomendado. Escrito no Palácio de Queluz em nove de agosto de mil setecentos noventa e nove. Príncipe – Para Caetano Pinto de Miranda Montenegro (ACBM/IPDAC. Pasta n.º 95. Caixa 25).

Em consulta ao Catálogo de Verbetes de Documentos Coloniais da Casa Barão de Melgaço/Instituto Dom Aquino Corrêa (IPDAC), Cuiabá, MT, depa-rou-se com os seguintes documentos: A Carta Régia do Príncipe Regente, D. João ao governador da capitania e a Carta resposta do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o Príncipe Regente. Portanto, correspondências oficiais trocadas entre a autoridade lusa e o governante local, cujo assunto era a instrução pública em Mato Grosso. E assim escreve o governador de Mato Grosso no que diz respeito ao plano de aumento do *Subsídio Literário*, um dos itens de cobrança contidos na Carta Régia de 1799:

[...] Sendo, porém, indispensável para dar a execução tão uteis e tão reais providencia em melhorar primeiro o rendimento do *subsídio literário* por onde se acham de pagar os honorários dos professores, tendo determinado, em virtude dos poderes que Sua Alteza Real me concede, em mudar a

forma de arrecadação da dita coleta literária desde o primeiro de janeiro do ano futuro de 1801 (ACBM/IPDAC, Pasta n. 95. Caixa 25).

E, para melhorar a arrecadação do *Subsídio Literário* e assim custear os honorários dos professores e estabelecer a melhoria do ensino e da instrução pública na região, pelo Bando de 14 de maio de 1800, o capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro determinava a nova modalidade de sua arrecadação:

[...] fazendo-a arrendar e arrematar em praça pública a quem mais ser dividido em pequenos ramos, na maneira seguinte: O primeiro ramo compreendera as aguardentes de todo o distrito de Mato Grosso, e a carne que se cortarem no açougue dos arraiais, não julgando por ora preciso o arrecadar o subsídio das carnes que se cortarem no açougue da capital. O segundo ramo compreendera todas as aguardentes de todo o distrito desta Vila do Cuiabá, à exceção da dita freguesia de Vila Maria do Paraguai. O terceiro ramo enfim será das carnes que se cortarem nos açougues desta mesma Vila do Cuiabá e seus distritos. O primeiro ramo há de ser arrematado em Vila Bela no dia 30 de agosto deste ano presente o Dr. Provedor da Real Fazenda: E os dois ramos desta Vila, o ramo do julgado de Sam Pedro d'Elrey, e da freguesia de Vila Maria, irão de ser aqui arrematados no último de julho desde mesmo ano presente o Dr. Juiz de fora desta Vila executor dos Reais serviços.

[...] E para que a conhecida Carta Régia, e a primeira providencia que para a sua execução me proponho dar na forma acima referida, cheguem a notícia de todos: “mandei lavar o presente bando, por mim assignado e selado com o signete das minhas armas, o qual será publicado na forma de costume, nesta Vila no julgado de Sam Pedro d'Elrey, em Vila Maria do Paraguai e na Capital de Vila Bela, registrando-se na Secretaria do Governo, e onde mais convier”. Dado nesta Vila do Cuiabá ao quatorze de Maio de mil e oitocentos, secretário do governo Joaquim Jose Cavalcanti Albuquerque Lins Ferreira. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. (ACBM/IPDAC, Pasta n. 95. Caixa 25, grifo nosso).

Sabe-se que o Alvará de 1759 instituiu também as primeiras *Aulas Régias* e a Lei de 6 de novembro de 1772 determinou a criação de novas cadei-

ras em diferentes partes do império português, ocasião em que em algumas localidades brasileiras foram atendidas, pelos menos, com *Aulas Régias*. Na capitania de Mato Grosso, de acordo com a situação já mencionada, como a ausência dos educadores inacionos, instalações e material didático-pedagógico relativo ao ensino formal, contavam os habitantes da região com mestres de outras congregações religiosas e com o recurso de professores particulares, pagos pela Câmara ou por famílias.

Observa-se, na documentação perscrutada sobre as autorizações, que o processo de distribuição e aumento de números de aulas/cadeiras/vagas, até aquele momento, não trazia evidência sobre essa etapa do processo em Mato Grosso. O que se verificou foi a existência de um trâmite conflituoso burocrático de processo não homogêneo, mas possível de ser operacionalizado de acordo com os requerimentos e solicitações de professores com vistas à nomeação, vagas, pagamentos de honorários, documento de provisão etc.

A partir dessa documentação oficial, conheceu-se um número de professores contratados pelo Estado português no contexto regional de Mato Grosso. Vale evidenciar o número expressivo de padres dentre os professores régios, tanto nas cadeiras de Primeiras Letras quanto nas de Gramática e Filosofia Racional.

Para Fonseca (2010, p. 77), “há alguns elementos que podem ser considerados para explicar essa expressiva presença de padres no magistério régio na Capitania de Minas Gerais, situação, aliás, observada em várias outras partes da América portuguesa e mesmo do Reino”. Prossegue a mesma autora:

Nessa época não havia escolas normais ou cursos específicos para a formação de professores, nem mesmo em Portugal, e os eclesiásticos seriam um grupo mais bem provido de instrumentos e competências tanto para o ensino de Gramática Latina quanto para o das Primeiras Letras, mesmo considerando-se os problemas então presentes na formação do clero [...]. (Fonseca, 2010, p. 77)

Explica, ainda que:

[...] Um desses elementos seria a maior familiaridade dos membros do clero com a cultura escrita, assim como seu conhecimento das línguas

portuguesa e latina – mesmo que limitado –, o que os colocava em posição de vantagem no momento do ingresso no magistério régio. A presença do clero secular na maior parte da Capitania permitiria a combinação das funções sacerdotais com o magistério e facilitaria a existência de aulas régias em localidades que poderiam, em tese, ser pouco atrativas para outros professores. Considere-se também, o fato de que muitos desses padres procuravam a carreira nas aulas régias como meio de complementar suas parcas rendas provenientes das cômguas pagas pelo Estado, ou mesmo por não terem acesso a elas [...] (Fonseca, 2010, p. 77).

Frente ao exposto, Antonio Tavares da Silva, presbítero secular, manifestou desejo de ensinar Gramática Latina. Em requerimento, solicitou à Coroa a sua licença como docente:

[...] Diz Antonio Tavares Correa da Silva presbítero secular, que ele deseja ensinar gramática latina às pessoas que com ele quiserem aprender, e sem uma licença de V. Ex^a, conforme as Reais Ordens não podem praticar, requer que V. Ex^a reconhece e dê a ele a licença. Cuiabá, 24 de outubro de 1800. (ACBM/IPDAC, Caixa 45, Pasta 166, n. 222).

Assim, em atenção ao requerimento do padre Antonio Tavares Corrêa da Silva, o capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, por correspondência oficialmente recebida do Ouvidor Geral da Câmara, Manuel Ribeiro Freire, foi informado dos procedimentos adotados por ocasião dos exames do candidato:

[...] Em observância do respeitável officio de V. Ex^a de 24 de outubro do presente ano que me dirigio para presidir o ato de exame feito pelo presbítero Antonio Tavares Correa da Silva com assistência dos examinadores declarados nos termos adiante junto afirmo a V. Ex^a que o referido candidato é ótimo estudante, de bellissimo comportamento, e afianço a sua boa conduta no desempenho do emprego de que se faz merecedor. Deos guarde a V. Ex^a por felizes anos. Cuiabá 6 de novembro de 1800. Ilmo Exmo Sr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Ouvidor Geral da Câmara, Manoel Ribeiro Freire [...] (ACBM/ IPDAC. Pasta 166 N° 222 Caixa 45).

O Ouvidor Geral da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá fez juntada do *Termo de Exame* do reverendo Antonio Tavares Corrêa da Silva, que comprovava seus conhecimentos. A seção de examinação foi realizada na residência do desembargador Manoel Joaquim Ribeiro Freire, por ser Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, tendo sido comissionado pelos demais examinadores, os professores da Filosofia Racional e Moral, o reverendo José Manoel de Siqueira, juntamente o de Gramática Latina, José Zeferino e Monteiro de Mendonça:

TERMO DE EXAME

Aos dois dias do mês de novembro de mil oitocentos anos nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em as casas de morada e residência do Doutor Desembargador *Manoel Joaquim Ribeiro Freire* do desembargo de Sua Alteza Real ser Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, onde eu escrivão se seu cargo as diante nomeado e sendo até appareceres presentes os professores da filosofia racional e moral o reverendo *José Manoel de Siqueira* e juntamente de Gramática latina *José Zeferino e Monteiro de Mendonça* a quem o dito ministro lhe fez juramento dos Santos evangelhos, em um livro deles, sob cargo do qual lhe encarregou que bem e verdadeiramente sem proptição alguma **examinassem da gramática latina o reverendo Antonio Tavares Correa da Silva, que se acha presente até ato recebido por eles os dito juramentos assim o prometendo fazer e dando-se princípio ao exame pelos autores clássicos Horacio, Cicero e Tacito com a tradução latina** que por último fez o candidato com que mostrou a sua capacidade em fixar gramática na forma que se queres ao meu supremo e excelentíssimo senhor general. Votarão uniformemente que ficara aprovado no dito exame que assim mandou o dito ministro fazer termo em que assignou com os dois professores régios e eu *Francisco Xavier Ferraz* escrivão da ouvidoria Geral nomeado pelo dito Ministro para esta diligência que o escrevo. (ACBM/IPDAC. Pasta 166, nº 222, Caixa 45, grifo nosso).

De acordo com a historiografia, procura-se destacar que nem sempre a solicitação de autorização para lecionar ou, no caso de obtenção de licença, se efetivava somente via Comissários, mas partia também de iniciativas das Câmaras, dos Superiores de Instituições Religiosas, Reitores de Seminários e

até mesmo de pais e familiares dos alunos, que solicitavam abertura de aulas. A origem e a descendência dos postulantes a professor eram muito importantes, senão determinante para seu aceite.

O quadro de professores das cadeiras, aulas vagas, formadas na capitania de Mato Grosso foi constituído a partir dos requerimentos, exames e concursos dos professores. Assim foi o caso de *Antonio Francisco Neves*, que encaminhou requerimento à Câmara da Vila de Cuiabá solicitando permissão para ocupar o posto de Mestre da mesma vila, alegando como motivo da vaga o falecimento de seu pai, já detentor de Provisão Régia que lhe habilitava ser mestre de ler, escrever e contar, vez que já fora aprovado em exame de seleção para ocupar tal cargo:

[...] Ilmos. Senhores Do Governo. Diz *Antonio Francisco Neves*, o moço. Morador na Villa do Cuiabá, **que obtendo o seu falecido pai, Antonio Francisco Neves em sua vida Provisão Régia para ensinar na sobredita Villa do Cuiabá a ler, escrever, e contar, tendo vindo a esta Capital a examinar-se perante o Dr. Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, e sendo com efeito examinado e aprovado**, no regresso para aquela Vila foi designado servido levá-lo para si na fazenda do Caeté, ficando por esta forma infrutuosa o seu trabalho e despesas. É porque na pessoa do superior concorrem os mesmo requisitos, e aptidão que se encontrava ora de seu falecido pai, para bem servir a dita ocupação, acrescentando ter instrução na gramática Latina, o que faz certo com o incluso documento, por isso requer a Vossa Senhoria exijam por bem decretar por sua venerada Portaria, que os seus superiores por benefício da mesma **provisão tome posse da sobredita cadeira de Mestre de Ler, escrever, e Contar, e vá exercendo interinamente enquanto recorre ao Tribunal Competente, se antes disso não aparecer pessoa provida pelo mesmo Tribunal para exercer a dita ocupação**; Portanto. Peço a Vossa Senhoria se dignem por providência interina definirão supp. Como requer. E.R.M. Vila Bela, 14 de Abril de 1796. (BRAPMT. CVC. RQ. 0162 LX: 004, grifo nosso).

Segundo Cardoso (2011, p. 78), ainda a respeito de concurso e provimentos dos cargos: “[...] Uma vez aprovado, os professores recebiam um documento – a licença ou a provisão – que os autorizava a lecionar. Para o en-

sino público iam os professores régios e para o ensino particular iam os professores licenciados”.

Mesmo tardiamente, como consideram alguns estudiosos da educação e instrução pública na capitania de Mato Grosso no período colonial, percebe-se, nas entrelinhas das fontes, grande movimentação da intelectualidade do período, uma vez que muitos se colocavam dispostos a ocupar postos de trabalho disponibilizados pelos governantes, ao proclamarem editais não só para abertura de vagas para o ensino mas também para a constituição de comissões de estudos, bancas examinadoras, escrituração de compêndios históricos, dentre outras funções que demandavam certo grau de conhecimento. Esse fato pode ser observado no documento escrito pelo professor, padre *José Manoel de Siqueira*, como o primeiro mestre de Filosofia Racional e Moral de Cuiabá, que dispunha de conhecimentos nessa área e também na de História Natural, adquiridos por ocasião dos Estudos Superiores em Portugal. Predispunha-se a transmitir esses conhecimentos à juventude mato-grossense:

No dia 15 do presente mês de julho na mesma hora em que pus para nesta, vos escrever a V. Ex^a pela parada dando parte de minha chegada, e remetendo juntam as cartas, de que me encarreguei, agora posso enviar a V. Ex^a a **Carta Regia que me compete a professor de filosofia nesta Vila, e a ordem do real envio por segunda mão**. Também vos o certamente que devo apresente do capitão do navio que o conduzi a V. Senhor [...] e como será do agrado de V. Ex^a que nesse mesmo ano tenha princípio o exercício do meu magistério, espero que depois de cumprida a Real Carta e registrada por V. Ex^a envie para a competente comissão para esta Vila se me der posse da carreira. Eu devo dizer a V. Ex^a que além do estudo de filosofia racional, me apliquei por 3 anos as do natural, e me proponho também a explicá-las aos mesmos escolacios que espontaneamente a quiserem ouvir nas horas que se oferecerem vagas e desde que esta resolução seja do beneplácito de V. Ex^a a quem desejo servir competentemente. Ilmo Ex^o Sr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Cuyabá 22 de julho de 1798. Padre José Manoel de Siqueira. Fonte: (ACBM/IPDAC, Caixa 18, Pasta 63, n. 1583, grifo nosso).

Muitas demandas enviadas à Coroa ou a governadores da capitania requerendo criação de aulas e de vagas, nomeação de professores, solicitação de ocupação de vagas – resultantes do falecimento do antigo titular da cadeira ou as em tramitação na esfera da justiça – pode ser exemplificado no caso do requerimento de provisão Tenente Francisco Leite Pereira, como candidato para à cadeira de Mestre de Primeiras Letras da Vila de Cuiabá (1811):

Ilmo e Exmo. Snr. [...] Diz o Tenente Francisco Leite Pereira que achando-se vaga a cadeira de Mestre das primeiras Letras, desta Vila de Cuiabá, por falecimento de Joaquim Mariano da Costa, o Supe a V. Exa. a Graça de o prover na referida, e foi V. Exa servido mandar que lhe passasse Provisão, a qual até agora senão tem passado pela razão de estar o Secretário deste Governo em dúvida se deve o Supe pagar ou 197 não Novos Direitos; pelo que sem embargo desta dúvida se lhe passe Provisão, como V. Exa ordenou; e enquanto a Junta Real Fazenda não decide se o Supe deve ou não pagar os ditos Direitos, na dúvida o Supe prestar fiança para segurança delas, e com efeito se decidir que o deva pagar. Pa. V. Exa seja servido assim mandar. (Esse requerimento foi deferido, mediante fiança, em 26 de março de 1811). (Apud Marcilio, Humberto, 1963, p. 28-29).

Em Mato Grosso, o processo reformista, pelas razões já enunciadas – como a não presença dos educadores jesuítas, bem como a ausência de organização escolar, ou melhor, dizendo, sem os elementos da cultura escolar na forma institucionalizada de escola – o modelo pombalino aconteceu paulatinamente na região, juntamente com o modelo remanescente, ainda que observadas as proposituras estabelecidas pelo reino português, mesmo que de forma lenta, ocasionada pelo tempo e o distanciamento geográfico da capitania com os outros centros. Contudo, não foi muito diferente daquelas localizadas próximas ao poder central e com capacidade instalada, deixada pela Companhia de Jesus.

FONTES

Documentação

ACBM/IPDAC, Caixa 25 - Pasta 95 – env. 1486. *Bando determinando o bom ensino na comunidade e para isso o governo investia em construção de escolas e formação de professores, pois era deplorável o estado da maioria das escolas das capitanias da Colônia brasileira.* Cuiabá, 14 de maio de 1800.

ACBM/IPDAC, Caixa 45 - Pasta 166 env. 2223. *Ofício do Senado da Câmara de Vila Bela a Caetano Pinto de Miranda Montenegro discorrendo sobre a situação financeira da capitania e indicando sobre a escolha de jovens para se dedicar ao estudo das Artes e Ciências.* Vila Bela, 15 de dezembro de 1799.

APMT – BRAPMT. CVC. RQ. 0162 LX: 004. *Carta de Antonio Francisco Neves que encaminhou requerimento à Câmara da Vila de Cuiabá solicitando permissão para ocupar o posto de Mestre da mesma vila, alegando como motivo da vaga o falecimento de seu pai, já detentor de Provisão Régia que lhe habilitava ser mestre de ler, escrever e contar, vez que já fora aprovado em exame de seleção para ocupar tal cargo.* Vila Bela, 14 de Abril de 1796.

ACBM/IPDAC, Caixa 18 - Pasta 63 – env. 1583. *Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Pe. José Manuel de Siqueira discorrendo sobre a chegada de carta e remetendo outras a ele, as quais foram encarregadas e enviando Carta Régia que o institui como Professor de Filosofia Racional e Moral.* Cuiabá, 22 de julho de 1798.

Referências

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny ANZAI (Orgs.). *Anais de Vila Bela 1734-1789.* Cuiabá: Carlini@ Caniato: EdUFMT, 2006.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, v. 1: séculos XVI – XVIII/ Petrópolis: Vozes, 2004.

CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?* São Paulo: Saraiva, 1982.

DOURADO, Nileide Souza. *Educação em Mato Grosso Colonial: práticas educativas, civilidade, escolarização.* Cuiabá, MT: Paruma, 2021.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *O ensino Régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso.* Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 19).

NÓVOA, António (Org.). *O processo histórico de profissionalização do professorado.* Profissão professor. 2. ed. Porto: Porto Editorial, 1999.

SOUZA, Neimar Machado de; FERREIRA júnior, Amarílio e BRAND, Antonio Jacó. *A Escola Colonial entre os Itatim.* In: *Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial.* Organização de Cézár de Alencar Arnaut de Toledo; Maria Aparecida de Araújo Barreto Ribas e Oriomar Skalinski Junior. Maringá: Eduem, 2012, vol.1.

3. A estrada de terra de Cuiabá a Goiás (1736-1737)

*Suelme Evangelista Fernandes*⁹
*Benjamim Duarte Monteiro Neto*¹⁰

RESUMO: Este estudo visa apresentar os contextos socioeconômicos, de planejamento, construção e usos do caminho de terra que interligava a Vila de Cuiabá a Goiás em 1736 como uma estratégia macro estruturante de logística e integração intra colonial e continental. Foram usadas fontes historiográficas convencionais de monografias, bibliografias e fontes primárias existentes em documentos manuscritos oficiais e iconocartográficos. Essa pesquisa apresenta novas informações sobre as relações de comércio, defesa, cartografia e logística estabelecidas pelo terminal colonizador português no interior da América Lusitana.

Palavras Chaves: Estrada de Terra Goiás-Cuiabá; Mato Grosso-Goiás; Logística e transporte colonial.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

THE DIRT ROAD FROM CUIABÁ TO GOIÁS 1736-1737

ABSTRACT: This study aims to present the socioeconomic contexts, planning, construction and uses of the dirt road that connected the town of Cuiabá to Goiás in 1736 as a macro-structuring strategy for intra-colonial and continental logistics and integration. Conventional historiographic sources from monographs, bibliographies and primary sources existing in official manuscript documents and iconocartographic documents were used. This research presents new information on the relations of trade, defense, cartography and logistics established by the Portuguese colonizing terminal in the interior of Lusitanian America.

Keywords: Goiás-Cuiabá dirt road; Mato Grosso-Goiás; Colonial logistics and transport.

⁹ Mestre em História pela UFMT e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

¹⁰ Graduado em História pela UFMT.

Introdução

O estudo sobre os caminhos e estradas de transporte de viveres e pessoas desde o período colonial nas minas de Cuiabá e da Capitania de Mato Grosso ajudam a questionar os pressupostos da tese de isolamento local e demonstrar as inúmeras articulações políticas e comerciais intra-colônia, especialmente entre as vilas mineradoras Cuiabá, Goiás e Minas Gerais e delas com a fronteira internacional.

Desde os tempos mais remotos nas primeiras incursões nesses sertões pela bandeira de Raposo Tavares, 1648-1651, os rios já eram utilizados para adentramento do território, seja pela bacia platina no trajeto monçoeiro sul São Paulo-Vila de Cuiabá, ou pelo monçoeiro norte no sistema rio Guaporé-Madeira ou até mesmo pelo Arinos Tapajós.

Esse caminho terrestre, aberto entre os anos de 1736-37 foi tratado inicialmente pela historiografia como uma estrada construída para estabelecer uma ligação regional da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá às minas de Goiás, mas, fazia uma articulação muito mais ampla no sentido litoral sul da colonização Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro e interior em direção da colônia no sentido Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade até a Cordilheira dos Andes, a cidade de Lima no Peru, ligando ao fim do trajeto, Oceano Atlântico ao Pacífico.

Pouco se estudou sobre os caminhos terrestres no interior da América Portuguesa, nesse artigo, trataremos da ligação por terra como opção de acesso as minas do Cuiabá através de Goiás como parte de uma integração regional, mas também internacional.

A extensão dessa rede de estradas precisa ser vista numa macro-escala como um imenso terminal colonizatório de articulação sul-americana que interligava Salvador-Bahia a cidade de Lima no Peru, nos domínios Castelhanos.

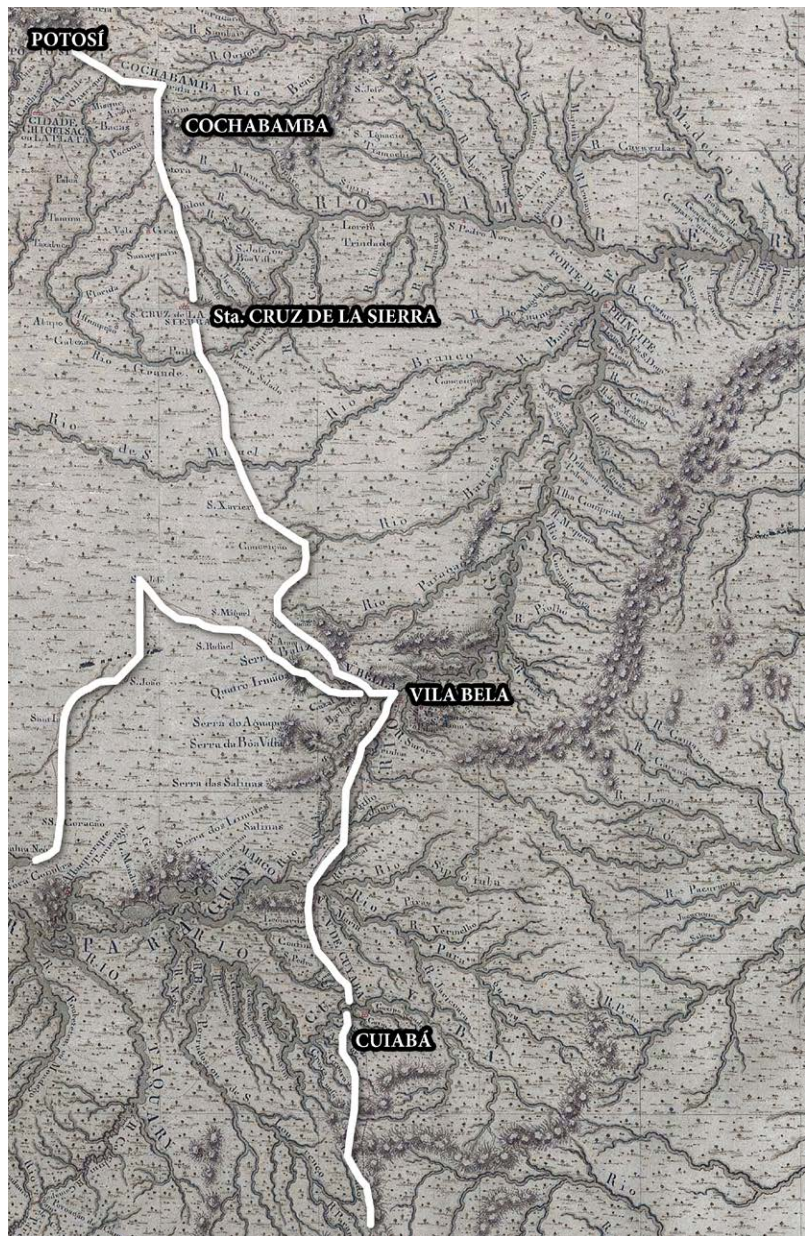
Os motivos da abertura da estrada

Por mais que a tese do isolamento predominou e ainda predomina na historiografia e nas representações sobre Mato Grosso, efetivamente essa parte mais central da América Austral sempre teve suas vias de ligações com o restante da América Portuguesa e com o mundo.

Os caminhos que extrapolavam os limites da colônia portuguesa até o Oceano Pacífico são ainda desconhecidos ou pouco analisados pelos historiadores. A tradição historiográfica nacionalista das Américas ofuscou essas escalas de análises e articulações.

Pouco se conhece sobre a estrada que ligava o Guaporé a Lima no Peru, informações básicas sobre quem construiu e como era utilizado dependem de novas análises e pesquisas.

Mapa com as estradas de terra que articulavam Cuiabá, Vila Bela a Potosí. Fragmento de uma Carta da Bacia Amazônica provavelmente desenhada por Joaquim José Freire entre 1783-1793. (Grifo Nosso).¹¹



11 NUNES, José Maria Souza. Real Forte do Príncipe da Beira. São Paulo, Ed. Spala, 1984, p. 203.

Neste artigo, analisaremos o trecho que ligava a Vila de Cuiabá a Vila Boa do Goiás no período correspondente a suas incursões iniciais de 1724, passando pela consolidação entre 1736/37 até a segunda metade do Séc. XIX.

Essa estrada ganhou maior importância e efetividade a partir de 1818, com a diminuição drástica do fluxo de navegação monçoeiro sul.

O caminho de terra nasceu por força das necessidades dos habitantes do entorno da Vila de Cuiabá e da Capitania, que no início do século XVIII sofriam com as distâncias e dificuldades enfrentadas ao longo da rota das monções fluviais, pois o trecho era marcado por inúmeros intempéries, obstáculos naturais (corredeiras, cachoeiras) e ataques de indígenas.

Em *Relatos Monçoeiros*, Afonso E. Taunay descreve as dificuldades de navegação:

531 léguas ou 3.504 Km de percurso a percorrer, sendo que se distribuem em 152 no Tietê, 29 no Paraná, 75 no Pardo, 17 no Camapuã, 40 no Coxim, 90 no Taquari, 39 no Paraguai, 25 no Porrudos e 64 no Cuiabá. Além disso tudo era preciso adicionar os 11 quilômetros do varadouro de Camapuã e os 155 Km que medeiam São Paulo e Araritaguaba, perfazendo um total, entre água e terra, de 3.664 quilômetros.¹²

Adiante, Taunay acrescenta um detalhamento das dificuldades enfrentadas nos caminhos aquáticos: “113 eram os saltos, cachoeiras e corredeiras a vencer: 55 no Tietê, 33 no Pardo, 24 no Coxim e uma no Taquari”. O pior trecho era o do Rio Coxim, por ser ele que, em menor extensão (40 léguas), trazia dificuldades ainda maiores, com 24 saltos, corredeiras e cachoeiras.

Além de todas essas dificuldades de navegação pelas quais passavam os monçoeiros, acrescenta-se a resistência permanente e ataques repentinos dos indígenas Caiapó, Guaicuru e Paiaguá.

Os Caiapó atacavam por terra e tinham presença amedrontadora no trecho denominado Varadouro de Camapuã, caminho de terra que os sertanistas usavam para se deslocar de uma bacia hidrográfica para outra. Os Guaicuru, indígenas de corso, domesticaram os cavalos andaluzes originários dos espanhóis para usarem na guerra na defesa dos seus territórios.

12 TAUNAY, Afonso de E. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Livraria Martins Editora S/A, 1976, p. 55.

Os Paiaguá, índios canoieiros, dominavam como ninguém os rios. Eram muito velozes no remo e rápidos nos ataques repentinos nas corredeiras.

É nesse quadro de dificuldades nas vias de comunicação com o sudeste da colônia, em especial São Paulo, que se encontravam os habitantes da Vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e redondezas em 1736.

Barbosa de Sá¹³, descreveu em sua obra inúmeros ataques e saques de cargas dos indígenas Paiaguá, considerados pelos monçoeiros os mais ferozes e que, em 1734, chegou à Vila de Cuiabá uma monção com 400 homens muito bem armados, com ordem do Rei para fazer “guerra justa” ou genocídio.

No comando desta tropa estava o Tenente General “mulato fusco natural de Pindamonhangaba” Manoel Rodrigues de Carvalho apelidado de “Manduasú”. O resultado desta guerra foi a morte de 600 guerreiros e o aprisionamento de mais 266 “gentios”.

Com a descoberta de ouro nas minas da repartição do Mato Grosso em 1734 na região do Rio Guaporé, entre os rios Sararé e Galera, realizada pelos irmãos Fernando e Artur Paes de Barros, surgiu, conseqüentemente, um novo terminal colonizatório, dando início assim à formação de muitos arraiais e novo fluxo de colonização.

Estes arraiais necessitavam de víveres, ferramentas e outros bens para que pudessem se consolidar economicamente, implantando uma estrutura produtiva local de abastecimento, havendo a necessidade de alternativas para o transporte e comunicações.

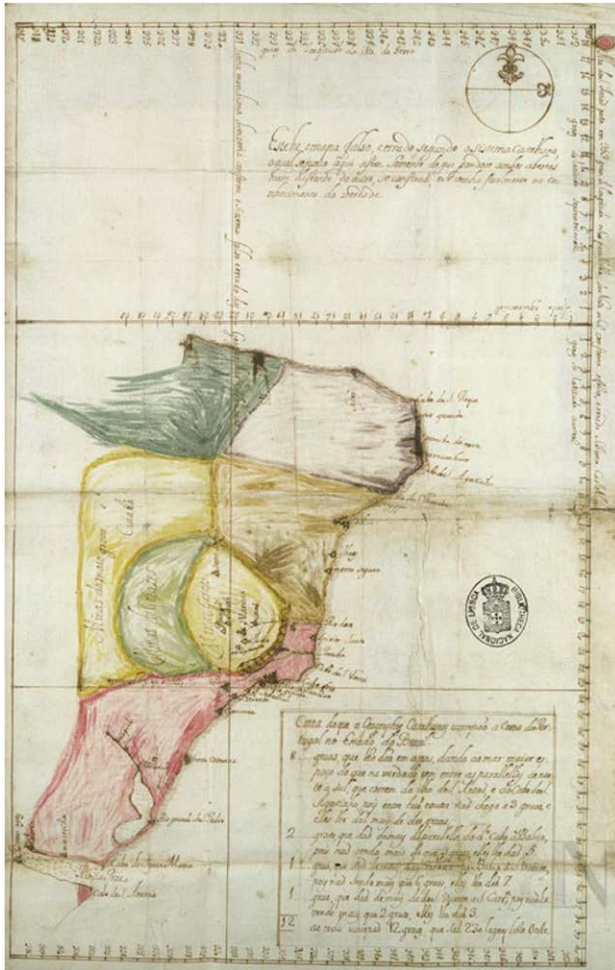
Há que se considerar que a colonização dessa região do ponto de vista legal ocorria em clara invasão dos portugueses sobre terras de domínio castelhano, segundo o Tratado de Tordesilhas de 1494.

A consolidação desse domínio passava pela garantia da exploração e uso dessas terras onde se ergueu a Capital e a Capitânia de Mato Grosso em 1748.

Houve inúmeros litígios e ameaças de ataques dos espanhóis, sendo necessário uma barreira de defesa fronteira, linha que o primeiro Governador e Capitão General de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura de-

13 SÁ, Barbosa de. *Relação das povoações do Cuyaba e Mato Grosso de seus princípios the presentes tempos*. Cuiabá, Ed. UFMT, 1972, p. 33.

nominou de Antemural da Colônia, ou Chave do Propugnáculo do sertão, porta de entrada do eixo minerador, Cuiabá, Goiás e Minas Gerais.



Mapa destacando as três capitanias mineradoras da América Portuguesa: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.¹⁴

14 SEIXAS, Francisco. *Notícias dos Títulos do Estado do Brazil e de seus limites australes e septentrionales no tempora*, 1767. Disponível em: <<https://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/318/318.html>>. Acesso em: dez. 2023.

Para tanto, visando a defesa da colônia portuguesa na América e os abastecimentos desses povoados mineradores de ouro foi determinado a abertura de um caminho terrestre ligando Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá às minas do Mato Grosso no Guaporé, no mesmo ano em que começou a abertura da estrada para Goiás, em julho de 1736.

O encargo ficou sobre a designação do Regente de Cuiabá, Brigadeiro Antônio de Almeida Lara.

O Auto da Junta do Senado da Câmara do Cuiabá, de 18 de abril de 1736, trata dessa preocupação:

[...] nas últimas canoas que vieram do povoado havia chegado a notícia de se fazerem grandes preparos, não somente no reino, mas em toda esta América para a guerra que por instantes se esperavam declaradas com a Coroa de Castela e por esta terra poder ser invadida pelos castelhanos em breve tempo, sem ter aonde lhe venha socorro, mais do que pela viagem do rio e este pode estar impedido pelos inimigos e por estas razões e por outras mais [...].¹⁵

O historiador Alcir Lenharo¹⁶, aponta dois motivos preponderantes para a abertura do caminho terrestre para Goiás: o primeiro, a necessidade logística que a expansão acarretara, pois, as novas minas de Cuiabá e Guaporé e seus sítios auríferos eram a parte mais avançada das investidas dos colonos.

Para Lenharo, o caminho terrestre ligando as Minas de Vila Bela passando por Cuiabá até Goiás, pode ser entendido como uma interligação necessária de duas regiões que estavam articuladas no “complexo da mineração portuguesa”.

O segundo fator decisivo para abertura da estrada, foi a pressão das correntes migratórias que flutuavam nos novos descobertos a busca de sítios auríferos.

15 UFMT/NDHIR, *Auto e Termo da Junta do Senado da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*, Microficha nº 14, Doc. 176.

16 LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente Oeste de colonização*. Cuiabá: Imprensa Universitária: UFMT: Proedi, 1982, p. 17.

Lembra também o historiador como motivação dessa migração para Cuiabá e Guaporé, a queda relativa da produção de ouro das Minas Gerais, entre os anos de 1729-33:

É dentro deste contexto de fluxo e contrafluxo de populações que se faz a abertura do caminho para Goiás. A comunicação terrestre vinha consumir a integração do conjunto da mineração na frente ocidental e viabilizar a circulação do fluxo migratório¹⁷.

O caminho serviria, então, para garantir a expansão territorial colonial luso americana, o abastecimento e para, caso fosse necessário, receber reforços bélicos militares do restante da colônia portuguesa na América.

Esta preocupação é registrada documentalmente no Termo do Senado da Câmara do Cuiabá, de 31 de maio de 1736:

(...) se entende havendo forma e caminho seguro para a arrecadação da Real Fazenda, como declara a ordem de Sua Majestade e pela viagem do rio não é seguro o caminho, porque além dos grandes riscos que há de cachoeira e gentio que tem investido as nossas tropas como proximamente sucedeu na do presente, os perigos dos Castelhanos por causa das guerras podem com facilidade destruir as nossas tropas e para melhor segurança das remessas do ouro da Real Fazenda, bem comum do povo e conservação desta terra para o qual tem Sua Majestade recomendado que faça toda a humana diligência, em se abrir o dito caminho (...)¹⁸.

Os moradores das minas dos Goiás já estavam em contato e articulados por estrada de terra com a Bahia (currais do São Francisco) e São Paulo, para onde havia grande fluxo de gado e escravaria desde 1732¹⁹.

Gilka Salles deixa isso comprovadamente claro:

(...) em 1730, a capitania de São Paulo expediu Bando determinando que o caminho de terra para Goiás era o seguinte trajeto: São Paulo, Vila de

17 Alcir Lenharo, *op. cit.*, p. 19.

18 UFMT/NDHIR, Id., *Ibid.*

19 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1992, p. 47.

Jundiaí, Mogi do Campo e Minas dos Goiases (...)...1732: Requerimento de 1733, Bando de 22.08.1733. Proibição qualquer picada. O único caminho era obrigatório passar pelo registro do Jaguari Grande (Americana). ‘Manoel Rodrigues Tomás e João Esteves Robalo estabeleceram ligação entre as Minas dos Goiases e os currais do São Francisco na Bahia’ em 1732. Primeira boiada (1732) vinda de São Paulo, Minas Gerais e Currais como contrabando.²⁰

Sérgio Buarque de Holanda²¹ destacou a normalização do fluxo de gado para São Paulo, partindo do Sul (Rio Grande do Sul), em 1733. O historiador também faz referência a rotinização do fluxo de gado partindo do Nordeste (Currais do São Francisco), em 1732.

Em suma, vários motivos impulsionaram a abertura desse caminho de terra para Goiás e Vila Bela da Santíssima Trindade:

1. Por razões geopolíticas de defesa e consolidação da fronteira portuguesa na América;
2. A necessidade de articular por via terrestre os dois extremos do continente sul-americano de Salvador Bahia a Lima no Vice-reinado do Peru (Atlântico ao Pacífico) com intenções geopolíticas de ocupação, comércio de prata, contrabando e defesa;
3. As dificuldades de navegação e ataques indígenas no caminho fluvial monçoeiro sul;
4. Abastecimentos dos núcleos mineradores com gêneros em geral, tropa de gado vacum, cavalariagem e escravaria;
5. Ampliar os acessos e integrar os eixos mineradores Minas, Goiás, Cuiabá, Arraiais do Rio Guaporé.

²⁰ SALLES, *op. cit.*; p. 139-141.

²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986, p. 124.

Nas picadas dos sertões: a construção da estrada

O prelúdio e prospecção da abertura de uma estrada de terra que interligasse Cuiabá a Goiás remonta os momentos iniciais da constituição do próprio Arraial de Cuiabá de 1723. As construções de estradas reais era designo régio primordial na estratégia de colonização.

A 26 de agosto de 1724 escrevia a D. João V a lhe contar que por completo fracassara a tentativa de abertura do caminho terrestre para Cuiabá por Manuel Godinho de Lara. Luís Pedroso de Barros se oferecera a realizar tal obra. Estivera nove meses no sertão e voltara malsatisfeito com os resultados.²²

A coroa portuguesa logo de início se preocupou com a ligação terrestre para as novas minas descobertas de Cuiabá, sabia dos riscos de manter os domínios territoriais usando exclusivamente as ligações de transportes fluviais.

Ao chegar no Estado do Brasil para assumir o governo da Capitania de São Paulo, em 1721 D. Rodrigo Cesar de Menezes dispunha-se a materializar a principal das incumbências contidas nas suas “Instruções Régias”: a abertura dos grandes caminhos coloniais. A descoberta de um prodigioso centro de mineração em Mato Grosso destacava o seríssimo problema do abastecimento daquela área. Objetivando estabelecer um caminho terrestre entre São Paulo e Cuiabá, intencionou o famoso “Picadão de Mato Grosso”. Eis na sua gênese a concordância em que se empenharam os grandes nomes do sertanismo paulista e da qual saíram-se aparentemente vitoriosos. Luís Pedroso de Barros e seu sobrinho Manuel Dias da Silva, entre 1723 e 1726.²³

Eis pois os nomes dos predecessores valentes da Estrada Real de Cuiabá a Goiás: Manuel Godinho de Lara, Luís Pedroso de Barros e seu sobrinho

22 TAUNAY, Afonso E. *História das bandeiras paulistas* (v. 2). Ed. Melhoramentos, 1975, p. 32.

23 PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Piracicaba, Boca do Sertão, o Porto, a Paragem, a Sesmaria, a Povoação (1723-1767)*. Revista do Instituto Histórico de Piracicaba, Ano III, 1993, n. 3, p. 15.

Manuel Dias da Silva. É certo que nessa tropa de destemidos havia muitos indígenas e escravizados africanos que seguem ainda anônimos na História.

Por algum motivo, ainda desconhecido, a Estrada de Terra desaparece dos registros e narrativas historiográficas nos anos seguintes a 1726.

Vindo a ser retomada logo depois em virtude do aumento dos ataques dos indígenas Paiaguá no Rio Paraguai.

Na correspondência oficial a construção reaparece em 1735: “Apesar de ter sido posto em pregão, não tinha em quem nele se lançasse à vista do que mandaram vir perante si o Capitão Antônio de Pinho e Azevedo.”²⁴

Azevedo nasceu em Portugal, na localidade de Arouca (Lamego), veio para a América Portuguesa muito jovem, tendo se deslocado para as minas do Cuiabá logo após seu descobrimento, no ano de 1725. Era casado com a fluminense Dorotéia dos Prazeres, natural de Cabo Frio-RJ, com quem teve oito filhos, sendo quatro homens e quatro mulheres. Morreu em 1763, pobre e esquecido.

Homem de inúmeras qualidades e de grande coragem, como descreveu o pesquisador José de Mesquita²⁵, ficou estabelecido que o mesmo seria recompensado em 1.275 oitavas de ouro, a serem pagas somente 13 meses após o seu recolhimento às minas de Cuiabá. Acompanharam-no nessa empreitada os camaradas do próprio Azevedo:

(...) Clemente e Raimundo Tavares, Ignacio Tavares de Monsarate, Joaquim de Arruda, Pascoal Moreira, João Freire, João de Jesus, Salvador Pinto, Simão Roiz, Bernardo da Silva, Francisco e Vicente Corrêa, sendo os dois últimos pilotos de navegação dos rios. Cada um desses 12 recebeu 200 oitavas de ouro.²⁶

Azevedo partiu em 20 de junho de 1736 do sítio do São Gonçalo, onde o ouvidor “passou mostra a toda tropa e achando conforme o ajuste que tinham feito, a despediu no mesmo dia”, com a companhia de “12 camaradas

24 UFMT/NDHIR, Microficha nº. 1, Doc. 176.

25 MESQUITA, José de. *Antônio de Pinho e Azevedo*. In: Cadernos Cuiabanos n. 2. Org. Prof. Dr. Carlos A. Rosa, p. 148-155, 1978.

26 MESQUITA, *op. cit.*, p. 148-155.

brancos bastardos, mulatos ou crioulos capazes de pegar em armas”, mais 10 escravos seus e 6 índios de sua administração, totalizando 28 pessoas²⁷.

Partiu em direção às Minas dos Goiás, cortando serra acima, fazendo picada e cruzando o sertão “infestado pelo gentio Caiapó” que, segundo Luiza Volpato²⁸, dificultava toda e qualquer empreitada por esses sertões.

O próprio Capitão Antônio de Pinho e Azevedo, em seu requerimento de indenização, conta a morte de “4 escravos e também a falta de 40 e tantos cavalos que o gentio lhe matou”²⁹.

Mesmo com todas as dificuldades sofridas, o Capitão Antônio de Pinho e Azevedo conseguiu chegar às “Minas dos Goiasés”, onde pôde se refazer com mantimentos de todos os prejuízos da longa jornada.

Após esse breve descanso, tomou caminho de volta, chegando em 29 de agosto de 1737 à Vila Real, como consta no registro sobre o tempo de viagem em Barnabé de Mesquita³⁰, foi de exatos um ano, dois meses e nove dias.

Roberto Southey, sem citar as fontes, afirma que a primeira estrada entre Cuiabá e Goiás foi aberta por dois paulistas: Theodoro Nobre e seu genro Ângelo Preto Nobre, auxiliados por índio Bororo.³¹ Tal afirmação de Southey, põe dúvidas sobre o realizador do grande feito.

Ângelo Preto é citado em alguns documentos, como na resposta ao requerimento de Antonio de Pinho e Azevedo a D. Antônio Rolim de Moura, primeiro Capitão-General da Capitania de Mato Grosso:

Consta serem nomeados igualmente com ele por cabos o Capitão Ângelo Preto Nobre, Antonio Pinheiro de Faria, Francisco Leme de Moraes, Dionízio de Pontes Ribeiro e João Cardozo; todos os quais são bons sertanistas, principalmente Antônio Pinheiro de Faria, que não cede ao suplicante nem a nenhum dos que presentemente há na Capitania, na inteligência de abrir caminhos.³²

27 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO. Requerimento de Provisão do Cap. Antônio Pinho de Azevedo. Tomos XXXIX e XL. Ano XX, 1938, p. 96.

28 VOLPATO, Luiza R. R. *A Conquista da Terra no universo da pobreza*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

29 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO. *Op. cit.* p. 96.

30 MESQUITA, *op. cit.*, p. 148-155.

31 SOUTHEY, Roberto Apud Basílio de Magalhaes, *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 217.

32 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO. *Op. cit.* p. 96.

No entanto, no Termo da Junta do Senado de 18 de abril de 1736, já citado³³, há clara referência nominativa dos integrantes da dita expedição.

Ao tratar da rota aberta Cuiabá-Goiás, Carlos Rosa³⁴, afirma que há dúvidas sobre o traçado exato do caminho terrestre, que isso ainda é algo a ser estabelecido por novas pesquisas.

José Gonçalves da Fonseca, escrevendo por volta de 1750, indicou um trajeto que partia de Goiás:

Também de Goiazes se abriu caminho para o Cuiabá, cortando a oeste, atravessando as cabeceiras dos rios Claro, Pilões e depois a do Bacairi e Mortes, fazendo estrada ao norte da cordilheira, a qual se atravessa para o sul e se busca o rio Cuiabá pela sua cabeceira. Haverá nesta derrota três meses de jornada, em que não há mais perigo que o do gentio Caiapó.³⁵

A esse roteiro em arco amplo, João Barbosa de Faria opunha outro, 170 anos depois, embora sem indicar suas fontes:

(...) em 1737, com o caminho que Antônio de Pinho Azevedo abriu entre essa Vila [Cuiabá] e a de Goiás. A vereda foi tirada de Cuiabá a Sant'Ana da Chapada; deste ponto à alta cabeceira do rio Manso, seguindo-lhe a costa, à distância, até 14°30' Lat. E 8°50' de longitude (Rio de Janeiro), donde rumou para o rio Grande do Araguaia, que ela atravessou na latitude de 16°35'.³⁶

Este roteiro, delineado por Barbosa de Faria parece mais aceitável, por fazer referência ao rio Grande, ou Araguaia, omissos no roteiro de Fonseca.

33 APMT. Termo da Junta do Senado de 18 de abril de 1736. Livro do Senado da Câmara de Cuiabá. Arquivo Público de Mato Grosso.

34 ROSA, Carlos A. *Esbarro no hoje, recuo no tempo, galope na história Notas preliminares para um estudo das relações Cuiabá-Chapada*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Cuiabá, 1995. p. 13.

35 FONSECA, João G. da. *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes* por José Gonçalves da Fonseca in RIHGB, Tomo XXIX, Rio de Janeiro, 1866. p. 389.

36 FÁRIA, João Barbosa de. *Limites Orientais de Mato Grosso*. Parte I. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, Ano II, Tomo III, 1920. p. 55.

Iconocartografia das estradas

As empreitadas de sertão adentro demandavam muito conhecimento de mataria e geografia por parte dos sertanistas, pois a estrada tem que ter um traçado adequado, o mais retilíneo possível, tentando desviar de vales, serras, morros, trechos perigosos de rios e territórios indígenas.

A estrada era feita com a abertura de uma picada ou trilheiro feito com machados, serrotes e fações e sua demarcação utilizava balizas naturais de referência para o traçado a ser percorrido.

Com a definição do melhor traçado após bastante investigação do terreno confeccionava um mapa rudimentar do caminho para auxiliar os usuários identificando fazendas e pousios para os viajantes.

Pouco sabemos sobre essas instalações e bases de apoio logísticos estabelecidos nos caminhos reais dessa parte mais central da América do Sul.

Tal qual os grandes desbravadores do sertão da América Portuguesa os antigos caminhos e trilhas dos índios foram muito uteis nessa empreitada. Por isso as expedições sempre tinham índios chamados “bugres” conhecedores do sertão.

Para o sertanista branco ou mamaluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar tão prestimoso e necessário quanto o fora para o indígena. Donos de uma capacidade de orientação nas brenhas selvagens, em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador inigualável nas entradas, sabiam os paulistas como transpor pelas passagens mais convenientes as matas espessas ou as montanhas apumadas, e como escolher sítio para fazer pouso e plantar mantimentos.³⁷

Barbosa de Sá³⁸, relata que, a partir de 1739, começa o fluxo migratório de Goiás para Cuiabá, e também em 1742 entrou pelo caminho “gente com fazendas, gados e cavalarias.” Continua ele dizendo que quase sempre chegava uma Monção anual, quando não vinham por terra, “muitos comboios de gente com fazendas e cavalarias”, como aconteceu em 1760.

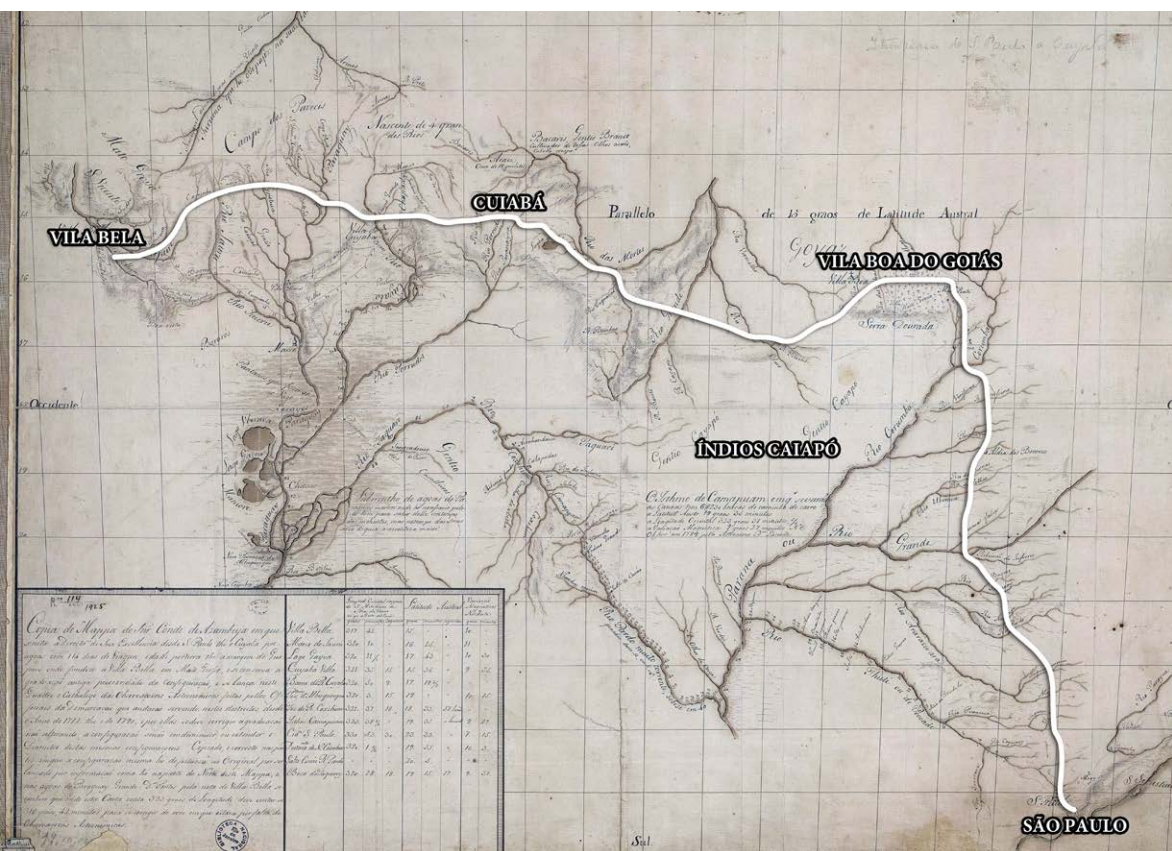
37 HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo, Ed. Cia da Letras, 1994, p. 19.

38 SÁ, Barbosa de. *Op. cit.*, p. 37.

Além do fluxo migratório, costumavam vir pelo caminho terrestre, padres, juízes, ouvidores, outras autoridades, soldados.

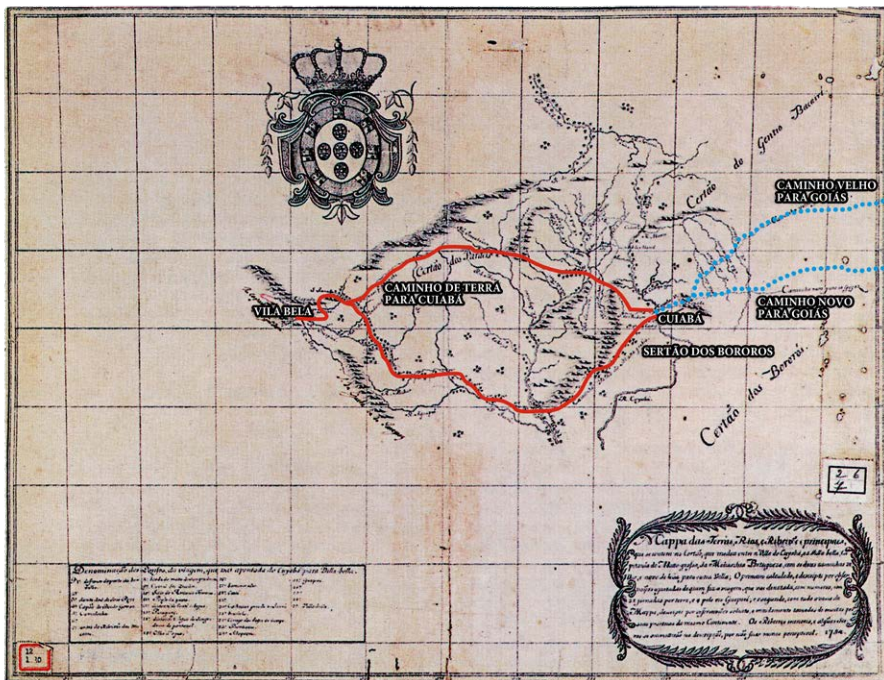
Jorge Belfort³⁹ diz que o caminho terrestre passou a ser uma passagem de numerosas riquezas mercantis como a prata, que vinha do lado espanhol e rumava, como contrabando, para o litoral nordestino, onde, tranquilamente, navios ancoravam trazendo negros e levando a prata (...).⁴⁰

Traçado da estrada de terra de São Paulo, Goiás, Cuiabá a Vila Bela (grifo nosso).⁴⁰



39 MATTOS JR., Jorge Belfort. *A Ocupação de Chapada dos Guimarães no Período Colonial*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Historiografia de Mato Grosso) - Departamento de História. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 1983, p. 7.
 40 NUNES, José Maria Souza. *Real Forte do Príncipe da Beira*. São Paulo: Ed. Spala, 1984, p. 132.

Lenharo⁴¹ também registra essa mesma informação, mas acrescenta que, mesmo com a circulação crescente de pessoas e mercadorias, havia grandes dificuldades a serem ainda vencidas, como por exemplo o problema a questão dos ataques dos indígenas Caiapó.



Mapa com os dois caminhos de Vila Bela a Cuiabá e em Direção a Goiás (grifo nosso).⁴²

O caminho constitui o território dominado, à volta do qual persistem as identificações do “sertão dos Bororós” ou o “reino do gentio Caypo”.

A descrição do caminho revela-o como meio de penetrar nesta área ainda não totalmente dominada, como conhecimento em si do percurso no espaço, mas também como meio de integração deste espaço à rede urbana,

41 LENHARO, Alcir *op. cit.*, p. 28.

42 NUNES, José Maria Souza. *Op. cit.*, p. 171.

note-se, pois são as vilas os pontos de partida e chegada dos caminhos. Em termos estratégicos e geopolíticos em alguns mapas não se desenhavam as linhas externas dos limites do território, mas as suas linhas do meio, apenas os seus eixos articuladores.

No mapa acima ainda percebemos a existência de duas rotas tanto de Vila Bela para Cuiabá como de Cuiabá para Goiás.

O fluxo, quando foram construídos, o uso e o porquê existiam dois caminhos em rotas diferentes ou em que circunstâncias eram usados ainda carece de novos estudos e análises.

A identificação dessas estradas em cartografias oficiais portuguesas para além da orientação do traçado aos viajantes, sugeriam outras representações discursivas de articulações de defesa interna, logística e demonstração de posse dos territórios em litígio entre Portugal e Espanha.

O Governador e Capitão-General de Mato Grosso, Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres quando usou o caminho de terra de Goiás para chegar em Cuiabá em 1771 deixou registrado seu espanto com a desolação populacional no caminho de Vila Boa do Goiás a Vila de Cuiabá. A rigor, só cita duas fazendas, sendo que uma delas realmente o impressionou.

Para Luís de Albuquerque, era um risco o caminho por aquele sertão e, por isso mesmo, fazia-se necessário socorro de gado e mantimentos no trânsito de pessoas.

Somente após a vinda de Luís de Albuquerque para a Capitania é que realmente ganhou destaque a ligação terrestre da Vila Real com a Vila Boa dos Goiás, com um comércio emergente, ligado, principalmente, ao Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo.

Segundo o mesmo autor⁴³, a vinda de Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres constituiu um marco para a futura projeção do caminho de terra na organização do comércio na Capitania.

Essa sua vinda pelo caminho terrestre retrata bem as mudanças que estavam acontecendo na Colônia, cuja capital fora transferida de Salvador, Bahia, para o Rio de Janeiro, em função, principalmente, do complexo econômico criado pela mineração do centro-sul e das disputas pelo estuário do Prata.

43 LENHARO, Alcir, *op. cit.*, p. 28.

Lenharo⁴⁴ ainda destaca que o evento precede em alguns anos a importância que a articulação terrestre assumiria logo depois, através da ativação do comércio regional com as praças centralizadoras.

Passados 50 anos após a viagem de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 1821, na vinda do Capitão General de Mato Grosso Luiz D'Alincourt pela mesma estrada encontrou o trajeto sensivelmente mudado.

Os pousos funcionavam satisfatoriamente, mesmo distando entre si algo em torno de 4 a 5 léguas, ou seja, 24 ou 30 km.

Luiz D'Alincourt⁴⁵ cita que, além de uma fazenda localizada na beira do Araguaia, vivia à margem do caminho uma comunidade de índios domesticados e um morador numa região denominada Alecrim, que plantava milho, legumes e tinha criação de porcos. A fazenda Jatobá “Alecrim na beira do Araguaia”, do Padre Albuquerque, grande propriedade com mais de 100 escravos com engenho em funcionamento.

Faz menção também, no transcorrer do caminho, a uma aldeia localizada antes da Vila do Cuiabá, por nome de Santana, ou “lugar de Guimarães”⁴⁶, onde encontrou muitos engenhos e fazendas: “Donde concorre maior cópia de víveres para abastecer a Vila do Cuiabá.”⁴⁷

Diz D'Alincourt⁴⁸ que a agricultura do lugar, tocada basicamente por população indígena, era bastante diversificada, constando de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, algum café e algodão.

No livro “Itinerário da Viagem de Cuiabá a S. Paulo”, o comerciante Joaquim Ferreira Moutinho, que residiu em Cuiabá durante 18 anos, fez o percurso da estrada de terra para Goiás, quando o governo de Assunção decidiu fechar a navegação pelo Rio Paraguai.

Moutinho saiu de Cuiabá no dia 25/05/1868 e percorreu um caminho, de picadas, que passava pelo flanco Norte da Chapada dos Guimarães, no seu diário foi fazendo anotações sobre os lugares e os “obstáculos” da viagem.

Em 17/06/1868, 23 dias depois da sua saída de Cuiabá ele relatou:

44 LENHARO, Alcir, *op. cit.*, p. 28.

45 D'ALINCOURT. Luiz. *Memórias sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1953, p. 153.

46 Atual cidade de Chapada dos Guimarães.

47 D'ALINCOURT. Luiz. *Op. cit.* p. 153.

48 D'ALINCOURT. Luiz. *Op. cit.* p. 153.

Mais 2 léguas adiante está o Paredão, onde pousamos. É este lugar um dos mais belos e célebres do sertão. Uma muralha de 150 pés de altura, cortada a pique, e que forma a face ocidental de uma montanha, ergue-se no meio de uma campanha fechada ao longe por linhas verde-escuras de matas sem fim.⁴⁹

A sua chegada ao porto do Rio Araguaia foi no dia 27/06/1868, 33 dias depois da partida e continuou a descrição da estrada:

Até o limite da Província de Mato Grosso com Goiás. Na margem esquerda do rio há um destacamento cuiabano, composto de algumas praças comandadas por um cadete. A povoação de Nossa Senhora da Piedade é pequena, reduzindo-se a algumas casas cobertas de capim, uma pobre capelinha, e um rancho na beira do rio; nada oferece o lugar de notável a não ser a sua beleza natural, realçada pelo Araguaia, largo e majestoso. Entrando na balsa para passar para o lado oposto, dissemos do fundo do coração um saudosos adeus a Cuiabá.⁵⁰

Em seu diário ainda faz a observação de não que não deve se fazer esse trajeto entre os meses de janeiro, fevereiro e março porque fica intransitável por causa das chuvas. (Moutinho, 1869, p. 56.)

Observem que o tempo de duração em relação as empreitadas iniciais de 1936, 3 meses de duração, diminuíram significativamente, demonstrando que o caminho estava mais estruturado para o transporte por animais de cargas pelos tropeiros.

O fim do tráfico monçoeiro se deu em um período anterior a 1818. Para Sérgio Buarque de Holanda⁵¹, em 1818 o capitão-mor de Porto Feliz chegou a queixar-se de que já não havia ali práticos e proeiros para mais de 6 ou 8 canoas.

É a partir de então, 1818, que o caminho terrestre ganha maior relevância para Mato Grosso, pois era uma alternativa segura de transporte comercial e a comunicação com os outros centros em especial de gado, cavalos e

49 MOUTINHO, Joaquim. *Itinerário da Viagem de Cuiabá a São Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schoreder, 1869, p. 28.

50 MOUTINHO, Joaquim, *op. cit.* p. 54.

51 SHOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, 1990, p. 115.

mulas. Suas atividades perderam relevância a partir de 1857 quando a navegação pelo rio Paraguai começou a funcionar.

No dia 20 de fevereiro de 1857, chegou a Cuiabá o “vapor “Corça”, o primeiro da modalidade, conforme um tratado de navegação firmado entre o Brasil e o Paraguai no dia 6 de abril de 1856. No Porto Geral, no final da Avenida 15 de Novembro, estavam presentes todas as autoridades locais e um público jamais visto, que foi estimado em quatro mil pessoas, para receber a nova embarcação.

No dia 22 de junho de 1858 foi firmado o contrato para a navegação comercial no Rio Paraguai até Cuiabá. O documento foi assinado pelo governo imperial, possibilitando a criação da empresa que assumiu a responsabilidade de manter uma viagem mensal entre Montevideu e Cuiabá em 1859.⁵²

Considerações

A construção da estrada que liga Cuiabá a Goiás foi uma alternativa para evitar os transtornos do rudimentar e arriscado transporte fluvial moncoeiros dos anos iniciais da colonização para a hinterlândia portuguesa.

Com o tempo se tornou uma rota consolidada e estável com pousios e fazendas de apoio logístico de tropeiros em geral ao longo do seu trecho servindo como local de transporte de viveres gado vacum e cavalos.

Evidenciamos que além da questão econômica e social existia uma preocupação geopolítica de abastecimento das vilas e povoados fronteiriços e defesa da colônia da América Portuguesa como um todo, por causa da vizinhança instável diplomática com os espanhóis.

No avesso da intenção de fronteira havia uma intenção de acesso as estradas e riquezas do território espanhol através da prática de contrabando, em especial de prata e outras riquezas.

O texto apresenta evidencias documentais dessas nuances ainda pouco consideradas na literatura local e coloca essa parte mais central da América portuguesa interligada dinamicamente aos principais terminais colonizados do continente, contrariando o chamado “mito” do isolamento local.

52 BRANDÃO, Jesus da Silva. *História da Navegação em Mato Grosso*. Ed. Livro matogrossense, 1991, p. 48 e 60.

Referências

- SÁ, Barbosa de. *Relação das povoações do Cuyaba e Mato Grosso de seus princípios the presentes tempos*, Cuiabá, Ed. UFMT, 1972.
- BRANDÃO, Jesus da Silva. *História da Navegação em Mato Grosso*. Ed. Livro Matogrossense, 1991, p. 48 e 60.
- D'ALINCOURT, Luiz. *Memórias sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1953.
- FARIA, Joao Barbosa de. *Limites Orientais de Mato Grosso*. Parte I. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, Ano II, Tomo III, 1920.
- FONSECA, João G. da. *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes* por José Gonçalves da Fonseca in R.I.H.G.B., Tomo XXIX, Rio de Janeiro, 1866, p. 352-361.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo, Ed. Cia da Letras, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.
- LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente Oeste de colonização*. Cuiabá: Imprensa Universitária: UFMT: Proedi, 1982.
- MATTOS JR., Jorge Belfort. *A Ocupação de Chapada dos Guimarães no Período Colonial*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Historiografia de Mato Grosso) - Departamento de História. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 1983.
- MESQUITA, José de. *Antônio de Pinho e Azevedo*. In: Cadernos Cuiabanos n. 2. Org. Prof. Dr. Carlos A. Rosa, p. 148-155, 1978.
- MOUTINHO, Joaquim. *Itinerário da Viagem de Cuiabá a São Paulo*. Typographia de Henrique Schoreder, São Paulo, 1869.
- NUNES, José Maria Souza. *Real Forte do Príncipe da Beira*. São Paulo, Ed. Spala, 1984.
- PALACÍN, Luiz. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. - 4 ed. - Goiânia: Ed. UCG, 1994.
- PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Piracicaba, Boca do Sertão, o Porto, a Paragem, a Sesmaria, a Povoação (1723-1767)*. Revista do Instituto Histórico de Piracicaba, Ano III, 1993.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO. Requerimento de Provisão do Cap. Antônio Pinho de Azevedo. Tomos XXXIX e XL. Ano XX, 1938.

ROSA, Carlos A. *Esbarro no hoje, recuo no tempo, galope na história*
Notas preliminares para um estudo das
relações Cuiabá-Chapada. Revista do
Instituto Histórico e Geográfico de Mato
Grosso, Cuiabá, 1995, págs. 37–70.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de.
Economia e escravidão na capitania de
Goiás. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico
da UFG, 1992.

TAUNAY, Afonso de E. *História das*
bandeiras paulistas. (v.2). São Paulo: Ed.
Melhoramentos, 1975.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos*
monçoeiros. São Paulo: Livraria Martins
Editora S/A, 1976.

VOLPATO, Luiza R. R. *A Conquista da*
Terra no universo da pobreza, Cuiabá, Ed.
Hucitec, São Paulo, 1987.

SOUTHEY, Roberto Apud Basílio de
Magalhaes, *Expansão geográfica do Brasil*
Colonial. São Paulo: Companhia Editora
Nacional, 1978.

Documentos

Termo da Junta do Senado de 18 de abril
de 1736. Livro do Senado da Câmara de
Cuiabá. Arquivo Público de Mato Grosso.

UFMT/NDHIR, Auto e Termo da Junta do
Senado da Câmara da Vila Real do Senhor
Bom Jesus do Cuiabá, Microficha nº 14,
Doc. 176.

4. O processo migratório no Estado de Mato Grosso: o caso da Família Fragelli

Vinicius Carvalho Araújo⁵³
Edson Benedito Rondon Filho⁵⁴

RESUMO: Este artigo aborda o processo migratório no Estado de Mato Grosso no Século 19 e início do Século 20, em inserção às ondas migratórias vivenciadas pelo Brasil com foco nas disposições do migrante. O objetivo é descrever o processo migratório baseado nas ações dos sujeitos, orientadas pelas necessidades e disposições, formando conexões e arranjos de interdependência humana. A análise se consoma através de estudo de caso da trajetória migrante da família Fragelli. A abordagem é qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos. A pesquisa bibliográfica é a base da coleta de dados. A análise é sistemática e fundamentada nas Teias de Interdependência da Teoria Crítica de Norbert Elias.

Palavras-chave: Processo migratório; Teias de interdependência; Mato Grosso; Família Fragelli.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

THE MIGRATION PROCESS IN THE STATE OF MATO GROSSO: THE CASE OF THE FRAGELLI FAMILY

ABSTRACT: This article addresses the migratory process in the State of Mato Grosso in the 19th and early 20th centuries, in conjunction with the migratory waves experienced by Brazil with a focus on the migrant's dispositions. The objective is to describe the migratory pro-

53 Possui graduação em Administração e especialização em Administração Pública (UFMT) e Ciência Política (ICE), com mestrado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2007). Atualmente é Gestor Governamental, analista político, professor universitário e doutorando em História.

54 Pós-Doutorado junto ao Departamento de Letras Modernas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (IBILCE/Unesp), na modalidade III (PD-III) (2020). Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS, na linha de Violência, Criminalização, Cidadania e Direito com estágio doutoral (sanduíche) junto ao Centre de Recherche Sociologique sur le Droit et les Institutions Pénales (Cesdip) / França (2013).

cess based on the actions of the subjects, guided by needs and dispositions, forming connections and arrangements of human interdependence. The analysis is carried out through a case study of the Fragelli family's migrant trajectory. The approach is qualitative, with exploratory and descriptive objectives. Bibliographical research is the basis of data collection. The analysis is systematic and based on the Webs of Interdependence of Norbert Elias' Critical Theory.

Keywords: Migration process; Webs of interdependence; Mato Grosso; Fragelli family.

Introdução

A humanidade tem seu percurso histórico marcado pelo deslocamento territorial, motivado por desastres naturais, clima adverso, guerra, religião, política, crise econômica, questões étnicas, busca por trabalho, melhores condições de vida e colocação profissional, mesmo com a existência de controle das fronteiras pelos impérios, reinos, tribos, nações e Estados.

O Brasil e o Estado de Mato Grosso estão imersos nesse processo, marcadamente conhecido como ondas migratórias, o que influenciou de múltiplas formas as relações econômicas e sociais e constituição de dadas sociabilidades, marcadas pela interculturalidade da sociedade local.

Acontecimentos como guerras, deposição de governos, políticas expansionistas e condições econômicas são fatores que impactam diretamente no deslocamento de pessoas. O Século 19 foi pródigo em acontecimentos impactantes ao Brasil que experimentou sua Independência (1822), a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889).

Desse quadro nos vem o seguinte questionamento: Como foi o processo migratório no Estado de Mato Grosso no final do Século 19 (pós-Guerra do Paraguai) e início do Século 20, com foco nas disposições do imigrante?

O objetivo principal é analisar o processo migratório no Estado de Mato Grosso, ocorrido no final do Século 19 (pós-Guerra do Paraguai) e início do Século 20. Os objetivos específicos são: 1) descrever o processo migratório baseado nas ações dos sujeitos, orientadas pelas necessidades e disposições, formando conexões e arranjos de interdependência humana; 2) relatar a trajetória migrante da família Fragelli, enquanto estudo de caso.

A abordagem é qualitativa interligada diretamente à fase exploratória e busca responder a questões particulares em um nível de realidade que não

pode ser quantificado, voltando-se para os significados, motivos, aspirações, crenças, atitudes e valores. Esse percurso inviabiliza pensar em variáveis e equações matemáticas (Minayo, 2001, p. 22).

Os objetivos são exploratórios e descritivos. Na fase exploratória obtve-se a escolha do espaço, da temporalidade e do objeto de pesquisa, com definição de instrumentos e técnicas procedimentais. A fase descritiva consiste na tradução textual de todo material coletado e analisado, possibilitando compreensão da pesquisa pelo leitor.

A pesquisa bibliográfica, realizada em fontes abertas, como internet, jornais, periódicos, e, também, em fontes fechadas que precisam de autorização para acesso, como é o caso de documentos, fotografias e informações pessoais e familiares, constitui o veio da coleta de dados para fundamentar o objeto “migração no Estado de Mato Grosso”, tendo como base o estudo de caso da imigração da família Fragelli, especificamente aqueles integrantes que tiveram destino o Estado de Mato Grosso. Segundo Rondon Filho e Sandes (2022, p. 145-146), “o estudo de caso é a estratégia de pesquisa indicada para quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e de onde se destacam as questões iniciadas por: ‘como’ e ‘por que’. O contexto do(s) caso(s) é a vida real e seus fenômenos”. A definição do caso deve ter relação direta com o problema levantado, seguindo uma base lógica indutiva.

A análise é sistemática, fundamentada na Teoria Crítica de Norbert Elias, pois sua ênfase analítica foca na atividade dos indivíduos, com suas disposições e necessidades, a compreensão dos processos sociais. É essa estrutura relacional que resultará nas *teias de interdependência* que gestam configurações sociais múltiplas, como família, cidade, estado etc. e orientam a conduta individual em relação aos outros indivíduos em mesmas condições (Elias, 1993 e 2008). São as *teias de interdependência* que interferem na diferenciação ou integração social e produzem alterações nas emoções e nas estruturas de controle. A teoria se liga ao objeto investigado (migração) na medida em que o migrante, se quiser se estabelecer no local de destino, deverá construir *teias de interdependência* para se integrar socialmente (Elias, 1993 e 2008). A teoria é um constructo teórico utilizado para explicar um fenômeno ou processo, ou mesmo um conjunto de fenômenos e processos, favorecendo interconexões sistemáticas e maior clareza e organização dos dados relacionados.

O trabalho se estrutura em quatro seções, sendo a primeira de base introdutória. A segunda seção aborda o processo migratório no Brasil. A terceira seção aborda a imigração no Estado de Mato Grosso, interligando-a com o contexto do período pós-Guerra do Paraguai (final do Século 19) até o início do Século 20, e o caso da família Fragelli, de origem italiana. Finaliza-se com as considerações finais.

Notas sobre o processo migratório no Brasil

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, no ano de 1500, nosso país experimentou inúmeras ondas migratórias com aporte em solo brasileiro de holandeses, franceses, espanhóis, italianos, japoneses, chineses e latino-americanos, entre outros. O imigrante, como a etimologia nos indica, é aquele que muda de residência ou condição para dentro de determinado território, ao contrário do emigrante que é aquele que sai de determinado território. A definição, se imigrante ou emigrante, é tomada em relação ao local de chegada ou partida.

Segundo Assad (2012, p. 11), “Os estrangeiros que aqui chegaram nos séculos XVI e XVII, não são considerados imigrantes por muitos autores pois foram enviados pelo governo de seus países com o objetivo de colonizar o Brasil; são tidos como colonizadores”. Os escravos africanos, da mesma forma, não são considerados imigrantes pois foram trazidos de maneira forçada.

As fronteiras brasileiras, desde o início da colonização portuguesa em 1500, foram reguladas com base nas nossas condições econômicas em relação às condições políticas, econômicas e religiosas enfrentadas pelos países de emigração. Entre 1870 e 1950, adentraram no território brasileiro mais de 4,5 milhões de estrangeiros imigrantes, com muita oscilação no fluxo migratório. Por exemplo, no ano de 1891, após a Lei Áurea em 1888, entraram cerca de 215 mil estrangeiros, enquanto em 1943, durante a II Guerra Mundial, entraram em torno de 1.300 imigrantes (Assad, 2012, p. 12).

Essa inflexão no processo migratório brasileiro, sobretudo com o aumento considerável de imigrantes no final do Século 19, pós-Guerra do Paraguai, é acontecimento que merece ser investigado para uma melhor compreensão das condições econômicas e sociais do Brasil, especificamente o Estado de Mato Grosso, até porque, em termos globais, a partir de 1870 se

observa uma acelerada transformação da economia e sociedade, intensificada pela Segunda Revolução Industrial⁵⁵ e pelas revoluções liberais do Século 19⁵⁶ que se guiaram pelos ideais iluministas de 1789 e, num segundo momento, pelas doutrinas proletárias como o socialismo e o anarquismo, massificadas pelo sindicalismo, além da complexificação crescente dos negócios e a formação de grandes conglomerados empresariais (trustes, fusões, incorporações, oligopólios), torna-se imperativo o desenvolvimento de novos arranjos organizacionais compatíveis com os desafios apresentados (Arruda, 1993). Em termos locais, como dito alhures, aponta-se a Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870, como fator de impacto no desenvolvimento econômico do pós-guerra, na consolidação das nações da Bacia do Plata e no aumento do fluxo migratório.

Seyferth (2000, p. 45), em análise crítica a artigo publicado por Emílio Willens (1951), afirma que a imigração influenciou os processos de urbanização e industrialização acontecidos no Brasil e é associada à mobilidade social e a mecanismos de desenvolvimento da economia, por ocasião do contato assimilador entre brasileiros e imigrantes e em cumprimento do papel ideológico do mito das três raças brasileiras. A assimilação dos imigrantes é pauta nos discursos políticos desde meados do Século 19, mas irrelevante para parcela da elite política que defendia a imigração como modelo de ocupação territorial. A ligação associativa se dava entre a imigração europeia e o “trabalho livre”, sobretudo pelo regime de colonato nas plantações de café. Ou seja, com a abolição da escravidão (1888), ao invés de os escravos libertos serem absorvidos pelo mercado priorizou-se pela importação de

55 A Segunda Revolução Industrial nada mais foi do que o aprofundamento da industrialização iniciada no final do século XVIII na Inglaterra e que se espalhou para outros países logo depois. Esta nova fase caracteriza-se pela adoção do aço como principal matéria-prima, que é por si só um produto industrial, em substituição ao ferro e da eletricidade/petróleo como a grande matriz energética em substituição ao vapor e à energia hidráulica/eólica.

56 As revoluções liberais do século XIX tiveram a sua expressão maior no ano de 1848. Foram aquelas que se seguiram à Revolução Francesa e o período napoleônico, inspiradas pelos valores do Iluminismo burguês e marcadas pela consolidação do capitalismo industrial e pela formação da sua estratificação social correspondente. Estes movimentos caracterizaram-se pelo embate entre os novos segmentos surgidos com a industrialização/urbanização, como proletariado, pequena-burguesia urbana e rural e os grupos mais reacionários associados ao Antigo Regime aristocrático, clerical, feudal, agrário, etc. Pode-se destacar como consequências diretas destes movimentos a descolonização na América, a instituição do sufrágio universal e dos sindicatos do trabalho, além da melhoria nas relações de produção em benefício dos trabalhadores, a exemplo da redução de jornada, mais proteção do Estado e elevação do padrão salarial.

mão-de-obra europeia, determinando-se politicamente o processo de assimilação denominado de abasileiramento. As preocupações nacionalistas no pós-guerra do Paraguai (1864-1870) se potencializaram entre 1880 e a década de 1920, período de intensificação do fluxo imigratório.

A mestiçagem seletiva é sistematizada com o início da República (1889), com base nas teorias raciais, mais tarde comprovadamente racistas, buscando-se um progressivo fenótipo branco com eliminação dos considerados inferiores, inclusive com discriminação explícita daqueles considerados incompatíveis, como japoneses, chineses, judeus, entre outros (Seyferth, 2000b, p. 46).

Nesse processo migratório e, também, como objeto de estudo deste artigo, os italianos têm um papel de destaque, uma vez que entre 1875 e 1900, cerca de 577 mil italianos adotaram o Brasil como destino, preferencialmente São Paulo ou as colônias gaúchas, em busca da “cucagna” (fortuna)⁵⁷.

É nessa dissonância de destino que um italiano, membro da família Fragelli, decide se deslocar para o interior do Brasil via bacia do Rio da Plata, servindo sua vivência e de seus descendentes de estudo de caso para compreensão do processo imigratório ocorrido no Estado de Mato Grosso.

Migração em Mato Grosso e o caso da família Fragelli

A região do Mato Grosso recebeu as primeiras expedições nos idos de 1525, quando Pedro Aleixo Garcia permeia os rios Paraná e Paraguai e vai para a Bolívia. Até o Século 18, espanhóis e portugueses se deslocam para a região em busca de minérios.

Em 1718, Pascoal Moreira Cabral Leme descobre jazidas de ouro nas lavras do Sutil, região onde futuramente estaria Cuiabá, o que impactou o deslocamento populacional para a região. O Arraial de Cuiabá é fundado em 1719, passando posteriormente a se chamar Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

No ano de 1748 é criada a Capitania de Mato Grosso. Em 1778, o Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres funda o entre-

57 Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/museumacieli/imigracao-italiana-no-brasil/>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

posto de Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, mais tarde nominada de Corumbá, que se tornou importante polo comercial.

Em 1822, o Brasil se torna independente de Portugal, mas fracionado politicamente entre aqueles de perspectiva liberal que defendiam reformas das práticas administrativas portuguesas e mais autonomia política e os portugueses que buscavam a centralização política e manutenção de seus privilégios. Com a saída de Dom Pedro I esse acirramento se acentua.

Em Mato Grosso, esses grupos políticos eram representados pela “Sociedade Filantrópica” e pela “Sociedade dos Zelosos da Independência”. No ano de 1834, em Cuiabá, ocorreu o fato mais marcante desse período, a “Rusga”, enquanto sentimento nativista que confrontou diretamente os colonizadores portugueses, sendo que estes últimos, denominados “bicudos”, tiveram suas casas saqueadas com resultado de centenas de mortes praticadas pelos cuiabanos.

Importante destacar que entre 1864 e 1870 ocorreu a Guerra da Tríplice Aliança, em que o Paraguai enfrentou o Brasil, a Argentina e o Uruguai. Durante a guerra, a cidade de Corumbá foi ocupada pelos paraguaios e o Presidente da Província, General José Vieira Couto de Magalhães, ordenou ao então Coronel Antônio Maria Coelho que formasse um contingente militar para libertar Corumbá. Em treze de junho de 1867, Corumbá foi libertada e os prisioneiros da batalha foram trazidos para Cuiabá. Como eles estavam infectados com varíola, houve contaminação dos moradores. As estimativas apontam que metade da população cuiabana (cerca de 12.000 pessoas) faleceu neste período em que houve a necessidade de se construir o cemitério do Cai-Cai para enterrar os cadáveres das vítimas da epidemia, conforme Alencastro (2003).

Corumbá, destruída por Solano López em 1865, foi reconstruída a partir de 1870 por empenho do Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho e chegada dos imigrantes europeus e de países sul-americanos, fazendo da cidade o terceiro maior porto da América Latina com pujante economia. A guerra e o declínio das reservas auríferas impactam a economia e a população de Cuiabá que apresenta um decréscimo acentuado (-50,5%), conforme pode se observar no censo demográfico de 1872 (35.987 habitantes) e no censo de 1890 (17.815 habitantes)⁵⁸.

58 Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1287#resultado>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Weingartner (2002) lembrou que o peso econômico de Corumbá, no comércio e na pecuária, teve várias implicações na arena política. Por exemplo, em 1889 foi publicado um manifesto propondo a transferência da capital de Cuiabá para Corumbá, alegando maior proximidade desta última com os principais centros brasileiros e internacionais.

Alves (2000) registrou que o Marechal Antônio Maria Coelho, primeiro governador de Mato Grosso após a Proclamação da República, era filiado ao clube militar “Benjamim Constant”, militar influente na deposição do Imperador e no Governo Provisório do Marechal Deodoro, criou o Partido Nacional para combater a força política de Generoso Ponce. Este contra-atacou, se aliando ao Senador Antônio Azeredo e Joaquim Murtinho para exigir ao Presidente Deodoro da Fonseca a destituição de Antônio Maria.

Em 1891, em função de desentendimentos entre os chefes militares em que o General Sólón anula as eleições organizadas pelo Marechal Antônio Maria Coelho, à época governador do Estado, houve a intervenção do presidente Marechal Deodoro que destituiu Sólón o substituindo pelo General Mallet. Este último manteve a decisão de nulidade das eleições e convoca novo pleito eleitoral, sendo eleito Manuel Murtinho como presidente do Estado.

Com o fim da presidência de Deodoro da Fonseca, em 23 de novembro de 1891, ocorre uma onda de deposição de governadores apoiadores e simpáticos a Deodoro. Em Mato Grosso, ao contrário do que aconteceu nos outros estados, a deposição do então Presidente do Estado, Manoel Murtinho, resultou em intervenção federal que o reempossou no cargo. Esse ato originou rebelião por integrantes do 21º Batalhão de Infantaria situado em Corumbá, organizada pelo Partido Nacional (grupo de Antônio Maria) que marcharam até Cuiabá onde, em 31 de janeiro de 1892, instauraram uma Junta de Governo.

Em 31 de março de 1892, os militares reunidos no 21º Batalhão de Infantaria de Corumbá cogitaram proclamar a “República Transatlântica de Mato Grosso” ou “Estado Livre de Mato Grosso”, mas seus atos foram sufocados por iniciativa do Presidente Floriano Peixoto que determinou a ocupação do Forte Coimbra pelo Exército. Enquanto isso, em Cuiabá, os revoltosos são expulsos por resistência armada composta por mais de 3.000 homens, organizada por Generoso Ponce, vice-presidente, com o retorno de Manuel Murtinho à presidência do estado. Este episódio ficou conhecido

pela historiografia mato-grossense como “reposição da legalidade”, porque Murtinho fora o primeiro Presidente eleito pela Assembleia Constituinte de 1891 (Póvoas, 2007).

A expansão do capital estrangeiro na região, em particular britânico e argentino, também foi um fator de preocupação, somada à distância e isolamento de Mato Grosso. Queiroz (2004) observou sobre temores de que o Estado, com destaque para sua região sul, pudesse ser vítima do expansionismo argentino, após uma eventual anexação do Paraguai. A construção da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) foi iniciada em 1909, diante da necessidade de articular esta porção mediterrânea do Brasil ao seu litoral, sem depender de Argentina e Paraguai, e, também, em função do crescimento dos cafezais em São Paulo e Minas Gerais, com a consequente necessidade de pastagens para o rebanho bovino. (Araújo, 2019).

Após a inauguração da NOB em Campo Grande (1914) e a crise que se abateu sobre o comércio exterior e a navegação devido à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), começou o que Rodrigues (1980) chamou de “êxodo corumbaense”, com a migração de várias famílias para a pecuária pantaneira ou outras cidades de Mato Grosso.

Observa-se que os deslocamentos para Mato Grosso foram patrocinados, na sua maioria, por pecuaristas, comerciantes e boiadeiros em busca da fronteira agrícola e de terras desde meados do Século 19 até meados do Século 20. De acordo com Bittar (2009) a formação das elites da região deve muito a três grandes correntes:

- 1) a que partiu de Minas Gerais e São Paulo por volta de 1830, liderada pelos Lopes, Garcia e Barbosa;
- 2) a que partiu do Rio Grande do Sul após 1840, concentrando-se na região de Ponta Porã e avolumando-se após a Proclamação da República;
- 3) A que se deslocou do centro-norte de Mato Grosso para o Pantanal, incluindo famílias tradicionais (Correa da Costa, Alves Ribeiro e outras).

Ademais, também, houve fluxos migratórios do Paraguai e pela população indígena que já habitava a região há mais tempo e sobreviveu aos conflitos com os colonizadores e imigrantes.

As cidades mais antigas de Mato Grosso apoiaram os primeiros núcleos urbanos sulistas nas suas fases iniciais, até que adquirissem mais autono-

mia, como bem ressaltou Campestrini (2011). Foi, portanto, uma variedade de pessoas das mais diversas origens que foram se juntando e organizaram uma economia e sociedade, com algumas diferenças daquela encontrada na região norte do estado. Este grupo de pioneiros logo começou a ocupar os espaços e se organizar em torno da causa divisionista, tendo Campo Grande como seu grande ponto de referência. O divisionismo foi a expressão do regionalismo sulista voltado para se contrapor aos interesses do norte e, também, buscar a formação de uma unidade entre eles, em todos os planos. A região foi se formando ao longo do tempo e este embate com a região norte, representada pela capital Cuiabá, foi determinante para o sul, conforme descreveu Araújo (2020).

A Primeira República (1889-1930), período de análise neste artigo, se caracterizou em Mato Grosso como um período tenso e marcado por disputas armadas entre as diversas frações da classe dominante, com destaque para Antônio Paes de Barros e Generoso Ponce, os irmãos Murtinho (Manuel e Joaquim), coproprietários da *Companhia Matte Larangeira*, localizada na região do sul do Estado, e os demais “coronéis”, como os Corrêa da Costa. Era uma fase de crise hegemônica em todo o país e as disputas marcaram a busca pelo controle do aparelho do Estado e dos partidos em formação (Póvoas, 1995). Havia também a disputa entre civis e militares. Os últimos pretendiam aproveitar a oportunidade trazida pela turbulência do começo da República para promover mudanças nos hábitos e costumes políticos que vinham dos partidos imperiais (Liberal e Conservador). Em Mato Grosso, isso ficou bem evidente na relação entre o primeiro Governador nomeado após a Proclamação da República, o General Antônio Maria Coelho, e o líder político Generoso Ponce (Araújo, 2020).

O movimento de 1930, que resultou na entronização de Getúlio Vargas na Presidência da República, permitiu o prosseguimento dos conflitos na esfera política. As turbulências deste momento se referem ao choque de interesses entre os interventores nomeados por Vargas e as forças políticas do Estado, que viram as suas bases de poder atingidas, como no caso do desarmamento dos bandos dos usineiros no norte e dos pecuaristas no sul do Estado.

É este período entre meados do Século 19 e o fim da Primeira República ou República Velha (1930) que nos interessa da perspectiva do conhecimento sobre o processo imigratório no Estado de Mato Grosso, sobretudo

em relação aos estrangeiros. No caso, retratar-se-á a trajetória da família italiana Fragelli, o que possibilita a compreensão das dificuldades, estratégias, escolhas, sociabilidades e a formação de teias de interdependência pelos imigrantes nesse período tão conturbado da história de Mato Grosso.

A trajetória da família Fragelli da Itália para o Brasil

O jovem imigrante italiano chamado Giuseppe Fragelli, nascido na cidade de Piaginne, província de Salerno⁵⁹, saiu de Nápoles, no sul da Itália num navio, chegando a Montevideo, capital do Uruguai, com três de seus irmãos (Póvoas, 1989). Naquele país situado na foz do Rio da Prata, entre Brasil e Argentina, Giuseppe Fragelli se dedicou ao pastoreio de carneiros (Brasil, 2009). Logo depois resolveu buscar novas oportunidades subindo aquele imenso rio que ali desagua no Oceano. Rumou para o interior do continente, passando pelo norte da Argentina e Paraguai até chegar à primeira cidade brasileira nesta rota: Corumbá, em 1882. Deve ter ido a bordo de algum dos muitos navios a vapor que faziam o transporte de pessoas e mercadorias na região. Em Corumbá passou para o ramo de construção civil, importantíssimo para uma cidade que estava se expandindo num ritmo veloz. Os irmãos de Giuseppe Fragelli ficaram em Montevideo e lá constituíram famílias (Póvoas, 1989).

Para compreender o cosmopolitismo de Corumbá e sua condição de “capital econômica e militar” de Mato Grosso, é necessário destacar algumas informações. Após o final da Guerra com o Paraguai (1864-1870), Corumbá não deixou de ser considerada, para Corrêa (1980), uma “praça de guerra”, como ponto de apoio para a recuperação de toda a região meridional de Mato Grosso, invadida por tropas paraguaias durante o conflito. Desse modo, explica-se a forte presença de militares na cidade e a sede da Circunscrição Militar, comando de todas as unidades militares de Mato Grosso.

Oliveira (2002) detalhou que a participação de estrangeiros na população corumbaense foi outro aspecto importante derivado do crescimento e internacionalização do Porto de Corumbá, que chegou a ser o terceiro maior porto fluvial da América do Sul (até 1930). O porto da cidade era superior

59 FRAGELLI, Nelson. Resposta a questionário enviado por Vinicius de Carvalho Araújo por correio eletrônico.

a muitos outros litorâneos no Brasil, como Ceará, Paraíba e Paraná e próximo a outros, como os do Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1911, a população residente em Corumbá era estimada em cerca de 10.000 pessoas, sendo 3.000 corumbaenses e 2.000 brasileiros de outros locais, 2.000 paraguaios, 1.000 soldados, 1.000 turcos e 1.000 europeus, como espanhóis, italianos, ingleses e alemães. Pouco mais de 50% dos trabalhadores matriculados na navegação em Corumbá eram brasileiros natos ou naturalizados, e boa parte deles morava em Assunción ou Montevideú.

A este respeito Hany (2005, p. 47) chegou a afirmar que

Embarcações nacionais e estrangeiras traziam mercadorias destinadas ao mercado local e muitas localidades da Bolívia e das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Vapores chegavam do Uruguai, Argentina e de alguns países europeus trazendo o cimento inglês, o vinho português e os refinados tecidos franceses, além dos imigrantes, que vinham “fazer a América”. No retorno, estas levavam produtos de exportação, como borracha, couro, charque, cal, erva-mate e ipecacuanha (planta medicinal regionalmente conhecida como “poaia”), transformando a região em um corredor das exportações de Mato Grosso. Nessa época, Corumbá chegou a dispor de 25 bancos estrangeiros, entre os quais o *City Bank*, tendo sido a libra esterlina moeda corrente por muito tempo.

Ao chegar em Mato Grosso, Giuseppe Fragelli arrumou emprego na Base Militar da Marinha, em Ladário, município vizinho a Corumbá. Seu salário era de 3.000 réis por dia, complementado por renda gerada com outros empregos, que lhe permitiu acumular algum capital e comprar um carro de boi para transportar material de construção até os canteiros de obra. Dormia cedo, às 07:00hs ou 07:30hs da noite, e se levantava às 03:00hs da manhã para começar o trabalho. Giuseppe era analfabeto (Póvoas, 1989).

Em pouco tempo, com os lucros do primeiro, adquiriu o segundo carro de boi, passando a contratar outros trabalhadores e se tornar empregador. Além de material de construção, Giuseppe Fragelli rachava e transportava lenha e água para as residências e empresas de Corumbá, atividade que certamente lhe possibilitou construção de *teias de interdependência* (Elias, 1993 e 2008), mantendo-se ligações mais próximas com outros italianos, talvez

pelo vínculo de origem e forma de atribuição de nacionalidade italiana, baseada no *jus sanguinis*⁶⁰ em oposição ao *jus soli*⁶¹, adotado no Brasil.

Assim, estabeleceu relações sociais na cidade e acabou se casando no final de 1883 ou começo de 1884 na colônia de italianos com outra imigrante, chamada Tereza Provenzano (Póvoas, 1989), oriunda da cidade de Livorno, onde tinha trabalhado como operária antes de fazer a travessia para a América, como milhões de conterrâneos neste período⁶². A Livorno de Tereza Provenzano era uma cidade adiantada, com indústria naval e outras fábricas. Ela sabia ler e escrever, lia com regularidade e gostava de assistir óperas no teatro de sua cidade natal. Thereza Provenzano chegou a Mato Grosso acompanhada de seu irmão Jerônimo e sua cunhada, a também italiana Ana Fartame e outros dois irmãos solteiros, Salvador e José Provenzano (Gomes, 2009). O casamento aconteceu na casa de um outro integrante da colônia italiana, chamado Manoel Cavassa, espécie de protetor de Giuseppe Fragelli.

Sabe-se da seriedade e dedicação ao trabalho que o jovem imigrante italiano demonstrava, mas tais atributos não são a única forma de explicar a realização do casamento de um carreiro na casa do maior comerciante da cidade no momento. Os Cavasse, juntamente com os Solari e Barbatto, foram os primeiros italianos que chegaram a Corumbá nessa onda migratória (Brasil, 2009). As *teias de interdependência* formada pelos italianos, unidos por laços de afetividade que têm em comum a religião, a origem e a língua materna certamente facilitaram o contato entre os pares, propiciando ações de solidariedade entre eles, como o auxílio de Manoel Cavassa a Giuseppe Fragelli.

Tereza passou a seguir a mesma rotina de seu marido, Giuseppe Fragelli, e o ajudar no seu trabalho. Logo o casal teve seu primeiro filho, Nicolau Fragelli, nascido em 13 de novembro de 1884, em Corumbá. Depois dele vieram mais 5 (cinco) filhos e 1 (uma) filha na seguinte ordem: Palmira, Vicen-

60 A regra de direito se dá pelo sangue, ou seja, a nacionalidade é atribuída pela ascendência, pela família.

61 A regra de direito determina que a nacionalidade originária advém do princípio da territorialidade, ou seja do local onde o indivíduo tenha nascido, desde que o Estado soberano no território de nascimento permita esse sistema.

62 FRAGELLI, José Manoel Fontanillas. Depoimento concedido para a jornalista Terezinha Arruda no apartamento do senador em Brasília, no dia vinte e cinco de junho de 1982. Disponível em meio digital no acervo do Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR) do Instituto Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

te, Ângelo, Sebastião, Antônio e Luiz. Todos seguiam o ritmo do pai e acordavam também às 3 horas, liderados por Tereza. Ela ordenava vacas e às 07:00hs já tinha costurado cerca de 4 (quatro) calças *Per il Camerati* para os funcionários da empresa, além de cozinhar o pão. Os filhos ajudavam o pai nas tarefas diárias, com Nicolau rachando lenha e Vicente enchendo as pipas de água para vender. Ângelo trabalhava na área contábil e administrativa, fazendo a escrituração dos negócios. Assim, Giuseppe mantinha os negócios originais de venda de lenha e água, acrescentando o comércio de material de construção e construção de imóveis. Sempre com esta perspectiva cumulativa, Giuseppe chegou a ser o maior proprietário de imóveis naquela cidade portuária que lhe acolhera alguns anos antes.

Com um bom capital econômico e social, Giuseppe resolveu investir em capital cultural, dando aos seus filhos a educação que não tivera na juventude. Todos eles estudaram no Colégio Salesiano Santa Tereza em Corumbá, no nível primário. Depois, Nicolau, Vicente, Angelo e Sebastião foram para a capital do Estado, Cuiabá, de modo a concluir os estudos secundários em outro colégio salesiano recém-inaugurado, o São Gonçalo. Esse é mais um indicativo das *teias de interdependência* (Elias, 1993 e 2008), uma vez que a Congregação Salesiana, pertencente à religião católica, com sede em Roma, Itália, foi fundada pelo piemontês São João Dom Bosco (1815-1888), garantindo-se uma educação próxima daquela ofertada na Itália.

Tempos depois, todos os filhos seguiram cursos superiores, com Nicolau e Luiz, mais velho e caçula, escolhendo Medicina. Vicente preferiu Farmácia e Angelo Odontologia. Sebastião e Antônio, por fim, concluíram engenharia.

Giuseppe Fragelli, em 1892, participou da fundação da *Societade Italiana di Instruzione-Beneficenza-Fratellanza*, com objetivo de auxílio mútuo para a colônia italiana na área de saúde e farmacêutica (Gomes, 2009).

Assad (2012, p. 12) alerta sobre o custo humano que resulta no sofrimento do migrante pelo rompimento de suas raízes e necessidade de se integrar ou incluir, reaprendendo a viver por conta das circunstâncias e realidade cultural distinta da sua. Neste caso, amenizado ou compensado com a constituição de capital cultural e social para os herdeiros em relações constitutivas das *teias de interdependência* (Elias, 1993 e 2008) em rememoração ao passado italiano.

De modo a aliar capital cultural com social, todos adotaram a estratégia matrimonial voltada para cônjuges bem-posicionados na elite. Palmira

casou-se com Angelim Cavagni, Vicente com Constança Barros do Vale, Sebastião foi para o Ceará e desposou Yolanda Acioly, filha de José Acioly, político famoso por ali na Primeira República (1889-1930). Antônio se casou com outra representante da família Acioly no Ceará, chamada Maria Teresa e o caçula Luis acabou por se casar com Otilia de Barros Maciel, filha de José Barros Maciel. Ela era neta de um dos maiores proprietários de terras no Pantanal, Nhéco Gomes da Silva, fundador da Nhecolândia (Póvoas, 1989).

Em 1903, Giuseppe se despontava entre os empresários italianos em Corumbá, com três carros para condução de material, um carro para condução de água e um forno de cal. Os demais eram proprietários de jornais, empreiteiras, armazéns, oficinas de ferreiro e carpinteiro, tavernas, fotografias, alfaiataria, lojas, padaria, botequim e armaria (Brasil, 2009).

Nicolau Fragelli e Maria Carmen Fontanillas

Mas e o primogênito do carreiro e construtor Giuseppe Fragelli, Nicolau, como ficou? Concluiu seus estudos secundários no Liceu Salesiano São Gonçalo em Cuiabá, como aluno interno. Lá foi colega de outros jovens filhos de famílias ricas ou de classe média do Estado, como Vespasiano Barbosa Martins que vinha da região da Vacaria próxima a Campo Grande e João Villasboas que pertencia a uma família de Cáceres. Depois disto, Nicolau foi para Porto Alegre, cursar Escola Militar, mas acabou desistindo ao preferir a medicina ao invés da carreira militar. Em Porto Alegre cursou os dois primeiros anos de medicina e depois concluiu o curso no Rio de Janeiro, em 1911, quando tinha entre 25 e 26 anos. Retornava à Corumbá sempre que podia, certamente utilizando a hidrovia, uma vez que a ferrovia só chegaria alguns anos depois. O Jornal “Autonomista” registrou que o talentoso moço Nicolau Fragelli, filho do abastado proprietário José Fragelli, estava na cidade em 27 de março de 1909. Era estudante do quarto ano de Medicina e estava retornando à terra natal na companhia de sua mãe Tereza, que foi visitá-lo (Mendonça, 1953). Nicolau foi o primeiro filho de Corumbá a se formar em Medicina⁶³.

63 FRAGELLI, José Manoel Fontanillas. Depoimento concedido para a jornalista Terezinha Arruda no apartamento do senador em Brasília, no dia vinte e cinco de junho de 1982. Disponível em meio digital no acervo do Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR) do Instituto Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Nicolau retornou à Corumbá em 18 de janeiro de 1914, quando começou a trabalhar na área médica e conheceu Maria Carmem Fontanillas com quem se casou. Maria Carmen Fontanillas era integrante de uma das principais famílias de Corumbá, liderada pelo espanhol Inácio Fontanillas que era barbeiro e depois virou um grande comerciante, acumulando diversas propriedades. Maria e sua irmã Ester estudaram em Montevideo, muito pela origem espanhola familiar⁶⁴. Inácio Fontanillas e sua esposa eram egres- sos da cidade de Ferrol na Galícia espanhola, região espanhola onde nasceu o General Francisco Franco, ditador daquele país por quase quarenta anos (1939-1975).

Figura 1 – Maria Carmen Fontanillas (1914)⁶⁵



Fonte: Acervo de fotos de José Manoel Fontanillas Fragelli de propriedade de sua família.

64 FRAGELLI, José Manoel Fontanillas. Depoimento concedido à jornalista Terezinha Arruda no apartamento do senador em Brasília, no dia vinte e cinco de junho de 1982. Disponível em meio digital no acervo do Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR) do Instituto Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

65 Esta foto é uma das poucas disponíveis de Maria Carmen Fontanillas Fragelli, muito bem trajada e maquiada. É possível perceber que se tratava de um vestido com tecido e cortes diferenciados, numa época em que os produtos industrializados ainda não eram de amplo consumo. O próprio acesso à fotografia era ainda muito elitizado, em regra.

Em 1914, aconteceram duas grandes mudanças na vida de Nicolau, primeiro, ele se casou com Maria Carmen Fontanillas e, segundo, viajou no mesmo dia do casamento em núpcias para Paris, de modo a cursar uma especialização em cirurgia na Cidade-Luz. Acabou ficando em Paris por cerca de um ano e meio, em plena Primeira Guerra Mundial que tinha na França uma das suas principais frentes de combate. Maria Carmen Fontanillas retornou de Paris grávida do primeiro filho, que nasceria em 31 de dezembro daquele mesmo ano (1914) e ganharia o nome de seu avô: José Manoel Fontanillas Fragelli. Ele era chamado de Zezinho, pelo fato de ser homônimo de seu avô Giuseppe, que aportuguesou o nome para José Fragelli.

Figura 2 – Nicolau Fragelli (1914)⁶⁶



Fonte: Acervo de fotos de José Manoel Fontanillas Fragelli de propriedade de sua família.

⁶⁶ A foto traz Nicolau Fragelli usando roupas chiques da época, com um terno bem alinhado e um relógio de bolso. É do período em que cursava sua residência médica em Paris, como pode ser visto por sua dedicatória para a esposa Maria Fontanillas, chamada de “idolatrada ruiva”.

Naquele ano de 1914 havia em Corumbá consulados da Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai, Portugal, Itália, França e Bélgica, em função da elevada presença de cidadãos destes países na cidade. Giuseppe Fragelli e seus filhos tinham participação destacada na sociedade corumbaense, em conformidade com a posição social ocupada. Os irmãos de Nicolau Fragelli acabaram se espalhando pelo Brasil. Sebastião, que era engenheiro, fixou residência e se especializou como perito de construções civis no Rio de Janeiro. O farmacêutico Vicente foi para Campo Grande e tornou-se proprietário da Farmácia São José, na importante avenida 14 de julho⁶⁷. Angelo também era coproprietário.

Após o nascimento do pequeno José Fragelli, Nicolau se consolidou como um dos principais médicos em Corumbá. Foi um dos patrocinadores do Álbum Gráfico em 1914, onde ofertava seus serviços nessa área, como já dito antes. Demonstrou também outros talentos que acabaria legando ao seu filho: a erudição no jornalismo e a política. Publicava sempre no jornal “A Cidade”, de Corumbá.

Nicolau foi nomeado Intendente Geral de Corumbá por Dom Aquino Correa que era governador do estado, por meio do Ato n. 318, de 14 de agosto de 1918, num período bastante conturbado da política estadual, após episódios conhecidos como “Caetanada” e que envolveram o Presidente do Estado General Caetano de Albuquerque, de modo a enfrentar uma dualidade de poderes que tinha se estabelecido naquele importante município mato-grossense. Ali ele pôde exercer seus talentos para serenar os ânimos e conciliar os interesses⁶⁸ (Póvoas, 1977-1978).

Ele, Nicolau, permaneceu em Corumbá exercendo suas atividades profissionais. Teve mais dois filhos com sua esposa Maria Fontanillas, chamados de Cláudio e Beatriz⁶⁹. Ao mesmo tempo, José Fragelli (Zezinho) crescia na Corumbá da década de 1920, vivenciando os impactos econômicos e sociais advindos da decadência na exportação de borracha, por conta do aumento de produção em colônias britânicas como a Malásia. José Fragelli fez seus es-

67 FRAGELLI, Nelson. Resposta a questionário enviado por Vinicius de Carvalho Araújo por correio eletrônico.

68 Estes atributos também foram transmitidos a seu filho José Fragelli, que apaziguaria uma situação semelhante de dualidade de poderes cerca de 50 anos depois, no final da década de 1960.

69 FRAGELLI, José Manoel Fontanillas. Depoimento concedido a Vinicius de Carvalho Araújo na residência do depoente em Aquidauana em vinte e oito de setembro de 2006.

Figura 3 – Família Fragelli em Corumbá (começo da década de 1920)



Fonte: Acervo da família de José Manoel Fontanillas Fragelli

Nesta foto é possível ver a família Fontanillas Fragelli, com o casal Nicolau Fragelli e Maria Carmem Fontanillas Fragelli. Nicolau com seu traje social de sempre, com o terno e o relógio de bolso à mostra, bem à moda da década de 1920 que estava no seu início. Maria Carmem usava um belo vestido, acompanhada pelos filhos José ou Zezinho e Beatriz, também com roupas infantis típicas da época. Elas demonstram a condição econômica e social que o médico Nicolau Fragelli tinha no período, como a principal referência da medicina de Corumbá. A boina de José Fragelli vale um destaque, assim como seu olhar sério e triste para a câmera. É um olhar próprio da sua personalidade e o acompanharia pelo resto da vida.

tudos primários até o 4º ano no Colégio Salesiano Santa Tereza, em Corumbá mesmo, assim como seus pais e tios. Ele não se considerava um bom aluno, se interessando bastante pelas brincadeiras infantis na escola.

Tinha dificuldade com aritmética e ia sempre na casa de um colega, outro corumbaense ilustre: Raimundo da Conceição Moreira da Cruz Pombo. Ele se tornaria o Padre Pombo, diretor do Colégio Salesiano São Gonçalo das décadas de 1950 até 1970, além de membro do Conselho Estadual de Educação. Ficaria mais famoso, contudo, como candidato a senador em 1978, Governador em 1982 e Senador de novo em 1986, todas por Mato Grosso⁷⁰.

⁷⁰ FRAGELLI, José Manoel Fontanillas. Depoimento concedido para a jornalista Terezinha Arruda no apartamento do senador em Brasília, no dia vinte e cinco de junho de 1982. Disponível em

No colégio Santa Tereza só havia professores padres, sem nenhum leigo. Um professor que marcou José Fragelli naquela instituição foi o Padre Aldisio, que era considerado pelo jovem estudante como um grande disciplinador.

As famílias de Corumbá passavam férias de verão em Urucum, que é uma montanha próxima da cidade, devido ao forte calor existente no Pantanal. O Maçico do Urucum é um complexo rico em rochas e vários minerais, muito importante para a economia de Corumbá ao longo do tempo. Urucum era, inclusive, chamado de “Petrópolis de Corumbá”, pela semelhança com a cidade serrana do Estado do Rio de Janeiro que era um refúgio durante o verão para muitos habitantes da capital federal. Em 1925, José Fragelli estava no Urucum com sua família quando a famosa Coluna Prestes passou por Corumbá em direção à Bolívia. A cidade ficou alvoroçada, como acontecia em todos os lugares por onde a coluna passava⁷¹. Muitos pais foram até as residências no Urucum para buscar seus filhos, com medo do que poderia acontecer com a passagem da Coluna. Como Nicolau Fragelli era médico, precisou dar atendimento a vários combatentes da Coluna que estavam em Puerto Suarez, cidade vizinha a Corumbá, situada na Bolívia. Neste episódio, Nicolau teve a oportunidade de atender o próprio líder da Coluna e que

meio digital no acervo do Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR) do Instituto Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

71 A Coluna Prestes foi um movimento militar no Brasil da década de 1920, tendo resultado da junção das colunas comandadas por Luis Carlos Prestes (Rio Grande do Sul) e Miguel Costa (São Paulo). Derivou do movimento tenentista de cinco de julho de 1922 com a revolta do Forte de Copacabana e da insurreição de São Paulo em 1924. As duas colunas se juntaram em Foz do Iguaçu (PR) e percorreram 25.500 quilômetros segundo a versão oficial e 36.000 conforme Luis Carlos Prestes. Passaram por 14 estados pregando a necessidade de mudanças na estrutura política, econômica e social do país, com foco na redução de poder das oligarquias. Faltaram apenas Amazonas, Pará, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e Rio de Janeiro. Foram combatidos pelo Exército e pelas Forças Públicas estaduais e nunca perderam um combate. Acabaram se exilando na Bolívia ao final, após sua última passagem por Mato Grosso. Tiveram um impacto político importante em nível nacional, contribuindo para que o Governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926) permanecesse em Estado de Sítio durante todo o período. Formaram quadros importantes que participaram da política nacional como o próprio Prestes, que se tornou o grande líder do Partido Comunista do Brasil (PCB) a partir da década de 1930. Eles percorreram boa parte do território de Mato Grosso, passando por municípios no SMT como Ponta Porã, Campo Grande, Amambaí e Coxim e no norte também, quando se aproximaram de Cuiabá, Araguaia e também no vale do Rio Sepotuba e Pantanal quando da sua retirada final, conforme Sodré (1986). Também, retrata a história da coluna o documentário homônimo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d9a3Pf3LFFg> Acesso em: 27 nov. 2023. Da mesma forma, Prestes, O Cavaleiro da Esperança - Documentário Completo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Da3Nd_rLf-Q>. Acesso em: 27 nov. 2023.

lhe dava o nome, que era o famoso capitão Luis Carlos Prestes, chamado de “O Cavaleiro da Esperança”⁷².

Em 1928, quando Zezinho ainda era um adolescente, seu pai Nicolau levou sua mãe Maria para o Rio de Janeiro, onde foi operada, mas não obteve sucesso. Depois, ela foi levada para Montevideo, que era um centro importante de toda a Bacia do Prata, junto com Buenos Aires. Mas, de forma lamentável, não foi possível salvá-la. O médico que a atendeu em Montevideo era um professor de Medicina que foi também vice-presidente do Uru-guai, mas não houve o que fazer. Era uma doença no fígado com quadro irreversível.

Nicolau Fragelli, filho primogênito do velho Giuseppe Fragelli que atravessou o oceano para empreender na América, estava viúvo aos 45 anos, com três crianças para cuidar, dois meninos e uma menina. Diante da tragédia, Nicolau optou por se mudar para Campo Grande, pelas maiores oportunidades de emprego e renda na sua área, além da maior oferta de educação secundária para seus filhos. Acompanhou a mudança do centro econômico e militar de Corumbá para Campo Grande que ocorria neste momento⁷³. José Fragelli fez o curso de admissão em 1928, ainda em Corumbá (Borges, 2007). Em Campo Grande, Fragelli foi matriculado por seu pai, nos anos de 1929 e 1930, no Salesiano Dom Bosco.

Em 8 de julho de 1930 houve mais uma perda pessoal para Nicolau Fragelli, seu velho pai Giuseppe Fragelli faleceu em Corumbá. A missa de sétimo dia foi realizada em 14 de julho de 1930, às 08:00 hs, na Igreja Católica Matriz de Corumbá⁷⁴. Foi enterrado no cemitério de Santo Antônio, num túmulo feito com mármore de Carrara, trazido da sua Itália de origem. Cerca de dez anos depois sua esposa Tereza foi enterrada junto com ele no mesmo túmulo⁷⁵. Giuseppe já tinha feito a partilha em vida das suas muitas propriedades dois anos antes, com cada filho herdando entre 6 e 8 delas, de acordo

72 FRAGELLI, José Manoel Fontanillas. Depoimento concedido para a jornalista Terezinha Arruda no apartamento do senador em Brasília, no dia vinte e cinco de junho de 1982. Disponível em meio digital no acervo do Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR) do Instituto Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

73 FRAGELLI, José Manoel Fontanillas. Depoimento concedido a Vinicius de Carvalho Araújo na residência do depoente em Aquidauana em vinte e oito de setembro de 2006.

74 JOSÉ Fragelli. *Jornal do Commercio*, Corumbá, página 2, onze de julho de 1930.

75 FRAGELLI, Nelson. Resposta a questionário enviado por Vinicius de Carvalho Araújo por correio eletrônico.

com o valor. Isto significa que ele tinha, ao todo, entre 45 e 50 imóveis em Corumbá, na condição de maior proprietário do município (Póvoas, 1989).

Após a mudança para Campo Grande, Nicolau Fragelli foi eleito deputado estadual por 3 (três) mandatos consecutivos, representando a região de Corumbá pelos fortes vínculos deixados. O primeiro foi no triênio 1930-1932, que foi interrompido pela chamada Revolução de 1930. Em três de novembro de 1930 Getúlio Vargas assumiu como chefe civil do movimento e o Governo Provisório decidiu pela dissolução do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas.

Como fragmentos de interesse, o filho de Nicolau, José Fragelli (Zezinho), foi deputado estadual, deputado federal, governador e senador, exercendo a presidência do Senado e do Congresso Nacional, além de ser presidente da República interino, e se orgulhava muito de não ter “sangue brasileiro” sendo descendente direto de europeus⁷⁶, o que expressa sua crença na superioridade racial dos brancos europeus, comportamento muito comum entre os imigrantes dessa leva europeia, conforme se percebe nos estudos de Seyferth (2000a; 2000b; 2011). O contrassenso é que, pelo fato de nosso país adotar o sistema *jus solis* ele foi reconhecido como brasileiro nato e pode exercer cargos políticos que são privativos de brasileiros, conforme previsto nas Constituições de 1891 (Art. 26)⁷⁷; 1934 (Art. 24)⁷⁸; de 1937 (Art. 51; 78; 88 e 122, 3º)⁷⁹ e de 1946 (Art. 38, parágrafo único, Inciso I)⁸⁰.

José Fragelli (Zezinho) sempre destacava apreço ao General Francisco Franco, demonstrando simpatia pelo Franquismo e seu líder, enquanto parte de um movimento conservador e autoritário.

O que se infere dessa narrativa é um processo de inclusão à cultura local da família de imigrantes Fragelli consolidada somente na terceira gera-

76 FRAGELLI, José Manoel Fontanillas. Depoimento concedido para a jornalista Terezinha Arruda no apartamento do senador em Brasília, no dia vinte e cinco de junho de 1982. Disponível em meio digital no acervo do Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR) do Instituto Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

77 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 13 dez. 2023.

78 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 13 dez. 2023.

79 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 13 dez. 2023.

80 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ção, quando os laços de relações afetivas extrapolaram a colônia europeia (italiana) por assim dizer, muito por conta dos arranjos advindos dos acontecimentos políticos e econômicos e rearticulação das *teias de interdependência* (Elias, 1993 e 2008), com inserção dos filhos dos imigrantes, brasileiros natos, inclusive, no campo político. No entanto, permaneceram os resquícios dos laços sanguíneos (*jus sanguinis*) determinantes para aquisição da nacionalidade nos países de emigração.

Considerações finais

O deslocamento humano em base territorial, constituindo-se em processo migratório, por conta de desastres naturais, clima adverso, guerra, religião, política, crise econômica, questões étnicas, busca por trabalho, melhores condições de vida e colocação profissional, sempre fez parte da história, não se eximindo desses fatos o Brasil e o estado de Mato Grosso. Como ponto de inflexão nas ondas migratórias se destaca o período pós-Guerra do Paraguai, final do Século 19 e início do Século 20, intervalo temporal escolhido para análise do processo migratório vivenciado no estado de Mato Grosso.

Foi nesse percurso que esta pesquisa descreveu o processo migratório baseado nas ações dos sujeitos, orientadas pelas necessidades e disposições, formando conexões e arranjos de interdependência humana e relatou a trajetória migrante da família Fragelli, enquanto estudo de caso.

As *teias de interdependência*, conforme pensadas por Norbert Elias (1993 e 2008), serviram de suporte teórico para compreender, através dos relatos das experiências e vivências da família italiana Fragelli, como eram as configurações sociais múltiplas da realidade temporal de análise, e como as relações econômicas e de etnicidade orientaram a conduta individual dos integrantes da referida família em relação aos outros indivíduos em mesmas condições, marcando-se os fatores de diferenciação ou integração social e produção de alterações nas emoções e nas estruturas de controle.

O resultado consistiu no delineamento do processo de imigração e inclusão dos imigrantes à sociedade local, consolidada após algumas gerações, devida a marcação da forma de atribuição de nacionalidade por vínculos sanguíneos (*jus sanguinis*) vigorante nos países europeus de emigração, muito pelo fato de as teias de interdependência desses imigrantes se consolida-

rem entre integrantes de origem comum com mesmos elementos de etnicidade, como país, religião e língua.

Referências

ALENCASTRO, Aníbal. *Cuyabá: Histórias, Crônicas e Lendas*. Cuiabá: sem editora, 2003.

ALVES, Louremberg. Cultura Política de Mato Grosso I. *Jornal O Diário de Cuiabá*. Cuiabá, página 3, 11/12/2000.

ARRUDA, José Jobson de Arruda. *História Moderna e Contemporânea*. Editora Ática. 7ª edição. São Paulo, 1993.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*. Tese de doutorado em Ciência Política defendida na Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Ciências Sociais. São Carlos, 2019.

ASSAD, Leonor. Nova onda de estrangeiros chega ao Brasil. *Ciência. Culto.*, São Paulo, v. 2, pág. 11-13, junho de 2012. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000200005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 4 de janeiro de 2024. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252012000200005>.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Prosas com governadores de Mato Grosso 1966-2006*. Cuiabá: Editora Carlini Caniato, 2007.

BRASIL, Marileize da Silva. *Cidades e povos: considerações acerca das migrações*

européias através da Bacia do Prata: o caso dos italianos em corumbá, MS (1870 – 1950). Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação stricto sensu em Geografia, em nível de mestrado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – campus de Aquidauana. 2009.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Tradução de Ruy Jungmann [v. 2]. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Elias, Norbert. *Introdução à sociologia*. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2008.

FRAGELLI, José Manoel Fontanillas. Depoimento concedido para a jornalista Terezinha Arruda no apartamento do senador em Brasília, no dia vinte e cinco de junho de 1982. Disponível em meio digital no acervo do Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR) do Instituto Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

FRAGELLI, José Manoel Fontanillas. Depoimento concedido a Vinicius de Carvalho Araújo na residência do depoente em Aquidauana em vinte e oito de setembro de 2006.

FRAGELLI, Nelson. Resposta a questionário enviado por Vinicius de Carvalho Araújo por correio eletrônico.

- GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo. *Fronteiras de imigração no caminho das águas do Prata: italianos em Mato Grosso – 1856 a 1914*. Tese apresentada no Curso de Doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.
- HANY, Fátmato Ezzahrá Schabib. *Corumbá, Pantanal de Mato Grosso do Sul: periferia ou espaço central?* Dissertação de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE. Rio de Janeiro, 2005. p. 47.
- HOBSBAWN, Eric J. *Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HÓSPEDES e viajantes. *Jornal Autonomista*, Corumbá, vinte e sete de março de 1909, p. 2.
- JOSÉ Fragelli. *Jornal do Commercio*, Corumbá, página 2, onze de julho de 1930.
- MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário biográfico matogrossense*. São Paulo: Editora Mercúrio, 1953.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *A Morte de Totó Paes*. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PÓVOAS, Lenine. *Italianos em Mato Grosso*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1989.
- PÓVOAS, Lenine. *História Geral de Mato Grosso – Volume II*. Cuiabá: sem editora, 1995.
- PÓVOAS, Lenine C. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: sem editora, 1985.
- PÓVOAS, Nilo. *Galeria de varões ilustres*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977-1978.
- RONDON FILHO, E.B.; SANDES, W. F. Metodologia, métodos e tipo de pesquisa. In: SILVA JÚNIOR, A. L.; FERNANDES, R. N. A.; MACHADO, P. *Ciências Policiais: conceito, objeto e método de investigação científica*. Lisboa: ISCPSI, 2022. p. 111-190.
- SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000a.
- SEYFERTH, Giralda. Assimilação dos imigrantes no Brasil. Inconstâncias de um conceito problemático. *Travessia*, [s.l.], p. 45-50, janeiro-abril, 2000b.
- SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. *RBCS*, Vol. 26, n. 77, p. 47-62. Outubro de 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rqYgZrJ84rvt9jr73Xm5Twx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Coluna Prestes*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.
- SÔNIGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. *Historiae*, Rio Grande, v.1, n.2, p. 113-120, 2010. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/article/view/2366/1248>>. Acesso em: 4 set. 2022.

5. Territorialização turística e diversidade cultural nos grandes domínios de Natureza (Mato Grosso, Brasil)

Suíse Monteiro Leon Bordest⁸¹

RESUMO: Território turístico e diversidade cultural, temas centrais do presente artigo, por seus múltiplos significados, possibilitam interações e pressupõem o envolvimento de comunidades em áreas de potencialidade turística, perspectivando o sentimento de valorização cultural na construção de sociedades sustentáveis em três grandes domínios de natureza no estado de Mato Grosso (Amazônia, Cerrado e Pantanal). No contexto de uma análise interpretativa, a abordagem territorial pode contribuir na apreensão de espaços turísticos, por entender-se o turismo, enquanto prática social que entremeia diversos territórios já existentes, capaz de provocar mudanças sensíveis, mas inexoravelmente respeitador da diversidade cultural dos habitantes de uma comunidade ou região. Assim, em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. No texto, privilegia-se o enfoque de territórios onde já acontecem ou poderão acontecer a atividade turística, por serem áreas de reconhecido envolvimento da comunidade com a tradição/tradução, em seus múltiplos aspectos culturais. A partir de uma base geográfica voltada para os três grandes domínios de natureza no Estado de Mato Grosso, com destaque aos atrativos naturais e processos socioambientais, o texto oferece contribuição para melhor compreensão de traços fundamentais do chamado *território turístico*, onde se efetivam relações de poder entre o turismo e os atores sociais envolvidos.

Palavras-chaves: Território; Cultura; Domínios de natureza; Turismo; Mato Grosso; Brasil.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

TERRITORIALIZACIÓN TURÍSTICA Y DIVERSIDAD CULTURAL EN GRANDES DOMINIOS NATURALES (MATO GROSSO, BRASIL)

81 Geógrafa. Doutora em Geociências e Meio Ambiente. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFMT / Brasil. Integrante do GECA. Membro efetivo do IHGMT.

RESUMEN: Territorio turístico y diversidad cultural, temas centrales de este artículo, por sus múltiples significados, posibilitan interacciones y presuponen la implicación de las comunidades en áreas de potencial turístico, perspectiva del sentimiento de valorización cultural en la construcción de sociedades sostenibles en tres grandes dominios de la naturaleza. en el estado de Mato Grosso (Amazonas, Cerrado y Pantanal). En el contexto de un análisis interpretativo, el enfoque territorial puede contribuir a la aprehensión de los espacios turísticos, entendiendo el turismo como una práctica social que entrelaza varios territorios existentes, capaz de provocar cambios sensibles, pero inexorablemente respetuosos de la diversidad cultural de sus habitantes. de una determinada región, comunidad o región. Entonces, en lugar de hablar de identidad como algo terminado, deberíamos hablar de identificación y verla como un proceso continuo. En el texto, la atención se centra en territorios donde ya se desarrolla o podría desarrollarse actividad turística, por ser áreas de reconocida implicación comunitaria con la tradición/traducción, en sus múltiples vertientes culturales. A partir de una base geográfica centrada en los tres grandes dominios de la naturaleza en el Estado de Mato Grosso, con énfasis en los atractivos naturales y los procesos socioambientales, el texto ofrece una contribución para una mejor comprensión de las características fundamentales del llamado territorio turístico, donde se dan relaciones de poder entre el turismo y los actores sociales involucrados.

Palabras-clave: Territorio; Cultura; Dominios de la naturaleza; Turismo; Mato Grosso; Brasil.

Contextualizando o tema

Por seus múltiplos significados, o texto em pauta, discorre sobre territorialização turística e diversidade cultural em Mato Grosso - Brasil -, é assunto que possibilita a interação de temas que pressupõem o envolvimento de comunidades e grupos sociais em áreas com potencialidade turística, perspectivando o sentimento de valorização da cultura mato-grossense na construção de sociedades sustentáveis.

No contexto de uma análise interpretativa nas dimensões econômica, política, cultural e natural, a abordagem territorial pode contribuir na apreensão de *territórios turísticos*, por entender-se o turismo como uma atividade social que entremeia diversos territórios já existentes, e que pode provocar mudanças sensíveis. Ainda na abordagem territorial do turismo, pode-se entender e apoiar o turismo ecocultural, como aquele capaz de promover mudanças socioambientais mas, inexoravelmente respeitador da diversidade cultural dos habitantes de uma comunidade ou de um grupo social. Nesse contexto, acredita-se que a questão da *identidade cultural* possa ser vista segundo a ótica de Stuart Hall (2003, p. 7), ao referir-se à “crise de identidade”:

[...] como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

[...] algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato existente na consciência no momento do nascimento [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre 'em processo', sempre 'sendo formada' [...].

Assim, em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação e vê-la como um processo em andamento.

No artigo, objetiva-se refletir sobre o chamado *território turístico*, onde se efetivam relações de poder entre os grupos sociais envolvidos e o turismo, com a panorâmica dos três grandes domínios de natureza no estado de Mato Grosso. Constituem territórios onde já acontece ou poderá acontecer a atividade turística, áreas de envolvimento da comunidade com a tradição/tradição, em seus múltiplos aspectos culturais.

Discorrendo sobre conceitos de territórios

Para melhor compreensão do espaço, a partir de uma base geográfica, recorremos a alguns conceitos de território, que buscam interpretar os processos socioambientais em seus diferentes ritmos e implicações territoriais.

Apoiado na ligação de conceitos de território-rede-lugar, Saquet (2007) propõe uma abordagem territorial que denomina abordagem relacional processual e (i)material. Nela, o território é entendido enquanto produto, que corresponderia a um processo composto por relações sociais, envolvendo, de forma dialética, o material (concreto) e o imaterial (simbólico).

Assim, a abordagem relacional pode contribuir nessa reflexão sobre a apreensão de territórios turísticos e criação de novos territórios e territorialidades.

Também interessados na reflexão sobre território/turismo, Candiotto e Santos (2009, p. 325) lembram que:

O turismo é mais uma atividade que permeia diversos territórios já existentes. Um território criado a partir do lazer e/ou do turismo pode ser

chamado de território turístico e corresponderia ao espaço onde se efetivam as relações de poder entre os atores sociais envolvidos com o turismo. Quando determinado projeto ou empreendimento turístico instala-se em um lugar, inicia-se um processo de territorialização turística desse lugar, que levará a criação de um território turístico.

É quase unanimidade atualmente na geografia, haver centralidade da *relação espaço-tempo* na formação do espaço, do território, da paisagem e da regionalização. O espaço está no tempo e o tempo está no espaço. Tal relação é considerada, nos estudos geográficos, de diferentes maneiras: ora destacam-se os processos históricos, ora os relacionais. Isso significa que, às vezes, evidenciam-se nas fases ou períodos e noutras situações nas relações sociais, sejam elas, culturais, econômicas ou políticas, espacializadas, regionalizadas ou territorializadas.

Embora espaço e território não possam ser dissociados, está claro também, na geografia, que *espaço e território não são sinônimos*. São conceitos diferentes que assumem distintos significados de acordo com cada abordagem e concepção. No Brasil, por exemplo, o espaço geográfico é considerado, como grande categoria da geografia, como algo universal, sempre presente na formação de cada lugar, juntamente com o tempo:

Dessa maneira o espaço [...] possui um presente que passa muito rápido, que já é passado, portanto, e possui um devir. Devir que além de ser começo é também sequência, é sucessão e, portanto, movimento. Movimento do pretérito, do ser e do vir-a-ser, do concreto e do abstrato, das relações recíprocas que nos dão o real movimento do espaço no tempo e deste o espaço, em que o presente contém o passado, que se realiza no presente. (Saquet, 2009, p. 76).

A abordagem territorial de Saquet parte do entendimento de que os territórios são determinados por ações locais e forças externas (nacionais e internacionais) ligadas à dinâmica econômica, política e cultural. Essas relações de poder produzidas pelos territórios estão em movimento, de modo que eles são fluidos, podendo ser temporários ou relativamente permanentes.

O território é, antes de um *fato consolidado, uma relação* e por isso está sujeito a instabilidades, pois os elos que o sustentam também não são fixos, absolutos. A territorialidade que lhe dá origem ainda não se encontra consolidada, tendo possibilidade de existência, na criação dos elos e do espaço.

Saquet (2009) aponta ainda para a dimensão subjetiva da territorialidade, estando ligada ao cotidiano do lugar (desenrolar das atividades diárias efetivadas nos espaços de trabalho, lazer, família etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar).

Conforme Medeiros (2009), o sentimento é base da territorialidade e a sua forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável. O território pode ser imaginário e até mesmo sonhado. E, é a partir do imaginário e do sonho que sua construção tem início.

O território é, a princípio, um espaço *cultural de identificação* ou de *pertencimento*, e sua apropriação só acontece em momento seguinte. Para a citada autora, espaço e território não podem ser dissociados, pois enquanto o espaço se faz necessário para demarcar a existência do território, este último é condição para que o espaço se humanize (Medeiros, 2009, p. 217).

O território traz em si a noção de poder e de afirmação identitária. É uma realidade que está inscrita no espaço e no tempo e que lhe dá garantia de existência. O território é, portanto, a parcela do espaço enraizado numa mesma identidade que reúne indivíduos com o mesmo sentimento. O território também é um lugar de ritos, expressando valores e confrontando crenças. “Território é, pois, um novo paradigma que responde a certo número de funções geográficas, sociais e políticas que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores” (Medeiros, 2009, p. 218).

Territórios turísticos em movimento

Considera-se território turístico, um espaço criado a partir do lazer e/ou do turismo, onde se efetivam relações de poder entre os grupos sociais e os envolvidos com o turismo.

Conforme Bordest (2011) o estado de Mato Grosso, palco deste estudo abrange grandes biomas (olhar biológico) ou domínios de natureza (olhar geográfico) que comportam diferentes ecossistemas. Neles, estão presentes núcleos urbanos e rurais que se transformam continuamente, tanto no âm-

bito do tempo quanto do espaço. Nas últimas décadas, essas transformações têm sido muito rápidas, fato que corrobora com Hall (2003, p. 70), para quem: “Diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo”.

Mato Grosso está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, nos contextos da Pré-Amazônia, do Cerrado e do Pantanal. Posicionado no coração da América do Sul, atualmente ocupa uma área de 903.357km² do território nacional (Fig.1).



Fig. 1. Localização do Estado de Mato Grosso. Fonte: Geodobrasil, 2011.

Situa-se a oeste do Meridiano de Greenwich e ao sul da Linha do Equador, com fuso horário (menos) – 4 horas em relação à hora mundial GMT. O Estado integra a região Centro-Oeste do país, limitando-se com os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Pará, Amazonas e Rondônia, além de um país, a Bolívia. Cuiabá, a capital do Estado, tem como referência as

Mapa do Estado de Mato Grosso e seus limites

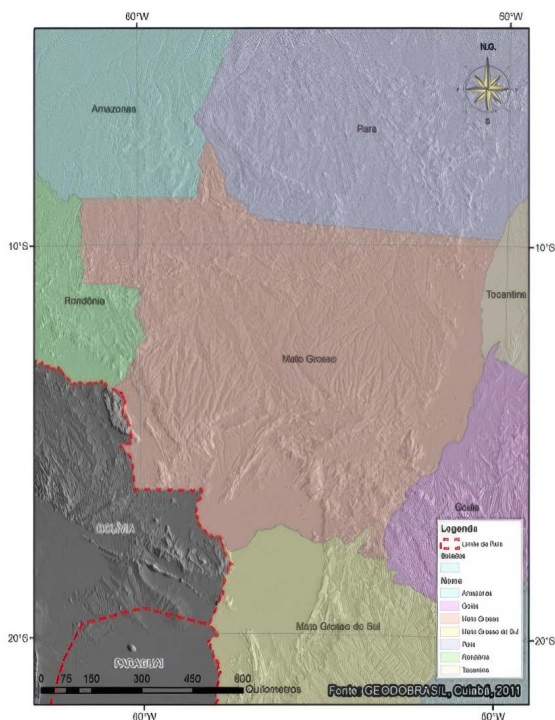


Fig. 2. Limites do Estado de Mato Grosso. Fonte GEODOBRASIL. 2011.

coordenadas geográficas: 15°35'55.36" Lat. S e 56°05'47.25" Long. W (Fig. 2) (Google Earth). As cidades mais populosas do referido Estado são: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Cáceres e Barra do Garças.

A expansão da ocupação do território mato-grossense, iniciada no século XVIII, ganhou força a partir da década de 1970, sob o efeito da globalização que, se por um lado determinou nova fase no desenvolvimento socioeconômico-cultural do Estado (colonização agro-pastoril, avanço educacional, científico, artístico e cultural), por outro acumulou problemas socioambientais.

No território mato-grossense, o relevo se configura predominantemente com altitudes modestas, apresentando extensas superfícies aplainadas, talhadas em rochas sedimentares; algumas serras importantes; depres-

sões periféricas, dentre elas áreas úmidas, como as dos pantanais matogrossenses.

Na maior parte do Estado predomina o clima tropical semiúmido, com chuvas de verão, inverno seco e temperaturas caracterizadas por médias anuais de, aproximadamente, 23°C. No verão, a quantidade de chuva também é alta, ultrapassando a média anual de 1.500mm, já que a estação seca, bastante marcada no sul do Estado, vai gradativamente se reduzindo em direção ao norte.

Primitivamente, a vegetação que cobria o norte matogrossense era a floresta equatorial, com árvores muito altas e copadas, como a andiroba, o angelim, o pau-roxo e a seringueira, verdadeiro prolongamento da Floresta Amazônica em território matogrossense. No centro e sul do Estado predomina o cerrado, vegetação formada por árvores de até 10m de altura, espalhadas entre numerosos e variados arbustos. Na transição do Pantanal existem diversos tipos de vegetação, com predominância da cobertura de gramínea de áreas úmidas, excelente pastagem para o gado.

No que se refere à hidrografia, a rede fluvial de Mato Grosso pertence a dois grandes sistemas hidrográficos: a bacia do rio Amazonas e a bacia Platina. No Estado, os principais rios da bacia amazônica são o Araguaia e seu afluente, o rio das Mortes; o Xingu, o Juruena, o Teles Pires e o Roosevelt. Quanto à bacia Platina, destaca-se o rio Paraguai, que nasce no município de Diamantino, sendo seu principal afluente em território matogrossense o rio Cuiabá, no sul de Mato Grosso.

Devido à grande extensão territorial, Mato Grosso é um estado brasileiro que comporta diferentes paisagens geomorfológicas e ecologias do mundo tropical, onde, apesar das modestas altitudes, o relevo tem papel significativo. Moldada no altiplano cuiabano, estrategicamente encravada entre o planalto sedimentar e a planície pantaneira, ergue-se, no Centro Geodésico da América do Sul, Cuiabá, a emblemática capital matogrossense, onde os passos da tradição e da modernidade caminham juntos, apesar dos conflitos que ali se verificam (Fig. 3).

Territorialidades e identidades imprimem no território matogrossense marcas de transformação das potencialidades naturais. Mas as fragilidades dos ambientes naturais continuam sendo ignoradas, seja por desconhecimento ou pela voracidade consumista e mercadológica do mundo atual.



Foto: Bordest, 2011.

Fig. 3. Obelisco do Centro Geodésico da América do Sul em Cuiabá

As novas interpretações do território permitem uma visualização da disputa entre os poderes públicos e os grupos organizados, sendo a expressão mais concreta as novas frentes mato-grossenses de ocupação, que se intensificaram a partir da década de 1970. Por um lado, propiciam aumento de riqueza por meio do agronegócio, de construções imobiliárias, da mobilidade urbana etc., porém, de outro, danificaram o ambiente rural e urbano, causando devastação da vegetação, aves, animais, além da desterritorialização de povos indígenas, seringueiros, ribeirinhos etc.

Potencialidade turística nos três grandes domínios de natureza em Mato Grosso

No domínio morfoclimático e fitogeográfico de natureza, conhecem-se diversos “ecossistemas”. Para falar dos *grandes domínios de natureza* buscou-se apoio em Ab’Saber (2003), que trata, com peculiar competência, os espaços herdados da natureza. Um olhar panorâmico sobre Mato Grosso permite observar, num mosaico paisagístico, a predominância de: floresta amazônica e transição para o cerrado, no norte do Estado; cerrado e campestre, no centro; e um complexo florístico na transição das áreas úmidas: do sul (Pantanal), do oeste (Guaporé) e do sudeste do Estado (Araguaia) (Fig. 4).

Mapa do Estado de Mato Grosso com Ecossistemas

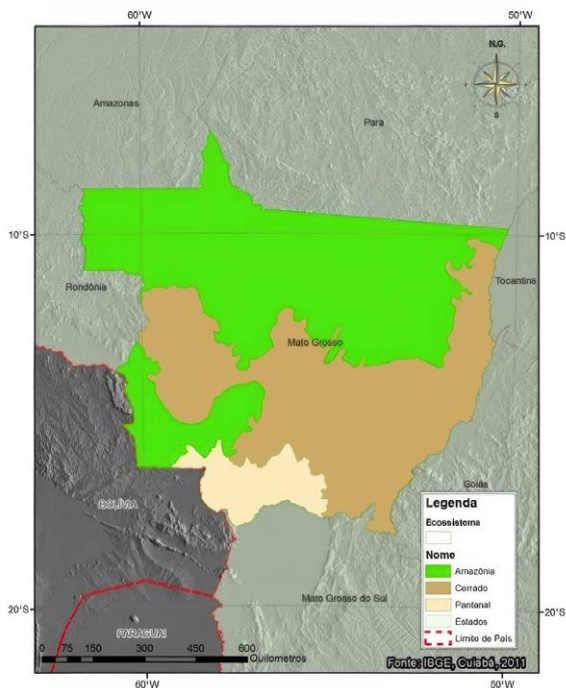


Fig. 4. Grandes Domínios de Natureza de Mato Grosso. Fonte IBGE. 2011.

Na perspectiva de uma aproximação entre potencialidade e território turístico, na panorâmica dos três grandes domínios de natureza de Mato Grosso: Amazônia, Cerrado e Pantanal se vê:

Território turístico de paisagem, povos e culturas da Amazônia Mato-grossense

Na porção norte do Estado, associados aos domínios florestais da Amazônia mato-grossense – onde ocorrem relevos em planaltos dissecados, chapadas e depressões interplanálticas – a potencialidade turística ainda não foi objeto de um projeto de gestão, de maneira sistemática. As exceções ficam

por conta de algumas localidades, envolvendo cidades e seus arredores. Tomadas como exemplo, algumas delas se ajustam na transição floresta/cerrado, como Tangará da Serra; e outras na floresta, como Juína, Juruena e Alta Floresta.

Nessas áreas consideram-se como atrativo para o desenvolvimento do turismo, além da exuberância das paisagens, os grupos sociais diversos, as comunidades tradicionais, as festas folclóricas e os povos indígenas, dentre outros.

Nos domínios da Amazônia Mato-Grossense há potencialidade para segmentação de mercado do turismo em: Turismo Paisagístico (cachoeiras, corredeiras nas encostas florestadas e amplos vales), Turismo de Aventura (pesca em rios de grande porte), Turismo de Negócios (artesanato, industrialização de madeira, minérios, fibras, sobrevoos em extensas plantações modernas de soja, milho, arroz), Ecoturismo e Étnico (vivência com autóctones: atividades extrativistas, cultivo e uso de plantas medicinais, visita a aldeias indígenas).

Conforme estudos de Migliacio (2001), *Sakuriuwinã ou Ponte de Pedra* é um lugar inserido no conjunto de formações naturais na Chapada dos Parecis, com fortes elementos associados à cosmologia dos Halíti, conhecidos hoje genericamente como os índios Paresi (Fig. 5). Portanto, uma paisagem é identificada enquanto área de grande valor cultural, pois é aí que estes indígenas localizam suas origens ancestrais. Segundo o mito, foi de um buraco de pedra que o criador Enorê (herói mitológico) fez surgir o primeiro casal. Deles, nasceram dois casais gêmeos. A este mito estão associadas narrativas de aspectos que caracterizam as diferenças entre o mundo dos índios e dos não índios. Também foi deste lugar que o herói fundador, Wazare, distribuiu os grupos Halíti pelas nascentes dos tributários dos rios Juruena, Arinos, Setopotuba e Guaporé. De acordo com os estudos antropológicos, é possível reconhecer que, territorialidade e consciência de origem mítica comum, são fundamentais no modo de ser Halíti, além de sua relevância para a memória nacional. Potencial para o turismo étnico e de interesse cultural e histórico, por fazer parte das antigas linhas telegráficas implantadas pelo Marechal Rondon.

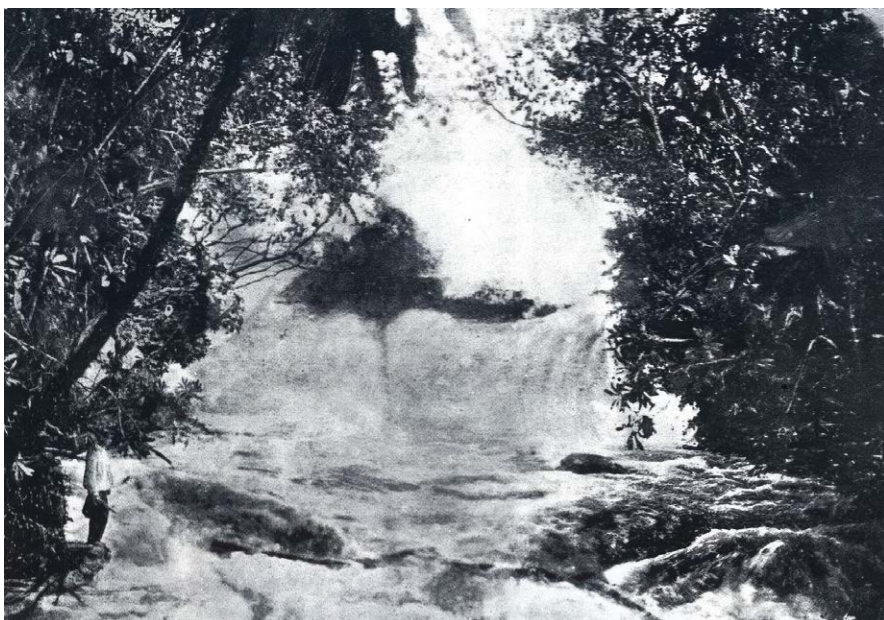


Fig. 5. Salto da Ponte de Pedra – Album Graphico do Estado de Matto-Grosso, p. 383.

Território turístico de paisagem, povos e cultura do Cerrado Mato-grossense

O centro-sul do Estado caracteriza-se pelo domínio dos Cerrados, que originariamente recobria áreas geomorfológicas de depressões, planaltos e serras envolvendo vegetação de campo cerrado, cerradões e matas de encosta.

A potencialidade turística nos domínios dos Cerrados mato-grossenses se evidencia com obras já realizadas com a preocupação de projetos de *gestão da atividade turística nos municípios*. Embora, muito se tenha a fazer, Cuiabá, capital do Estado, vem sendo preparada para acolher adequadamente seus visitantes. Dessa maneira, busca aprimoramento para o desempenho de um turismo de qualidade, receptivo e de lazer ou recreativo, remodelando ou construindo: centros de eventos, casas de artesanatos, parques urbanos, hotéis, bares e restaurantes. Reconhece a necessidade de ampliação do sistema de comunicação com mobilidade urbana ágil e moderna, novas avenidas

e corredores de acesso; viabilização da saúde, com hospitais com qualidade de atendimento, saneamento público, dentre outros. Exemplo disso são as condições dos municípios próximos à capital, como Município de Várzea Grande, que além de sediar o aeroporto internacional Marechal Rondon, se destaca por abrigar comunidades tradicionais de ribeirinhos, como Bonsucesso, Pai André, Praia Grande, que já oferecem serviços de gastronomia, peixaria, artesanato etc.

Estradas vicinais interligam a Grande Cuiabá a outros municípios turísticos

Subindo a serra, em direção ao município de Chapada dos Guimarães, o relevo de transição, com variação altimétrica e formações rochosas variadas, propiciam belas paisagens de *ruiniformes*, cavernas, cachoeiras, corredeiras que, por sua vez, despertam outros interesses voltados para cultura, práticas esotéricas, científicas e turísticas.

Resultante das águas represadas do rio Manso, a implantação da hidrelétrica homônima, o lago artificial de Manso, possibilita práticas esportivas (passeios de barco, *jet-ski*, canoagem) e pesca.

Rondonópolis, cidade em desenvolvimento em função do agronegócio, além das grandes plantações no planalto, sugerem o turismo de negócio, além de possibilitar a visita às riquezas dos fósseis que estimulam o turismo científico-etnográfico. O relevo calcário de Nobres contribui com modelado milenar que esculpiu as morfologias que abrigam nascentes de águas límpidas e cavernas, propiciando banho, mergulho e passeios ecológicos.

Na bacia do rio Paraguai, no sul do Estado, a serra das Araras, em Cáceres, exemplifica as abrangentes áreas do cerrado com forte potencialidade para o turismo esportivo e cultural.

Nessas paragens, a potencialidade turística tem como principais atrativos a diversidade paisagística, festas de santo que reúnem comunidades tradicionais de ribeirinhos dos vales de rios e planaltos do entorno.

Nos domínios dos Cerrados mato-grossenses se apresentam possibilidades para a segmentação do mercado do turístico em: Turismo Contemplativo (paredões relevo íngreme, “ruiniformes”, cavernas, aves e animais); Turismo Peri-urbano ou de Aldeia (peixarias de Bonsucesso, Pai André, Passagem da Conceição, Praia do Poço); Turismo Cultural (festas de santo, dan-



Fig. 6. Festa de são Benedito em Cuiabá.

ças, artesanatos em cerâmica e madeira, tecelagem, pedras); Turismo Aventura (canoagem, *jet-ski*) e Turismo de Negócios (feiras e exposições).

A *Festa de São Benedito* é uma das celebrações mais antigas de Cuiabá, realizada pelos devotos desse santo, nas Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Fig. 6). A festa inicia com a escolha dos festeiros, e segue com a peregrinação da imagem pelas ruas da cidade, formando o desfile conhecido como Bandeira de São Benedito. O levantamento do mastro marca o início da festa que, até as primeiras décadas do século XX, contava com a apresentação de touradas e congadas. Durante essa festa há o consumo de iguarias da alimentação tradicional cuiabana, como os bolos de arroz e de queijo - o popular “*tchá com bolo*”. A festa de São Benedito ocorre também por quase todas as áreas de ocupação mais antiga, como Livramento, Pocomé, em Vila Bela, Diamantino e outras cidades do Estado.

Territórios turísticos de paisagem, povos e cultura nas planícies e pantanais mato-grossenses

Na porção sudoeste de Mato Grosso, o vale do Guaporé apresenta potencialidade excepcional para o turismo, por seus aspectos hídricos, florísticos, faunísticos, históricos e culturais.

É uma porção de extensa área cenozóica com formação de belas praias ao longo dos rios, além de paisagens exuberantes que compõem as planícies fluviais atraindo turistas de diferentes regiões.

Na porção sul do Estado, o Pantanal é suscetível a inundações periódicas, com intensidade e duração variadas, sendo as enchentes cíclicas responsáveis pelas condições de vida na região. Conforme lembra Nogueira (1990): “A abundância da água favorece a presença da vida animal e vegetal”. Entretanto, o sistema ecológico pantaneiro não se completa apenas com o conjunto de uma avifauna e de uma flora variadíssima, pois para a autora “muito mais importante é o homem que nele vive tanto na condição de dono da terra, quanto na de vaqueiro, empreiteiro, garimpeiro, balseiro, pescador etc” (NOGUEIRA, 1990, p. 12).

Paisagens de extraordinárias belezas ressaltam a potencialidade da natureza em todas as estações do ano (cheias, vazantes, floradas), dos animais e peixes, da fartura de alimentos, das festas de santo e de tantas outras. Nos pantanais de Cáceres, Poconé e Barão de Melgaço, pratica-se o turismo esportivo da pesca, o turismo ecológico e o turismo cultural. Santo Antônio de Leverger abriga rica cultura tradicional nas comunidades ribeirinhas, com exemplares de engenhos de cana, fabricação de rapadura, doces e licores de frutas da terra, constituindo-se em município que se destaca pela riqueza hídrica, vegetal e faunística. Mimoso, terra de Cândido Mariano da Silva Rondon, possui um memorial (Memorial Rondon), ícone futuro de turismo cultural situado a meio caminho, entre Santo Antônio e Barão de Melgaço. Já, em Barão de Melgaço, o *Memorial da Guerra do Paraguai* foi construído para ser outro exemplar de atração para visitantes interessados nos fatos históricos e culturais. Festas de santos e/ou profanas, músicas e danças típicas de Poconé, festivais de pesca de Cáceres são outros atrativos que, direta ou indiretamente, têm apoio nos bens naturais regionais (BORDEST, 2008).

Assim, os atrativos turísticos pantaneiros estão na paisagem de cheia ou vazante, nas festas de santo e nas comunidades tradicionais de ribeirinhos e quilombolas.

Nos domínios de áreas úmidas das planícies e pantanais mato-grossenses verifica-se potencialidade para segmentação de mercado do turismo em: Ecoturismo (rios e baías, entorno de Parques), Turismo Cultural (cidades, comunidades tradicionais), Turismo Contemplativo (relevo, fauna e vegetação), Turismo no Espaço Rural (fazendas de gado de Poconé e Cáceres) e Turismo de Eventos (feiras, festa de santo, festivais).

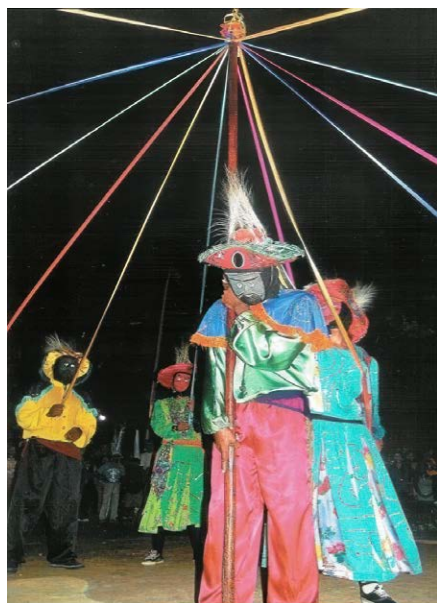


Foto: In Loureiro, 2006

Fig. 7.
Dança dos
Mascarados

A *dança dos Mascarados* (Fig. 7) é uma manifestação cultural que ocorre durante as festas de santo no município de Poconé, desde o século XVIII, apresentada atualmente também em eventos culturais. Somente homens participam dessa dança, mas parte deles se veste de mulher “damas”, e a outra parte de homens “galã”, utilizando máscaras e roupas de chita, floridas, numa performance com doze pares. Associada às festividades religiosas estão as Cavalhadas, também encenadas em Poconé, e os esportes de taquara, algo como grandes castiçais, ricamente iluminados com velas.

Considerações Finais

As inúmeras transformações que vêm ocorrendo em Mato Grosso, ao longo de sua trajetória histórica, marcadamente nas últimas décadas, propiciam novas formas de atividades turísticas mas, sem dúvida, é a cultura dos bens materiais e imateriais que melhor oportuniza o desenvolvimento de *territórios turísticos*.

Como lembra Menezes (2004, p. 24):

Material ou imaterial, as construções culturais são parte de um uníssono de experiências históricas, vivificadas de forma integrada, portanto, dinâmicas no tempo. Esse dinamismo é ao mesmo tempo diacrônico e sincrônico, e, assim, a construção de um modelo de interpretação do passado e a transformação desse modelo em atrativo turístico deve considerar e dignificar a vivência presente como parte de um todo cultural.

A partir de questões instigadoras sobre o território mato-grossense e a territorialização turística da diversidade de seus aspectos culturais, interroga-se, plagiando Stuart Hall: *O território é um espaço de identidade ou de identificação?* (Hall, 2003).

Como se sabe, o turismo é uma atividade que tanto pode causar efeitos positivos como negativos. Supondo-se que muitas mudanças acontecerão na controvertida territorialização turística, são os residentes em áreas receptoras de turistas que mais serão atingidos. No que se refere ao que pode acontecer com a chegada do turismo, Candiotto e Santos (2009, p. 328) comentam que “além do sentimento de perda, os residentes passam a questionar seus hábitos e sua cultura, buscando incorporar o jeito de ser, falar e vestir-se dos turistas, por acharem que os hábitos destes são melhores e mais modernos [...] passando a desejar objetos e a copiar hábitos e padrões de consumo dos turistas”. Contudo, ressaltam estes autores (p. 329), que embora de maneira mais tímida, “os turistas também podem ser influenciados por valores materiais e imateriais, ou seja, territorialidades da população receptora”. Sem dúvida, muitas outras considerações poderiam ser levantadas nesse sentido, pois contribuem para ressaltar a interferência do poder no processo de territorialização.

Entretanto, é na esteira desse pensamento que se vislumbra a importância de um profícuo trabalho de Educação Ambiental que envolva todos os setores do *trade turístico*, mas, de modo especial, entre os autóctones que, inseridos no contexto de mudança, possam participar intensamente de todas as fases do projeto, reconhecendo e valorizando a cultura secular de sua gente, como lembra Bordest (2002).

Referências

- BORDEST, S. M. L. *Panorâmica ambiental mato-grossense: Relevo e potencialidades turístico-culturais*. Cuiabá: EdUFMT, 2011. (CD ROM)
- BORDEST, S. M. L. Uma Abordagem Territorial no entorno de experiências Ambientais. In: *Seminário Regional de Extensão Científica do Centro-Oeste e IV Seminário Local de Programa Conexões de Saberes*. Mesa Redonda: Direitos Humanos e Educação Ambiental. III Serex – UFMT. 28/04/2010.
- BORDEST, S. M. L. *Potencialidade Turística de Mimoso e o olhar do autóctone*. Cuiabá: Gráfica Print, 2002.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. (Orgs.) São Paulo: Expressão Popular; Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 315-400.
- COSTA, M. F. *A história de um país inexistente*. Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 8. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A., SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. (Orgs.) São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 95-120.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MEDEIROS, R. V. Território espaço de identidade. In: SAQUET, M. A., SPOSITO, Eliseo Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. (Orgs.) São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 217-227.
- MENESES, J. N. C. *História & Turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MIGLIACIO, M. C. *Sakuriuwina ou Ponte de Pedra*. Identificação de uma área de valor cultural Paresi em Mato Grosso. Revista *Territórios e Fronteiras*. v.2, n. 2, jul/dez, Programa de Pós-Graduação em História, UFMT, 2001. p. 125.
- NOGUEIRA, A. X. *O que é Pantanal?* São Paulo: Brasiliense, 1990.

QUAÍNI, M. As cidades invisíveis de Ítalo Calvino. Uma lição de Geografia. In: SAQUET, M. A., SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A., SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SAQUET, M. A. Entender a produção do espaço para compreender o território. In: Spósito, E. S. (Org.) *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente prudente? SP: FCT/Unesp/ Gaspé-RR, 2005.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A., SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular: Unesp, 2009.

6. Santa casa de misericórdia de Cuiabá nos 275 anos Mato Grosso

*Fernando Tadeu de Miranda Borges*⁸²

Resumo: Este ensaio aborda a preocupação com a saúde em Mato Grosso desde o período colonial, com destaque para o papel exercido pela Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá enquanto centro de misericórdia no cuidado da saúde dos desvalidos, e que teve a partir do bicentenário da cidade (1919) a atenção especial das freiras salesianas e de muitos médicos, e que neste século XXI vive o dilema de fechar as portas, e com isso fazer desaparecer da alma da cidade a luta travada pelas mais diversas mãos, visíveis e invisíveis, para a conquista do maior bem público destes 275 anos de Mato Grosso: a saúde.

Palavras-Chave: Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá; 275 anos de Mato Grosso; Saúde Pública.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

HOLY HOUSE OF MERCY OF CUIABÁ IN 275 YEARS OF MATO GROSSO

ABSTRACT: This essay addresses the concern with health in Mato Grosso since the colonial period, with emphasis on the role played by the Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá as a center of mercy in caring for the health of the underprivileged, and which it had since the city's bicentenary (1919) the special attention of the Salesian Nuns and many doctors, and that in this 21st century is experiencing the dilemma of closing the doors, and thus making the struggle waged by the most diverse hands, visible and invisible, for the conquest of the greatest public good in these 275 years of Mato Grosso: health.

Keywords: Holy House of Mercy of Cuiabá; 275 years of Mato Grosso; Public Health.

82 Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso, Membro da Academia Mato-Grossense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, da Sociedade de Amigos de Rondon e Vice-Presidente do Corecon/MT.

Para Irmã Assunta Caberlon, Irmã Ana Malpici, Irmã Eudir Ribeiro da Costa, Irmã Ady Monteiro, Irmã Ana Carrijo, Irmã Antonieta Galbiati, Irmã Delfina Rocha, Irmã Evangelina dos Santos, Irmã Florinda Scarpelini, Irmã Iracema Alves de Siqueira, Irmã Margarida Abatti, Irmã Maria Silva Lanna, Irmã Madalena Schirato, Irmã Rita de Miranda (minha tia), Irmã Rosita de Oliveira Lima, Irmã Santa Buosi e Irmã Santa Sabina Canciani.
Fernando Tadeu de Miranda Borges.

Santa Casa de Cuiabá: lugar de misericórdia

Este ensaio foi escrito diante do fato de a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, instituição bicentenária, poder vir a ter seus serviços interrompidos, situação essa que abala a saúde na região e de grande preocupação, porque quando um hospital fecha as portas dificilmente volta a reabri-las, e em se tratando de um lugar de “Misericórdia”, como foram e são as Santas Casas, toda e qualquer intervenção torna-se preocupante, dada a sua resistência diante das dificuldades atravessadas no tempo, a luta de abnegados médicos, enfermeiros, funcionários, comunidade e religiosos. *A Santa Casa de Cuiabá é ainda o lugar de Misericórdia da cidade de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso.*

Gravenberg criou em Cuiabá dois hospitais: São João dos Lázaros e Nossa Senhora da Conceição

No ano de 2023, Mato Grosso comemorou 275 anos de criação (9 de maio de 1748 a 9 de maio de 2023), enquanto isso vale ressaltar que a sua capital, Cuiabá, completou no dia 8 de abril, 303 anos, e é mais antiga que o próprio Estado. Também parece digno de nota que desde que os portugueses chegaram em Cuiabá e fundaram um arraial, em 1719, a prosperidade alcançada em tão pouco tempo fez com que, em 1727, fosse o arraial eleva-

do à condição de Vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. E com a aumento da produção aurífera o governo da capitania de São Paulo, aliás, o governador da Capitania, Rodrigo César de Meneses, deslocou-se para Cuiabá. Nesse período, marcado por diversos enfrentamentos políticos, Edvaldo de Assis assinala que,

[...] as disputas pelo poder local tiveram início com o povoamento, quando Pascoal Moreira Cabral e os irmãos Leme (Lourenço e João) julgavam-se ser os homens mais fortes e de confiança das autoridades régias, por outro lado, o governador da capitania de São Paulo estava querendo enfraquecer esse grupo político localizado nas minas do Cuiabá, para melhor controle da região mineira, o que fica bastante claro quando foi negado o cargo de capitão-mor regente solicitado por Pascoal Moreira Cabral.⁸³

Interessante ressaltar que desde o começo da evolução urbana de Cuiabá notara-se na região a presença de médicos e cirurgiões, conforme registrou em livro o pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso, arquiteto Carlos Francisco Moura⁸⁴, contudo, apesar de todos os esforços empreendidos pelo governador da capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravenberg, que a governou de 1807 a 1819, os problemas ainda continuam à espera de soluções duradouras. Projetou Gravenberg a criação de um curso de anatomia em Vila Bela da Santíssima Trindade, contudo, a ideia não teve força, e depois do seu governo as iniciativas com respeito à saúde prosseguiram, mas com o apoio de benfeitores.

João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravenberg era lisboense, morou em Mato Grosso, e veio a falecer em Moçambique. Quando governador da capitania de Mato Grosso, criou em Cuiabá dois Hospitais: São João dos Lázaros e Nossa Senhora da Conceição, instalou o horto florestal, algo inusitado, tinha um projeto de água encanada em terras cuiabanas e foi a favor da Independência do Brasil.⁸⁵ Gravenberg como governador de Mato Grosso teve muita dedicação para com a cidade de Cuiabá, uma vez que a criação de dois hospitais na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá provavelmente

83 ASSIS, Edvaldo. *Cuiabá Colonial: Povoamento e Sociedade*. Cuiabá: Gráfica Barros, 1998, p. 33.

84 MOURA, Carlos Francisco. *Médicos e cirurgiões em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, [197?].

85 MENDONÇA, Rubens. *Dicionário Biográfico Mato Grossense*. 2ª. Edição. Goiânia: Editora Rio Bonito, p. 73-74.

te fortaleceu o pedido para a sua elevação à categoria de cidade, em 17 de setembro de 1818.⁸⁶ Diante dos feitos apontados, deduz-se que Gravenberg merece um trabalho minucioso para que os jovens possam se inspirar nele, auxiliando no desenvolvimento urbano da capital de Mato Grosso, estado este guardião de três ecossistemas: Amazônia, Pantanal e Cerrado.

Três grandes intervenções urbanas em Cuiabá

No período de 1807 a 1819, Cuiabá sofreu a primeira grande intervenção urbana, que, inclusive, levou a sua transposição de vila para cidade; a segunda grande intervenção urbana deu-se com o Interventor Júlio Müller (1937-1945), com a abertura de avenidas, edificação de prédios e pontes, o começo da dolorosa modernização da cidade, à época necessária para a sua manutenção como capital de Mato Grosso; e a terceira intervenção urbana ocorreu no governo de Pedro Pedrossian (1966-1971), com a criação de outras novas vias, com a implantação da Universidade Federal de Mato Grosso e de Centros Educacionais. Contudo, a intervenção inicial do Gravenberg na saúde foi fundante, determinante, lúcida, marcante, pois a criação do Hospital São João dos Lázaros e do Hospital Nossa Senhora da Conceição, depois Santa Casa de Misericórdia, era o que faltava para aliviar o sofrimento dos pobres e de toda população. Com isso institucionalizou-se a filantropia, e imprimiu a partir dessa data o respeito dos governadores de Mato Grosso para com a Missão da Santa Casa, e essa Missão precisa ser preservada, mantida, assegurada, pois trata-se de questão de saúde pública.

A partir de 1817 os presidentes/governadores de Mato Grosso incluíram em seus relatórios os serviços prestados, o andamento dos projetos, as conquistas, as dificuldades, o número de atendimentos, as despesas, os investimentos, enfim, o compromisso com o bem mais precioso que é a saúde, porque de nada vale possuir objetos materiais como casas, apartamentos e fazendas, se a saúde estiver comprometida.

Transcorridos oito anos da elevação de Cuiabá à cidade, mais precisamente no dia 28 de agosto de 1835⁸⁷, a capital de Mato Grosso, que era Vila

86 MENDONÇA, Estevão de. *Datas Matogrossenses*. Volume II. Cuiabá: SEC-MT; Integrar; Defanti; 2012, p. 159.

87 MENDONÇA, Rubens. *História de Mato Grosso*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1982, p. 31.

Bela da Santíssima Trindade, foi transferida para Cuiabá, cidade com muito “verde”, mas que, no momento ficou “cinzenta” devido as queimadas e a falta do verde nas ruas, avenidas e praças, tornando-se conhecida como “cuiabrasa”. Note pelo exposto o quanto o trabalho do Gravenberg foi relevante para Cuiabá reinventar-se após a independência do Brasil. A experiência administrativa de Gravenberg adquirida no Grão Pará e no Ceará fez dele um governador grandioso, cuidadoso, humano, vibrante, e Cuiabá naquele momento ainda não era nem capital, mas começou a preparar-se para assumir as decisões políticas e administrativas de Mato Grosso.

Gravenberg, “Marquês de Aracati”, foi o segundo nome da atual Praça Ipiranga, antes Largo da Cruz das Almas (a cidade de Cuiabá de forma quase que inexplicável muda nomes de ruas, praças e prédios), e a Praça Marquês de Aracati, de acordo com o que assinala Rubens de Mendonça, não poderia ter mudado de denominação devido sua importância para Mato Grosso⁸⁸, pois foi este governador que imprimiu à saúde o seu merecido valor, levando aos hospitais criados à Missão de dedicarem-se com afinco aos indigentes, carentes, doentes mentais, enjeitados etc. Foi um governador avançado no diz respeito a preocupação com a saúde da população.

Mas como foi que começou a preocupação com a saúde hospitalar em Mato Grosso? Foi no século XVIII, com o sentimento de pertencimento adotado pelos portugueses à nova terra, por volta de 1740, antes da criação da capitania de Mato Grosso, em 1748. Foi uma fase difícil por conta de que a exploração do ouro reduziu, mas mesmo assim Cuiabá resistiu e enfrentou as dificuldades. Mas, com a criação da capitania de Mato Grosso, em 9 de maio de 1748, e a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752, o momento vivido fez com que a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá sofresse alguns declínios, uma vez que o projeto geopolítico português era de expansão. Incrível na história brasileira essa busca pela apropriação de terras pelos portugueses, isso porque Portugal é um país pequeno. Mas, retomando, embora Cuiabá tivesse tido uma fase áurea do ouro, cabe dizer que a sua população viveu desde o começo grandes dificuldades, conforme constata a dissertação de mestrado de Luiza Rios Ricci Volpato, “*Mato Grosso: Ouro e Miséria no Antemural da Colônia*,” trabalho que impressiona pela forma es-

88 MENDONÇA, Rubens. Ruas de Cuiabá. *Ruas de Cuiabá*. Goiânia: Rua Cinco de Março, 1969, p. 60-61.

tética e atemporal de abordar uma situação que permanece alargada e nem tão pouco suavizada.⁸⁹

Era tão forte a pobreza, tão grandes as dificuldades em um lugar que produziu muito ouro, que Edvaldo de Assis adverte,

A população pobre de Cuiabá, desassistida pelo poder público, contava com os serviços assistenciais de uma agremiação, que era a irmandade de São Miguel e Almas, que desempenhava as funções, que em outras partes do Brasil colônia ficavam a cargo das santas casas de misericórdia, instituição que chegou tardiamente em Cuiabá, apesar das preocupações dos moradores desde 1740, pela instalação de uma casa de misericórdia para assistir aos enfermos e à população pobre. A Santa Casa de Cuiabá só foi inaugurada em 1817, uma vez que o Estado português sempre protelava as instalações de Santa Casa em região de mineração.⁹⁰

Foi uma longa espera a questão da saúde institucionalizada em hospital, mas que ao final acabou acontecendo, e com isso conseguiu dar a Cuiabá o oxigênio que faltava na área da saúde, mas, mesmo assim, o Hospital Imaculada Conceição para manter-se vivo teve de contar com a filantropia da população cuiabana, que acabou atendendo ao clamor das necessidades, razão atribuída ao lado humano dos seus habitantes e à capacidade da cidade de conseguir se reinventar nos mais diversos períodos. A Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá seguiu muitas situações difíceis, como epidemias da varíola, da cólera, a Guerra Brasil e Paraguai, das duas Grandes Guerras Mundiais, e da pandemia da Covid 19.

A padroeira do hospital construído por Gravenberg foi Nossa Senhora da Conceição, tendo sido inclusive proposto em 1817, pelos benfeitores, a construção de um oratório em sua homenagem, a preparação de um espaço no prédio para a aula de cirurgia com a doação de camas, cobertas, fronhas, lençóis e móveis.⁹¹

89 VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Mato Grosso: Ouro e Miséria no Antemural da Colônia (1751-1819)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado USP, 1980.

90 ASSIS, Edvaldo. *Cuiabá Colonial: Povoamento e Sociedade*. Cuiabá: Gráfica Barros, 1998, p. 60.

91 Informações extraídas da Carta de João Guimarães e Silva, Jerônimo Joaquim Nunes e Sancho João de Queiroz ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso João Carlos de Oeynhausen e Gravenberg. BR APMT – SCM – CA 0001 Caixa 001, 1817 junho 2 – Vila do Cuiabá.

Mas para que dois Hospitais fossem construídos em Cuiabá, de acordo com Maria Aparecida Borges de Barros Rocha, vale dizer que a história começa em 1755, por conta de um cidadão português rico, que residia em Vila Bela da Santíssima Trindade, Manoel Fernandes Guimarães, haver deixado, após sua morte, uma quantia considerável em espécie para a construção de um hospital em Cuiabá. Vale observar que o investimento não ocorreu de imediato e somente na administração do referido governador da capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto D'Oeynhausien e Gravenberg, no período de 1807 a 1819, que a ideia tomou corpo e a população acabou aclamando. Ainda conforme Maria Aparecida Borges de Barros Rocha o nome Misericórdia foi adotado em 1748 e Gravenberg é considerado o Patrono das Obras Pias de Mato Grosso, o terreno para a construção do Hospital Nossa Senhora da Conceição foi doado por Victoriano de Souza Neves e Valentim Pereira dos Guimarães, e a manutenção da Santa Casa em Cuiabá nos séculos XVIII e XX tornou-se possível graças a diversos testamentos, e além disso, foi a responsável pelo sepultamento de pessoas pobres.⁹²

Freiras salesianas na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá

É válido ressaltar, conforme Riolando Azzi, que as Filhas de Maria Auxiliadora, Freiras Salesianas, chegaram para administrar a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, em 4 de abril de 1919, em atenção ao clamor de Dom Aquino Corrêa, que à época era presidente do Estado de Mato Grosso, e tinha grande afeição pela Missão do Hospital. As primeiras Freiras Salesianas que aportaram com a finalidade de administrar a Santa Casa foram: Irmã Natalina Ferrari, Irmã Maria da Silva Lanna e Irmã Noemi de Castro. E, em 21 de dezembro de 1919, foi nomeado para presidir a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá o Padre Manoel Gomes de Almeida, tendo levado essa grande Missão com dedicação, pois para ilustrar as internações realizadas na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá a partir da chegada das Freiras Salesianas: 1919: 72 internações, 1920: 592 internações, 1921: 539 internações, 1922: 447 internações, 1923: 593 internações, 1924: 534 internações. Por fim,

92 ROCHA, Maria Aparecida Borges de. *Atitudes diante da morte (1860-1926): a guerra, a doença e a secularização do cemitério da cidade*. Tese de Doutorado em História. Goiânia: UFG, 2013, p. 149-195.

o pai de Dom Francisco de Aquino Corrêa, o comendador Antônio Aquino Corrêa, faleceu na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, no dia 14 de maio de 1924, e neste ponto um parêntese, ambos, filho e pai, preocuparam-se com a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá.⁹³

Essas ilustrações trazendo o número de internações realizadas na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá foram para dar uma ideia de quanto as Freiras Salesianas foram magistrais na gestão da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, quantos atendimentos foram realizados durante todo o século XX, e para uma pesquisa futura de como o Hospital reagiu às transformações de Cuiabá, e com a implantação do Curso de Medicina na Universidade Federal de Mato Grosso, em 1980, como a Universidade Federal relacionou-se com a Santa Casa de Misericórdia.

O Reitor Fundador da primeira Universidade Pública na região, Dr. Gabriel Novis Neves, disse em entrevista para o primeiro número da Edição Especial da Revista da Academia de Medicina de Mato Grosso

[...] que a Santa Casa foi o grande útero de formação de médicos do Brasil. O médico do Brasil sempre passou pela Santa Casa. E, quando eu cheguei em Cuiabá, as minhas atividades, noventa por cento eram na Santa Casa [...] as operações ginecológicas eram feitas na Santa Casa, [...] noventa por cento da minha atividade médica no início da carreira foi na Santa Casa, eu vivi muito a Santa Casa, intensamente a Santa Casa, eu tenho muito relatos da Santa Casa, eu me lembro do vigia da Santa Casa, que era um cachorro daqueles terríveis, que a irmã soltava, e numa madrugada esse cachorro quase me matou porque ele estava deitado, cabeça no ladrilho, quando me viu, ele levantou, pensei, “estou perdido, se eu correr o bicho pega, se ficar o bicho pega”, eu gritei para a irmãzinha, e ele veio mesmo, se não fosse a irmãzinha eu não estaria aqui dando essa entrevista, ele que cuidava da Santa Casa. Então a minha passagem pela Santa Casa está relacionada a esse cachorro terrível. Na Santa Casa, eu fiz de tudo [...] na Santa Casa, operei vesícula, estomago, hérnia, a parte ginecológica [...] a portaria da Santa Casa era famosa, porque, inclusive o governador do estado dava expediente, por exemplo, doutor Fernando Corrêa da Costa,

93 AZZI, Riolando. *As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: Cem anos de História*. São Paulo: Gráfica Santa Teresa, 2002, p. 260-263.

uma manhã da semana ia lá, doutor Mário Correa também fazia o mesmo. Naquela época tinha humanismo, coisa que nós perdemos, que hoje tanto falam em humanização disso, daquilo, mas não humaniza coisa alguma, é só no papel. A humanização era sair do Palácio como o Governador e ir a pé e atender pacientes na Portaria da Santa Casa. Era portaria, não era nem Pronto Atendimento, nem Pronto Socorro, era Portaria da Santa Casa. E, governadores, secretários, e todos os grandes nomes da medicina cuiabana passaram pela portaria. E quando chegava um médico novo, aí o novo ia para a Portaria.⁹⁴

Pelo relato observa-se que a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá exerceu grande influência na cidade e na região, onde a maior parte dos médicos comungou com a população o sentido da vida, proporcionando saúde aos necessitados, lembrando, contudo, que em Cuiabá a maior parte da comunidade dependia de atendimento médico e hospitalar público e o lugar único a ser procurado era a Santa Casa de Misericórdia.

De origem portuguesa, as Santas Casas estão em todo o Brasil desde o começo da colonização e ainda continuam sendo um espaço de esperança de vida para o povo brasileiro, que precisa de saúde, educação, emprego, cultura e oportunidade. Cuiabá, Mato Grosso, Brasil são lugares em que a esperança irradia nos corações dos jovens e o jovem que estuda medicina, economia, administração, engenharia, economia, direito, enfermagem, nutrição, história, odontologia, possui interesse em aprofundar seus estudos em administração hospitalar, economia da saúde, saúde pública, doenças tropicais, doenças de massa, história dos hospitais, temas que precisam de garra e determinação.

Ainda segundo Dr. Gabriel Novis Neves, alguns médicos que estiveram na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá:

[...] doutor Antônio Epaminondas, doutor Virgílio Alves Corrêa, doutor Paulo Epaminondas, doutor Eduardo Levi, doutor Alcides Santana, doutor José Leite, doutor Antônio Leite, doutor Édio Lotufo, primeiro

94 Revista da Academia de Medicina de Mato Grosso. Entrevista com Dr. Gabriel Novis Neves, primeiro presidente da Academia de Medicina de Mato Grosso, no período de 2006 a 2007, concedida a Fernando Tadeu de Miranda Borges. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2023, p. 16-59.

ortopedista de Cuiabá, doutor Benedito Canavarros, doutor Marcondes, doutor Silvio Curvo, doutor Nicola Miguel Kalix, que foi o primeiro oftalmologista, doutor Ataíde de Lima Bastos, doutor Caio Curvo, doutor Porciúncula, doutor Pereira Leite, doutor José Monteiro de Figueiredo (doutor Zelito), doutor Clóvis Pitaluga, doutor José Farias Vinagre, doutor Sebastião Zeferino de Paula, doutora Francisca Loureiro Borba, doutor Farid Seror, doutor Edgar Sardi, doutor Ciro Sodré (médico do Exército), veja só quanta gente Fernando, é uma pesca que você está fazendo, difícil lembrar de todos eles, eu acho que estou lembrando dos mais antigos, os novos não, os novos vieram depois.⁹⁵

No período mais recente, na segunda metade do século XX, torna-se preciso ressaltar que as Freiras Salesianas continuaram dando força ao trabalho filantrópico da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, iniciado em 4 de abril de 1919, e seus nomes foram informados pela Irmã Darcy Dantas de Almeida, diretora da Comunidade da Casa Nossa Senhora da Paz, dos quais destacaram-se: Irmã Assunta Caberlon, Irmã Ana Malpici, Irmã Eudir Ribeiro da Costa, Irmã Ady Monteiro, Irmã Ana Carrijo, Irmã Antonieta Galbiati, Irmã Delfina Rocha, Irmã Evangelina dos Santos, Irmã Florinda Scarpelini, Irmã Iracema Alves de Siqueira, Irmã Margarida Abatti, Irmã Maria Silva Lanna, Irmã Madalena Schirato, Irmã Rita de Miranda, Irmã Rosita de Oliveira Lima, Irmã Santa Buosi e Irmã Santa Sabina Canciani.⁹⁶

Notas introdutórias para a construção de um diagnóstico econômico-financeiro

Após este breve registro sobre a presença da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, cabe ressaltar que a Missão da Santa Casa sempre foi a de atender pobres, carentes, necessitados, e que essa Missão precisa e deve ser mantida tendo em vista que continuamos com um índice de desigualdade elevado, que temos muito ainda por construir no sentido de encontrar alternativas para o bem estar geral das pessoas, e que outras Santas Casas no Brasil enfrentam problemas semelhantes.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Os nomes das freiras foram informados pela Irmã Darcy Dantas de Almeida, diretora da Comunidade da Casa Nossa Senhora da Paz. Cuiabá, 17 de abril de 2021.

Que um diagnóstico econômico financeiro seja produzido urgente, que mostre os **descaminhos desde a criação**, e aponte os **caminhos** a serem enfrentados pelos governos federal, estadual e municipal (**a responsabilidade é de todos**). Que andem sempre juntos e projetem o futuro no presente e que o país do futuro que nunca chega esteja no tempo presente.

O passado foi importante ser trazido neste pequeno ensaio para entender o presente e projetar os próximos cinquenta/cem anos, como assim projetou o Governador da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D'Oeynhausien e Gravenberg, que merecia uma homenagem em frente ao prédio da Santa Casa ladeado junto com as muitas mãos visíveis e invisíveis de benfeitores que contribuíram para o restabelecimento de vidas, ajudando crianças abandonadas, que foram depositadas na “roda” para serem criadas de forma digna, ainda que estranguladas do convívio familiar.

O planeta nestes próximos dez anos deve passar por transformações científicas e tecnológicas enormes e que os 500 anos de Mato Grosso possam ser celebrados com saúde para todos, com uma natureza mais cuidada e sustentável e que as pessoas estejam sempre atentas à vida e ao seu real sentido.

Cabe destacar que as pessoas generosas que viveram a vida cuidando das outras pessoas como se fosse de sua própria vida continuem vivas dentro de todos nós, e essa é uma discussão que deve ser ampliada com especialistas em saúde do governo federal, estadual e municipal com vistas ao saneamento das dívidas das Santas Casas.

Segundo Stella Borges, as Santas Casas são as grandes responsáveis pelo atendimento do SUS, que o Brasil conta com 3.288 hospitais filantrópicos e 1,7 mil Santas Casas, e que em dezoito anos a dívida das Santas Casas dobrou, de R\$ 5 bilhões em 2005 para R\$ 10 bilhões em 2023, ressaltando ainda que desde 1994, quando o plano real foi instituído a tabela do SUS sofreu um único reajuste médio de 93,77%, reajuste este defasado do Índice de Preço ao Consumidor, que subiu na mesma época 636,07%, e que discussões vem sendo realizadas com o Ministério da Fazenda sobre a negociação da dívida e dos juros, e com o Ministério da Saúde sobre o financiamento da organização.⁹⁷ Trata-se, portanto, de questão complexa e polêmica a situação das Santas Casas em todo Brasil e há muito para se avançar na saúde.

97 BORGES, Stella. *Dívida das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos dobra em 18 anos*. "Disponível em: 10 set. 2023" em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/09/10/>>

Defesa da vida

A Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá não pode ser fechada e que a força do Gravenberg esteja presente em cada um de nós para defender a saúde pública em Cuiabá, em Mato Grosso e no Brasil, pois como disse Adib Jatene no livro *Cartas a um jovem médico – uma escolha pela vida*:

Temos que continuar lutando. É fundamental que se incorpore a ideia de que o que não está feito, não está porque é difícil. Levantar a necessidade e propor solução é o que eu chamo de política. Ou seja, a arte de tornar possível o necessário. Voltar os olhos para atender àqueles que mais precisam. Política não é pertencer a um partido, disputar eleição, conquistar o poder, não tem nada a ver com isso. Política para mim é uma atitude de vida.⁹⁸

santas-casas-hospitais-filantropicos-dividas.htm>. Acesso em: 15 jan. 2024.
98 JATENE, Adib. *Cartas a um jovem médico – uma escolha pela vida*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, 178.

Referências

- ASSIS, Edvaldo. *Cuiabá Colonial: Povoamento e Sociedade*. Cuiabá: Gráfica Barros, 1998.
- AZZI, Riolando. *As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: Cem anos de História*. São Paulo: Gráfica Santa Teresa, 2002.
- BORGES, Stella. *Dívida das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos dobra em 18 anos*. Disponível no dia 10 set. 2023 em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/09/10/santas-casas-hospitais-filantropicos-dividas.htm>> Acesso em: 15 jan. 2024.
- CARTA de João Guimarães e Silva, Jeronimo Joaquim Nunes e Sancho João de Queiroz ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso João Carlos de Oeynhausen e Gravenberg. BR APMT – SCM – CA 0001 Caixa 001, 1817 junho 2 – Vila do Cuiabá.
- JATENE, Adib. *Cartas a um jovem médico – uma escolha pela vida*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas Matogrossenses*. Volume II. Cuiabá: SECMT; Integrar; Defanti; 2012.
- MENDONÇA, Rubens. *Dicionário Biográfico Mato Grossense*. 2ª. Edição. Goiânia: Editora Rio Bonito.
- _____. *História de Mato Grosso*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1982.
- _____. *Ruas de Cuiabá*. Ruas de Cuiabá. Goiânia: Rua Cinco de Março, 1969.
- MOURA, Carlos Francisco. Médicos e cirurgiões em Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, [197?].
- REVISTA DA ACADEMIA DE MEDICINA DE MATO GROSSO. Entrevista com Dr. Gabriel Novis Neves, primeiro presidente da Academia de Medicina de Mato Grosso, no período de 2006 a 2007, concedida a Fernando Tadeu de Miranda Borges. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2023.
- ROCHA, Maria Aparecida Borges de. *Atitudes diante da morte (1860-1926): a guerra, a doença e a secularização do cemitério da cidade*. Tese de Doutorado em História. Goiânia: UFG, 2013.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Mato Grosso: Ouro e Miséria no Antemural da Colônia (1751-1819)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado USP, 1980.

7. A formação econômica e social de Mato Grosso: aproximações com o documento de referência curricular do ensino médio – Geografia

Jalme Santana de Figueiredo Junior⁹⁹

RESUMO: O Ensino de Geografia na Educação Básica de Mato Grosso pode oferecer grandes contribuições para a formação de uma cidadania voltada para a preservação ambiental e resoluções dos problemas sociais. No entanto, tal processo exige compromisso teórico e apoio de políticas públicas que possam viabilizar uma formação curricular flexível, ampla e crítica. Desse modo, está o Documento de Referência Curricular para o Ensino Médio de Mato Grosso, incentivando o processo de compreensão da Formação Social e Econômica do estado? Aqui se aloca a Formação Social e Econômica enquanto categoria basilar para e promoção de uma educação geográfica qualitativa. A partir desse questionamento organizou-se um estudo dirigido em torno dos documentos de referência curricular para a educação básica de Mato Grosso a luz de teóricos da Geografia, o trabalho produzido é fruto de uma reflexão em torno de uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Formação Econômica e Social; Educação Básica; Mato Grosso; Ensino de Geografia; Cidadania.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

ECONOMIC AND SOCIAL EDUCATION IN MATO GROSSO: APROACHES TO THE HIGH SCHOOL CURRICULUM REFERENCE DOCUMENT – GEOGRAPHY

ABSTRACT: The teaching of Geography in Basic Education in Mato Grosso can offer great contribution to the formation os a citizenship focused on environmenta preservation and res-

⁹⁹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Membro Fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Várzea Grande-MT (IHGVG-MT), Professor de Geografia na Educação Básica de Mato Grosso, atualmente Diretor Escolar da EE José Leite de Moraes, no município de Várzea Grande-MT. E-mail: prof.jalmejunior@gmail.com

olution of social problems. However, such a process requires theoretical commitment and support from public policies that can enable flexible, broad and critical curricular training. In this way, is the Curriculum Reference Document for Secondary Education in Mato Grosso encouraging the process of understanding the Social and Economic Formation of Mato Grosso, of the state? Here, Social na Economic Education is allocated as a basic categoru for and promotion of a qualitative geographic education. Based on this questions, a study was organized Around the curricular for basic education in Mato Grosso in the light of Geography theorists, the work produced is the result of reflection Around bibliographical research.

Keyword: Economic and social formation; Basic education; Mato Grosso; Geography Teaching; Citizenship.

Introdução

Esse trabalho resulta de um exercício de estudo realizado no âmbito de uma disciplina do Programa de Pós-Graduação Doutorado em Geografia, cursado em 2023 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A Disciplina, ministrada pelo Prof^o Dr. José Messias, versou sobre o pensamento do Geógrafo Armem Mamigonian. Autor de diversas livros e artigos, atualmente suas pesquisas e teses são importantes para os estudos da Geografia Humana.

Dentre os textos organizados pelo geógrafo, há um em específico que trata da formação social e econômica do Estado de Mato Grosso. Com título: A inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá, publicado na Revista Geosul em 1986. Nesse trabalho, o autor apresenta aspectos interessantes da formação urbana e rural de Mato Grosso, demonstrando suas relações com o mercado internacional e o papel desse estado na economia nacional.

Desse modo, o texto aqui apresentado se dedicará em apresentar alguns aspectos da obra em diálogo com outros autores, para elucidar a importância de se trabalhar a Formação Econômica e Social de Mato Grosso, na educação básica – sobretudo nas escolas públicas estaduais. É fruto de um exercício de pesquisa bibliográfica, que busca contribuir com o processo de fortalecimento da Geografia, sobretudo na educação básica estadual.

A partir da obra em destaque será feita uma análise do Documento de Referência Curricular de Mato Grosso Etapa do Ensino Médio (DRC-MT/EM), norteados pelos seguintes questionamentos: as diretrizes de ensino de

geografia de Mato Grosso, contemplam aspectos relacionados a Formação Econômica e Social de Mato Grosso? Representam avanço ou retrocesso no processo de análise e debate da Geografia de Mato Grosso, e sua relevância no cenário nacional? O ensino de Geografia se articula com perspectiva de formação cidadã crítica e autônoma?

Buscando apresentar indicativos que sirvam para nortear a elaboração desses esclarecimentos, organiza-se esse trabalho – primeiramente, na apresentação de panorama histórico geral sobre a formação de Mato Grosso, trazendo dados atualizados a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na sequência análise do DRC-MT/EM. Espera-se, portanto que esse trabalho possa colaborar no processo de valorização do conhecimento científico estadual e promoção da história e geografia de Mato Grosso, para toda a população.

Gêneses da formação social e econômica de Mato Grosso: encontro com a América

A formação econômica produtiva dos países americanos, foi marcada por contradições e relações de poder entre grandes capitais (Estrangeiros e/ou Nacionais) e a força de trabalho local. Essas contradições de modelos produtivos também estavam presentes nos países europeus (responsáveis pela colonização) – onde se desenvolvia o Capitalismo no seio de uma sociedade organizada em torno das práticas feudais, “ao ser descoberta a América, o modo de produção característico da Europa era uma *dualidade*: no seio de uma sociedade feudal, haviam-se desenvolvido fulcros de capitalismo” (Rangel, 1980, p. 5 *grifo do autor*).

Essa estrutura dual entre um modo de produção chegando ao seu fim e um novo modelo em ascensão, marcou profundamente a formação econômica do Brasil. Estrutura, esta, que influenciou diretamente a organização social entre povos originários que habitavam Abya Yala¹⁰⁰, europeus e africanos que aqui chegaram. O encontro entre povos tão diferentes acabou intensificando várias disputas e tensões territoriais, principalmente no que tange a busca de recursos (vegetais e minerais), mão-de-obra barata e terras agricul-

100 Na língua do povo Kuna, Abya Yala significa Terra Viva ou Terra em florescimento, o termo pode ser utilizado como sinônimo de América (PORTO-GONÇALVES, 2009).

táveis – aspectos necessários para se avançar no desenvolvimento capitalista dos países europeus (Porto-Gonçalves, 2009).

Ao passo que o Capitalismo Mercantil europeu enxergava Abya Yala enquanto América – território a ser conquistado, para extrair recursos e terras para suas respectivas coroas – os povos aqui estabelecidos enxergavam a possibilidade de constituir relações de coexistência com outras culturas (Krenak, 2019)¹⁰¹. O sistema implantado no Brasil, influenciou significativamente a Formação Econômica e Social do país, pois:

O sistema colonial implantado pelos portugueses no Brasil (Séc. XVI-VIII) apresentava um caráter mercantilista cuja finalidade era o fortalecimento do poder real e a expansão do comércio europeu. As colônias se constituíram em fornecedoras de produtos lucrativos no mercado europeu e ao mesmo tempo em consumidoras de produtos manufaturados. A dinâmica do sistema colonial tinha o propósito de possibilitar uma balança comercial favorável à metrópole, que por sua vez favorecia a acumulação de capitais à burguesia metropolitana (Felix, 2008, p. 8-9).

Frente aos conflitos decorrentes desse choque cultural, político e econômico, a Europa impôs aos povos de Abya Yala, sua natureza de domínio feudal (tratados de divisão territorial como Tordesilhas, capitânias hereditárias, sesmarias, entre outros). “(...) a Europa tudo fez para enquadrar a América numa carapaça feudal e o marco mais em vista desse esforço seria o Tratado de Tordesilhas” (Rangel, 1980, p. 6).

Essa carapaça feudal, demonstrou várias limitações ao controle das terras brasileiras, visto que somente duas Capitânias cumpriram com os objetivos da metrópole: São Vicente e Pernambuco (Felix, 2008). Esse processo de colonização foi dirigido pela elite burguesa europeia, utilizando de violência e mão-de-obra escrava, principalmente indígena e africana.

A expansão colonial violenta, marcada pela atuação dos bandeirantes, e subordinação a metrópole, produziu o primeiro quadro socioeconômico desigual brasileiro: de um lado a elite capitalista burguesa (vinculado e dependente da coroa) e do outro um grande contingente de trabalhadores escravos

101 Depoimento feito pelo Historiador e Filósofo indígena Ailton Krenak, no primeiro episódio da série de documentários intitulada “Guerras do Brasil”, disponível na plataforma *streaming* Netflix.

(povos originários e negros africanos). Assim, se formam as primeiras classes sociais vigentes no Brasil (Rangel, 1980).

Essas formações econômicas e sociais coloniais, inseriram o Brasil na condição de agrário e exportador. Em primeiro momento extração vegetal (1500-1530), depois a cana-de-açúcar e outras produções agrícolas (1530-1640) e a partir daqui o ciclo da exploração mineral (1640-1770), eventos que não se findaram com o surgimento do outro, mas definiram fortemente a ocupação espacial e urbanização do território brasileiro no período colonial, de modo que:

O Brasil chegou até o século XX sob forma de um imenso território muito desigualmente ocupado e apresentando quase que exclusivamente ao longo da costa formações econômicas regionais, geralmente estruturadas em torno de um porto-império, orientadas mais para o comércio exterior do que para o comércio com as outras regiões, tendo cada uma como espinha-dorsal um sistema regional de transportes, qual servia de base a um esquema regional de divisão social do trabalho [...] (Mamigonian, 2009, p. 2).

Impôs-se ao Brasil colonial um caráter complexo das relações capitalistas. Seu desenvolvimento só ocorreu mediante conflitos e contradições, sobretudo a partir de crises e ciclos econômicos gerais (Shaikh, 1983). A crise de produção agrícola da capitania de Pernambuco (a partir de 1654), provocou no território brasileiro, um processo sistemático de interiorização, principalmente pela busca de riquezas minerais e estabelecimento de agricultura de subsistência:

Pernambuco se tornou o principal produtor de açúcar, entretanto, por volta de 1654, com a expulsão dos holandeses, a economia do açúcar entrou em declínio devido à concorrência do açúcar antilhano. Esse acontecimento somado aos problemas internos de Portugal, recém-liberto do domínio espanhol (1580-1640) acarretou à metrópole e à colônia uma crise geral. A decadência do açúcar favoreceu a prática da agricultura de subsistência. Assim, a partir da segunda metade do século XVII, o governo português passou a estimular a descoberta de riquezas minerais, chegando a oferecer

títulos de nobreza àqueles que encontrassem ouro e pedras preciosas na colônia (Nogueira, 2008, p. 9).

Esse processo de interiorização ordenado sobretudo pelas Bandeiras, elevaram mais ainda os conflitos e violências existentes no território brasileiro. A formação colonial de Abya Yala resultou em uma desconstrução política, cultural, econômica e agrícola aqui existente, para se formar a América, espaço de extração e manutenção do poder econômico do grande capital. “Ao adentrarem pelo sertão, as bandeiras aprisionaram índios bravios das matas e também das missões jesuíticas” (Felix, 2008, p. 10).

Os processos conflituosos apontados por Felix (2008), indicam vislumbre do confronto de modelos de produção diversos. A exploração (Capitalista), um processo de dominação partindo da terra (Feudalismo) e a coexistência de relações produtivas dos povos originários – agricultura, manufatura e comércio interno.

O Capitalismo nos moldes europeus, forçou processo de desterritorialização dos variados povos que viviam em Abya Yala, tendo em vista a necessidade da territorialização capitalista encampado pelas metrópoles europeias (Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda, entre outros). Esse processo, caracteriza profundamente a formação econômica do Brasil e principalmente do Mato Grosso, iniciado principalmente a partir de 1673 com o avanço dos bandeirantes.

No Século XVIII, encontrou-se ouro de aluvião às margens do rio Coxipó-Mirim – um dos afluentes do rio Cuiabá, fixando ali um primeiro arraial que depois daria origem a capital do Estado de Mato Grosso. Nesse período, viviam no vale do rio Cuiabá, povos Boróros, Coxipones, Guanás, Beijos de pau, Nhambiquaras, Kayalis, Paresis, Xomacocos, entre outros (Felix, 2008).

Esses povos estabeleciam entre si relações culturais, agrícolas, de manufatura e comércio baseados na troca e realização de serviços. Desenvolviam agriculturas de subsistências e produziam manufaturas a partir de cerâmicas e outros recursos extraídos da floresta (principalmente o cerrado e pantanal) (Faustino, 2012).

O processo de colonização, organizado as margens do rio Cuiabá reordenou significativamente o território, atribuindo-lhe novas simbologias, sentidos e significados. Algumas comunidades acabaram se miscigenando

aos colonizadores, outros fugiram para cantos remotos do Vale do Rio Cuiabá ou morreram devido aos confrontos armados (Felix, 2008).

A extração do ouro e a construção de estradas para os boiadeiros acabaram promovendo no lugar o estabelecimento dos primeiros comércios cuiabanos. Incentivando uma riqueza cultural e de diversidade. A estrutura econômica da região acabou sendo baseada na mineração, comércio e mais tarde (partir dos anos 1900) a indústria, demonstrando as oscilações características desse período, destaca-se:

Como Goiás, Mato Grosso surgiu no século XVIII com a extração de ouro e denotava acentuada decadência econômica na primeira metade do século XIX. A queda da produção de ouro em Cuiabá e arredores não foi compensada pela extração de diamantes (distrito de Diamantino) (...). Entretanto Mato Grosso, mais do que Goiás, possuía outra base de sustentação além das exportações decrescentes de ouro e diamantes: as guarnições militares de Cuiabá e ao longo de suas extensas fronteiras (Mamigonian, 1986, p. 41).

É nesse contexto histórico que surgem os primeiros monopólios que sustentam a formação de elites políticas e econômicas com descendências até os dias de hoje. A concentração de capital em grandes proprietários de terra e mineradores, e o prestígio político dos militares residentes na localidade – sobretudo pela vitória sob o Paraguai e as presidências brasileiras da Primeira República (1889 até 1930) (Barreto, 2005).

Enquanto diminuía a produção mineral, aumentavam os contingentes militares do governo central ao longo de todo o século XIX, pois os problemas de fronteiras persistiram durante todo o período. Assim, Mato Grosso reunia em 1888 nada menos que 10,8% dos efetivos do exército brasileiro, superado apenas pelos efetivos do Rio Grande do Sul (31,1%) e da Guanabara (15,6%), sendo igual aos de Pernambuco e Bahia somados (Mamigonian, 1986, p. 41-42).

Com efeito, a Formação Econômica e Social de Mato Grosso, adentra o século XIX reconfigurando seus setores produtivos e apresentando con-

tradições profundas. A organização dos povos originários que habitavam o território em contraponto com os modelos produtivos de exploração e concentração de capital, acabaram promovendo a forte produção pecuária em tal período, decorrentes dos processos de urbanização ocorridos no litoral e Amazônia, diminuição da extração mineral e industrialização do sul e sudeste (Mamigonian, 1986).

As forças produtivas e a concentração de capital em Mato Grosso: do gado a soja

O processo de formação social e econômica de Mato Grosso, apresentou várias características específicas, a integração de sua capital com os principais portos era dificultosa, de modo que os transportes hidroviários eram necessários. Por tal razão, a região do Porto (localizado em Cuiabá), foi foco da urbanização e comercialização dos aglomerados urbanos e comunidades aos arredores, sobretudo na produção agropastoril:

Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso foram integrados no século XVIII à economia mundial dirigida pelo capital comercial europeu, a partir de relações de trabalho escravistas, na produção de ouro e diamantes e consumo de meios de produção e artigos de consumo importados. Dada a alta valorização dos alimentos e a abundância de terras, foram constituindo, nos arredores das minas, fazendas agropastoris altamente diversificadas. Assim, por volta de 1730 foram introduzidos na região de Cuiabá os primeiros bovinos, provenientes de São Paulo (Mamigonian, 1986, p. 55).

O aludido período é marcado por vários processos históricos importantes na constituição política, econômica e cultural do Mato Grosso. Há muitos impactos, principalmente, na formação espacial do Vale do rio Cuiabá, que compreende os Municípios de Poconé, Cuiabá, Várzea Grande, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Barão de Melgaço, Santo Antônio do Leverger e Cáceres:

Mais importante ainda foi que durante o século XVIII formou-se na própria área mineradora, vale dizer nos arredores de Cuiabá, uma economia

agropecuária destinada ao abastecimento regional, como ocorreu em Goiás e principalmente em Minas Gerais. Ela acabou dando origem, [...], à maior parcela da pecuária bovina de Mato Grosso, [...] (Mamigonian, 1986, p. 42).

O processo de constituição da Formação Econômica e Social de Mato Grosso é marcado por profundas contradições, avanços e retrocessos. A formação de uma relação comercial a base de dois circuitos principais: um deles relacionado aos mercados externos (sobretudo o ouro) – de onde vinha produtos de consumo de luxo, e outro articulado a demanda da classe trabalhadora – principalmente escravizada, representada pelo consumo de farinha de mandioca, aguardente, entre outros, pode caracterizar bem a estrutura social que se desenvolveu no estado (Mamigonian, 1986).

Cabe um destaque especial a outros setores que também contribuíram para um alavancamento da economia do estado no século XIX e XX: a produção de erva-mate e as usinas do ciclo da cana de açúcar. Tendo como grande incentivado o próprio governo, esses dois setores impactaram profundamente a estrutura social, seja no processo de exploração do trabalho escravo, bem como na concentração de renda que provoca desigualdades estruturais.

No que se refere a Mato Grosso, a economia foi especialmente importante no período entre o final da guerra com o Paraguai (1870) e a década de 1960). Pode-se dizer que a economia política da erva-mate esteve nessa época relacionada a todos os aspectos da vida social nessa região: migrações, costumes, atividades produtivas e comerciais, vias e meios de transporte, práticas políticas e, enfim, as políticas públicas em todos os níveis de governo (Queiroz, 2015, p. 205).

O foco principal dessa produção estava na exportação à Argentina, que era o principal consumidor da erva mate produzida no sul de Mato Grosso, cabendo aqui salientar a Companhia Mate Laranjeira, que estabeleceu fortes relações com o governo para a concessão de terras e benefícios para se produzir erva-mate na região (Queiroz, 2015). Tratando-se da produção nas usinas, dentro do ciclo da cana-de-açúcar, cabe destaque as usinas do rio Cuiabá – Flexas, Aricá, Itaici, Maravilha, São Miguel, Conceição e Tamarandá (Costa, 2010).

Consta registros de que Itaiçá produzia em torno de 225 toneladas de açúcar e 5000 carradas de aguardente, Maravilha 1600 litros de álcool por dia e 200 litros de aguardente. O foco principal era o abastecimento local de fronteiriços, sobretudo Bolívia e Paraguai – atividade esta que impulsionou o desenvolvimento econômico e social, colaborando com o fortalecimento de elites regionais que gozavam de grandes influências políticas e econômicas (Costa, 2010).

No decorrer da história econômica do estado de Mato Grosso, a atividade canavieira é transferida das várzeas dos rios pantaneiros para as extensas áreas nas chapadas, planaltos e planícies da Bacia do Alto Paraguai (BAP), através da tecnologia agrícola moderna, como mecanização e correção química dos solos (Costa, 2010, p. 39).

Essa Formação Econômica e Social, marcada pela concentração de capital a partir da extração de recursos minerais, pecuária, erva mate e cana-de-açúcar influenciou profundamente o desenvolvimento de Mato Grosso. Em grande medida, pavimentaram os modelos produtivos que possuem grande protagonismo na contemporaneidade: seja no que tratam os processos de industrialização e manufatura dos garimpos de extração, ou da sistemática do agronegócio voltado para a produção de grãos (soja, milho etc.)¹⁰², sem esquecer da produção bovina que continua ocorrendo em grandes proporções, conforme pode ser exemplificado no quadro 1 (grãos) e quadro 2 (bovino).

102 Os impactos da produção de grãos de Mato Grosso: <Safrá 2022/23 de soja de Mato Grosso pode ir a 42,8 milhões de toneladas – Forbes> e <IBGE | Cidades@ | Mato Grosso | Pesquisa | Produção Agrícola – Lavoura Temporária | Abacaxi> Acesso em: 11 jul. 2023. Impactos da mineração em Mato Grosso: <Atividades de mineração mais licenciadas pela Sema de Mato Grosso são para uso da construção civil – O Documento> e <Deputados de Mato Grosso aprovam novo imposto sobre mineração – BNAmericas> Acesso em: 11 jul. 2023.

Quadro 1: Produção Soja, Milho e Cana-de-açúcar em MT 2021

Cultivo	Quantidade produzida (toneladas)	Área plantada (ha)	Valor da produção (x 1000 R\$)
Soja	35.336.976	10.461.712	88.100.858,00
Milho	32.051.305	5.808.096	38.4447.535,00
Cana-de-açúcar	19.348.547	251.025	1.517.998,00
Algodão	3.998.994	963.041	20.867.705,00

Fonte: FIGUEIREDO JUNIOR, Jalme Santana de. IBGE cidades¹⁰³

Quadro 2: Produção pecuária em Mato Grosso – 2021

Tipo	Efetivo do rebanho	Produção	Valor da produção (x 1000 R\$)
Bovino	32.424.958	545.924 (x 1000) I	949.738,00

Fonte: FIGUEIREDO JUNIOR, Jalme Santana de. IBGE cidades¹⁰⁴

Não obstante, nota-se que com o passar do tempo, a base produtiva acabou se tornando mais complexa. Para além da produção agropecuária, extração mineral e vegetal, foram sendo inseridos as produções de grãos. Aqui cabe salientar o processo de interiorização do norte do Estado, principalmente pelos emigrantes da região sul e nordeste (considerados aqui os ciclos de emigração de 1930 e depois 1970).

Ganha protagonismo nesse fenômeno, o incentivo e parcerias realizadas entre o governo brasileiro e grandes corporações internacionais, que em largas proporções interiorizaram Mato Grosso, e promoveram a produção do campo enquanto um grande empreendimento lucrativo:

As exportações de soja foram incentivadas pelos governos militares pós-64 com a finalidade de ampliar o comércio internacional do Brasil com a Comunidade Econômica Europeia e com o Japão. Toda a expansão da cultura da soja na região do cerrado brasileiro está relacionada com os in-

103 Disponível em: <IBGE | Cidades@ | Mato Grosso | Pesquisa | Produção Agrícola - Lavoura Temporária | Abacaxi> Acesso em: 11 jul. 2023.

104 Disponível em: <IBGE | Cidades@ | Mato Grosso | Pesquisa | Produção Agrícola - Lavoura Temporária | Abacaxi> Acesso em: 11 jul. 2023.

centivos oriundos do Proceder (Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado), assinado em 1974 entre o governo brasileiro e o japonês. Esse acordo envolveu a formação, no Brasil, de uma empresa, a Campo (Companhia de Promoção Agrícola). Para sua constituição foram organizadas duas *holdings*, sendo uma japonesa e outra brasileira (Oliveira, 2003, p. 469).

A *holding* Jadeco (*Japan-Brazil Agricultural Development Corporation*) e a *holding* brasileira Brasagro (Companhia Brasileira de Participação Agrícola), dividiram o campo enquanto proporcionalmente 49% para aquela e 51% para esta. O campo, tornou-se um negócio, ensejando financiamentos internacionais e incentivos de ocupação regionais, sobretudo pela região sul do Brasil, no Centro-Oeste:

O Campo, portanto, é uma empresa multinacional. Ela tem como objetivo a colonização, ocupação e exploração de 60 milhões de hectares dos cerrados no Brasil. É responsável direta pela expansão da soja no Brasil Central (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Bahia) e hoje chega inclusive ao Maranhão, onde incentiva a expansão da cultura da soja na faixa de terras ao longo da ferrovia Carajás (Oliveira, 2003, p. 470).

É a partir desse modelo financeiro de expansão e colonização do campo, que o setor agrícola e agropecuário se torna um grande negócio, envolvendo bancos, investimentos, renda e especulações financeiras – características próprias do estágio atual do capitalismo mundial. Portanto, o agronegócio se apresenta enquanto face produtiva do campo na organização mundial das relações comerciais, e na estrutura de grandes cadeias produtivas e tecnológicas, de modo que “O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória” (Oliveira, 2003, p. 471).

Nesse contexto, produtivo, que o Estado de Mato Grosso se torna um ator importante no cenário mundial, sobretudo pelo agronegócio. As estruturas sociais contraditórias e a formação desigual a partir da concentração de capital se intensificam e impõe espacializações desiguais. Acessos a qualidade de vida, como pleno emprego, educação, saneamento básico, segurança, habitação, dentre outros demonstram profundas segregações que im-

pactam diretamente na organização política e cultural de toda a população (Santos, 2017).

Com efeito, o ensino de Geografia na educação básica, emerge como possibilidade de compreensão e protagonismo no processo da Formação Econômica e Social de Mato Grosso, uma vez “que traz em seu conteúdo a possibilidade do debate a respeito das questões do mundo da vida” (Callai, 2012, p. 75). Enquanto política pública, a elaboração de um currículo alinhado aos aspectos locais, garante compromisso qualitativo e responsabilidade na formação futura.

Uma proposta curricular, que traz para o debate em sala de aula as questões locais, se faz interessante. No entanto, essa perspectiva deve considerar as relações local e global, visto que “de uma parte do mundo opõe o território e o lugar, e de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (Santos, 2017, p. 270).

Documento de Referência Curricular de Mato Grosso (DRC-MT): A formação Social e Econômica de Mato Grosso para educação geográfica

A estrutura curricular da escola pública em Mato Grosso se alinha com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O sistema educacional contempla perspectivas estabelecidas na BNCC e ao mesmo tempo apresenta o Documento de Referência Curricular para o Ensino Médio, para que professores e gestores escolares possam organizar e orientar as unidades escolares na prestação de serviço educacional, sendo assim:

O Documento de Referência Curricular para Mato Grosso – Etapa Ensino Médio (DRC-MT-EM) é proposto na perspectiva de contemplar as dimensões de ciência, cultura, trabalho e tecnologia, a partir da flexibilização curricular, com vistas à formação integral do estudante. A considerar as singularidades e diversidades dessa etapa de ensino, visa contribuir com a sociedade na promoção da equidade social o que abarca aspectos de justiça, solidariedade, democracia e sustentabilidade (Mato Grosso, 2021, p. 7).

O documento apresenta especificidades de áreas a partir de competências e habilidades, voltados para a formação geral do ser humano. Indica

orientação de valorização da juventude e seu protagonismo, bem como a garantia de acesso à educação para todos. Toma por referência a promoção de escolas indígenas, quilombolas, do campo, educação de jovens e adultos, ensino profissionalizante, educação inclusiva, entre outros (Mato Grosso, 2021).

Dentro dessa organização curricular, a Geografia aparece enquanto componente curricular da área de Ciência Humanas, junto aos componentes curriculares Filosofia, História e Sociologia. No escopo da organização, há habilidades e competências gerais (relacionadas a todos os componentes) e específicos (afetos apenas a um dos componentes):

A área de Ciências Humanas na Educação Básica e, em especial, no Ensino Médio implica proporcionar ao estudante uma série de objetos de conhecimento, que remete aos conhecimentos das Humanidades, conhecimento estes organizados a partir da produção criativa humana e que engloba diversos saberes da Filosofia, Ciências Sociais, Geografia, História Ciência Política, Antropologia, Psicologia Social, dentre outras. O objetivo em comum de todas essas ciências é entender e explicar a complexidade do ser humano, da psique e de suas criações, ou seja, todas têm os seres humanos como seu principal foco e englobam uma série de produções sobre a condição humana e as relações sociais a partir de suas especificidades como ciências, bem como, o diálogo com os saberes tradicionais (Mato Grosso, 2021, p. 200).

Tratando especificamente da Geografia, dentro dos conhecimentos apontados enquanto componentes das Ciências Humanas, o documento indica que “(...) mapeava as potencialidades dos territórios nacionais e colocava como novas fronteiras aqueles a serem conquistados” (Mato Grosso, 2021, p. 201). Essa aproximação da ciência geográfica aos aspectos cartográficos, no documento de referência, aparece enquanto contexto histórico de formação epistemológica da Geografia (Mato Grosso, 2021).

No entanto, dentro de sua possibilidade enquanto componente curricular escolar, essa perspectiva de geografia reforça sua característica de descrição metodológica do espaço, no entanto se faz necessário avançar sobre essa compreensão, para uma geografia que se interesse pelas questões do poder e suas relações:

A geografia, enquanto descrição metodológica dos espaços, tanto sob os aspectos que se convencionou chamar “físicos”, como sob suas características econômicas, sociais e demográficas, políticas (para nos referirmos a certo corte do saber), deve absolutamente ser recolocada, como prática e como poder, no quadro das funções que exerce o aparelho de Estado, para o controle e a organização dos homens que povoam seu território e para a guerra (Lacoste, 2012, p. 23).

É nesse contexto que os processos de desenvolvimento da Geografia, no Documento de Referência, atribuem especificidade ao pensamento espacial, observação e raciocínio geográfico, voltados para a promoção da cidadania e direitos sociais (Mato Grosso, 2021). Para todos os efeitos, a DRC-MT/EM, apresenta enquanto competência específica da Geografia:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (Mato Grosso, 2021, p. 229).

As habilidades relacionadas a esta competência estão organizadas a partir dos verbos identificar, analisar e comparar. Enquanto objetos do conhecimento são colocados conceitos básicos da Geografia: Espaço geográfico, paisagem, lugares, territórios e regiões, bem como aspectos metodológicos da Geografia e suas variadas formas de representação do espaço, orientação, informação e cartografia (Mato Grosso, 2021).

Nota-se certa amplitude nas diretrizes, sobretudo no que tange os objetos de conhecimento e habilidades a serem trabalhadas. Nesse sentido, será o planejamento individual do professor, que muitas vezes acabará tensionando conteúdos, conceitos e categorias da Geografia, ensinados em sala de aula.

A flexibilidade oferta duas possibilidades: permite ao professor alinhamento entre o estudo da Formação Econômica e Social de Mato Grosso com os objetos de conhecimento, habilidades e competências do DRC-MT/EM, ou o seu distanciamento total, abordando temas e conteúdos soltos da reali-

dade local, focada apenas em uma fragmentação da ciência geográfica. Essa problemática ganha mais evidência ao se identificar no Documento de Referência Curricular o alinhamento com a Base:

Quadro 3: DRC-MT/EM e BNCC – Competência Específica 2

Habilidades BNCC	Habilidades DRC-MT/EM
EM13CHS205: Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.	EM13CHS205.MT: Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais em Mato Grosso.
EM13CHS203: Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).	EM13CHS203.MT: Comparar, Traduzir e avaliar os significados de território, fronteiras e suas formação identitária (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades e em Mato Grosso, contextualizando e relativizando as visões dualistas e regionalistas.
EM13CHS204: Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.	EM13CHS204.MT: Compreender a constituição territorial de Mato Grosso a partir da expansão da América portuguesa, identificando o papel de diferentes agentes e a diversidade na composição étnico-cultural mato-grossense.
EM13CHS201: Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povo, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre ele.	EM13CHS201.MT: Analisar, refletir e promover as identidades na dinâmica das populações, das mercadorias e do capital em Mato Grosso, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, povos identitários e étnicos, em função de eventos naturais políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
EM13CHS202: Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.	EM13CHS202.MT: Identificar, avaliar, indagar e protagonizar as soluções e influências das tecnologias nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades em MT (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais regionais.

Fonte: FIGUEIREDO JUNIOR, J.S.de. Fonte: Documento de Referência Curricular de Mato Grosso, etapa Ensino Médio (DRC-MT/EM) 2021. Disponível em: <Novo Ensino Médio em Mato Grosso – DRC/MT-EM Documento homologado (google.com)> Acesso em: 28 ago. 2023.

O Quadro 3, apresenta comparativo entre o conjunto de habilidades estabelecido na BNCC e aquelas previstas na DRC-MT/EM. nota-se que as habilidades da BNCC são apropriadas pelo Documento de Referência, de modo a serem incluídos foco específico ao Mato Grosso. Tal ação, privilegia certa autonomia docente, de modo que se exige alinhamento a base e ao mesmo tempo permite possibilidade de trazer para o conteúdo trabalhado, aspectos do Mato Grosso e suas complexidades.

Cabe destacar a Habilidade EM13CHS204, que articula aspecto geral e específico do estudo de Mato Grosso, indica pontos históricos e internacionais. Essa perspectiva se aproxima da formação do raciocínio geográfico e compreensão espacial, conforme apregoa as concepções de ensino do documento. Avançando nessa perspectiva percebe-se que “[...] saber pensar o espaço pode ser uma ferramenta para cada cidadão, não somente um meio de compreender melhor mundo e seus conflitos, mas também a situação local na qual se encontra cada um de nós” (Lacoste, 2012 p. 232).

É proposto no documento, uma Geografia preocupada com o ensino de conceitos e categorias que possam contemplar a Formação Social e Econômica de Mato Grosso, no entanto pouco suporte é ofertado para tal tarefa. Mas esse fenômeno não é de todo modo negativo, tendo em vista que pode ser inserido aqui grande possibilidade e uma tarefa importante ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), as unidades escolares, universidades e demais pesquisadores que se preocupem em valorizar conhecimentos relacionados a esse estado.

A possibilidade de produzir saberes e conhecimentos científicos que problematizem as questões sociais postas na atualidade, gerando possibilidade de superação das mazelas sociais e construir uma sociedade mais equitativa com acesso a qualidade de vida para todos os seres humanos. É esse o grande desafio que se coloca no contexto das produções geográficas em Mato Grosso.

Considerações finais

A história e geografia de Mato Grosso deve ser tomada por referência, em um processo educativo que se comprometa com superação de desigualdades que constituem a atual formação social presente em todo o estado. No entanto, o foco exclusivo e reducionista pode ser prejudicial, pois “O espaço total e o espaço local são aspectos de uma única e mesma realidade” (Santos, 2012, p. 208).

A sociedade de modo geral se transforma com o transcorrer do tempo, e as relações entre o local e o global se tornam cada vez mais profundas e explícitas. Compreender os aspectos que envolvem a dinâmica internacional, perpassam pela compreensão da formação social e econômica de Mato Grosso. Se apropriar dos saberes que versem sobre comércio, produção, emprego e renda, desigualdade, urbanização e relação entre a produção do campo e a produção urbana se tornam fundamentais para a educação básica.

Cabe aqui valorizar um ensino de Geografia que faça o exercício de compreender o lugar do Mato Grosso, dentro de um contexto histórico amplo, envolvendo dinâmicas internacionais, aspectos ambientais e a análise dos avanços e retrocessos produtivos que marcam o desenvolvimento estadual. No entanto, tal proposição não deve ser fragmentada do campo de protagonismo da juventude, uma vez que o “ser é a sociedade total; tempo são os processos, e as funções, assim como as formas são a existência” (Santos, 2012, p. 218).

Desse modo, o Documento de Referência Curricular de Mato Grosso Etapa Ensino Médio, apresenta em sua organização teórica uma grande flexibilidade. Está alinhado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), possibilidade foco em aspectos locais, mas precisa abrir espaço para inserção de conceitos e categorias científicas elaborados por pesquisadores e estudiosos que se colocam na condição de desvendar, problematizar e apresentar proposições de superação das mazelas sociais presentes no bojo social da sociedade mato-grossense.

Referências bibliográficas

BARRETO, João Francisco Novaes Paes. *As revoluções de Mato Grosso*. (Publicações Avulsas 67), 2ª ed, Cuiabá: IHGMT, 2005.

CALLAI, Helene Copetti. *Educação Geográfica: ensinar e aprender geografia*. In: Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos, Org. CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; MUNHOZ, Gislaíne Batista; ARROIO, Agnaldo. [S.I: s.n], 2012, p. 73-87.

FAUSTINO, Erzila Miranda. *Várzea Grande revendo suas origens e suas histórias*. Projeto Gráfico: Editora Lenice; Diagramação Wilson Bezerra Rodrigues. Apoio Associação Mato-grossense de Atacadistas e Distribuidores – Várzea Grande-MT, 2012.

FELIX, Pedro Carlos Nogueira. *História de Mato Grosso: dos primeiros tempos a atualidade*. Cuiabá: Defanti Editora, 2008.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O trabalho de Sísifo “escravidão por dívida” na indústria extrativa da erva-mate (Mato Grosso, 1890-1945)*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p. 615-636, Jul/Dez, 2007. Disponível em: untitled (scielo.br). Acesso: 15 jan. 2024.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Tradução Maria Cecília França, 19ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MATO GROSSO. *Documento de referência curricular para Mato Grosso – etapa Ensino Médio*. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Secretaria de Estado e Educação de Mato Grosso 2021. Disponível em: <DRC – Publicação – OneDrive (sharepoint.com)> Acesso: 28 ago. 2023.

MAMIGONIAN, Armen. *O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil*. In: Geografia Econômica - Anais de Geografia Econômica e Social. UFSC. Florianópolis: Impressão no Departamento de Geociências, Abril de 2009. Disponível em: <O-nordeste-e-o-sudeste-na-divisão-regional-do-Brasil.pdf (ufsc.br)> Acesso: 11 jul. 2023.

MAMIGONIAN, Armem. *A inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá*. In: Geosul, n.1, v. 1, Florianópolis: Ed. UFSC, 1986. Disponível em: <Vista do Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá (ufsc.br)> Acesso: 11 jul. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In Geografia do Brasil, ORG: ROSS, Jurandyr I. Sanches. 4 ed. 1. Reimpr, Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 25-30. Editora UFPR, jul/dez. 2009.

RANGEL, Ignácio. *A história da dualidade brasileira*. In Revista de Economia Política, Vol 1, nº4, outubro-dezembro, 1981. Disponível em:< A_historia_da_dualidade_brasileira.pdf (marxismo21.org)>. Acesso: 28 ago. 2023.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6. Ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. 5ª reimpr. Universidade de São Paulo (USP): São Paulo, 2017.

SHAIKH, Anwar. *Uma introdução à história das teorias de crise*. Publicado originalmente em: *U.S. Capitalism in crisis. New York, Unio for Radical Political Economics, Ecnomomics Education Project, 1978*. Tradução de Vivian Tauile e revisão técnica de José Ricardo Tauile. Ensaios FEE, Porto Alegre, 4(1):5-45, 1983.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *A Companhia Matte Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso*. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan/jn, 2015. Disponível em: Vista do A Companhia Mate Laranjeira,1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso (ufmt.br). Acesso: 15 jan. 2024.

Documentário

GUERRAS DO BRASIL. Produzido por: Laís Bodanzky e Buriti Filmes. Direção e Roteiro: Luiz Bolognesi, Entrevistados: Ailton Krenak, Carlos Fausto, João Pacheco de Oliveira, et al... Buriti Filmes e EBC/TV Brasil: São Paulo, 2019.





SEGUNDA PARTE

Artigos em transversalidade

8. Clóvis Hugueneu Irigaray: estética e humanização juruna do Brasil Central – 1975

*Túlio Cesar de Arruda Ferreira Diogo*¹⁰⁵

RESUMO: Em 1975, o artista plástico mato-grossense Clóvis Hugueneu Irigaray apresentou, em São Paulo-SP, dezoito documentos visuais da série “Xinguana”, denotando os nativos do Brasil Central, e alguns inseridos devidamente no topo da hierarquia social. Essa exposição, originalmente denominada de “Detalhes do Xingu”, foi gestada no contexto da ditadura empresarial-militar no Brasil, momento em que os indígenas foram qualificados como inimigos internos, vitimados pelo genocídio, esbulhados de seus territórios e vistos pela sociedade como “inumanos” e “selvagens”. Portanto, o artista antecipa, por meios estéticos, uma narrativa global com a irrupção e a consolidação dos direitos humanos para os povos vernaculares, dentre eles os Juruna de Mato Grosso. Assim, este artigo visa compreender e analisar uma das obras dessa série, que não tem título. Para tanto, foram realizadas pesquisas em fontes bibliográficas, iconográficas e documentais, buscou-se a explicação histórica desse desenho frente à política oficial de integração rápida e forçada da sociedade indígena à civilização exercida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Como resultado, percebeu-se que a proposição analítica de Irigaray se trata de uma contestação política que humaniza e condiciona o Mato Grosso nativo como sujeito histórico e cultural no imaginário coletivo. A comunicação visual do artista, bem à maneira antropofágica de Oswald de Andrade, dá visibilidade à identidade multicultural dos povos tradicionais e os insere, ao mesmo tempo, como sujeitos que ocupam os espaços, consomem e desfrutam dos privilégios restritos à classe dominante, fato que se contrapõe frontalmente à mecânica da União e da sociedade nacional que desprezava os indígenas.

Palavras-chave: Artes visuais; Nação Juruna; Mato Grosso; Irigaray.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

105 Doutorando em História pelo PPGHIs da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e bolsista Capes. E-mail: tulioarruda@yahoo.com.br

CLÓVIS HUGUENEY IRIGARAY: AESTHETICS AND HUMANIZATION JURUNA FROM CENTRAL BRAZIL - 1975

ABSTRACT: In 1975, the mato-grossense plastic artist Clóvis Hugueneu Irigaray shows, in São Paulo, eighteen visual documents from “Xinguana” serie, denoting the natives of the Central Brazil, and and some duly inserted at the top of the social hierarchy. This exhibition, originally called “Details of the Xingu”, was created in the context of the business-military dictatorship in Brazil, a time when indigenous people were classified as internal enemies, victims of genocide, expelled from their territories and seen by society as “inhumans” and “savages”. Therefore, the artist anticipates, through aesthetic ways, a global narrative with the irruption and consolidation of human rights for vernacular peoples, including the Juruna of Mato Grosso. So, this article aims to understand and analyze one of the works in this series, which has no title. To this end, researchs was carried out in bibliographic, iconographic and documentary sources, seeking a historical explanation of this design in light of the official politic of fast and forced integration of indigenous society into civilization carried out by the National Indigenous Foundation (FUNAI). As a result, it was realized that Irigaray’s analytical proposition is a political contestation that humanizes and conditions the native Mato Grosso as a historical and cultural subject in the collective imagination. The artist’s visual communication, in the anthropophagic way of Oswald de Andrade, gives visibility to the multicultural identity of traditional people and inserts them, at the same time, as subjects who occupy spaces, consume and enjoy privileges restricted to the dominant class, a fact that it is in direct opposition to the mechanics of the Union and national society that despised indigenous people.

KEYWORDS: Visuals Arts; Juruna Nation; Mato Grosso; Irigaray.

Introdução

“Detalhes do Xingu” é a denominação original conferida ao conjunto de dezoito documentos visuais confeccionados entre os anos de 1974 e 1975, pelo estudante de Direito e desenhista mato-grossense de ascendência indígena, Clóvis Huguenev Irigaray (1949-2021). Apresentados em uma mostra individual no dia 13 de agosto de 1975, em São Paulo-SP. Atualmente, esse ciclo crítico-criativo de produção figurativa é mais conhecido como série “Xinguana”. Nessa fase iconográfica regional, saindo de uma experiência individual e convertida para o coletivo, o artista, de modo sem igual, construiu e antecipou um novo olhar e diferentes níveis de realidade sobre os nativos, por meios estéticos. Para tanto, empregou em seus trabalhos, as diretrizes que apregoavam o estilo artístico hiper-realista, em um momento sombrio da história brasileira, para além das fronteiras do Planalto Central, não deixando de assumir uma contestação com um sentido político (Rancière, 2005).

Nesse sentido, o presente artigo pretende reconstituir, ainda que de modo fragmentado, certas experiências sociais em torno do imaginário de Irigaray, buscando compreender mais detidamente seu pensamento político e estético-visual. Procura-se, ademais, identificar os vestígios dessa fase de temática indigenista na obra do artista mato-grossense por meio da análise da complexa relação da palavra com uma imagem em particular, sem título, das dezoito comunicações visuais que compõem a coleção “Detalhes do Xingu”. Plasticamente, se trata de uma mulher da sociedade Juruna, uma nação que foi pacificada em 1953 pelos sertanistas e irmãos Villas Bôas, conforme os estudos do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1970, p. 150), e cujos antigos domínios territoriais se estendiam nas ilhas do rio Xingu. Por seu turno, o destaque que a figura feminina assume no quadro de Irigaray alude sobre uma representante que habitava o Parque Indígena do Xingu (PIX), atual Território Indígena do Xingu (TIX), região do interior do estado de Mato Grosso. Nesse registro de Irigaray, a nativa aparece plasmada no topo da pirâmide social, ocupando o interior de um veículo de alto luxo, oriundo do cotidiano urbano e industrial.

Os Juruna são do tronco linguístico da família Tupi-Guarani, subgrupo Yudjá, que significa “dono do rio”, e na década de 1950 estavam reduzidos a 58 (cinquenta e oito) almas. Segundo a pesquisa da professora em linguística

Cristina Martins Fargetti (2021), a nação Juruna está atualmente localizada na reserva do atual Território Indígena do Xingu (TIX), próxima à BR-080, região do Baixo Xingu, no Norte do estado de Mato Grosso, entre os postos Diauarum e Piraçu. Conforme os estudos do importante etnólogo alemão Curt Nimuendajú (1883-1945), responsável pela conformação da antropologia no Brasil, no memorial de Bento Maciel Parente (1874), constam evidências a respeito da localização da província desse povo na foz do Xingu, datado de 1626 (Nimuendajú, 1948, p. 213-243). Já um segundo registro especializado relacionado ao contato com a sociedade Juruna e o mundo dito “civilizado” data de 10 de dezembro de 1842, quando um membro da realeza, o príncipe da Prússia, Adalbert Heinrich Wilhelm veio ao Brasil e, em viagem pelas regiões do Xingu, conheceu os Juruna, sendo então denominados de “caras-pretas” (Adalbert, 1977, p. 330), em razão da tatuagem facial. Esse encontro consta na obra publicada na Alemanha, em 1847, sendo traduzida ao português somente em 1977, e intitulada “Brasil: Amazonas-Xingu”.

Tempos depois, outras duas importantes expedições da comunidade científica alemã, uma em 1884 e a outra no ano de 1887, foram empreendidas, dentre elas, por um jovem que explorou o coração do Brasil Central. Trata-se, pois, do chefe de uma comissão alemã de Berlim, o médico, psiquiatra e etnólogo Karl von den Steinen, que, em viagem de expedição nos territórios fluviais do rio Xingu, no Mato Grosso, estudou as culturas ameríndias das terras baixas do continente sul-americano. Steine registrou em suas narrativas o contato com os nativos locais, a exemplo do que denominou de Iuruna, atual Juruna (Steinen, 1942).

Nessa conexão de expedições com caráter científico no território do Brasil Central, depreende um dado complementar, quando da existência de mais um viajante europeu, o francês e geógrafo Henri Coudreau (1859-1899), que empreendeu investigação científica na região do Alto Xingu, entre 30 de maio de 1896 e 26 de outubro de 1896, e registrou suas narrativas de viagem, análise e observações sobre os povos vernaculares, dentre eles os Juruna. Segundo o autor, esse povo recebeu a alcunha de “vagabundos” (Coudreau, 1897, p. 32-198) conforme a obra denominada *Voyage au Xingu*, publicada em Paris no ano de 1897. A tradução desse livro para o português ocorreu somente em 1977, com o seguinte título: “Viagem ao Xingu”.

Em 1948, o etnólogo alemão Curt Nimuendajú publicou em Washington, um estudo a concernente aos Juruna, com o seguinte título: *Tribes of the*

Lower and Middle Xingu River. Por fim, entre as décadas de 1950 e 1960, os antropólogos Eduardo Enéas Gustavo Galvão e Adélia Engrácia de Oliveira contribuíram com pesquisa de campo, principalmente no ano de 1967, e na confecção de textos analíticos a respeito dos Juruna. Vale destacar, por exemplo, duas obras a seguir: a primeira sob o título “Breve notícia sobre os índios juruna”, de 1952, publicada na Revista do Museu Paulista, cuja autoria é de Eduardo Galvão. E a segunda pesquisa, agora com a contribuição de ambos os antropólogos, foi denominada de “A cerâmica dos índios Juruna (rio Xingu)” (Oliveira; Galvão, 1969). De acordo com Galvão (1952), os remanescentes desse grupo recebem o apelido de “bocas pretas”, isso porque, “Antigamente os Juruna tatuavam a face, descendo uma linha da raiz dos cabelos a boca; daí seu apelido tribal “bôcas prêtas”” (Galvão, 1952, p. 474). Nesse trabalho há também informações sobre os motivos do declínio populacional dessa sociedade, devido aos seguintes fenômenos sociais:

É possível, mesmo, que o decréscimo de população não seja devido unicamente ao extermínio pelas armas e doenças, mas reflita a integração de índios aos povoados e seringais, ou seja, o abandono da vida tribal e assimilação de indivíduos e famílias à população cabocla tal como aconteceu em muitas regiões da Amazônia. Atribui-se ao decréscimo em número exclusivamente à dizimação por violência ou à introdução de doenças infecciosas (Galvão, 1952, p. 471).

Ainda em conexão com Oliveira e Galvão (1969), depreende-se que o número de pessoas do grupo Juruna estava estimado da seguinte maneira:

Daquele número estimado por Adalbert (1849: 317) em 2000 indivíduos para o ano de 1842 restam hoje 58, nucleados próximo ao Pôsto Diauarum. Apenas 13 mulheres, acima de 15 anos, serão capazes de dominar a técnica de fabricação do vasilhame de barro (Oliveira; Galvão, 1969, p. 14).

A coleção de dezoito pinturas de Irigaray, foi criada justamente na conjuntura mencionada por Oliveira e Galvão, vale dizer, no período nacional de maior repressão que se seguiu ao golpe “empresarial-militar” de 1964, conceito empregado pelo cientista social René Armand Dreifuss (1986). Irigaray, advindo de uma região periférica, localizou os problemas de seu

tempo e apontou uma solução de modo sublime, otimista e justa, figurando como um último gesto, de apelo e ou de esperança, para resolver os problemas existenciais que acometiam os povos originários. Isso se concretiza quando o artista propõe, singularmente em seus desenhos, a confecção de um programa iconográfico, com ações concretas para reconstrução e inserção na vida social e artística dos ameríndios, entre eles, da figura feminina Juruna de Mato Grosso.

Seu objetivo singular, nesse ciclo de produção, era denotar, de modo preciso, os atos dos nativos-natureza e os nativos-urbano, abordando-os de modo magnânimo, belo e central. Além de impactar visualmente o(a) leitor(a) ao inserir e nivelar os(as) indígenas, então ocupando o lugar de *glamour* das modelos e das grandes celebridades, em cenas da classe média alta no cotidiano urbano industrial, com seus hábitos nacionais e de outras possibilidades concretas de se viver. Para tanto, tinha como base os recursos imagéticos advindos, por exemplo, tanto das revistas de ilustrações sobre objetos industriais de consumo, como da reprodução mecânica de importantes fotografos da época.

Cumprir salientar que, na década de 1970, a perda de valores humanitários, como no caso de morte das primeiras nações e da barbárie no território brasileiro e, majoritariamente, no estado de Mato Grosso, por exemplo, se intensificou como política de Estado, a exemplo da assimilação dos nativos de forma célere e forçada na sociedade nacional (Machado, 2009). Essas medidas violentas e assassinas, eram financiadas pelos interesses escusos da economia de mercado de consumo transnacional, atreladas aos fenômenos da geopolítica e da “sociedade de consumo” (Machado, 2009). Todas elas reunidas obstavam, desde sempre, o exercício da plena cidadania, logo da dignidade humana aos desfavorecidos nativos no meio social, político e cultural. Não apenas isso, promoviam agudamente o esbulho de suas terras ancestrais e a execução sistemática de genocídio dos povos originários brasileiros. Por esse motivo, 15 (quinze) nações indígenas passaram a habitar a reserva do Parque Indígena do Xingu (PIX). A demarcação dessa extensa área tinha por objetivo garantir a posse territorial de modo pacífico, a proteção e a preservação das tradições desses povos, da fauna e da flora local, em decorrência da expansão do capitalismo (Machado, 2009).

Os idealizadores do Parque Nacional do Xingu, genericamente denominado de Parque Indígena do Xingu (PIX) tinham à frente o Vice-Presi-

dente da República Café Filho, o General Cândido Mariano da Silva Rondon, o indigenista e diretor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) José Maria da Gama Malcher, o engenheiro e Brigadeiro Raimundo Vasconcelos Aboim diretor geral da Aeronáutica Civil, os irmãos e sertanistas Villas Bôas da Fundação Brasil Central, o antropólogo e funcionário de carreira do SPI Darcy Ribeiro, o senador Vespasiano Martins e Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional. Os representantes dessa comissão confeccionaram em 1952 um anteprojeto, que foi entregue ao Vice-Presidente da República (Ferreira Diogo, 2022, p. [590-591]). Como resultado, no dia 6 de maio de 1953, tornou-se o Projeto de Lei nº 3.107, que foi encaminhado ao Congresso Nacional, acompanhado de uma mensagem de número “179-53”, do então Presidente da República Getúlio Vargas a respeito da criação do PIX (Brasil, 1953, p. 1-3).

A materialização desse projeto, no entanto, só ocorreu no governo de Jânio Quadros, em 14 de abril de 1961, pelo Decreto Presidencial nº. 50.455, e regulamentado pelo Decreto nº 51.084, de 31 de junho de 1961, que delimitou um extenso território para sua instalação, o parque, que se situa ao norte do Estado – e em 2021 completou 60 anos. Cumpre explicitar, que a extensão territorial do parque é dez vezes menor do que a área estipulada inicialmente, figurando com seus 2.642.003 hectares. Seu objetivo é preservar a vida indígena (Brasil, 1961). No local, quinze sociedades indígenas de troncos linguísticos distintos foram reunidas, criando, desse modo, determinado tipo de cultura que passou a ser denominada de xinguana. Nesse período, o estado de Mato Grosso era palco de conflitos e crimes praticados em desfavor dos povos originários, em flagrante afronta à Convenção nº. 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – realizada em Genebra em 5 de junho de 1957 –, norma relacionada aos direitos humanos (Bucker; Bucker, 2005). Ademais, o país buscava financiamento internacional para promover o chamado “milagre brasileiro”, e as denúncias, na avaliação da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2006), prejudicariam a imagem brasileira junto ao financiador estrangeiro.

Parte-se, então, do princípio de que a escolha de Irigaray para elaborar sua comunicação visual dissonante não foi fruto do acaso. Pelo contrário, a hipótese em questão é que a confecção de sua coleção responde a uma lógica relacionada às transformações humanas que ocorreram em um tempo e espaço específicos e que foram apropriadas conscientemente ou não em seus

trabalhos artísticos. Esses aspectos participam de um complexo político, econômico, social, cultural, artístico, religioso e jurídico pelo qual o Brasil atravessava, com conexões no cenário internacional e que estavam no imaginário de Irigaray. Cabe lembrar que o estado de Mato Grosso passava por profundas mudanças em função do Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei nº. 1.106, de 16 de junho de 1970, e implementado pelo então general-presidente Emílio Garrastazu Médici (Bomfim, 2010).

O PIN promoveu a elaboração de um conjunto de construções de obras faraônicas, como várias edificações públicas de infraestrutura, conjugadas com a abertura de estradas e rodovias vicinais (Ferreira; Delgado, 2013), a exemplo da BR-164, ligando Cuiabá ao Peru, e outras com o objetivo de interligar as regiões do interior do país – principalmente na retórica de ocupar e conquistar a Amazônia. Além de conectar o Centro-Oeste – Brasília com as regiões industrializadas e outras nações vizinhas, a exemplo do Peru e da Venezuela, por meio da BR-174, ligando com Manaus; a BR-156 conectando Macapá com a fronteira da Guiana Francesa, e a BR-210, que cortava Pará, Roraima e Amazonas (Nogueira, 2019), o que fomentou de fato o surgimento de diversos conflitos no campo e, especialmente, com os povos indígenas brasileiros, a mencionar os Kayapó e os Yanomami.

Salienta-se outros dois aspectos de transformação no meio social que advêm do setor econômico, em razão do lançamento, em 4 de novembro de 1971, do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1972-1974, ainda no governo do general-presidente Médici. Já em 6 de dezembro de 1974 foi publicado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1975-1979), instituído pelo então general-presidente Ernesto Geisel (Fausto, 2019). Ambos fomentaram o desenvolvimento do parque industrial nacional, o que atraiu o interesse e o ingresso de diversas empresas multinacionais, seguidos de grande investimento estrangeiro, a exemplo do setor automobilístico, como no caso da Ford, da General Motors etc., (Fausto, 2019) cumulando com o aumento da produção industrial em massa e o consumo no mercado interno.

Esses fatos em tela, geralmente, dinamizaram o mercado de consumo de produtos de luxo e demais objetos materiais, antes restritos à classe dominante, frutos da revolução tecnológica associada ao que se convencionou a denominar, segundo a importante reflexão do historiador Eric Hobsbawm (1995), de a “Era de Ouro” (Hobsbawm, 1995, p. 253-281), fenômeno esse que se estabeleceu, primeiramente nos países de capitalismo desenvolvido.

Por outro lado, para a grande maioria da população brasileira pesava uma política governamental com renda ínfima à massa trabalhadora, com oportunidade apenas de subemprego, principalmente nas áreas urbanas, mas também na rural. Nesse contexto de “precariedade habitacional” e educacional, de “insuficiência alimentar” e “pobreza estrutural” (Cardoso de Mello; Novais, 1998, p. 625) impossibilitou-se a conquista do direito de paz social, de bem-estar, de segurança e ao direito à vida tão necessários às minorias étnico-raciais.

Em meio a esse cenário, já estava em andamento a política indigenista brasileira, com a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em 19 de dezembro de 1967 instituição latifundiária vinculada ao Ministério do Interior, órgão que objetivava abrir frentes econômicas em parceria com a iniciativa privada. No entanto, suas práticas empresariais, na verdade, eram contrárias aos objetivos de tutela, assistência e proteção governamental aos povos indígenas, o que ocasionava implicações gravíssimas e prejudiciais aos seus direitos. A Funai foi criada em um governo autoritário, após casos de corrupção que levaram à extinção do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Cabia à Funai, por meio de medidas de políticas públicas e, em seguida, por meio da elaboração de estratégias ligadas ao liberalismo, manejar e inserir de forma célere e forçada os ameríndios na sociedade nacional. Ou seja, “civilizá-los” sob o manto do “progresso”, do “desenvolvimentismo”, do “expansionismo” e da “integração na sociedade nacional”, sem o devido respeito aos quatro graus de integração (Ferreira Diogo, 2022), que seriam: os “isolados”, “contato intermitente”, “contato permanente e integrados” (Ribeiro, 1970, p. 432-433).

Cumprir notar que nesse período foi publicado o Estatuto do Índio com base na Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, sancionada pelo então general-presidente Emílio G. Médici –, que regulamentou a matéria territorial dos povos originários no Brasil e reafirmou a Emenda nº. 1 de 1969, a qual “garantiu” o usufruto exclusivo das riquezas e tornou “inalienáveis” suas terras. Por outro lado, em consonância com essa mesma regulamentação oficial, no seu artigo número 11 (onze), constatam-se graves implicações ao mencionar, por exemplo, que a emancipação de comunidades indígenas poderia ocorrer via decreto presidencial. Com isso, forças econômicas em expansão foram as grandes beneficiadas, uma vez que a Funai era submetida ao Ministério do Interior. Tal medida política governamental fez emergir, entre

1977 e 1978, a preocupação da comunidade de antropólogos, estudantes universitários, juristas, instituições religiosas e governamentais, entre outras, o Museu Nacional do Índio e a Universidade de São Paulo, que emitiram um parecer condenando a medida (Félix *et al.*, 1978). A posição dos antropólogos considerava a regulamentação jurídica em questão uma afronta à Convenção Internacional número 7, de 1957, que ocorreu em Genebra, à qual o Brasil aderiu em 1965, se comprometendo a proteger os povos originários. Desse modo, a política oficial da União, em acabar com a tutela e “conceder” a “capacidade plena” aos nativos via decreto, era uma farsa, pois tinha como propósito o desrespeito à diversidade cultural e a apropriação de seus territórios (Félix *et al.*, 1978, p. 249-255).

No entanto, foi por meio dessa perspectiva jurídica, conjugada com o pensamento secular, ligado à dialética colonial, sobre a imagem negativa do indígena elaborada pelos europeus, que se sustentou todo o processo de assédio sistemático pela dinâmica do capital, segundo o qual os povos originários eram considerados inimigos do “progresso” e do “desenvolvimentismo”, tendo todo o aparato da União para sua integração e expropriação. Paralelamente a isso, a partir da década de 1960, o estado de Mato Grosso tornou-se um imenso laboratório internacional de pesquisa científica, com o desenvolvimento do denominado *Harvard Central-Brazil Research Project* (Projeto do Brasil Central da Universidade de Harvard), um programa bilateral de estudos que envolve sociedades indígenas do Brasil Central, principalmente voltado aos grupos Jê do Norte, no campo da antropologia, segundo a referência da antropóloga Lux Boelitz Vidal (1977).

No que concerne ao panorama do mundo ocidental das artes, o historiador Hobsbawm (1995), afirma que, a partir da década de 1960, houve uma crise nas correntes mais vanguardistas, afetadas pelo emprego de novas tecnologias e de formas inovadoras de expressar a realidade; conjugado a isso, surgiu também um movimento de reação às convenções da crítica euro-americana, ao sistema das artes e ao valor das obras (Hobsbawm, 1995). Segundo complementa o historiador de arte David McCarthy (2002), imergiram no meio artístico manifestações de pensamentos contestatórios ao sistema de dominação hegemônica, envolvendo o cenário político e a crítica de arte, o que revelou as contradições acerca da cultura dos ambientes urbanos impostas tanto pelo imperialismo norte-americano quanto pelo londrino por meio da “*pop-art*” – termo empregado pelo crítico de arte inglês

Lawrence Alloway, em 1954 (Calirman, 2013, p. 160) e que consta nos trabalhos de Irigaray.

Esse movimento foi fortemente massificado na Inglaterra, no território norte-americano e internacionalizou-se nos demais países do Ocidente, a exemplo do Brasil, atraindo de modo significativo a atenção dos espectadores, gerando neles uma estranheza pelo teor político e filosófico. Em consonância ao pensamento do historiador de arte Simon Wilson (1975), esse estilo pictural tinha como tema a apropriação de elementos presentes no cotidiano e no entorno urbano, industrial e do consumo, só que colocados em outro contexto visual (Wilson, 1975). Paralelamente, o registro mecânico visual ganhou enorme projeção (Kossoy, 2012) e o seu emprego no meio artístico fez surgir, segundo os estudos de Linda Chase (1973), o “Hiperrealismo”, que genericamente recebeu, pelo então defensor e colecionador de arte, o nova-yorkino Louis K. Meisel, em 1968, a denominação de “fotorrealista” (Letze, 2013). Oriundo da mídia, esse estilo pictórico nasceu no território norte-americano e possibilitou aos artistas a criação de suas pinturas a partir da fotografia com uma nova forma de ver, modificando a percepção do real (Chase, 1973). Esse exercício plástico se notabilizou nas belas artes estadunidenses, identificada como Realismo Radical, e foi apropriada por diversos artistas aqui no Brasil (Zanini, 1983), dentre eles Irigaray. Cumpre observar também, que o emprego da fotografia possibilitou a ampliação de novos horizontes nas artes plásticas e a historiografia ganhava um novo documento (Kossoy, 2012, p. 29). Nessa mesma conexão, a filósofa norte-americana Susan Sontag, pontuou o seguinte a respeito do triunfo da fotografia: “Mais importante do que a questão de ser ou a não a fotografia uma arte é o fato de que ela anuncia (e cria) ambições novas para a arte” (Sontag, 2004, p. 164 e 165).

Já na conjuntura brasileira, constata-se que entre 1971 e 1975 ocorria um certo esvaziamento da produção artística mais radical da vanguarda advinda do eixo sul-sudeste, em grande parte, por conta da asfíxiante e violenta repressão no Brasil, justamente quando ocorreu o boom do mercado de consumo. Mesmo nesse contexto de terror e de opressão cultural imposto pelo regime “empresarial-militar”, coube ao insurgente Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ), laboratório da efervescência da vanguarda carioca, enfrentar, de fato, a fase mais repressiva no país. O MAM-RJ inovou nos critérios de seleção das obras, sem o emprego de indicação de artistas e

sim pela adesão espontânea, e contou com a participação especial da crítica de arte de Mato Grosso, Aline Figueiredo, atuando como coordenadora da Comissão. O objetivo desse evento do MAM-RJ era contemplar novas linguagens da arte brasileira antes repelidas pelos grandes centros, com exposições de jovens artistas, oriundos de outras regiões do país, nascidos na década de 1940, cujos trabalhos artísticos surgiram e/ou ganharam evidência entre os anos de 1970 e 1975. A exposição foi denominada de ciclo Arte Agora I/Brasil 70-75 e ocorreu entre março e abril de 1976, no MAM-RJ. Clóvis Irigaray, com o objetivo de descentralizar a arte regional e de Cildo Campos Meireles – o “artista guerrilheiro” (Freitas, 2013, p. 231), que aderiram ao movimento e apresentaram seus escritos-plásticos (Pontual, 1976).

No período já estava em vigência o Ato Institucional número 5, o AI-5, instituído em 13 de dezembro de 1968. A partir de então, as práticas de censura, prisões, torturas, desaparecimentos e assassinatos se tornaram políticas de Estado em desfavor dos denominados “subversivos”, considerados inimigos internos do regime. Em resposta aos atos de tirania estadual, no contexto dos anos de 1965, 1970 e 1975, grupos de artistas e de intelectuais passaram a expressar formas de enfrentamento e de contra-ataque ao sistema ditatorial, usando e apropriando-se de diferentes suportes, como no caso do movimento da Tropicália, da “contra-arte”, ou “Arte de Guerrilha”, conforme os estudos do historiador de arte Artur Freitas (2013) e, por fim, da “Marginália”, que de acordo com o historiador Frederico Coelho, sagrou-se a partir de 12 de dezembro de 1968 (Coelho, 2010, p. 171).

É nesse sentido, que a série “Xinguana”, de 1975, de estilo artístico hiper-realista, configura um modelo de engajamento político, uma força artística de oposição ao poder ao mesclar esses fenômenos que aconteceram no cenário regional, nacional, internacional e foram responsáveis por colonizar o imaginário do Irigaray. Esses documentos visuais – o conjunto dos dezoito trabalhos no total - resultam de um grande esforço do artista a serviço do Museu de Arte e de Cultura Popular (MACP), ligado à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), para combater o discurso governamental e o conservadorismo intelectual da região. Ao ir além, tem-se em suas imagens, a construção e visibilidade da linguagem iconográfica de tipos humanos, no processo de formação da diversidade cultural, com sua identidade regional desfrutando de plena autonomia cultural, linguística e protagonismo e inseridos na partilha para desfrutar dos bens industriais, restritos ao universo da

classe burguesa. Em suas obras, mesmo nesse contexto de barbárie, os nativos sobrevivem, permanecem e continuam como indígenas, com sua cultura de forma autônoma, desde que existentes as “[...] condições artificiais de intervenção protecionista [...]” (Ribeiro (1970, p. 445). Para tanto, o artista lança um novo olhar com apelo artístico e sensível à nação indígena Juruna, localizada na reserva do atual Território Indígena do Xingu (TIX), interior de Mato Grosso. Suas obras têm como elemento-chave a mesma prática de pintores consagrados como “[...] Bacon, Delacroix, Turner e Picasso [...]” (Sontag, 2004, p. 162), ao fazer uso de subsídios visuais na composição de suas pinturas.

Então, para apresentar as reflexões propostas por este artigo, dividiu-se em duas partes. Primeiramente, apresenta-se o autor da série “Xinguna” e sua trajetória artística nas circunstâncias do Brasil sob a ditadura “empresarial-militar”. Já na última, procura-se compreender a explicação histórica do discurso embutido na imagem de Irigaray com a mulher Juruna de Mato Grosso. Percebe-se que há uma mensagem crítica a um conjunto de visão já cristalizada no imaginário social, um pensamento lúcido por meio de um documento iconográfico e histórico visual. Neles o artista plasmou uma contestação estética e política com elos formais com os pensamentos radicais de seu tempo, que abordaram os tipos humanos locais no processo de formação da identidade regional e sua necessária e obrigatória composição simbólica no mosaico da diversidade cultural nacional.

O precursor de “detalhes do Xingu”

Clóvis Hugueneu Irigaray, o Clovito, nasceu em 23 de março de 1949, em Alto Araguaia, município do interior de Mato Grosso, e faleceu no dia 3 de abril de 2021, com 72 anos de idade, em Chapada dos Guimarães/MT – uma perda inestimável ao universo artístico-cultural –, deixando um enorme legado à arte contemporânea mundial. A causa do óbito não foi revelada. Sabe-se, a princípio, que o artista fazia tratamento de enfisema pulmonar e durante algum tempo de sua vida ficou internado em clínicas psiquiátricas (Ribeiro, 2014). Descendente de indígena por parte de sua avó materna e avô paterno, desde criança, com seus três anos, já demonstrava uma inclinação para confeccionar desenhos, como no caso do autorretrato de seus pais. Já com seis anos, manifestou ser pintor, inspirado na figura materna (Bertoloto,

2001). Durante a infância, manteve forte relação com os preceitos do catolicismo salesiano, os quais foram assimilados no meio familiar. Por esse motivo, e seguindo essa tradição, “[...] Irigaray, que vem de uma família católica, tem suas primeiras manifestações ligadas ao sacro ainda no colégio, quando ganhou um prêmio “[...] com o Retrato de Cristo” (Bertoloto, 2001, p. 14), em 1963, no Ginásio Padre Carletti (Alto Araguaia). Já em 1967, ingressou na Faculdade de Direito, em Campo Grande, mas não chegou a concluir o curso e, ao mesmo tempo, criava seus desenhos fantásticos.

A partir de abril de 1968, contatou a recém-criada Associação Mato-grossense de Artes (AMA), também em Campo Grande, que estava sob presidência de Aline Figueiredo, e alterou o seu estilo pictural. No currículo, o artista coleciona participações em várias exposições promovidas por essa associação, e se tornou conhecido nos polos artísticos paulistanos com a primeira exposição coletiva denominada “5 Artistas de Mato Grosso” –, integrado por Adelaide Vieira, Clóvis Irigaray, Hilton Silva, Humberto Espíndola e Jorapimo, ocorrida na Galeria Cine Belas Artes, em São Paulo, entre os dias 11 e 30 de agosto de 1968, às 21:00 horas (Secretaria de Educação..., 1975, p. [16-24]).

Consta também, a presença de Irigaray, em outubro de 1968, na homenagem à data de aniversário do então jornalista Assis Chateaubriand, mais conhecido por Chatô, um grande magnata da mídia nativa brasileira - falecido em abril de 1968. Esse acontecimento se deu na Galeria de Arte do jornal Diário da Serra, localizada na avenida Afonso Pena, número 323, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, quando ainda uno, tendo à frente a importante figura de Aline Figueiredo, incumbida pela coluna de artes plásticas do referido periódico. O evento foi realizado pela AMA, com a exposição de “sete artistas mato-grossenses” dentre eles estava a personalidade de Irigaray (Significativa..., 1968). Ainda em 1968, o caráter inventivo de Irigaray participou de outra coletiva regional, no XXIII Salão Municipal de Belo Horizonte, em Minas Gerais (Póvoas; Figueiredo, 1976, p. [03]).

Houve, ainda, outras participações em espaços artístico-culturais, como a que ocorreu em 1969, quando expôs em Belo Horizonte, na II Exposição Nacional da Associação dos Museus de Arte do Brasil (AMAB). No mesmo ano, em 1969, participou do XVIII Salão Nacional de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, na sessão de desenho e artes gráficas. A produção de Iri-

garay para esse evento foi intitulada “A vida e víscera (ideografia s/ papel)” (Ministério da Educação..., 1969, p. 56).

No ano de 1970 figuram mais dois relevantes eventos no currículo do artista e de seu grupo. O primeiro foi a participação em junho na Galeria Goeldi, no Rio de Janeiro, com a exposição intitulada “4 artistas de Mato Grosso”. Já o segundo ocorreu em agosto do mesmo ano, quando Irigaray, em conjunto de artistas notáveis apresentaram 139 obras no evento batizado de “Panorama de Artes Plásticas em Campo Grande”, que ocorreu no Centro Beneficente Português. Segundo Figueiredo (1975), esse acontecimento das artes visuais foi um dos maiores já realizados no referido Estado (Secretaria de Educação..., 1975, p. [16]).

Irigaray esteve na Galeria de Arte do Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU), no Rio de Janeiro, em 1971, com a exposição “5 Artistas de Mato Grosso” organizada pela AMA (Póvoas; Figueiredo, 1976, p. [3]). A partir de 1º de março de 1973, foi professor substituto no ensino médio “Símbolo Inicial”, no município de Alto Araguaia (Mato Grosso, 1973, p. 2) e nomeado para ocupar o cargo de Subsecretário Municipal, em 20 de março de 1973, também na cidade natal, conforme o Decreto nº 04/73 (Estado de Mato Grosso..., 1973). Já em 1974, participou com outros artistas de Mato Grosso da Bienal Nacional – 74 de São Paulo (Fundação Bienal de São Paulo, 1974, p. 62). Sobre os trabalhos dessa época, antes da produção da série “Xingua-na”, de acordo com o crítico de arte Roberto Gonçalves Pontual, em 1971, o artista fazia “[...] desenho em outro mundo, regressando às defesas da visceralidade intrauterina [...]” (Secretaria de Educação..., 1975, p. [24]), o que teria paralelo com as produções de pintores como o “[...] holandês Hieronymus Bosch, o italiano Giuseppe Arcimboldo e o artista brasileiro Marcelo Grassmann, que com suas gravuras do mundo fantástico descreviam monstros, demônios e fantasmas” (Secretaria de Educação..., 1975, p. [34]).

Com a fundação do Museu de Arte e Cultura Popular (MACP), em janeiro de 1974, no *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a “Universidade da Selva”, localizada na capital Cuiabá, ao norte do estado mato-grossense, próxima à sede administrativa do Executivo do Estado, que objetivava se tornar um laboratório de estímulo contínuo, atuando como um polo difusor da produção artístico-cultural regional. No entanto, por determinado período, o MACP ocupou espaços improvisados na recém-criada

“Universidade da Selva”, e foi nesse período que Irigaray passou a integrar os trabalhos dessa instituição (Figueiredo; Espíndola, 2010), por meio de um contrato celetista, cuja vigência se deu entre 1974 até 1978. Assim, constituiu-se como um dos membros da primeira geração de artistas e pilar de sustentação do museu (Figueiredo, 2014).

A direção do MACP estava sob a incumbência do jornalista e pintor muralista – de prestígio internacional, o campo-grandense Humberto Augusto Miranda Espíndola, criador da contestação político-artística, de temática da “bovinocultura”, confeccionada numa perspectiva marxista, de modo crítico e metafórico, seus trabalhos tiveram participação na “XXXVI Bienal em Veneza (Itália, 1972)” (Moraes, 1981, p. [13]). Espíndola apropriou-se conscientemente e/ou não de práticas artísticas e de fatos históricos com os quais plasmou sua famosa figura do “boi-homem”, personagem místico investido de poder, que remonta ao período do Brasil Império, já que o mesmo também foi elaborado com o formato político-contestatório pelo então jornalista e caricaturista ítalo-brasileiro, Angelo Agostini (1843-1910) (Agostini, 1886, p. [1]). Ademais, é importante salientar que durante sua formação em jornalismo no Paraná, Espíndola, por meio de seu professor Carlo A. Barontini, conheceu os trabalhos do artista russo contemporâneo Wasily “Kandinsky” (Vargas, 2021, p. 64), considerado o mentor da arte abstrata, com desenhos ao estilo analítico, construtivista e geométrico. Kandinsky usava cores do universo popular e integrou o corpo docente na lendária escola de Bauhaus, na Alemanha, símbolo da arte racionalista, ao lecionar o curso de “[...] pesquisa de linha de tensão [...]”, até o seu fechamento, que ocorreu em 1933 pelos nazistas (Argan, 2005, p. 61-64).

A orientação e a colaboração do pintor Espíndola foram imprescindíveis nas produções de Irigaray, não apenas introduzindo-o aos ideais do marxismo, como também por ser um conhecedor do estilo artístico hiper-realista, que surgiu e se massificou na América do Norte, notadamente nos Estados Unidos. Espíndola, assim, estava familiarizado com a estrutura do cenário artístico nova-iorquino, com a *pop-art*, com a arte geométrica, figurativa, concreta, com as práticas dos artistas cinéticos soviéticos e em consonância com as diretrizes do MACP. Com base nesses aportes, Espíndola reorienta o estilo artístico de Irigaray, para notabilizar sua narrativa visual, com o uso da *pop-art* e o estilo hiper-realista a brasileira sobre o indigenismo. O emprego dessa temática estava atrelado a uma das diretrizes do MACP, re-

lacionado ao quarto programa sobre o indigenismo. Em referência a essa norma, o artista passou a ressaltar a beleza e o gozo de viver dos nativos (Figueiredo, 1985), devido aos drásticos efeitos da integração compulsória na sociedade nacional (Ribeiro, 1970), e por conta “[...] de uma política obscura e temerária de integração [...]” (Figueiredo, 1985, p. 130 e 131), voltada aos interesses de economia de mercado e do turismo (Ribeiro, 1970). A eleição do indigenismo e o emprego do gênero “hiper-realista” nesse ciclo de produção determinou sua projeção e notoriedade nas artes plásticas (Secretaria de Educação..., 1975, p. [35]). Mas, de início, Irigaray relutou em aceitar a denominação hiper-realista em seus trabalhos artísticos (Índios, Tema de..., 1975, p. [10]).

Constata-se em Irigaray, a apropriação de certas práticas do universo social e artístico-cultural em que estava inserido, em conjunto com a orientação que recebeu de Espíndola, que já se dedicava a uma pesquisa sobre o indigenismo na capital de Pernambuco, Recife. De acordo com as documentações desse período, sabe-se que, conforme uma entrevista ao editorial do Diário de Pernambuco, de 24 de julho de 1973, Espíndola afirmou que iria ineditamente: “[...] realizar para a Universidade, um catálogo, um trabalho para o ‘Museu Rondon’, onde pretendo abordar o assunto museu e o tema indigenismo, de uma forma totalmente nova aqui no Brasil” (Etnografia..., 1973, p. 02). Então, desde 1973, Espíndola já pesquisava o tema indigenismo com uma visão marxista da arte, e essa experiência foi determinante na gestão do MACP, que desde sua fundação, no ano de 1974, desenvolveu diversos trabalhos artísticos ligados à vanguarda mais radical no Brasil e ao indigenismo. Dentre elas destacam-se a apresentação de importantes artistas ligados à “Arte de guerrilha”, como, por exemplo, de Cildo Meireles, com a exposição “Sal sem Carne” e “Casos de Sacos”, que ocorreu entre 17 e 30 de junho de 1975 (Figueiredo; Espíndola, 2010, p. 42). No trabalho “Sal sem carne”, de 1975, Cildo abordou a temática indígena em uma perspectiva diferente, recorrendo aos efeitos sonoros e sinestésicos, pois, ao fazer uso de um disco de vinil – *long play* (LP) –, onde gravou as tensões entre os não indígenas, neste caso, os colonizadores brancos, com os indígenas.

Além de outras proposições plásticas, abordando a temática indigenista, como no caso do artista Valdir Sarubbi, que ocorreu entre 14 de junho e 15 de julho de 1974, a de Conceição Freitas da Silva, escultora mato-grossense responsável pela confecção dos bugres em madeira, apresentados entre 24

de julho e 12 de agosto de 1974. Já em junho de 1975, realizou-se a participação especial de Rubens Gerchman, adepto do estilo linguístico da *pop-art* norte-americana, e que passou a inserir em sua produção plástica, uma análise sobre a realidade social e o meio urbano (Zanini, 1983). Edival Ramosa, que entre 25 de agosto e 15 de outubro de 1975, esteve na capital de Mato Grosso, e apresentou sua exposição no MACP, tendo o indígena como tema central (Figueiredo; Espíndola, 2010, p. 74 e 75). Todas essas exposições foram realizadas em Cuiabá, no MACP – nas instalações do então Bloco de Tecnologia da UFMT.

Nas grandes metrópoles, como no caso do eixo Rio-São Paulo, trabalhos com a temática do indigenismo, empregando a fotografia e cartões postais estavam em evidência. Menciona-se aqui o desenvolvimento do processo crítico-criativo do artista Glauco Rodrigues, com a série “Pau-Brasil” (Pontual, 1975, p. [10]), a carioca Anna Bella Geiger (Pedrosa; Toledo, 2019), a suíça Claudia Andujar, em conjunto de seu esposo, o fotógrafo George Love retratando os Yanomami (Nogueira, 2019). Nessa esteira de produção figuram também as obras da carioca Lygia Pape, com os Tupinambá e os Kayapó do Xingu (Ortega, 2004). Não olvidando das produções-plásticas do então *design* gráfico Aloísio Magalhães, a serviço do Banco Central e da Casa da Moeda, ao introduzir, em 15 de novembro de 1972, na comemoração do sesquicentenário (cento e cinquenta anos) da Independência do Brasil, uma experiência estética e gráfica inédita, com tipos humanos, a exemplo dos nativos, constituindo a formação da identidade nacional, em um dos símbolos monetários nacionais, como no caso, da cédula de Cr\$ 500 (quinhentos cruzeiros) (Fernandes, 2011, p. 40).

Voltando um pouco na linha do tempo, em maio de 1968, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ), inaugurou a exposição com as obras de Frans Post e Albert Eckhout patrocinadas pelos governos do Brasil e da Holanda (Lima, 1968, p. 2). O prestigiado pintor holandês Eckhout, denotou naturezas-mortas e, principalmente, tipos humanos da costa da capitania de Pernambuco, entre 23 de janeiro de 1637 a 1644, período de domínio colonial holandês no Brasil (Brienen, 2010). Nessa coleção, os indígenas e africanos foram plasmados de modo singular, destoando ao pensamento dominante à época. Não se vê nesse acervo visual de Eckhout, os tipos humanos submetidos em situações degradantes – como, por exemplo, de torturas, de maus tratos e do emprego da mão-de-obra forçada –, como fizeram

de maneira muito natural os pintores católicos e consagrados desse período. Pelo contrário, o holandês – que, por sinal era protestante – inseriu os humanos dos trópicos, com identidade multicultural, no cotidiano, de maneira digna, utilizando, se apropriando e incorporando os trajes e os utensílios que eram símbolos de figuras aristocráticas do universo europeu. Esse exercício plástico visual tinha por objetivo demonstrar à elite política e aristocrática europeia o sucesso da poderosa e bem-sucedida mudança cultural da missão holandesa do Conde Johan Maurits van Nassau-Siegen, na capitania de Pernambuco (Brienen, 2010, p. 85).

Nota-se que essa transformação estilística e formal de Irigaray, aconteceu na efervescência com a temática indígena no meio artístico brasileiro, em um período em que tudo poderia ser apropriado pelos artistas, um aspecto que doravante se tornou característica das práticas artísticas internacionais (Favaretto, 2015). Além disso, estava no auge os conflitos com povos vernaculares no estado de Mato Grosso, e já na vigência da completa implementação da ditadura empresarial-militar, que se estabeleceu quando da promulgação do AI-5, em dezembro de 1968. Por essa razão, conforme avaliação da crítica de arte Aline Figueiredo e do pintor Humberto Espíndola, Irigaray “[...] pode ser considerado como um dos precursores da modernidade nas artes plásticas no Estado [...]” (Figueiredo; Espíndola, 2010, p. 146). Essa ponderação de Espíndola e de Figueiredo, quanto ao exercício investigativo plástico de Irigaray, faz perceber e evocar certo paralelo com as práticas do Movimento Modernista com a exponencial publicação da obra “O Manifesto Antropofago”, de Oswald de Andrade, no ano de 1928, conforme detalhes mais adiante.

Então, tendo em conta esses acontecimentos, se percebe que em 2 de janeiro de 1975, ocorreu a apresentação de Irigaray abordando a temática indigenista, com a obra denominada “Detalhes-Kayapó tomando um cafezinho”, na exposição “Panorama de Artes Plásticas em Mato Grosso” (Secretaria de Educação e Cultura, 1975, p. [31, 35 e 60]). Em 15 de maio de 1975, o jovem artista apresentou na seção “Desenhos e Artes Gráficas” três obras, sendo denominadas de Detalhes do Xingu I, II e III, utilizando a técnica lápis sem papel, no XXIV Salão Nacional de Arte Moderna (Ministério da Educação..., 1975, p. 51), que ocorreu na sobreloja do Palácio da Cultura, atual Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. Por fim, com base no recorte temporal deste artigo, no dia 13 de agosto, às 21:00 horas, na renomada

galeria Guimar (do então “Senhor Bienal”, o prestigiado organizador de bienais em São Paulo – Guimar Morelo), localizada na rua Haddock Lobo, número 856, no Jardim Paulista, São Paulo capital, que Irigaray apresentou suas obras em uma mostra individual. Essa coleção fornece uma contribuição crítica ao universo cultural, portadora de reflexões artísticas e históricas sobre os diversos níveis de realidade da geografia nacional, com destaque ao Brasil Central, em especial aos indígenas do estado de Mato Grosso participando e desfrutando dos benefícios do processo de desenvolvimento do mercado de consumo transnacional.

Paralelo a isso, ressalta-se que os irmãos Villas Bôas e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) eram os responsáveis pelo Parque Indígena do Xingu (PIX) (Machado, 2009, p. 86), considerado a reserva de proteção da vida “selvagem”, segundo o *slogan*, ou melhor, a “vitrine da política indigenista brasileira” (Missionário diz que..., 1973, p. 18). O governo federal, à época dos fatos, buscava de forma obsessiva desconstruir a imagem negativa do Estado brasileiro em escala internacional, segundo a qual se praticava genocídio dos indígenas. Na conjuntura desses acontecimentos a nível global, nacional e regional, o desenhista mato-grossense foi reorientado em sua linguagem pictórica, muda o teor artístico e a elabora com primor e engajamento, consagrando-se nas artes plásticas. O estilo artístico de seus desenhos usado na série “Xingwana”, como dito anteriormente, é o hiper-realista, e que recebeu a seguinte definição, conforme os estudos do semiólogo e filósofo italiano Umberto Eco (1989):

O Hiper-realismo denuncia o fato de que a realidade, como estamos habituados a vê-la, é efeito de uma manipulação mecânica: e, em consequência, torna pública a própria falsidade programática. O Hiper-realismo, o Irrealismo, o Pictoricismo de Estado e o Academicismo da pintura nazista procuram, em vez disso, fazer com que todos acreditem na realidade que representam. A falsidade não é declarada, é exercitada sub-repticiamente. O Hipo-realismo é mentiroso porque quer fazer-nos crer que diz a verdade, enquanto o Hiper-realismo põe logo às claras o fato de que está dizendo mentiras. Esta é a grande diferença entre os dois (Eco, 1989, p. 58).

À luz dessa citação, pode-se dizer que a produção plástica de Irigaray se ancora em dois planos. No primeiro, o artista manipula o discurso político

dominante empreendido pela ditadura brasileira, quando menciona a redoma de “preservação” de vidas autóctones com a criação do Parque Indígena do Xingu (PIX), como território natural dos indígenas. A propaganda governamental trazia todos os elementos de um processo de integração nacional dos nativos na sociedade urbana, embutidos no ambicioso projeto político da reserva de promoção da “proteção” da vida “selvagem”, conforme noticiado nos grandes editoriais da época.

No entanto, o artista tornava visível que a narrativa oficial do governo brasileiro era uma farsa, pois estava aparelhada pela classe dominante branca, com sua hostilidade, desprezo, intolerância e horror aos nativos do Brasil Central, uma vez que os proibia de viverem possibilidades na sociedade nacional como qualquer outro cidadão amplamente amparado em todas as fases da integração. Esses aspectos da realidade brasileira, colonizaram seguramente o imaginário do artista mato-grossense Irigaray, e foram responsáveis pela transformação da temática de sua comunicação visual, ensaiando e antecipando uma nova realidade contra o horror da asfíxiante repressão. A partir de então, o artista revolucionou, engajou e elegeu a práxis social indígena como assunto de sua obra serial, tornando visível, ao público, um mundo de incontáveis possibilidades sobre os nativos.

Juruna no topo da hierarquia social

O desenvolvimento técnico, junto com o engajamento inicial do pensamento-plástico visual de Irigaray, com a temática hiper-realista e indígena, começou nos anos de 1974, 1975 e 1976. De 1976 em diante, o ciclo de produção artística foi interrompido e retornou somente em 1984 (Retros (ex) pec (ta) iva, 1984, p. [17]). A escrita com desenhos e a inserção de ilustração aumentada, com cortes e aproximações de subsídios fotográficos, tiveram início em meados de 1974, resultando na apresentação de 2 de janeiro de 1975, na exposição “Panorama de Artes Plásticas em Mato Grosso” (Secretaria de Educação..., 1975, p. [31-35- 60]). Meses depois, o artista participou do XXIV Salão Nacional de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, e recebeu a seguinte avaliação do crítico mineiro Frederico Morais, ao publicar em sua coluna de Artes Plásticas o seguinte:

Clóvis Irigaray busca uma síntese difícil, mas curiosa e mesmo fascinante: o hiper-realismo aplicado ao levantamento de uma cultura indígena. Nos seus quadros vemos cortes e aproximações fotográficas de índios em atividade cotidiana e prosaica (Morais, 1975, p. 31).

Em agosto de 1975, o editorial da Folha de São Paulo trouxe informações sobre a primeira mostra individual, na capital paulista, do jovem Irigaray, com 26 anos de idade (Exposições, 1975, p. 39). A exposição, denominada genericamente, naquela época, de “Detalhes do Xingu”, foi considerada visionária. Apresentados pela crítica de arte Aline Figueiredo, os desenhos foram exibidos em 13 de agosto, às 21 horas, na renomada galeria Guimar. Meses depois, suas manifestações visuais foram prestigiadas em Cuiabá, pelo MACP, nas instalações do Bloco de Tecnologia da UFMT, conforme noticiou o jornal O Estado de Mato Grosso, em 23 de dezembro de 1975 (UFMT..., 1975, p. 8). As obras que compõem “Detalhes do Xingu” – ou “Xinguana” – ficaram expostas entre 18 de dezembro de 1975 e 31 de janeiro de 1976, fazendo parte da temática “Arte mato-grossense e indigenismo” (Figueiredo; Espíndola, 2010, p. 249). De acordo com o mesmo editorial, “Detalhes do Xingu” estava “[...] dentro da temática escolhida pelo Museu [MACP da UFMT] para este ano, cuja proposta era ‘Resultados Atuais do Elemento Étnico na Cultura Brasileira’. E,

Com o título genérico de “Detalhes do Xingu”, a mostra reúne 18 trabalhos, cuja característica principal é a procura intencional de uma aproximação com a realidade. [...] Irigaray situa o início de sua carreira em 1968, quando, sob influência de Humberto Espíndola, começou a compor um desenho, identificado como realismo fantástico, porque o artista representava répteis fantasmagóricos, à maneira de Grassmann (Índios, tema de..., 1975, p. [10]).

Dentre os dezoito estudos-plásticos, o presente artigo analisa a obra confeccionada por Irigaray no aspecto de uma nativa de Mato Grosso, que está inserida no universo do consumo e desfruta de objetos de luxo da sociedade nacional. O desenho abaixo não tem título (Figura 1), e conforme consta essa fonte documental, toda ela foi impressa em preto e branco. Ge-



Fonte: (Figueiredo, 1979, p. 211).

Figura 1 – Clóvis H. Irigaray, obra sem título, técnica de desenho.
Impressa em preto e branco – 1975

ralmente, suas obras são coloridas. Salienta-se também que não foi possível saber a respeito de sua localização e suas dimensões.

Na iconografia acima, vemos uma mulher indígena, por sinal, nua e descalça, no interior de um carro oriundo do cotidiano urbano. Sentada sozinha e com a cabeça levemente inclinada para baixo. Na extensão de sua nuca há um adorno que prende seus longos cabelos. Já na orelha figura algo pendente que não foi possível identificar. Ela ocupa o espaço do banco do passageiro e com uma de suas mãos está levantando a tampa do cinzeiro, localizado na porta traseira. Já a outra mão, está repousada e com as pontas dos dedos toca o estofado da poltrona. O conjunto desses detalhes chamam a atenção porque não se trata, por assim dizer, de um simples automóvel, mas de um ícone do consumo, um modelo de alto luxo, o primeiro *full size* brasileiro, restrito ao universo da classe média alta das grandes metrópoles. As características internas desse veículo de alta classe remetem, sem sombra de dúvidas, ao programa de investimento, de fabricação e lançamento do moderno *Gálexie* brasileiro, feito pela Ford Motors do Brasil S.A., na década de 1960.

Considerado pela crítica como o mais silencioso entre as marcas famosas e caras do mundo, a exemplo do Rolls-Royce e Mercedes Benz, o Ford Gálgaxie se destacava ao empregar novas tecnologias, possuindo um motor com 164 cavalos, direção hidráulica, ar-condicionado opcional, quatro portas, dispunha de um amplo espaço interno, maior conforto para até oito passageiros e mais um porta-malas superdimensionado. Além disso, o automóvel contava com uma excepcional área de visão, portando cinzeiros, tanto no painel, como na porta traseira. O estofado era todo confeccionado em vinílico, elemento de luxo, conforto e beleza, atrelado aos anos dourados e semelhante ao modelo 66 norte-americano.

De acordo com as campanhas publicitárias da Ford *Gálgaxie* sua fabricação tinha por objetivo “deixar as mulheres bonitas, ainda mais bonitas”, inserir “um novo elemento de beleza na paisagem brasileira”, já que era o “Gálgaxie: um estado de espírito. Um estilo de vida” (Manchete, 1968, p. 51). Isso é importante, uma vez que Irigaray fez uso justamente da imagem feminina para questionar tais afirmações. Esse automóvel de exponencial elegância foi amplamente utilizado como carros oficiais pela União, de alguns ex-presidentes do Brasil, como, por exemplo, a figura de Juscelino Kubitschek, e por executivos de grandes negócios. No início da década de 1970, a linha Gálgaxie ganhou dois novos modelos, o Gálgaxie 500 e o 73.

Galaxie: um estado de espírito.
Um estilo de vida.

Cinco vantagens:
 - Possui um tremorolador Ford e ligeiro amortecedor de Galaxie.
 - Direção e Galaxie, você mesmo.
 - Espantoso todo o acabamento e beleza e direção hidráulica.
 - motor e Chobama, a combinação, a novidade da tecnologia, a combinação das linhas são uma perfeita combinação perfeita.
 - Possui um porta de bagagem

que não tem o Galaxie particular.
 - Motor e Galaxie.
 - Pode obter o valor.
 - Direção e Galaxie, você mesmo.
 - Você só tem a mancha em alta direção.
 - Imagine, quando pensa em uma nova aventura, você pode ir com o Galaxie.
 - Você não tem medo, embora você não tenha medo.

Galaxie possui todo o porte do motor. Não, não é o motor de motor e não tem o motor de motor.
 - Aproveite o por dia!
 - Lembre para não esquecer, a Galaxie é o melhor, que combina com o motor de motor.
 - Você não tem medo, embora você não tenha medo.
 - Você não tem medo, embora você não tenha medo.

Ford

Fonte: ((Revista) Manchete, 2 mar. 1968, p. 74-75).



Fonte: ([Revista] Manchete, 2 mar. 1968, p. 75).

Figuras 2 (p. 200) e **3** – Ford Motors do Brasil S.A.,
Gálxie: um estado de espírito. Um estilo de vida

Ao analisar a imagem, nota-se que Irigaray se apropriou da reprodução mecânica veiculada na revista *Manchete*, relacionada à propaganda do *Gálxie*, para elaboração de sua própria obra. Essa prática do artista faz lembrar a reflexão de Susan Sontag: “Hoje, toda arte aspira à condição da fotografia” (Sontag, 2004, p. 164-165). Nesse registro, o interior do referido veículo tem uma modelo branca, por sinal, usando um elegante vestido também branco, com plumas roxas. Os cabelos estão com um penteado sofisticado. A mulher está sentada no banco traseiro do automóvel, aparentemente apática, com a cabeça inclinada para baixo. Suas mãos estão paramentadas com luvas brancas, sendo que uma delas mexe no sincero da porta traseira e a outra figura sobreposta no banco traseiro. Por fim, a modelo em questão figura devidamente calçada. Apenas um adendo a respeito do registro fotográfico de interiores de veículos: tal prática é uma das particularidades da expressão artística hiper-realista, ao fazer parecer uma fotografia de objetos de consumo, a exemplo do automóvel, uma típica marca da cultura norte-americana (Letze, 2013).

Em sua apropriação artística, Irigaray fez algumas modificações ao deixar, por exemplo, a manivela do carro na posição inversa, assim como colocou no lugar da modelo branca, que era uma dama com roupas de luxo e que, geralmente, se senta no banco de trás do veículo *Gálxie*, uma mulher indígena, do interior de Mato Grosso. Ocorre que para confecção desse as-

sunto, Irigaray fez uso de um original fotográfico, de autoria do fotógrafo, documentarista e cineasta brasileiro, de origem alemã, Wolf Jesco von Puttkamer Filho (1919-1994), e que esteve entre os Juruna na década de 1960. A imagem que se vê abaixo está na obra dos sertanistas Villas Bôas, intitulada “Índios do Xingu”, publicada em 1975. Cumpre lembrar que toda a dedicação de Jesco com seus trabalhos etnográficos junto aos nativos brasileiros está atualmente sob a guarda do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), denominado Centro Cultural Jesco Puttkamer. Com base nessa informação, depreende outro dado digno de nota: nessa foto de Puttkamer, e que serviu de referência para Irigaray, há em verdade a denotação de um menino, conforme vemos abaixo a imagem em conjunto da frase que está na legenda.



Foto: Jesco | Fonte: Villas Bôas; Villas Bôas, 1975, p. 72.

Figura 4 – Perfil de menino Juruna

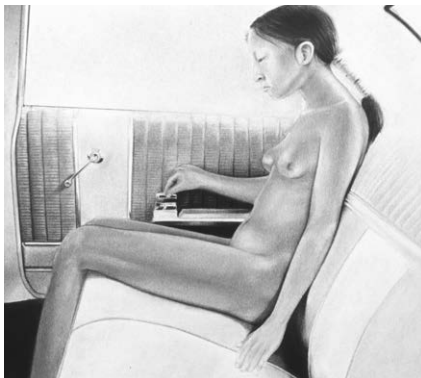
Destarte, Irigaray, de maneira muito intrépida, mesclou em seu documento visual uma informação que não era nada fácil de ser aceita para o período. O tema era tabu e estava relacionado com o respeito à pluralidade e à diversidade humana na convivência social, por conta da infeliz e preconceituosa expressão hermafrodita – macho/fêmea, ou lésbicas, gays e ou bissexuais –, conjugado com as diversas formas de violência que eram submetidos aos grupos heterodivergentes, muito em voga na época, mas condição que o artista não tolerava. Fundiu e deu visibilidade às características do universo masculino e feminino num só corpo, vale dizer, de seres considerados marginais, no sentido de chocar a supremacia do universo burguês, pois a sociedade nacional considerava como uma aberração. Da mesma forma, como a classe dominante tratava os nativos, esse grupo minoritário também era vítima de preconceito e impedidos de estar nos espaços considerados socialmente mais elevados. Atualmente essa comunidade recebe a nomenclatura de intersex.

A junção desses elementos se comprova, porque Irigaray reuniu em sua obra, aspectos que coabitam os dois sexos. Tendo como base o testemunho fotográfico de Jesco de um menino da sociedade Juruna, evidente apenas pela leitura da legenda. Desse modo, Irigaray recorta e emprega essa cabeça com algumas modificações, e a insere no corpo de uma mulher nua, com os seios à mostra, cujo modelo pictórico não foi possível identificar. Assim sendo, a figura feminina, da etnia Juruna, dentro do carro de luxo estava com uma de suas mãos abrindo o cinzeiro, conferindo-lhe o *status* de *glamour* e, supostamente, desfrutando do melhor desse bem industrializado com valor muito elevado.

Mesmo com poucas informações que se possam atribuir à etnia, figuram algumas categorizações, ou melhor, existem três evidências circunstanciais que permitem perceber a identidade indígena nessa obra de Irigaray. Ainda que em preto e branco, e aparentemente, sem qualquer pintura corporal e facial, a comunicação visual de Irigaray apresenta alguns vestígios sobre o comprimento e o enrolado no cabelo longo, que aparecem na extensão da nuca, na cor branca. A partir dessa informação, e comparando-a com as demais fontes, e as imagens abaixo, conectamos os fios da realidade circundante desse período, lançando luz de mais dados objetivos dos Juruna. Primeiramente, com relação ao tamanho dos cabelos desse povo, verifica-se um argumento pertinente à referência do antropólogo Eduardo Galvão ao escl-

recer o seguinte sobre esse tema: “Os Juruna, homens e mulheres, usam o cabelo longo e repartido ao meio. Na frente, junto à raiz do cabelo, destaca-se um pequeno botão feito de um chumaço de sororoca, colorido de vermelho” (Galvão, 1952, p. 474).

Em concordância e comparação com as imagens abaixo indicadas, sendo que a foto colorida de Jesco foi colocada no modo espelho para ajudar a ver os detalhes, figura o segundo distintivo étnico, que é usado por meninos e meninas da sociedade Juruna. Esse enfeite recebe o nome de samana, que é feito de barbante, serve para prender os cabelos em eventos festivos tradicionais, a exemplo da festa da flauta, música cantada e ou na festa de “caxiri”¹⁰⁶. A sua confecção é realizada exclusivamente pelas mulheres e emprega os fios de algodão que envolvem a extensão do cabelo comprido na altura da nuca, tanto na foto de Jesco, como no desenho de Irigaray.



Fonte: (Figueiredo, 1979, p. 211).

Figura 5 – Irigaray, 1975



Fonte: Jesco | Fonte: Villas Bôas; Villas Bôas, 1975, p. 72.

Figura 6 – Menino Juruna.
[Foto espelhada do autor]

106 O caxiri ou caumi é uma bebida [em geral alcoólica] tradicional feita pelas mulheres e, muitas vezes, é misturada com batata-doce e deixada para fermentar. Também pode ser feita de milho e cará. Esta bebida é preparada dentro de uma canoa feita de um único tronco de madeira – landi ou amescla, construída especificamente para este fim. Dentro da canoa é depositada a massa de mandioca para fermentar. Quando pronta, toda a comunidade e visitantes podem consumi-la (Moura, 2022, p. 95).

Em outro registro fotográfico de Jesco – também colocado no modo espelho, que se vê abaixo –, com o mesmo personagem Juruna, temos a revelação de seu nome, Kaëba, conforme revela a atual pesquisa da antropóloga Marlene Castro Ossami de Moura (2022 p. 121). Em sua obra, Moura demonstra o adorno típico da etnia Juruna, que também vemos na produção plástica de Irigaray, principalmente quanto à samana, que envolve e amarra o cabelo comprido do menino Juruna e aparece na parte da nuca.

Figura 7 –
Kaëba Juruna.
[Foto espelhada
do autor].



Foto: Jesco | Fonte: Moura, 2022, p. 121.

Já a terceira peculiaridade cultural original dessa etnia, em concordância e comparação com o registro fotográfico de Jesco, aparece embaçada na obra de Irigaray, se comprova quando da presença de mais dois adornos preferidos dos Juruna também usados na cabeça. Trata-se de algo bem ao meio da cabeça da nativa, conhecida como “atutahá”, que muito se assemelha aos adornos plumários desse povo, conforme a recente pesquisa da linguista Cristina Martins Fargetti, de 2021 (Fargetti, 2021, p. 95). Percebe-se, que há um certo relevo bem na testa da(o) indígena. Esse dado também tem paralelo com o contexto cultural da indumentária Juruna, que recebe o nome de “atxupã”. Ambos os adornos são utilizados para eventos festivos de longa duração que ocorrem na aldeia (Fargetti, 2021, p. 95). Levando em conta esses dados encontrados de tal maneira da obra de Irigaray, como na de Jesco e, de

acordo a contemporânea investigação de Fargetti, 2021, pontua-se o seguinte sobre os adornos do povo Juruna:

Adorno plumário para cabeça, característico do povo juruna, que tem sido observado em uso em outros povos como os kayapó. É constituído por uma fileira de plumas de aves brancas (em geral, de pato doméstico), chamada *atutaha*, afixadas na risca do meio dos cabelos com resina da árvore amescla – *kadika* (*Protium heptaphyllum*). Finalizada com um chumaço de algodão vermelho, arredondado, na testa, no final da risca do cabelo, *atxupã*. No passado, quando os juruna moravam no Pará, no lugar desse chumaço era utilizado o arilo da sororoca ou também chamada banana-brava-da-mata (*Heliconia* sp), que é vermelho e tem a aparência de um chumaço de fios. Na região em que vivem, sua produção pode ser menor, apenas em uma época do ano, por isso teria sido substituída. O adorno é utilizado em ocasiões de festa, e tem longa duração, sendo retirado da cabeça apenas com o uso de óleo de inajá – *uxa* (*Attalea maripa*), uma vez que a resina de fixação não é solúvel em água (Fargetti, 2021, p. 95; grifos no original).

Com relação à ausência de pinturas corporais e faciais na personagem do artista, não foi possível obter dados mais concretos a respeito. Por seu turno, não podemos esquecer que também na fonte primária de Jesco não há pinturas faciais, apenas foi mantido o adorno na testa, as plumas na cabeça e o enfeite de barbante no cabelo comprido. Porém, acredita-se que o nu da mulher é a exposição de corpos em situação de vulnerabilidade, de marginalidade e visto pela sociedade nacional meramente como objeto, mas que agora está na sua melhor versão, ocupando os espaços de *glamour*. O registro visual da nativa foi realizado de modo proposital. Primeiro, ao colocar a Juruna, considerada pela sociedade nacional como “inumana”, “atrasada” e ou “incompleta” (Junqueira, 1991), ocupando o espaço no banco traseiro de um veículo de alto luxo. Nesse sentido, o exercício plástico de Irigaray objetivava chocar o mercantilismo burguês, os circuitos artísticos e a tradição. Não apenas isso, seu agir artístico abordando seres invisíveis, com um “tônus político”, operava no imaginário social, com uma reflexão e de questionamento a respeito da realidade na sociedade industrial (Canongia, 2005). Ao fazer essa inserção plástica da nativa, o artista deu visibilidade, liberdade, protagonismo, dignidade e, precipuamente, autonomia ao colocar uma representante

dessa sociedade ocupando os espaços, consumindo o melhor do consumo e dos atrativos econômicos feitos à classe dominante, bem à maneira antropofágica de Oswald de Andrade (1928), de devorar o melhor do consumo. Ademais, condicionou à Juruna um estilo de vida, uma nova possibilidade de experimentar, de desfrutar das possibilidades de conforto e aparato que a mais alta tecnologia do mercado automobilístico oferecia naquele período para o consumo e que era proibido de viver.

Segundo e último: o programa visual de Irigaray não se centrou somente em explicitar uma mentira e as manipulações mecânicas engendradas pelos grupos dominantes, conforme o emprego do estilo artístico hiper-realista, conjugados com algemas das características do corrente da *pop-art*. O objetivo angular do artista foi muito além do questionamento desses esquemas hegemônicos, visto que propunha de modo duplo apontar o problema e uma possível solução por meio do exercício retilíneo pedagógico-didático, histórico e político-social. Irigaray imprimiu no imaginário coletivo, seja para o(a) leitor(a) letrado(a), seja para o leitor(a) comum, uma nova configuração com diferentes níveis do nativo Mato Grosso, sob os aspectos culturais, econômicos e atrelados ao status jurídico e disputou os espaços considerados dominantes na sociedade industrial.

E “sem medo de errar”, tendo como base a referência de Junqueira (1991), a obra de Irigaray tem, sim, por finalidade questionar e modificar a percepção do real, ao dessacralizar o costume e “desestabilizar o hábito” (Canongia, 2005) da desumanização, da hostilização, do preconceito, do desprezo contra os ameríndios e de outros grupos atrelados à diversidade e à pluralidade sexual. Em síntese, Irigaray na reelaboração de seu desenho, com base nesse registro visual de Jesco e de revistas populares, mescla hábitos e costumes de pessoas da alta sociedade e das que eram consideradas marginais. Com isso, o artista demonstra estar, sem sombra de dúvidas, devidamente comprometido politicamente com essas minorias e, claro, objetivava provocar e afetar a classe dominante tradicional. Portanto, dá vida, visibilidade e preconiza a ideia indigesta de direitos iguais para seres oriundos daquilo que é considerado subcultura marginal, antes invisíveis, apagados e proibidos pela mídia e pela sociedade nacional de viverem e de desfrutarem do prazer – burguês, associado ao luxo e ao consumismo –. Isso faz evocar que o artista conectou e refletiu a respeito de uma súbita transformação que estava ocorrendo nesse período no Ocidente, tanto no meio social, quanto sexual e cul-

tural. Ao considerar os estudos do historiador britânico Hobsbawm (1995) sobre a revolução cultural:

A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. Onde uma atividade era antes proibida, tais gestos contra os velhos costumes eram fáceis. Onde era tolerada, oficial ou não oficialmente, como, por exemplo, relações de lesbianismo, o fato de que era um gesto tinha de ser especialmente estabelecido. Um compromisso público com o até então proibido ou inconveniente (“mostrar a cara”) tornava-se, portanto, importante. Liberação pessoal e liberação social, assim, davam-se as mãos, sendo sexo e drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais e do poder dos vizinhos, da lei e da convenção (Hobsbawm, 1995, p. 323-326).

Nessa direção, o problema visceral da década de 1970 para com os indígenas era o seguinte: estava em curso no país, principalmente no Estado de Mato Grosso, um programa governamental empreendido pela FUNAI e que estava ligado ao Ministério do Interior, com interesses do capital para integração rápida e forçada dos nativos na sociedade nacional, sem o devido respeito e amparo às etapas necessárias para integrá-los. Nesse contexto, a solução proposta pelo artista era colocar a mulher nativa Juruna com um feitiço magnânimo, dotada de direitos, uma vez que, apenas para o universo burguês, estava reservado às prerrogativas de cidadão nacional. Ressalta-se que era justamente esse mesmo grupo branco, detentor do privilégio, que cultivava a hostilidade, a desumanização, ameaçava e matava os ameríndios. A lógica de colocar a indígena no topo da hierarquia, para comprar e desfrutar desse veículo de alto luxo, tem como subsídio visual a própria propaganda da Ford, cujo objetivo era de vender o Gálexie. Toda a denotação desse *glamour* tem como referência o texto abaixo, que consta no registro primário da revista Manchete:

Gálexie: um estado de espírito.
Um estilo de vida.
Crie coragem.

Procure um Revendedor Ford e peça uma demonstração do Gálxie.

Dirija o Gálxie você mesmo.

Experimente tudo: a aceleração, o freio, a direção hidráulica macia e obediente, a estabilidade, a suavidade dos bancos que mais parecem aconchegantes poltronas. Preste atenção um pouco a quanta gente olha o Gálxie passando. **Ligue o rádio. Feche todos os vidros.** Ligue a ventilação interna. **Você só ouve a música em alta fidelidade.** Imagine quantas pessoas amigas, gente agradável, você pode levar no seu Gálxie. Vão até oito pessoas, embora os mais românticos afirmem que o Gálxie parece feito só para dois. Muito bem, você já estará conhecendo o carro brasileiro de nível internacional. Apaixonou-se por êle? **Leve-o para casa.** Pela classe, pela sua elegância, pelo seu conforto, o Gálxie é o automóvel que combina com o estilo de vida das pessoas que no mínimo passam as férias na Europa (Manchete, 1968, p. 75; sem grifos no original).

Observa-se que a modelo na reprodução publicitária está vestida para um evento relevante e ao mesmo tempo consta com uma aparência “apática”. Já a ameríndia de Irigaray demonstra uma expressão metaforicamente “séria”. A esse respeito indaga-se por qual motivo essa fisionomia “sisuda” e qual seria o destino da nativa nesse carro? A expressão “séria” é, a princípio, por conta do próprio registro primário de Jesco (1975), em que o nativo Juru-na posou de perfil para o fotógrafo. Uma segunda interpretação versa sobre o tratamento desrespeitoso dado pela sociedade nacional para com os indígenas e aos demais grupos minoritários que não permitiria ficar nada feliz. Já no que concerne ao seu itinerário, com o uso do veículo de luxo, era para levá-la para casa, conforme reza a propaganda da Ford. O carro funcionava com um atrativo que lhe oferecia em razão da dependência com os produtos e demais bens industrializados. O seu destino, claro, era participar de rituais festivos, a exemplo da festa da flauta, da música cantada, da festa de caxiri e dentre outras que ocorrem na aldeia, local esse, pela qual era a sua casa. O contraste entre a indígena e o interior do carro, tem por objetivo dar visibilidade à cultura e a humanidade de uma sobrevivente, ou melhor, de uma remanescente, com o seu novo bem industrializado, no caso, o veículo, desfrutando do conforto, com os vidros fechados, figurando metaforicamente “concentrada” e “séria” ao escutar a música de “alta fidelidade”, conforme reza a propaganda da Ford, de preferência, claro, de seu grupo.

Além disso, Irigaray inseriu a ameríndia como sujeito histórico e cultural, uma vez que eram qualificados pela historiografia como “agrafos”, “primitivos” e “a-históricos”, pois, apenas pessoas notáveis apareciam nas pesquisas históricas. Outro dado digno de nota foi que o registro fotográfico primário nas mãos de Irigaray ganhou *status* de documento histórico, ou seja, como mais outro meio para obtenção de conhecimento científico (Kossoy, 2012), estando em perfeita conexão com a ideia veiculada na Revista *Novidade Fotográfica*, edição número 66, que considerava a fotografia como portadora de conhecimento e como uma ciência (Quer Dizer?, 1974). E claro, não olvidando que o estilo pictural Hiper-realista tem como ponto de partida para sua criação a fotografia (Chase, 1973). Para os nativos conseguirem alçar o pleno desenvolvimento na comunidade nacional, esses grupos minoritários deveriam ser amparados em todas as suas fases pelas instituições governamentais, junto às narrativas publicitárias e provincianas, que negavam e obstavam a qualquer custo esses espaços aos indígenas, pois eram qualificados pela sociedade como seres “inumanos”.

Ou seja, Irigaray, rompeu e inverteu o consenso prevalecente do universo moral, social, artístico, cultural, político, jurídico e as relações econômicas, o que prestigiou a condição da indígena de Mato Grosso, antes qualificada pela sociedade dominante nesse período como “caipira”, marginalizada, interiorana, “hostil” e “arredia” (Ribeiro, 1970), um fim útil. Não apenas isso, condicionou um novo ato de existência, de estilo de vida e de experiência, digna e humana, por sinal, algo vinculado às prerrogativas legais que já estavam em vigência no cenário internacional e nacional sobre os direitos humanos, especialmente sobre os das mulheres, conforme os novos ditames proclamados pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Primeira Conferência Mundial da Mulher, ao declarar 1975 como Ano Internacional da Mulher.

Devidamente conectado com esse fato histórico de alcance planetário, que aconteceu na Cidade do México, entre 19 de junho a 2 de julho de 1975, se relaciona ao Primeiro Congresso Internacional da Mulher, evento organizado e patrocinado pela ONU, instituindo 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Dentre os seus objetivos, se destaca no Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, publicado em 1976, no artigo vinte e cinco (25), a de preceituar a consagração da igualdade entre homens e mulheres e a eliminação da discriminação contra as mulheres (ONU, 1976).

Então, o artista atravessado por esses elementos circunstanciais dos direitos das mulheres, percebeu que faltava uma outra conexão que não contemplava as prerrogativas das indígenas.

Irigaray não colocou a Juruna como qualquer outra cidadã nacional, visto que à classe trabalhadora, por exemplo, pesava condições de vida insatisfatória à dignidade humana por conta da política oficial de “precariedade habitacional”, educacional, de “insuficiência alimentar” e da “pobreza estrutural” (Cardoso de Mello; Novais, 1998, p. 625). Nesse cenário de miséria havia também outros agravantes relacionados com a discriminação racial, determinada também pelo mercado de trabalho, que exigia nos anúncios de empregos, a preferência por trabalhadores de “cor clara” e com “boa aparência” (Azevedo, 1975, p. 9).

Em suma, até as atividades menos prestigiadas não permitiam o ingresso do nativo, preferindo o branco. A alternativa mais plausível e segura para garantir aos indígenas as prerrogativas de vivenciar “possibilidades imensuráveis de viver” (Governo do Estado de São Paulo..., 1976, p. [16]), ou seja, de conquista de direitos e de serem respeitados como seres humanos na sociedade dominante, segundo Irigaray, seria os nativos ocupando e apossando do topo dessa hierarquia social. O comando plástico-visual do desenho de Irigaray operava a seguinte ideia de interferência direta no cenário político: condicionar no imaginário social a ocupação do lugar dos representantes da alta classe dominante que até então usufruíam e usufruem exclusivamente de todos os privilégios em detrimento das demais camadas sociais.

Nesse sentido, Irigaray intervém com seu ato artístico de maneira a ordenar e a organizar soluções para o problema, como se fosse a última esperança para garantir aos povos originários, em especial à figura feminina Juruna, o destaque em sua melhor versão como indígena. Para tanto, o artista descentraliza para além do Planalto Central a cultura e a identidade do Mato Grosso nativo para acessar, usar e desfrutar dos bens de consumo e serviços produzidos pela indústria nacional e internacional. Por esse motivo, criou e antecipou, por meio da linguagem contestatória política-plástico-visual, a introdução, a determinação, o condicionamento e a interferência de múltiplas experiências e possibilidades de um novo universo humano, digno aos indígenas. Tais práticas artísticas de Irigaray estavam costuradas bem à maneira do estilo de vida e estado de espírito anteriormente restritos ao universo burguês, ao modo do que se vê na propaganda da Ford, ou seja, partici-

pando e gozando de todos os processos do desenvolvimento nacional, industrial e de consumo.

A proposição analítica de Irigaray – da qual só foi possível ter acesso por meio do exemplar impresso - tem também como referencial cinco fatos circunstanciais no campo histórico e artístico-cultural internacional e nacional. Primeiramente vincula-se ao legado do evento-símbolo da Semana de Arte Moderna, de 1922, atrelado ao escritor literário e dramaturgo Oswald de Andrade (1890-1954). Nesse desdobramento, figura o segundo fato circunstancial relacionado à obra intitulada “O Manifesto Antropófago”, quando do Movimento Antropófago, que foi publicado na Revista de Antropofagia, em 1928. Na obra em questão, pregava-se a obrigação de devorar a cultura europeia, de modo a apropriar-se dela e absorver o que for de melhor, evocando as características do indígena antropófago ao pontuar o seguinte: “Nunca fomos catequizados. Fizemos foi Carnaval. **O [í]ndio vestido de senador do Imp[é]rio**” (Andrade, 1928, p. 3; sem grifos no original; correção do autor). Desse modo, se vê que artista se apropriou e mesclou essa prática antropofágica em seus trabalhos artísticos, ao colocar os nativos ocupando os espaços da classe dominante com sua identidade multicultural.

Já o terceiro elemento circunstancial de apropriação na obra de Irigaray, com relação a criação de uma linguagem identitária própria de Mato Grosso, com uma face-regional consumindo o consumo, tem também como aporte as proposições mestras do exponencial artista brasileiro, de formação anarquista e da “Anti-arte” - ambiental, o carioca e legendário passista da escola de samba Mangueira – Hélio Oiticica (1937-1980). Conforme reflexão de Oiticica, referente ao contexto brasileiro, temos a seguinte citação: “o consumo é um dos elementos da produção cultural; por isso, para enfrentar a “convi-conivência” brasileira não se poderia dele fugir: mais certo, para ele, é “consumir o consumo” (Favaretto, 2015, p. 150). Outra importante contribuição no universo artístico de Oiticica ocorreu, por exemplo, entre 5 e 10 de fevereiro de 1970, quando reivindicava de forma contundente, por meio do texto intitulado “Brasil Diarreia”, a proposição criativa de uma “linguagem-Brasil”, uma “face-brasil”, de uma “cultura-exportação”, como contraponto à linearidade estética, fenômeno universal (Oiticica, 1970).

Um quarto argumento a ser evidenciado, é que a proposição plástica de Irigaray estava em consonância com as transformações que ocorriam em escala internacional, e que se desdobraram na esfera nacional e regional re-

lacionadas com as irruptivas e fluorescentes reivindicações de minorias étnicas por meio dos congressos indígenas. Dois fatos a serem explicitados aconteceram a partir da década de 1970, no Canadá, e que se tornaram referências para outros países latino-americanos, como o Brasil. Os povos originários desse país passaram a reivindicar, por meio de medidas de políticas públicas, a exemplo da “*Comprehensive Land Claims Agreements Policy* (Política de Acordos Territoriais Compreensivos)” o direito aos seus territórios ancestrais, ampliando ainda mais as prerrogativas legais e a conquista de sua autonomia (Soares, 2020). Outro elemento importante foi a criação, em 6 de setembro de 1975, do Conselho Mundial dos Povos Indígenas, em Port Alberni, no Canadá (jFechas..., 1997, p. [35]) apregoando em escala planetária, o respeito sagrado à vida, à cultura e a demarcação das terras dos ameríndios.

Esses acontecimentos tiveram ressonância na conjuntura regional, pois em Mato Grosso, os indígenas que estavam amparados por grupos de missionários religiosos, a exemplo do bispo Pedro Casaldáliga (1971), da fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (Boletim do Cimi, 1972), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de setores do campo científico, mormente os antropólogos, passaram a invocar a prerrogativa da autonomia cultural, linguística e a autodeterminação dos povos originários no Estado-Nação. Nessa direção, era preciso garantir o direito de qualquer cidadão na sociedade nacional, de humanizar, dar visibilidade, autonomia, dar liberdade, tratar com dignidade os nativos, como qualquer outro cidadão, e, principalmente, a mulher indígena como ser humano e sujeito histórico e cultural. Como resultado dessas estratégias, vemos que, a partir de 10 de novembro de 1974, surgiu O Primeiro Congresso de Indígenas da região, cujo propósito foi fortalecer, unir, exercitar o direito de autonomia dos nativos e apresentar suas reivindicações sociais em uma perspectiva nacional (Índios brasileiros..., 1974).

Cabe dizer que é exatamente nessa campanha publicitária da fabricante de carros norte-americana no Brasil, assim veiculada pela mídia, que determina no imaginário coletivo, o que ver ou não, e eis aí que o problema se materializa. É nessa imagem da Ford que se constata o questionamento do artista, a respeito da realidade e que foi denotada de outra forma em sua redação artística. O real na conjuntura brasileira estava eivado com o sintoma da invisibilidade, da hostilização e do desprezo aos nativos que eram repro-

duzidos naturalmente no imaginário social, conforme propaganda da Ford. O estilo de vida de valor no meio social era o europeu. Mas e o estilo regional dos nativos? Era, claro, desprezado. Ora, a tão desejada integração nacional era, na verdade, uma aberração, pois os indígenas, na perspectiva do apetite do capital, eram úteis apenas para constituírem a formação e a manutenção da mão de obra barata para os grupos dominantes, de acordo com o manto do “desenvolvimentismo” e da “integração nacional” determinada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) (Ribeiro, 1970). Secularmente considerados como seres “comuns”, “feras”, “arredios”, marginalizados, “incompletos”, “atrasados”, “inumanos”, “não notáveis” (Junqueira, 1991) e etc.; logo, foram e continuam a ser excluídos da partilha dos bens industriais, sendo silenciados, apagados como agentes humanos de transformação no cotidiano social e como constituintes do processo de formação da identidade nacional.

A esse respeito, os dados históricos e antropológicos aqui apresentados, revelam que a realidade da sociedade Juruna estava vilipendiada, cercada de horror, fato brutalmente avesso ao que se vê na propaganda original da Ford, com relação ao estilo de vida e ao tratamento dado à mulher branca pertencente à classe alta. Consolidava-se ao grupo étnico Juruna, um lastro sistemático da desumanização a partir da imposição da violência, do sofrimento, das doenças, da dor e da morte que eram impostos pela ideologia burguesa e com suporte do aparato estatal. Um caso análogo, foi o declínio populacional dos Juruna para o número de 58 almas, por conta da violência e doenças infecciosas, conforme apontou Galvão (1952, p. 471) e (Oliveira; Galvão, 1969, p. 14). Além disso, cumpre lembrar, do fechamento do SPI, por conta dos casos de corrupção e dos crimes de genocídios de nações indígenas como, por exemplo, a dos Cinta Larga, em Mato Grosso, no notório fato do “Massacre do Paralelo 11”, que ocorreu em julho de 1963 (Machado, 2009).

Vale lembrar, que a narrativa visual de Irigaray tem, a princípio, paralelo com a política indigenista, defendida pelo antropólogo Darcy Ribeiro (1962), ao apregoar sua autonomia cultural, linguística e humanização como qualquer outro(a) indivíduo na comunidade nacional, conforme as reflexões filosóficas de Augusto Comte, com o evolucionismo humanista (Ribeiro, 1962, p. 17). Além disso, estava em conexão com um dos regimentos do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ao determinar todo o esforço necessário para garantir aos grupos indígenas, “[...] o mais alto nível de vida [...]” (Ribeiro, 1970, p. 140) medidas essas contrárias à mecânica da política

indigenista oficial. O SPI foi extinto por conta dos casos de corrupção e de genocídios dos nativos. Então, o artista criou, condicionou e inseriu o nativo na melhor versão do pensamento moderno, mas no preciso lugar do universo burguês. Deste modo, o ato artístico de Irigaray tem como referência a reflexão do proeminente crítico de arte, o mineiro Frederico Morais, que pontuou o seguinte: “Entre expressar a crise ou a construção, prefere o segundo caminho; pois considera mais útil revelar o homem nas suas melhores possibilidades do que mostrá-lo fragmentado e caótico” (Morais, 1979, p. 87). Nesse sentido, era urgente e necessário criar, antecipar, responder e plasmar no imaginário social e na geografia nacional, uma solução, uma transformação, um programa visual totalmente novo. Então, Irigaray registra sua comunicação visual, bem à maneira antropofágica, de modo prático e útil para combater essa política brasileira perversa e absurda da exclusão e do preconceito, com seus padrões provincianos, que eram veiculados nos meios publicitários, nas cartilhas oficiais e que condicionava o modo de olhar sobre objetos e pessoas.

A pretensão de Irigaray, como um agente de transformação social, impactou diretamente a situação dos indígenas regionais, ao usar o estilo pictural hiper-realista a brasileira, e os aspectos da *pop-art*, para confeccionar um projeto imagético apresentando diferentes níveis de realidade, de modo mais amplo, portador de uma percepção nova para humanizar, dar protagonismo, autonomia, liberdade, visibilidade e independência aos nativos, principalmente à figura feminina, na sociedade dominante. Irigaray o fez com seus desenhos artísticos de forma fecunda, clara e direta. Sua proposição artística ganhou um *status* político ao denotar e impor uma ideia frente ao pensamento dominante de hostilização e de desprezo contra os nativos. Plasmou a melhor versão dos ameríndios com identidade multicultural, na partilha dos bens industriais, no processo de expansão da sociedade nacional, ocupando e tendo visibilidade no topo da pirâmide social, local onde sua humanidade seria respeitada e valorizada.

Considerações finais

O gênero artístico de Irigaray sacralizou a construção de um novo código visual no meio social para a preservação de uma nova memória regional e de leitura universal com o seguinte teor: a alma, a linguagem, a face e os signos próprios do Mato Grosso nativo, tendo em conta os ensinamentos de Oiticica (1970), que formam e integram a nação brasileira, com a tradição e a originalidade dos povos vernaculares. Do mesmo modo, foi o responsável por descentralizar para além das fronteiras regionais do Planalto Central, as produções plásticas locais sobre o indigenismo e combater as narrativas provincianas de hostilização contra os indígenas e de outros grupos considerados marginais, que os avaliavam como “não notáveis”, tal como, silenciados e apagados na historiografia. Congelou no tempo e no espaço, a indigesta informação do indígena como sujeito histórico e cultural, denotando-a de maneira autônoma, humana, com direitos e em sua melhor versão, com rica diversidade cultural, no estilo restrito à classe dominante, que desfrutava dos privilégios.

Assim sendo, por meio desse pensamento estético-visual, o então jovem Irigaray traz uma narrativa histórica transformadora, ao dar visibilidade e autonomia aos nativos na sociedade nacional, um ato e um compromisso político que afetava e confrontava as pessoas, a linguagem dos meios de comunicação de massa e o instrumento coercitivo hegemônico norte-atlântico que negava esses espaços e os hostilizavam. O novo código visual de Irigaray, inverte a lógica do pensamento convencional na sociedade ao projetar e inserir os ameríndios dos trópicos no alto da hierarquia social, por meio do exercício retilíneo pictural.

Referências

- ADALBERT, Príncipe da Prússia 1811-1873. *Brasil: Amazônia-Xingu / Príncipe Adalberto da Prússia*. Tradução de Eduardo de Lima e Castro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- AGOSTINI, Angelo. *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, 20 de março de 1886, ano 11. Edição nº. 429, primeira página.
- ANDRADE, Oswald de. *O Manifesto Antropofago*. Revista de Antropofagia. São Paulo, maio de 1928. Ano 1, nº. 1.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Walter Gropius e a Bauhaus*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 61-64.
- AZEVEDO, Thales de. *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente*. Tradução de Maria Cecília Preto da Rocha Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. Tradução de Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BERTOLOTO, José Serafim. *Clóvis Irigaray: arte, memória, corpo*. Cuiabá: Ed. do Autor, 2001.
- BOLETIM DO CIMI. *Conselho Indigenista Missionário*. Campo Grande, 1 de setembro de 1972, número 01.
- BOMFIM, Márcia. *As Engrenagens da Cidade*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº. 3.107*, de 6 de maio de 1953. Dispõe sobre a criação do Parque Indígena do Xingu e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fKOPU>. Acesso em: 8 set. 2020.
- BRASIL. *Decreto Lei nº. 6.001*, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cEMWX>. Acesso em: 8 set. 2020.
- BRASIL. *Decreto nº. 50.455*, de 14 de abril de 1961. Cria o Parque Nacional de Xingu. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aquIS>. Acesso em: 8 set. 2020.
- BRASIL. *Decreto nº. 51.084*, de 31 de junho de 1961. Regulamenta o Decreto nº.: 50.455, de 14 de abril de 1961, que criou o Parque Nacional do Xingu, e dá outras providências. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cdAIM>. Acesso em: 8 set. 2020.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº. 1.106*, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: [https://encurtador.com.br/awy\]6](https://encurtador.com.br/awy]6). Acesso em: 8 set. 2020.
- BRASIL. *Emenda Constitucional nº. 1*, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <https://encurtador.com.br/SWX03>. Acesso em: 8 set. 2020.

BRIENEN, Rebecca Parker. *Albert Eckhout: visões do paraíso selvagem: obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2010.

BUCKER, Hélio Jorge; BUCKER, Ivete Bastos. *Nas Pegadas de Rondon*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

CALIRMAN, Claudia. *Arte brasileira na ditadura militar*: Antonio Manuel, Artur Barrio e Cildo Meireles. Rio de Janeiro: Reptil, 2013.

CANONGIA, Ligia. *O legado dos anos 60 e 70*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel; NOVAIS, Fernando Antônio. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) *História da vida privada no Brasil*; 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Capítulo 9, p. 559-658.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Carta Pastoral. São Félix do Araguaia, 10 de outubro de 1971, p. [01-30].

CHASE, Linda. *Les Hyperrealistes américains*. Paris: Éditions Filipacchi, 1973, p. 1-75.

COELHO, Frederico. *Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: cultura marginal no Brasil das décadas de 1960 e 1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DREIFUSS, René Armand. *1964 A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

ECO, Umberto. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Tradução de Sugli Specchi e Altri Saggi. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

ESTADO DE MATO GROSSO, PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA. *Decreto n.º 04/73*, de 20 mar. de 1973. Dispõe sobre a nomeação de Clóvis Hugueney Irigaray para exercer o cargo de subsecretário Municipal. Alto Araguaia, 20 de março de 1973.

ETNOGRAFIA TRAZ PINTOR AO RECIFE. [Jornal] *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 de julho de 1973. Edição n.º 196. Primeiro Caderno, p. 2.

EXPOSIÇÕES. [Jornal] *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de agosto de 1975. Edição n.º 16.957, p. 39.

FARGETTI, Cristina Martins. *Terminologia da Cultura Material Juruna*. Araraquara: Letraria, 2021.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FAVARETTO, Celso. *A invenção de Hélio Oiticica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

;;FECHAS IMPORTANTES PARA RECORDAR!! [Periódico] *Abia Yala*. Ano 2. n.º 3. Costa Rica, 1997, p. [35]. Disponível

em: <https://encurtador.com.br/IJQR1>. Acesso em: 19 de mar. de 2023.

FÉLIX, Moacyr *et al.* *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERNANDES, Amaury. Espetáculos de civilidade: modernidade e pós-modernidade no papel-moeda brasileiro. [Revista] *Arte & Ensaios*, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais/ Escola de Belas Artes, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 23, n. 23, p. 38-49, nov. de 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jj349>. Acesso em: 12 dez. de 2022.

FERREIRA DIOGO, Túlio Cesar de Arruda. Desprezo e humanização de sociedades indígenas em Mato Grosso: Clóvis Huguenev Irigaray e a arte hiper-realista – 1975. *Anais do Sétimo Encontro de Iniciação Científica e Pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo*. São Paulo: Instituto Federal de São Paulo, 2022, p. [589-593].

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FIGUEIREDO, Aline (Org.). *MACP/UFMT: 40 anos. Percurso [Magia Propiciatória]*. Cuiabá: UFMT/Fundação Uniselva/Entrelinhas, 2014.

FIGUEIREDO, Aline; ESPÍNDOLA, Humberto. *MACP: [animação cultural e inventário do acervo do Museu de Arte e Cultura Popular da UFMT]*. Cuiabá: Entrelinhas, 2010.

FIGUEIREDO, Aline. *Artes Plásticas no Centro – Oeste*. Cuiabá: Edições UFMT/MACP, 1979.

FIGUEIREDO, Aline *et al.* *As artes visuais na Amazônia: reflexões sobre uma visualidade regional*. In: *A experiência do Centro-Oeste: arte e identidade cultural*. Rio de Janeiro: Funarte, 1985, p. 123-136.

FORD. Gálexie: um estado de espírito. Um estilo de vida. [Revista] *Manchete*, Rio de Janeiro, 2 de março de 1968. Edição nº. 828, p. 74-75.

FREITAS, Artur. *Arte de Guerrilha: Vanguarda e Conceitualismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO. *Pré-Bienal de São Paulo. Setembro. Outubro. 1970*. Secretaria da Educação e Cultura de São Paulo: São Paulo, 1970. Disponível em: <https://encurtador.com.br/osxy8>. Acesso em: 30 mar. de 2024. p. 21-36.

FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO. *Bienal Nacional - 74*. Novembro a dezembro. Secretaria da Educação e Cultura de São Paulo: São Paulo, 1974. Disponível em: <https://encurtador.com.br/sDPW7>. Acesso em: 18 mar. de 2024. p. 62.

GALVÃO, Eduardo. Breve notícias sobre os índios Juruna. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série, volume VI, São Paulo: 1952, p. 469-480.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Realismo*. Paços das Artes, março-abril de 1976. São Paulo.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhias das Letras, 1995.

ÍNDIOS brasileiros reúnem-se para o Congresso Parque Nacional do Xingu. [Jornal] *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de novembro de 1974. Edição n.º 304, Primeiro Caderno, p. 5.

ÍNDIOS, TEMA DE CLÓVIS DE IRIGARAY. [Jornal] *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 20 de agosto de 1975. Edição n.º 7152, p. [10].

JUNQUEIRA, Carmen. *Antropologia indígena: uma introdução histórica dos povos indígenas no Brasil*. São Paulo: Educ, 1991.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LETZE, Otto (Org.). *Photorealism: 50 years of hyperrealistic painting*. USA: Hatje Gantz, 2013.

LIMA, Nestor dos Santos. Post e Eckhout de volta ao Brasil 300 anos depois. [Jornal] *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 de abril de 1968. Edição n.º 93. Primeiro Caderno, p. 2.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. *Museu Rondon: antropologia e indigenismo na Universidade da Selva*. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

MATO GROSSO. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. MUNICÍPIO DE ALTO ARAGUAIA ENSINO MÉDIO SÍMBOLO PSI. Mato Grosso: Iomat, 16 de julho de 1973, p. 1-2.

MCCARTHY, David. *Arte pop*. Tradução de Otacílio Nunes. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *XXVIII Salão Nacional de Arte Moderna*. Catálogo. Comissão Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1969, p. 56. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mntBH>. Acesso em: 9 set. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *XXIV Salão Nacional de Arte Moderna*. Catálogo. Comissão Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1975, p. 51. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ehjzB>. Acesso em: 9 jan. 2023.

MISSIONÁRIO DIZ QUE PARQUE DO XINGU FOI TODO LOTEADO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1973. Edição n.º 172. Primeiro Caderno, p. 18.

MORAIS, Frederico. *Artes Plásticas na América Latina: do transe ao transitório*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MORAIS, Frederico. Perspectiva de Cuiabá - 2. [Jornal] *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1975, p. 37.

MORAIS, Frederico. *Brasil/Cuiabá: pintura cabocla*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 1981.

MOURA, Marlene Castro Ossami de (Org.). *Memórias indígenas: legado histórico-cultural dos povos Wauja e Yudja*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2022. [E-Book].

- NIMUENDAJÚ, Curt. Tribes of the lower and middle Xingu river. In: *Smithsonian Institution. Handbook of South American Indians*. v. III, bol. 143. Washington, 1948, p. 203-343.
- NOGUEIRA, Thiago (Org.). *Claudia Andujar: a luta Yanomami*. São Paulo: IMS, 2019.
- OITICICA, Hélio. *Brasil Diarréia*. Rio de Janeiro, 05-10 de fevereiro de 1970.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de; GALVÃO, Eduardo. A cerâmica dos índios Juruna (rio Xingu). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Conselho Nacional de Pesquisa. Antropologia, nº. 41, ago. de 1969, p. 01-25.
- ORTEGA, Sheila Christina. *Lygia Pape: indigenismo e engajamento*. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), São Paulo, 2004.
- PEDROSA, Adriano; TOLEDO, Tomás (Orgs.). *Anna Bella Geiger: Brasil Nativo/ Brasil alienígena*. São Paulo: Masp, Edições SESC, 2019.
- PONTUAL, Roberto. *Arte/Brasil/Hoje: 50 anos depois*. São Paulo: Collectio, 1973.
- PONTUAL, Roberto. Glauco Rodrigues: onde estamos, estava o índio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1975. Edição nº. 71, Caderno B, Artes Plásticas, p. [10].
- PONTUAL, Roberto. Arte Agora I: artistas convidados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1976. Edição nº. 0285. Caderno B. Artes Plásticas, p. 2.
- PÓVOAS, Lenine Campos; FIGUEIREDO, Aline. *Clóvis Irigaray*. Convite. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1976.
- QUER DIZER? [Revista] *Novidades Fotográfica*. São Paulo, 1974. Edição nº. 66, p. 40.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- REALISMO FOTOGRÁFICO DE CLÓVIS IRIGARAY. [Jornal] *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 de agosto de 1975. Edição nº. 16.966. Folha Ilustrada. Artes Visuais, p. 58.
- RETROS (ex) pec (ta) tiva. *Jornal do Dia*, Cuiabá, 3 de maio de 1984. Edição nº. 1181. 3º Caderno, p. [17].
- RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura de Informação Agrícola, 1962.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1970.
- RIBEIRO, Tony. “Estamos marginalizados e sem liberdade de expressão”. *Mídia News*, 2014 (online). Disponível em: <https://bit.ly/3MXevmW>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- SIGNIFICATIVA HOMENAGEM PRESTRADA AO JORNALISTA ASSIS CHATEAUBRIAND NA PASSAGEM DA DATA COMEMORTIVA AO SEU ANIVERSÁRIO DE NASCIMENTO... Edição Nacional [Jornal] *Diário da Noite*, São Paulo, 7 de outubro de 1968. Edição nº. 13.228, p. 24.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Panorama das Artes Plásticas em Mato Grosso*. Cuiabá: Edições UFMT, 1975.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOARES, Leonardo Barros. A ausência eloquente: ciência política brasileira, povos indígenas e o debate acadêmico canadense contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.º. 33. e221084, 2020, p. 1-39. Disponível em: <https://encurtador.com.br/rDTY8>. Acesso em: 21 abr. 2023.

STEINEN, Karl von Den. *O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu*. Tradução de Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

UFMT; MUSEU DE ARTE E DE CULTURA POPULAR (MACP). *Exposição de Clóvis Irigaray*. Cuiabá: UFMT/MACP, 1975.

UFMT: Inaugurada Exposição de Irigaray. [Jornal] *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 23 de dezembro de 1975. Edição n.º. 7.252, p. [8].

UNITED NATIONS. *Report of the World Conference of the International Women's Year*. United Nations (ONU) México, 1975. Nova York, 1976.

VARGAS, Rodrigo. *O propósito de Aline*. Cuiabá: Entrelinhas, 2021.

VIDAL, Boelitz Lux. *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: os Kayapó-Xikrin do Rio Cateté*. São Paulo: Editora Hucitec, 1977.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. *Índios do Xingu*. São Paulo: Gráficos Brunner Ltda., 1975.

WILSON, Simon. *A arte pop com 62 ilustrações a côr*. Tradução de Maria Luiza Ferguson Marques. Barcelona: Editorial Labor, S.A., 1975.

ZANINI, Walter (Org.). *História Geral da Arte no Brasil*. Vols. I e II. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.

Agradecimento

Agradeço à Capes pelo auxílio financeiro com a bolsa de pesquisa. Expresso também, um agradecimento especial pelo estímulo intelectual de Gilberto Vieira, Daniel Juruna, ao Mestre Karin Juruna, Yabaiwa Juruna e Paloma Juruna, que muito me auxiliaram nesta pesquisa. À minha família e amigos(as) pelo apoio, especialmente a Rafael C. da Silva.

9. Toponímias de Cuiabá: os logradouros do centro histórico

*Marcelo Eduardo Pereira*¹⁰⁷

*Sônia Regina Romancini*¹⁰⁸

RESUMO: Em Cuiabá-MT, muitos acontecimentos do cotidiano davam e até hoje dão nomes a muitos logradouros. Atualmente, para escolher o nome de uma rua é necessário seguir os padrões do regimento interno da Câmara Municipal, a partir de estudos para regulamentar as identificações, que na maioria das vezes homenageia alguém que teve grandes feitos por alguma comunidade. Este trabalho tem como objetivo analisar as toponímias da área que compreende as avenidas Mato Grosso, Tenente Coronel Duarte, Getúlio Vargas, rua Barão de Melgaço e os logradouros que estão presentes dentro desta área, fornecendo informações para uma melhor compreensão da formação dos mesmos. Conclui-se que estudar os nomes dos logradouros da área delimitada contribui para um melhor entendimento sobre os mesmos e sobre a cidade de Cuiabá. Observa-se que as ruas, praças e avenidas que foram objetos de estudo deste trabalho possuem nomes de datas importantes, localidades e de pessoas que ajudaram a construir a história de Mato Grosso e do Brasil.

Palavras-chave: Cuiabá-MT; Logradouros; Origem; Toponímia.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

TOPONYMS OF CUIABÁ: THE PUBLIC PLACES OF THE HISTORICAL CENTER

ABSTRACT: In Cuiabá-MT, many everyday events gave and still give names to many public places. Currently, to choose the name of a street it is necessary to follow the standards of the City Council's internal regulations, based on studies to regulate identifications, which in most cases honor someone who has had great achievements for a community. This work aims to analyze the toponymies of the area that comprises the avenues Mato Grosso, Tenente Coronel Duarte, Getúlio Vargas, Rua Barão de Melgaço and the public places that are present within this area, providing information for a better understanding of their formation. It is concluded that studying the names of public places in the delimited area contributes to a better under-

107 Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso.

108 Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Geografia pela UNESP. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

standing of them and the city of Cuiabá. It is observed that the streets, squares and avenues that were the objects of study in this work are named after important dates, locations and people who helped build the history of Mato Grosso and Brazil.

Keywords: Cuiabá-MT; Public places; Origin; Toponymy.

Introdução

O objetivo deste estudo é o de proporcionar maior conhecimento e entendimento da história por meio da nomenclatura da área que compreende as avenidas Getúlio Vargas, Mato Grosso, Tenente Coronel Duarte, rua Barão de Melgaço e todos os logradouros presentes dentro desta área. A delimitação realizada tem por base o centro histórico de Cuiabá, bem como logradouros do entorno.

A metodologia deste trabalho foi qualitativa, que utiliza narrativas, ideias e explica o porquê das coisas, preocupando-se com aspectos da realidade, compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Neste tipo de metodologia, os dados são obtidos em forma de palavras, idéias e concepções do indivíduo e os resultados são sempre em forma de texto. “A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2001, p. 21-22).

A metodologia qualitativa possui caráter exploratório, proporcionando maior reflexão para análise dos resultados e entendimento mais detalhado das informações obtidas durante a pesquisa.

Estudar as toponímias da referida área de pesquisa é importante porque compreende logradouros que fazem parte do processo histórico da formação territorial de Cuiabá. Para estudar as memórias de um lugar, primeiro é necessário estudar a história do mesmo, pois ela ajuda a iluminar as memórias, ajudando a retificar suas omissões e erros (Abreu, 1998).

A metodologia desta pesquisa foi delineada a partir das propostas apresentadas por Mendonça (1969) e Silva (2019) que tratam da história dos lo-

gradouros e das taxonomias respectivamente, e para desenvolver este trabalho, foram realizadas pesquisas sobre todos os logradouros presentes dentro da área de estudo no centro histórico de Cuiabá. Os logradouros estudados foram identificados com seus nomes antigos, atuais e suas classificações toponímicas. Esse estudo gerou informações detalhadas para melhor compreensão dos nomes dos lugares. O trabalho de campo para registrar as fotos dos logradouros foi realizado no final do período matutino e início do vespertino, das 11 horas às 13h35, do dia 16 de setembro de 2020 e, também, no período matutino das 10h30 às 11 horas, do dia 17 de maio de 2021.

Como o presente estudo coloca em destaque o tema da toponímia do nome da cidade de Cuiabá, inicialmente, discorre-se sobre as hipóteses que foram atribuídas ao significado do nome Cuiabá, como por exemplo, fazedor de cuia, gente caída, cuia que vai, indígenas Cuiabases, homem que faz farinha, indígena do Pantanal, lugar de pesca com arpão, cuia rodando, nação das cuias, mulher corajosa, indígena das águas, entre outras.

De acordo com Ferreira e Silva (1998, p. 54), pelo sentido etimológico: Cuiabá - Vem do guarani *Cuyaverá*, corruptela de *kyya*, que significa lontra e *verá*, designando resplandecente; Cuiabá - *Cuyabá* - *Cuyavá* - *Cuyaverá* - *Kyyaverá*: Lontra Brilhante.

Os pesquisadores acreditam que os indígenas Paiaguás, em suas perambulações por todo o Pantanal, observando a grande quantidade de lontras e ariranhas que no Rio Cuiabá tinham o seu habitat natural, chamaram-no *Kyyaverá* ou Rio da Lontra Brilhante. Por corruptela de palavra, por aglutinação etimológica, virou *Cuyaverá*, conforme foi mencionado pelo Pe. Agostinho Castañares em carta datada de 1741. Provavelmente, os bandeirantes pioneiros, ainda no século XVII, em suas incursões pela região das Vacarias, por corruptela etimológica, transformaram o rio Cuiaverá em Cuiavá, e por conseguinte, Cuiabá, com que, no início do século XVIII, os bandeirantes batizaram o nome do arraial.

Segundo a versão mais utilizada, elaborada por Albisetti e Venturelli (1962, p. 610), o nome Cuiabá tem suas origens na palavra *Ikuiapá* dos indígenas bororo, com o seguinte significado:

Ikuiapá: *ikuia*, flecha-arpão; *pá*, lugar [lugar da flecha-arpão]. Designação: 1. de uma localidade onde se pesca com flecha-arpão; 2. de uma localidade onde antigamente os bororo costumavam pescar com flecha-arpão correspondente à foz do *Ikuiébo*, córrego da Prainha, afluente da margem

esquerda do rio Cuiabá, na cidade homônima. Segundo os autores, o nome da capital de Mato Grosso, justamente edificada nas duas margens do córrego da Prainha, corresponde à corrupção e sonorização de Ikuiapá.

O córrego da Prainha era denominado pelos indígenas Bororo de Ikuiébo, que apresenta o seguinte significado: “Ikuiébo – ikúie, estrela; bó, água; [cór. das estrelas]. Córrego afluente da esquerda do rio Cuiabá, na cidade homônima, comumente denominado córrego da Prainha. Essa denominação foi provavelmente originada pela abundância de pepitas de ouro no leito e nas margens do córrego” (Albisetti; Venturelli, 1962, p. 611).

Segundo Siqueira et al. (1990), a história urbana de Mato Grosso tem seu início com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral que à procura de indígenas destinados ao cativoiro, acabou por encontrar ouro no rio Coxipó, onde fundou em 1719 o Arraial da Forquilha, no atual distrito do Coxipó do Ouro.

A descoberta das “Lavras do Sutil” em 1722, no local que corresponde atualmente à Avenida Tenente Coronel Duarte, conhecida como Prainha, próxima à Igreja do Rosário, levou ao despovoamento de Forquilha, pois para lá se transferiu quase toda a população.

O povoado tornou-se núcleo polarizador político-administrativo, elevado à Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em 1727. No ano de 1818, foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Cuiabá.

No Plano da Vila do Cuyabá na Capitania de Mato Grosso, são destacados como formadores da então vila de Cuiabá a matriz, capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, capela do Rosário, Casa da Câmara e cadeia, as ruas de Baixo, do Meio, de Cima, Nova e do Cap. José P. Nunes, as travessas do Burgo, do Pinho, do Cap. Mor, do Mathias, do Roris, de D. Carlos, o Beco do Candeeiro, o caminho do porto, as pontes do Mundéu, do Rosário e a do açougue, o açougue, as fontes do Arnesto, de Filiciana Gomes, junto a M. da Silva, da Mandioca, da igreja, os caminhos para Goiás, para o Coxipó, para o rio acima e para as chácaras (Reis, 2000).

É importante ressaltar que houve uma alteração na toponímia, de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá para Cuiabá, alterado por carta de lei de 17 de setembro de 1818. No ano de 1821, objetivando a integração de Mato Grosso ao capitalismo mundial, sua capital foi transferida de Vila Bela para Cuiabá, que através da navegação pelo rio Paraguai e estuário do Prata, abria-se ao contato com o Rio de Janeiro e com a Europa.

A formação das ruas do centro de Cuiabá está ligada à exploração do ouro. A maior mina da cidade localizava-se as margens do córrego da Pratinha e isso fez com que a população se deslocasse para essa região, dando início à expansão urbana de Cuiabá.

As relações complexas nas sociedades sedentárias e organizadas são possíveis quando os indivíduos ou grupos sociais podem ser localizados e orientados por referenciais visíveis na paisagem. O poder se apropria das terras, fazendo constar os nomes dos lugares nos registros, planos ou mapas. Quando há instauração de um novo poder, uma invasão ou o triunfo de novas modas, os nomes antigos dos lugares são trocados por outros (Claval, 1999). “Nomear os lugares é impregná-los de cultura e de poder” (Claval, 1999, p. 202).

A toponímia facilita a compreensão do significado dos nomes dos logradouros e traduz o que significa o lugar. Segundo Silva (2019), a toponímia além de estudar o significado dos nomes dos lugares, estuda também processos, relações e transformações que condizem com a origem do lugar.

Para Mendonça (1969), o povo sempre denomina um logradouro de acordo com algum fato ocorrido no local e embora o mesmo tenha um nome oficial, acaba sendo chamado pelo nome popular. Essa situação ocorreu no passado e ocorre atualmente, o povo dá nome a um determinado local, se acostuma com o mesmo, e quando o poder público muda a denominação, a população continua a chamar o local pelo nome antigo. Normalmente, as pessoas não se interessam muito em saber a origem da nomenclatura dos logradouros da cidade por não considerar relevante, mas o estudo das toponímias de Cuiabá é importante e interessante, já que os nomes muitas vezes estão ligados à origem do local, à homens públicos ou homenagens a datas importantes, “foram surgindo os logradouros cuiabanos recebendo denominações ao sabor de circunstâncias várias, de ocorrências pitorescas, de acontecimentos de vulto, ou como homenagens a datas históricas ou a homens públicos de destaque” (Mendonça, 1969, p. 21).

No ano de 1871, a Câmara Municipal de Cuiabá resolve alterar a denominação de diversos logradouros da capital, mas este fato não contou com a aprovação do Congresso Brasileiro de Geografia, “o Primeiro Congresso de Geografia reprovava e condena a denominação com apelidos ou nomes de pessoas vivas, às vezes de duvidosa ilustração, de localidades ou embriões de localidades” (Mendonça, 2012, p. 289).

Para Mendonça (2012), nesta época, as câmaras municipais usavam e abusavam na denominação dos logradouros com assombrosa falta de compostura, onde qualquer pessoa era digna de ter seu nome em uma placa, mesmo sem merecer.

“O tenente Joaquim Alves Ferreira Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal desta cidade etc. etc.

Faz público aos habitantes desta cidade, que a Câmara Municipal, para comemorar fatos históricos desta Província, durante a guerra contra o governo do Paraguai, resolveu em sessão de três do corrente, mudar as denominações das ruas abaixo mencionadas, a saber: Rua da Mandioca, se denominará – Rua dois de dezembro; Rua Bela do Juiz, Rua Treze de Junho; Rua Direita, Rua Primeiro de Março; Rua Augusta, Rua Onze de Julho; Rua do Comércio, Rua 27 de Dezembro; Rua da Esperança, Rua de Antônio João; Rua do Campo, Rua do Barão de Melgaço; Rua dos Pescadores, Rua de Couto Magalhães; Rua da Misericórdia, Rua do Coronel Peixoto; Rua Formosa, Rua da Bela Vista; Rua da Sé, Rua do Comandante Antônio Maria; Rua da Fé, Rua do Comandante Costa; Rua do Senhor dos Passos, Rua Sete de Setembro; Campo d’Ourique, Praça do Alegre; Travessa d’Alegria, Travessa dos Voluntários da Pátria. Freguesia de D. Pedro II – Rua Larga do Porto, Rua do Conde D’Eu; Beco Quente, Rua Comandante Balduino; Travessa da Marinha, Travessa do Soido; Largo do Arsenal de Guerra, Praça do Riachuelo.

Dado e passado nesta cidade de Cuiabá, aos 5 de junho de 1871. Eu, José Maria Curvo, secretário que o escrevi. – O presidente Joaquim Alves Ferreira Sobrinho” (Mendonça, 2012, p. 289-290).

Os logradouros são importantes para as cidades, é através deles que há fluxo de pessoas e meios de transporte. “Os logradouros fazem parte da constituição do espaço e imprescindível para a circulação não só de pessoas como de informações, mercadorias, fluxo de automóveis que faz parte da malha viária” (Silva, 2019, p. 21).

A avenida é um tipo de logradouro e consiste em uma via pública urbana de grande importância para a circulação de veículos em uma cidade, podendo ter uma ou duas pistas. Beco também é um logradouro, que consiste em rua estreita e curta, podendo ser com ou sem saída e pouco própria para o trânsito. Outro tipo de logradouro é a praça, que é uma área pública urbana onde não há edificações e que proporciona convivência e recreação para a população. Rua também é um tipo de logradouro e consiste em uma via

pública de circulação urbana ladeada de casas, prédios e muros. Já a travessa, consiste em um espaço urbano público que estabelece ligação entre duas ou mais vias urbanas.

A taxonomia, que define e dá nomes a grupos em uma classificação toponímica será abordada nesse artigo, que apresenta dois tópicos de análise: “O estudo da toponímia”, que evidencia o referencial teórico que propiciou a análise do tema, e “Toponímia das ruas de Cuiabá”, que apresenta os resultados da análise realizada na área em estudo.

O estudo da toponímia

Para se obter um melhor conhecimento sobre as toponímias do centro histórico de Cuiabá é necessário o estudo de algumas taxonomias que proporcionarão informações para uma melhor compreensão dos nomes dos logradouros que estão sendo estudados neste trabalho. As taxonomias estudadas neste trabalho são de natureza Antropocultural, ou seja, elementos que envolvem a vida psicológica, social, religiosa, cultural, política e econômica. Esses estudos são necessários para se conhecer o verdadeiro significado dos nomes dos logradouros.

Com base no trabalho realizado por Silva (2019, p. 27-28), que usou como base Dick (1990), as taxonomias estudadas neste trabalho são:

- a – Antropotopônimo; se refere a nomes próprios individuais. Relativos aos nomes próprios individuais: prenomes, hipocorísticos, prenome+alunha, apelidos de família e prenomes+apelido de família.
- b – Axiotopônimo; se refere a títulos e dignidades que acompanham os nomes próprios. Relativos aos títulos e dignidade de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Esta taxonomia é utilizada também para classificar logradouros que possuem nomes de autoridades.
- c – Corotopônimo; refere-se a nomes de cidades, estados, países, regiões e, também, continentes. É uma taxonomia muito utilizada. Relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.
- d – Hierotopônimo; se refere a nomes religiosos. Relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças, efemérides religiosas; associações religiosas, locais de culto. Os hierotopônimos subdividem-se em: I. Hagiotopônimos:

relativos aos santos e santas do hagiológico romano. II. Mitotopônimo: relativos à entidades mitológicas.

e – Historiotopônimo; refere-se a datas históricas. Relativos aos movimentos de cunho histórico e social. Esta taxonomia está diretamente ligada a acontecimentos marcantes que ocorreram em datas históricas.

Existem vários elementos para a formação de nomes, que vão desde a caracterização do lugar físico até o aspecto simbólico. E essa formação não reúne somente fatos do cotidiano ou marcantes para a sociedade, como também uma imposição por parte de quem tem o poder de nomear (Silva, 2019).

Nas cidades, os nomes que os logradouros recebem é o reflexo de um processo histórico, político, econômico, uma vez que, uma mudança significativa é vista e, isto ocorre com maior ou menor grau de intensidade em determinados períodos de sua história, desde o nome do município até os logradouros que o compõem (Silva, 2019).

A toponímia estuda os nomes dos lugares, ocupando-se principalmente da motivação das nomenclaturas, e o homem tem participação direta nesse processo. “Desse modo, entendemos que o lugar do homem nos estudos toponímicos é de caráter central e, nesse sentido, notamos, de igual modo, que os ambientes nos quais o homem está envolvido e sua maneira de ver o mundo são fatores que estão sempre presentes na concepção do espaço e, conseqüentemente, na sua nomeação” (Gouveia; Sousa, 2017, p. 244).

Os nomes dos lugares que são estudados pela toponímia são chamados de topônimos, cuja natureza, pode estar ligada à aspectos físicos do lugar ou representações dos aspectos da vida humana em vários âmbitos (Gouveia; Sousa, 2017).

Na Toponímia, o lugar não deve ser entendido apenas como localidade ou espaço determinado, uma vez que, ao escolher um determinado nome para um lugar, o denominador estabelece com o mesmo uma relação de identidade (Andrade; Bastiani; Pereira, 2018).

Andrade, Bastiani e Pereira (2018, p. 121) evidenciam: “Observa-se que o nome perpetua vínculos e, por essa razão, a Toponímia pode ser considerada como pertencente ao patrimônio histórico imaterial de uma comunidade, já que, pelo estudo do nome, é possível ter indícios da percepção do homem em relação ao espaço circundante, assim como evidenciar a memória coletiva sobre um determinado lugar”.

Através da toponímia, é possível compreender todo o processo histórico de uma determinada região, tendo em vista que muitas vezes os nomes dos lugares contam histórias relacionadas aos mesmos.

Nomenclatura e taxonomia dos logradouros

As pesquisas bibliográficas e o trabalho de campo foram fundamentais para o levantamento das informações referentes aos logradouros da área de estudo, localizada no centro de Cuiabá.

Cada logradouro estudado possui uma taxonomia referente ao seu topônimo e, alguns, possuíram outros nomes antes dos atuais. Essas características serão mostradas nos dois quadros a seguir, que foram construídas seguindo o modelo apresentado por Silva (2019).

Quadro 1 – Classificação Toponímica

Logradouro	Topônimo	Taxonomia
Avenida	Getúlio Vargas	Antropotopônimo
Avenida	Mato Grosso	Corotopônimo
Avenida	Tenente Coronel Duarte	Axiotopônimo
Beco	Cabo Agostinho	Axiotopônimo
Praça	Dr. Alberto Novis	Axiotopônimo
Praça	Alencastro	Antropotopônimo
Praça	Caetano de Albuquerque	Antropotopônimo
Praça	Conde Azambuja	Axiotopônimo
Rua	Antônio João	Antropotopônimo
Rua	Bandeirantes	Antropotopônimo
Rua	Barão de Melgaço	Axiotopônimo
Rua	Campo Grande	Corotopônimo
Rua	Cândido Mariano	Antropotopônimo
Rua	Engenheiro Ricardo Franco	Antropotopônimo
Rua	Galdino Pimentel	Antropotopônimo
Rua	Governador Rondon	Axiotopônimo
Rua	Joaquim Murtinho	Antropotopônimo
Rua	Pedro Celestino	Antropotopônimo

Logradouro	Topônimo	Taxonomia
Rua	Voluntários da Pátria	Axiotopônimo
Rua	7 de Setembro	Historiotopônimo
Rua	12 de Outubro	Historiotopônimo
Rua	27 de Dezembro	Historiotopônimo
Travessa	Aníbal Toledo	Antropotopônimo
Travessa	Coronel João Celestino	Axiotopônimo
Travessa	21 de Abril	Historiotopônimo
Travessa	Padre Maserati	Hierotopônimo

Fonte: Marcelo Eduardo Pereira (2021).

A taxonomia é fundamental para a toponímia, pois ela proporciona organização para os logradouros através de grupos taxonômicos.

Com relação às taxonomias apresentadas no quadro acima, é importante lembrar que: Antropotopônimos referem-se à nomes próprios individuais; Axiotopônimos referem-se à títulos e dignidades que acompanham os nomes próprios; Corotopônimos se referem à cidades, estados, países, regiões e também continentes; Hierotopônimo se refere à nomes religiosos; Historiotopônimos referem-se a datas históricas.

Quadro 2 – Nomes antigos e atuais

Nome Antigo	Nome Atual
Praça 1º de Março	Praça Caetano de Albuquerque
Beco Alto	Rua dos Bandeirantes
Rua 15 de Agosto, Travessa da Assembleia	Rua Campo Grande
Rua da Boa Morte, Rua Coronel Antônio Pais de Barros	Rua Cândido Mariano
Prainha	Rua Tenente Coronel Duarte
Rua de Baixo, Rua 1º de Dezembro, Rua Direita	Rua Galdino Pimentel
Belo Largo	Avenida Getúlio Vargas
Rua do Campo	Rua Barão de Melgaço
Caminho das Trepadeiras, Rua de Cima, Rua Augusta	Rua Pedro Celestino
Rua do Comércio, Rua 27 de Dezembro, Rua do Meio	Rua Engenheiro Ricardo Franco
Canto do Sebo	Rua Governador Rondon

Nome Antigo	Nome Atual
Rua do Oratório	Rua 7 de Setembro
Travessa da Alegria	Rua Voluntários da Pátria

Fonte: Marcelo Eduardo Pereira (2020).

O estudo dos nomes antigos e atuais dos logradouros, proporcionam uma melhor compreensão dos motivos pelos quais ocorreram as trocas de nomes.

Estudar os nomes dos lugares constitui um valor histórico muito grande, pois proporciona maior conhecimento sobre os espaços geográficos estudados. Por isso, o estudo das toponímias é muito importante, ele revela as singularidades do lugar.

A seguir será apresentada um quadro com os nomes oficiais e populares:

Quadro 3 – Nomes oficiais e populares

Nome Oficial	Nome Popular
Avenida Tenente Coronel Duarte	Prainha
Praça Caetano de Albuquerque	Praça do Rasqueado
Praça Conde Azambuja	Praça da Mandioca
Rua Cândido Mariano	Rua das Óticas
Rua Voluntários da Pátria	Rua das Noivas
Rua 27 de Dezembro	Beco do Candeeiro

Fonte: Marcelo Eduardo Pereira (2021).

Os logradouros da área de estudo possuem nomes oficiais, porém alguns têm nomes populares, que são denominações dadas normalmente por moradores mais antigos da região.

Toponímia das ruas de Cuiabá

O mapa a seguir apresenta as avenidas, praças, ruas e travessas que constituem o objeto deste estudo, entre eles, a avenida Tenente Coronel

A seguir, são apresentados os logradouros estudados neste artigo e suas toponímias.

Avenida Getúlio Vargas

Esta avenida recebeu esse nome em homenagem a Getúlio Dorneles Vargas, nascido em São Borja, Rio Grande do Sul a 19 de abril de 1883 e falecido no Rio de Janeiro em 24 de agosto de 1954, tendo governado o Brasil de 3 de novembro de 1930 a 29 de outubro de 1945 e de 1950 a 1954. Esta avenida foi inaugurada na década de 1940, no período da interventoria de Júlio Müller e foi aberta na área central, desde o Jardim Alencastro, antigo Largo do Palácio, sobre a antiga rua Poconé. Dentre as obras construídas na avenida Getúlio Vargas destacaram-se o Cine-Teatro e o Grande Hotel. Após 1945, a avenida foi prolongada até a Praça 8 de Abril. Em 1948 o poder público municipal pela Lei nº11, autorizou a doação de terrenos à Fundação da Casa Popular para a construção de moradias, dando início ao primeiro conjunto habitacional da cidade de Cuiabá, que consolidou a ocupação do espaço não só na avenida Getúlio Vargas, como também no seu entorno (Mendonça, 1969).

O Grande Hotel foi inaugurado em 1941, era uma das Obras Oficiais que vieram junto à política de modernização do Estado Novo do então presidente Getúlio Vargas. Esse hotel hospedou muitas personalidades da época, inclusive o próprio Getúlio Vargas. Deixou de funcionar em 1960 e atualmente tem sido utilizado para uso interno da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso.

A avenida Getúlio Vargas atualmente é uma das principais avenidas do centro de Cuiabá devido ao grande fluxo de pessoas e veículos que passam por ela diariamente.

Avenida Mato Grosso

O nome desta avenida é em homenagem à Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do Estado. Mato Grosso era o nome de um dos distritos que constituíam o município de Vila Bela. Nas proximidades da avenida Mato Grosso existia a “Ponte da Confusão”, que gerou atrito entre o prefeito da época José Garcia Neto e o então governador João Ponce de Arruda.

Tudo começou quando o governador resolveu construir uma ponte ligando o atual bairro Baú ao antigo morro do Pito Aceso, no lugar da estrutura precária existente, mas o prefeito contestou, alegando que era responsabilidade da prefeitura a construção da ponte.

Na verdade, o que realmente estava em disputa, era o domínio político do bairro Baú, que era onde moravam as famílias tradicionais e influentes de Cuiabá (Tenuta, 2015). O prefeito e o governador chegaram a um acordo e a ponte foi construída pela prefeitura. Atualmente, a “Ponte da Confusão” não existe mais e a avenida Mato Grosso, tornou-se uma importante via pública de Cuiabá.

Avenida Tenente Coronel Duarte

Esta avenida possui este nome em homenagem à Antônio José Duarte, militar nascido em Cuiabá em 1843 e falecido no acampamento “Furado Grande”, na foz do rio Parecis no norte de Mato Grosso, em 15 de novembro de 1898 (Mendonça, 1969). Teve a “pacificação” [grifo nosso] dos indígenas bororos como seu maior feito (Schneider, 2007).

A avenida Tenente Coronel Duarte é conhecida como Prainha por causa do “Córrego da Prainha” que por ali passava e hoje encontra-se encoberto e canalizado. Antigamente, a Prainha era local de abastecimento de água potável da cidade.

Atualmente é considerada a principal avenida de Cuiabá, com três faixas em cada sentido, semáforos e cruzamentos movimentados. Além disso, atende a demanda de fluxo entre Cuiabá e Várzea Grande.

Beco Cabo Agostinho

O nome deste beco é em homenagem ao militar Cabo Agostinho, que era “Correio” entre a capital da província de Mato Grosso e a capital imperial, no Rio de Janeiro.

O Beco Cabo Agostinho localiza-se entre as ruas Engenheiro Ricardo Franco e 7 de Setembro (Mendonça, 1969).

Praça Dr. Alberto Novis

O nome desta praça é em homenagem ao médico otorrinolaringologista Alberto Novis, que era surdo e prestou inúmeros serviços à população. Ele viveu por anos na rua Voluntários da Pátria e foi o primeiro deputado do Estado de Mato Grosso (1908 a 1912).

No local onde hoje é a praça existia o casarão denominado “Casa Euphrosina”, que era um lugar refinado, onde eram vendidos produtos importados. Mais tarde, o casarão tornou-se sede do jornal “O Social Democrata” e Filinto Müller, quando vinha a Cuiabá, atendia as pessoas neste local. A partir de 1970, o local começou a ruir, dando origem à praça.

Praça Alencastro

O nome desta praça é em homenagem à José Maria de Alencastro, nascido no Rio Grande do Sul. Foi presidente da província de Mato Grosso. Alencastro era perseguido pela oposição, mesmo assim, teve feitos importantes como a Praça Alencastro, a qual, gastou do próprio bolso para concluir as obras, além da estruturação do abastecimento de água em Cuiabá (Schneider, 2007).

Antes de se tornar praça, o local era famoso pela ocorrência de touradas, que se iniciaram no ano de 1805 (Mendonça, 1969). As touradas ocorriam por causa da Festa do Divino, durante três dias, domingo, segunda-feira e terça-feira sempre no período vespertino.

A Praça Alencastro foi inaugurada em 28 de setembro de 1882 e foi a primeira praça pública da capital. Atualmente, serve de palco para eventos culturais.

Praça Caetano de Albuquerque

O nome desta praça é em homenagem ao General Caetano Manoel de Faria Albuquerque, nascido em Cuiabá em 11 de janeiro de 1857 e falecido em 10 de fevereiro de 1925. Escritor, jornalista, militar e político. Foi presidente do estado de Mato Grosso, porém, renunciou devido ao movimento denominado “Caetanada”, em que o mesmo foi processado pela Assembleia Legislativa (Mendonça, 1969).

Caetano de Albuquerque teve colaborações nos jornais “Província de Mato Grosso e “A Cruz”, ambos de Cuiabá e “Jornal do Comércio” e “Atualidade” do Rio de Janeiro.

Esta praça, anteriormente chamava-se Praça 1º de Março, data do término da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, com a morte do Ditador Marechal Francisco Solano Lopes, em Cerro Corá (Mendonça, 1969).

Atualmente, está tombada como patrimônio histórico federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e é conhecida como Praça do Rasqueado devido às apresentações musicais e festejos populares que ocorrem no local.

Praça Conde Azambuja

Segundo Mendonça (2012), a Praça da Mandioca tem o nome oficial de Conde Azambuja, também foi conhecida como Praça Real, e homenageia Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, Capitão General que foi o primeiro Governador da Capitania de Mato Grosso. Foi agraciado com o título de Conde Azambuja e, em 1769, nomeado Vice-Rei do Brasil.

Mendonça (1969) ressalta que o nome primitivo era Largo da Mandioca e constitui uma das mais antigas praças de Cuiabá. Localizada no centro histórico, nos últimos anos a Praça da Mandioca tem se tornado um espaço para o lazer alternativo, reunindo pessoas de diferentes classes sociais.

Rua Antônio João

O nome da rua é em homenagem ao Tenente Antônio João Ribeiro, nascido em Poconé-MT em 24 de novembro de 1820 e falecido em 29 de dezembro de 1864 em Dourados, que na época pertencia ao estado de Mato Grosso, e atualmente pertence ao estado de Mato Grosso do Sul.

O Tenente Antônio João é considerado um herói de guerra devido à sua bravura de enfrentar 250 homens, estando ele com apenas 15 companheiros, tentando evitar uma invasão paraguaia em Mato Grosso durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Esta rua, anteriormente, se chamava rua da Esperança. Ela tem início na Praça Caetano de Albuquerque e termina na Praça Ipiranga (Mendonça, 1969).

Rua dos Bandeirantes

O nome desta rua é em homenagem aos bandeirantes paulistas que fundaram a cidade de Cuiabá em 1719. A rua dos Bandeirantes tem início na avenida Tenente Coronel Duarte e termina na rua Pedro Celestino.

Esta rua era denominada de Beco Alto anteriormente devido a sua subida, que era muito íngreme (Mendonça, 1969).

Rua Barão de Melgaço

Esta rua recebeu este nome em homenagem ao Almirante Augusto João Manoel Leverger, nascido em Saint-Malo na França em 30 de janeiro de 1802 e falecido em Cuiabá em 14 de janeiro de 1880 (Mendonça, 1969). Se naturalizou brasileiro, lutou na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, impedindo que as tropas paraguaias chegassem a Cuiabá. Por esse acontecimento, pelo seu envolvimento na guerra e por defender as fronteiras brasileiras, foi consagrado herói.

Foi presidente da província de Mato Grosso cinco vezes, foi também escritor, geógrafo e historiador (Schneider, 2007). Barão de Melgaço não apenas dá nome a rua, como também residiu na mesma, e a casa onde ele morou é conhecida como “Casa Barão de Melgaço”, que posteriormente se tornou sede da Academia Mato-grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Segundo Mendonça (1969), esta rua se chamava “Rua do Campo” e passou a se chamar Barão de Melgaço em 1871, segundo a legislação municipal. Anteriormente calçada com pedras de quartzo, posteriormente foi preparada para o tráfego de automóveis por ordem de Dom Aquino, presidente do Estado de Mato Grosso à época (Schneider, 2007).

Atualmente, a rua Barão de Melgaço é uma das mais movimentadas de Cuiabá, com grande fluxo de pessoas e veículos.

Rua Campo Grande

Homenagem à cidade de Campo Grande, atual capital do estado de Mato Grosso do Sul e que pertencia ao estado de Mato Grosso. Anterior-

mente, esta rua se chamava 15 de Agosto, posteriormente, recebeu o nome de Travessa da Assembleia, por nela ter sido instalada a Assembleia Constituinte Provincial a 3 de julho de 1835, permanecendo no mesmo prédio até 10 de novembro de 1937 (Mendonça, 1969).

Segundo Mendonça (1969), neste mesmo prédio, na rua Campo Grande, foi empossado em 9 de dezembro de 1889 o primeiro Governador de Mato Grosso, General Antônio Maria Coelho.

Rua Cândido Mariano

Homenagem a Cândido Mariano da Silva Rondon, que nasceu em Mimoso, na época Município de Cuiabá, atualmente pertence ao Município de Santo Antônio de Leverger, em 5 de maio de 1865 e faleceu no Rio de Janeiro em 20 de janeiro de 1958 (Mendonça, 1969). Rondon era descendente de indígenas, foi engenheiro militar e matemático. Rondon esteve à frente do projeto das Linhas Telegráficas, tendo atuado na consolidação de territórios na região norte do país (Schneider, 2007).

Esta rua chamava-se Rua da Boa Morte, depois, passou a se chamar Rua Coronel Antônio Paes de Barros (Totó Paes) até chegar à denominação atual.

A rua Cândido Mariano foi tombada definitivamente em nível federal pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 19 de agosto de 1988, porém, homologada pelo Ministério da Cultura somente em 4 de novembro de 1992.

Cândido Mariano não apenas dá nome a rua, como também residiu nela. A casa em que ele morou, atualmente é conhecida como a Casa dos Frades Franciscanos, tombada em nível estadual.

Rua Engenheiro Ricardo Franco

O nome desta rua é em homenagem ao engenheiro português Ricardo Franco, nascido em Lisboa em 1748 e falecido em Coimbra em 21 de Janeiro de 1809. Coronel do Real Corpo de Engenharia. Fez importantes explorações geográficas (Mendonça, 1969).

Anteriormente, esta rua se chamava Rua do Comércio, por nela se concentrarem as primeiras casas de negócios. Depois, passou a se chamar Rua 27 de Dezembro, data comemorativa da resistência do Forte de Coimbra à

invasão lopesguaia em 1864. Por fim, passou a se chamar Rua Engenheiro Ricardo Franco.

Mas, esta rua era conhecida popularmente como Rua do Meio devido à sua localização. “Esta Rua se chamava antigamente Rua do Meio, por ficar situada entre as Ruas de Cima e de Baixo” (Mendonça, 1969, p. 109).

Atualmente, ainda há quem a chame por Rua do Meio, principalmente os moradores mais antigos de Cuiabá.

Rua Galdino Pimentel

Homenagem à Joaquim Galdino Pimentel, nascido e falecido no Rio de Janeiro. Engenheiro civil, físico, geógrafo e matemático. Foi presidente da província de Mato Grosso de 5 de novembro de 1885 até 9 de novembro de 1886. Teve participação importante na pacificação dos indígenas bororo (Schneider, 2007).

Esta rua já recebeu as denominações de Rua 1º de Dezembro, Rua Direita e Rua 1º de Março (Mendonça, 1969). Mas popularmente, era conhecida como Rua de Baixo devido à sua localização. É uma das ruas mais tradicionais de Cuiabá, por ela ter sido uma das primeiras ruas da capital.

Rua Governador Rondon

O nome desta rua é em homenagem ao Coronel da Guarda Nacional José da Silva Rondon, que governou o Estado em 1891, como 2º Vice Governador nomeado pelo Governo Provisório da República. Nesta rua, Cuiabá, que na época era um arraial, foi elevado à categoria de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá por Dom Rodrigo César de Menezes em 1º de Janeiro de 1727 (Mendonça, 1969).

Era conhecida popularmente como “Canto do Sebo” e conta um pouco da história de Cuiabá. Este logradouro vai da rua Pedro Celestino até a rua Engenheiro Ricardo Franco.

Rua Joaquim Murinho

Este logradouro possui este nome em homenagem a Joaquim Murinho, nascido em Cuiabá em 7 de dezembro de 1848 e falecido no Rio de Ja-

neiro em 19 de fevereiro de 1911. Mendonça (1969, p. 67) informa que: “Era engenheiro civil e professor da Escola Politécnica e médico homeopata de renome. Foi deputado federal, por Mato Grosso, eleito para várias legislaturas, Senador e Ministro da Viação”. Joaquim Murtinho também foi Ministro da Fazenda durante o governo de Campos Sales.

Em 1930, o nome desta rua foi substituído por João Pessoa, posteriormente, colocaram de volta o nome de atual, segundo informa Mendonça (1969, p. 68): “Com a vitória da revolução de 24 de outubro de 1930, arrancaram a placa desta Rua substituindo o nome de Murtinho pelo de João Pessoa. Em 1939, através do jornal “Correio da Semana” iniciou-se uma campanha para restauração da antiga placa. Essa campanha era dirigida pelo então estudante de Direito Hélio Ribeiro, com o apoio de Afrânio Corrêa, Rubens de Mendonça e João Batista Martins de Melo foi restaurada a placa Dr. Joaquim Murtinho, graças ao espírito patriótico do então Prefeito de Cuiabá, Professor Isac Póvoas”.

Joaquim Murtinho não apenas dá nome à rua como também residiu nela. Antigamente, esta rua era denominada Rua Formosa.

Rua Pedro Celestino

Homenagem a Pedro Celestino Correa da Costa, nascido em Chapada dos Guimarães-MT em 5 de julho de 1860 e falecido no Rio de Janeiro em 22 de janeiro de 1932. Formou-se em farmácia no Rio de Janeiro. Foi presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, deputado estadual constituinte, senador e presidente do Estado de Mato Grosso por duas vezes (Schneider, 2007).

Conseguiu sanear as finanças do Estado e normalizar a situação dos funcionários públicos. Executou importantes obras para o Estado como o Palácio da Instrução, sede da Escola Modelo, Liceu Cuiabano e da Diretoria da Instrução Pública (Schneider, 2007). Pedro Celestino é considerado um dos melhores administradores públicos que Mato Grosso já teve.

Foi nesta rua, em 28 de agosto de 1835, que o presidente da Província, coronel Antônio Pedro de Alencastro enviou à Assembleia o Decreto de Lei nº 16, que mudou de forma definitiva a capital da província de Mato Grosso de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá.

Esta rua já teve vários nomes, Caminho das Trepadeiras, Rua de Cima, Rua Augusta (Mendonça, 1969). Popularmente, era conhecida como Rua de Cima e foi uma das primeiras ruas de Cuiabá.

Rua Voluntários da Pátria

O nome desta rua é em homenagem aos negros que lutaram pelo Brasil na Guerra do Paraguai. Eles não apenas lutaram, como venceram e eram conhecidos como voluntários da pátria.

Anteriormente, era conhecida como Travessa da Alegria (Mendonça, 1969). Atualmente, é conhecida como “Rua das Noivas” devido ao forte comércio de roupas para casamento, que atrai clientes de Cuiabá e de outros municípios do Estado de Mato Grosso.

Nesta rua, está localizado o Museu de Imagem e Som de Cuiabá (MISC), que tem por objetivo a preservação da memória da vida cuiabana e mato-grossense, e também a valorização da cultura de Cuiabá.

Rua 7 de Setembro

O nome desta rua é em homenagem à independência do Brasil, que é comemorada no dia 7 de setembro.

Anteriormente, esta rua era chamada de “Rua do Oratório” devido à uma bica de água existente no local que também era um oratório, local onde as pessoas fazem suas preces.

Nesta rua, está localizada a Igreja do Senhor dos Passos, que foi construída por José Manoel, que foi enterrado vivo devido à uma doença chamada catalepsia, em que os sinais vitais da pessoa desaparecem e a mesma é tida como morta. Mendonça (1969, p. 121) aponta que: “O fundador dessa igreja, ainda Moutinho que nos informa, foi um português de nome José Manoel, que durante um ataque de catalepsia, foi considerado morto. Conduziram-no amortalhado até à igreja, e após a encomendação, foi lançado à sepultura, logo começando o enterro”.

Ao acordar da catalepsia, José Manoel fez um voto de que se conseguisse sair vivo da sepultura, construiria uma igreja em gratidão ao Senhor dos Passos. Mendonça (1969, p. 121) relata que: “Saiu a custo da sepultura, e fez

voto solene de não mais despir a mortalha, passando toda a vida a angariar esmolas com o fim de construir uma capela ao Senhor dos Passos”.

A Rua 7 de Setembro é uma das mais tradicionais de Cuiabá e também conta um pouco da história da cidade.

Rua 12 de Outubro

O nome desta rua é em homenagem à data da descoberta da América por Cristóvão Colombo, em 1492. Esta rua tem início na rua Pedro Celestino e vai até a rua Batista das Neves em frente ao Cemitério da Piedade (Mendonça, 1969).

Rua 27 de Dezembro

Esta rua possui este nome devido ao ataque ao Forte de Coimbra, ocorrido em 27 de dezembro de 1864. Segundo Mendonça (1969, p. 136): “O nome de 27 de Dezembro, lembra a data do ataque ao Forte de Coimbra, 27 de dezembro de 1864, pelas forças paraguaias sob o comando do Coronel Vicente Bairros e a heróica resistência oposta por sua guarnição, sob o comando do Tenente Coronel Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero”.

Constitui uma das ruas mais antigas de Cuiabá e é conhecida como Beco do Candeeiro devido à sua iluminação pública de antigamente, que era através de candeeiros acesos nas tabernas e casas. A Rua 27 de Dezembro surgiu na época em que expedições chegavam a Cuiabá trazendo mantimentos para os habitantes, que trabalhavam nas minas de ouro.

Esta rua é marcada por uma tragédia ocorrida em 10 de julho de 1998, em que três adolescentes foram assassinados, este crime ficou conhecido como “Chacina do Beco do Candeeiro”. Há atualmente uma estátua no início da rua, em homenagem aos adolescentes mortos.

A rua 27 de Dezembro foi totalmente restaurada pela Prefeitura de Cuiabá com o apoio das Secretarias de Ordem Pública, Assistência Social e também do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e entregue no dia 14 de maio de 2021.

De acordo com o projeto, o local foi restaurado com o objetivo de chegar o mais próximo de sua construção original. A pavimentação da rua foi refeita utilizando os mesmos paralelepípedos de outrora que ainda estão no

espaço. A calçada rebaixada, as fachadas das casas restauradas com cores originais e os candeeiros foram substituídos por uma iluminação moderna (Leonor, 2021).

Travessa Aníbal Toledo

Homenagem a Aníbal Benício de Toledo, nascido em Miranda, na época, Mato Grosso, atualmente pertence ao estado de Mato Grosso do Sul, em 21 de junho de 1881 e falecido no Rio de Janeiro em 13 de julho de 1962. Formado em Direito pela Faculdade Livre Direito do Rio de Janeiro, exerceu cargos na magistratura de Mato Grosso. Foi deputado federal por seis mandatos seguidos. Foi, também, governador de Mato Grosso no período de 22 de janeiro a 30 de outubro de 1930.

Esta rua faz parte do Centro Histórico de Cuiabá e também tem a sua importância para a cidade.

Travessa Coronel João Celestino

Homenagem a João Celestino Correia Cardoso, nascido em Cuiabá em 29 de junho de 1873. Foi vereador e prefeito de Cuiabá, bem como deputado estadual e deputado federal.

Travessa Padre Maserati

Homenagem ao Padre Maserati, que era uma figura sacra. É um logradouro bem curto.

Travessa 21 de Abril

Homenagem ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, enforcado no Rio de Janeiro em 21 de abril de 1792.

Em uma das casas desta rua, foi preso um homem que declarou ser irmão de Tiradentes, conforme relata Mendonça (1969, p. 136): “Por coincidência na primeira casa existente do lado esquerdo de quem entra pela Rua Coronel Pedro Celestino [...] foi preso no dia 24 de agosto de 1790, o advogado Joaquim José Ferreira, sob a acusação de comprador de diamante. Aber-

ta a devassa para apurar a sua responsabilidade, ficou constatada a culpa de que era acusado. O seu verdadeiro nome era Domingos da Silva Xavier, havia sido Vigário da Vara de Caeté, Pitangui e Sabará. O Padre Domingos da Silva Xavier declarou ser irmão de Tiradentes”.

A última casa da rua foi redação do jornal “O Estado de Mato Grosso”, órgão dirigido por João Ponce de Arruda e pelos professores Nilo Póvoas e Rubens de Carvalho.

A história de Cuiabá passa pelos logradouros citados neste artigo, cada um com as suas particularidades.

Considerações finais

A toponímia é um tema muito interessante para estudar, pois através dela é possível conhecer a origem dos nomes dos logradouros e também a história dos mesmos. Vários deles tiveram mais de um nome até chegar ao nome atual. A classificação toponímica é responsável pela organização dos logradouros de acordo com a sua taxonomia.

Todos os logradouros estudados na área delimitada possuem sua importância para Cuiabá, cada um em seu contexto. A avenida Tenente Coronel Duarte destaca-se pelo grande fluxo de veículos e pessoas no local. A Avenida Getúlio Vargas se sobressai pela concentração de comércios e serviços. As ruas Cândido Mariano e Engenheiro Ricardo Franco possuem uma parte em forma de calçadão onde há fluxo de pessoas. Já a rua Galdino Pimentel é totalmente em forma de calçadão e também possui movimento intenso de pessoas. Os calçadões possuem vários comércios e são feitos para fluxo exclusivo de pedestres, onde os mesmos podem caminhar de forma mais tranquila sabendo que por ali não passam veículos. As praças possuem grande importância social e cultural, pois são utilizadas para o lazer das pessoas, eventos sociais e atividades culturais.

Os logradouros presentes na área de estudo possuem nomes de pessoas, autoridades e datas importantes, sendo assim, as denominações oficiais têm sua importância histórica seja para a cidade de Cuiabá, para o estado de Mato Grosso ou para o Brasil. Porém, muitos são conhecidos por nomes populares, e não pelos nomes oficiais. E quem dá esses nomes populares normalmente são os moradores antigos da região onde estão localizados os lo-

gradouros. Conclui-se que estudar os nomes dos logradouros da área delimitada contribui para um melhor entendimento sobre os mesmos e sobre a cidade de Cuiabá.

Referências

- ABREU, Maurício. A. de. Sobre a memória das cidades. Rio de Janeiro, RJ: *Revista da Faculdade de Letras (UFRJ)*, Geografia I série, Vol. XIX, Porto, 1998.
- ALBISETTI, César; VENTURELLI, Ângelo J. *Enciclopédia Bororo*. v. 1, 1962.
- ANDRADE, Karylleila. S. dos.; BASTIANI, Carla.; PEREIRA, Carolina. M. R. B. Toponímia e Geografia: diálogos possíveis na teoria da interdisciplinaridade. Uberlândia, MG: *Revista Caminhos de Geografia*, 2018.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Tradução de Luiz F. Pimenta e Margareth C. A. Pimenta. Florianópolis, SC: EdUFSC, 1999.
- FERREIRA, João C. V.; SILVA, Pe. José M. *Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes*. Cuiabá, MT: J. C. V. Ferreira, 1998.
- GOUVEIA, Ana Paula T.; SOUSA, Alexandre M. de. Toponímia e memória: uma proposta de atividade para as aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Vol. 18, n. 3. Feira de Santana, BA: *Revista A Cor das Letras – Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS*, 2017.
- LEONOR, Naiara. *Pinheiro e autoridades comemoram resgate da cuiabania e recuperação do Centro Histórico com entrega do Beco do Candeeiro*. Cuiabá, MT. 2021. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/cultura-esporte-e-lazer/pinheiro-e-autoridades-comemoram-resgate-da-cuiabania-e-recuperacao-do-centro-historico-com-entrega-do-beco-do-candeeiro-veja-as-fotos/24243>> Acesso em: 24 maio 2021.
- MENDONÇA, Estevão. *Datas Matogrossenses*. I volume. Cuiabá, MT. SEC – MT; Integrar; Defanti, 2012.
- MENDONÇA, Rubens de. *Ruas de Cuiabá - Igrejas e Sobrados...* Cuiabá, MT, 1969.
- MINAYO, Maria. C. S. de.(org.). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- PEREIRA, Marcelo Eduardo. Toponímias de Cuiabá: os logradouros do centro histórico. 2021. Trabalho Final de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2021.
- REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000. (Uspiana – Brasil 500 Anos)
- SCHNEIDER, Carlos. E. *Logradouros cuiabanos*. Conselho Estadual de Cultura. Fundo Estadual de Fomento à Cultura. SEC – MT, 2007.

SILVA, Gleilson. Angelo da. *Vou à Rua: estudos sobre os logradouros do centro de Fortaleza através da Geografia e da Toponímia*. 248 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2019.

SIQUEIRA, E. M.; COSTA, L. A.;
CARVALHO, C. M. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 1990.

TENUTA, José. A. *Cuiabá da tchapa e da cruz: pó dexá, é só uma michidinha no baú da nossa história: all right? Cuiabá: Entrelinhas*, 2015.

10. Fazenda Descalvados – Cáceres/MT: reflexões sobre o patrimônio histórico e cultural do Pantanal

*Onélia Carmem Rossetto*¹⁰⁹

RESUMO: A fazenda Descalvados foi um ícone da modernidade tecnológica e se tornou o maior empreendimento agroindustrial de Mato Grosso, uma referência da presença estrangeira na fronteira oeste do Brasil durante o período imperial. Diante da importância histórica das edificações ainda presentes na paisagem de Descalvados, este artigo pretende contribuir para a elaboração de uma cronologia sobre os diferentes tempos históricos ali vivenciados e apresentar a situação contemporânea do referido patrimônio histórico e cultural. Os resultados apontaram que mesmo com a proteção de um arcabouço legal e com a sua reconhecida importância como patrimônio histórico, Descalvados está em ruínas e as instituições responsáveis pela questão não estão conseguindo responder adequadamente, preservando, mantendo ou recuperando suas edificações.

Palavras-chaves: Descalvados; Patrimônio Histórico; Pantanal.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

DESCALVADOS FARMER - CÁCERES/MT: REFLECTIONS ON THE HISTORICAL AND CULTURAL HERITAGE OF THE PANTANAL

ABSTRACT: The Descalvados farm was an icon of technological modernity and became the largest agro-industrial enterprise in Mato Grosso, a reference to the foreign presence on Brazil's western border during the imperial period. Given the historical importance of the buildings still present in the landscape of Descalvados, this article intends to contribute to the elaboration of a chronology about the different historical periods experienced there and to present the contemporary situation of the aforementioned historical and cultural heritage.

109 Licenciada e bacharel em Geografia – UFMT. Mestre em Educação (UFMT). Doutora em Desenvolvimento Sustentável – Política e Gestão Ambiental (CDS-UnB). Pesquisadora Associada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFMT). Membro do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (Geca/UFMT). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). Email: carmemrossetto@gmail.com

The results showed that even with the protection of a legal framework and its recognized importance as a historical heritage, Descalvados is in ruins and the institutions responsible for the issue are not being able to respond adequately, preserving, maintaining or recovering its buildings.

Keywords: Descalvados; Historical Heritage; Pantanal.

Introdução

O patrimônio histórico compõe parte de uma cultura e está presente em diferentes sociedades podendo ser compreendido, segundo Fonseca (2005) como um processo contínuo de selecionar, guardar, conservar e transmitir determinados bens, materiais e imateriais, a que se atribuem valores coletivos, que integram o modo como os grupos sociais organizam sua memória.

A Constituição Federal brasileira de 1988, no artigo 216, define o patrimônio cultural como:

I – As formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, p. 3).

Ademais, o texto constitucional define as competências de promoção, regulamentação e fiscalização das práticas de preservação, atribuindo um papel significativo para o âmbito da administração municipal, e para a participação da comunidade na preservação do patrimônio cultural. No contexto patrimonial o patrimônio histórico edificado ocupa relevante papel e pode ser definido como um bem cultural que é produzido por um determinado povo, nação ou civilização, eles representam da melhor maneira seu passado (Fonseca, 2005).

Usualmente o pantanal brasileiro é demonstrado na literatura pela sua biodiversidade natural, raramente é ressaltado o patrimônio histórico edificado, todavia, em conjunto com a paisagem natural do Pantanal, observa-se a paisagem cultural, a exemplo das construções das antigas fazendas

que guardam histórias e memórias, algumas ainda tem marcas na paisagem como a fazenda Descalvados, localizada no município de Cáceres-Mato Grosso, na margem direita do rio Paraguai, no Pantanal norte mato-grossense, próximo à fronteira com a Bolívia.

Garcia (2005) registra que a Fazenda Descalvados surgiu em 1876 e era parte integrante das Sesmarias da Jacobina, cujas terras se estendiam desde as regiões altas do oeste de Mato Grosso até o Pantanal Norte, na fronteira com a Bolívia, ultrapassando o rio Paraguai no sentido Leste-Oeste. A paisagem natural, formada por pequenos capões de matas fechadas e campos, era propícia a criação de gado, assim a pecuária e a indústria de charque ou saladeiro foram as primeiras atividades econômicas ali desenvolvidas.

Ademais, pertenceu a grupos europeus que tinham interesse em povoar e explorar economicamente a fronteira oeste do Brasil. Assim, descavalvados foi um ícone da modernidade tecnológica e se tornou o maior empreendimento agroindustrial de Mato Grosso, uma referência da presença estrangeira na fronteira oeste do Brasil, naquele período.

Diante da importância histórica das edificações ainda presentes na paisagem de descavalvados, este artigo pretende contribuir para a elaboração de uma cronologia sobre os diferentes tempos históricos ali vivenciados e apresentar a situação contemporânea do referido patrimônio histórico e cultural.

A Fazenda Descalvados; ensaio de uma cronologia (1876-2023)

A paisagem natural pantaneira é considerada por Correa Filho (1946) um grande teatro inundável, onde o pulso de inundações, ou seja, as águas, recobrem a planície por cerca de seis meses anuais, seguido pela vazante e pela seca, assim, o cenário muda de acordo com a época do ano.

Os fatores que explicam esse fenômeno são: a) as diferenças altimétricas acentuadas, enquanto na planície do Pantanal as altitudes estão entre 80 e 150 m, as áreas mais altas dos planaltos e serras circunvizinhas oscilam entre 800 e 1.200m; b) a sazonalidade climática com duas estações definidas, as chuvas entre outubro e abril e as secas entre maio e setembro (Junk et al., 2006 apud Rossetto; Dallanora; Saito, 2020).

Como área úmida inundável, o Pantanal é uma área propícia a pecuária, e com essa atividade econômica foi inaugurada a Fazenda Descalvados.

Com o fim da Guerra do Paraguai (1864- 1870) Mato Grosso recebeu muitos migrantes argentinos, uruguaios e europeus, entre esses estrangeiros estava o argentino Rafael Del Sar que comprou, em 1876, a sesmaria de Descalvados do major João Carlos Pereira Leite, proprietário das Sesmarias da Jacobina.

O quadro 1 busca realizar o ensaio de uma cronologia da Fazenda Descalvados desde a sua fundação até o momento atual, evidenciando os principais acontecimentos e as características gerais da propriedade.

Quadro 1 - Cronologia da Fazenda Descalvados (1876-2022)

Período/ano	Principais acontecimentos	Características Gerais
1876	O argentino Rafael Del Sar comprou a sesmaria de Descalvados do major João Carlos Pereira Leite, proprietário das sesmarias da Jacobina.	Charqueada rudimentar.
1880	Falecimento de João Carlos Pereira Leite. Seus bens foram a leilão, em hasta pública. A totalidade de suas terras, localizadas na margem direita do rio Paraguai, foi arrematada por um uruguaio, Jaime Cibils Buxareo. Junto com essas terras, Buxareo também comprou a charqueada de descálvados, pertencente a Rafael Del Sar.	Fábrica de extrato de carne; Fábrica de carnes conservadas; Comercialização de derivados do gado, como línguas e couro; Fábrica de sebo e sabão. Inovações tecnológicas: Movida por máquinas a vapor, que acionavam carpintarias, bombas de água e ferraria; Possuía um ancoradouro próprio e máquinas destinadas ao abate do gado e a imediata transformação da carne em caldo; máquinas para o aproveitamento dos derivados e subprodutos do gado, principalmente o couro; Máquinas para produção da embalagem que seria utilizada no envio dos produtos ao mercado consumidor europeu.
1895	Venda do empreendimento descálvados a companhia belga <i>Compagnie des Produits Cibils</i> .	—

Período/ano	Principais acontecimentos	Características Gerais
1898	Instalação do Vice-consulado belga em Descalvados	A elevação do lugar à condição de território belga, protegido pela imunidade diplomática, revelou-se parte de uma operação mais ampla: <i>A Compagnie des Produits Cíbils</i> e outras empresas belgas, em geral com participação dos mesmos acionistas, começaram a comprar concessões de terras para extração de borracha, todas localizadas ao longo da fronteira com a Bolívia ou próximas dela.
1899	Controle acionário assumido pelo <i>Banque D'Outre-Mer</i> . O seu antigo proprietário e a administração de descavados passou a novos integrantes: Alexandre Delcomune e Leon Thierry	—
1905	Liquidação da <i>Compagnie des Produits Cíbils</i> e sua substituição, pela <i>Société Industrielle et Agricole au Brésil</i> .	—
1912	<i>Société Industrielle et Agricole au Brésil</i> é vendida para o grupo americano <i>Brazil Land Cattle and Packing Company</i> , controlado por Percival Farquhar, investidor norte-americano.	Percival Farquhar trouxe dos Estados Unidos vaqueiros experientes, introduziu novas raças de gado e passou a dividir de forma racional as pastagens utilizando cercas de arame de aço, então uma novidade no Brasil. Procurava, com isso, aumentar a produtividade do rebanho. A fábrica continuou produzindo extrato de carne e charque, inclusive para abastecer as tropas americanas que lutaram na Primeira Guerra Mundial.
1930	—	O governo federal adota medidas no sentido de disciplinar e melhorar as condições de sanidade e higiene nas charqueadas, regulamentando a produção, o armazenamento e o seu transporte, estabelecendo normas mais rígidas e impondo uma política de impostos para combater os descaminhos, o comércio clandestino e os desvios de guias de comercialização.
1940	Descalvados foi nacionalizada por Getúlio Vargas e as terras foram para o homem de confiança do presidente da República em Mato Grosso, Filinto Muller, e o agrimensor Carlos Vandoni de Barros.	Após sucessivas crises financeiras e polêmicas disputas, Farquhar teve suas empresas nacionalizadas pelo governo Vargas em 1940, e a fábrica de extrato de carne foi definitivamente paralisada.
1945-1990	Pertenceu aos Irmãos Lacerda	Em 1990 faleceu o último dos irmãos Lacerda - Luiz Lacerda - e a fazenda foi passada para herdeiros.

Período/ano	Principais acontecimentos	Características Gerais
2001	A fazenda foi tombada pela pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a supervisão da Secretaria Estadual de Cultura, segundo Portaria nº 01/2001, D.O. 20/04/01.	—
2008	Firmado acordo de cooperação técnica científica com a Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat.	—
2009	Descalvados foi arrendada por 12 anos pelo empresário Antenor Alves dos Santos Júnior para exploração turística com safáris diurnos e noturnos, voos panorâmicos num helicóptero. Objetivo explorar a história, arqueologia, fauna, flora e parte científica com o ecoturismo.	Restauração da arquitetura belga dos edifícios da fazenda. Inventário da Fauna e da Flora.
2012	Ainda sob o arrendamento de Antenor Alves dos Santos Júnior.	Proposta de criação de um Centro de estudos da flora e fauna do ecossistema pantaneiro. Permissão apenas da pesca esportiva, na modalidade pesque e solte; intenção de firmar convênios com a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT nas áreas de Biologia, Zootecnia, Veterinária e Turismo.
2022	—	Máquinas expostas ao sol e a ferrugem, casa central sem teto com móveis antigos sendo consumidos pelo sol e pela chuva; casa principal com as paredes externas pintadas, porém, as internas estavam em ruínas.

Fontes: Garcia (2005); Garcia (2008); Jornal Oeste (2010-a); Jornal Oeste (2010-b).
Pesquisa de Campo (2022). Org. Rossetto, 2023.

As informações registradas no Quadro 1 evidenciam descontinuidades haja vista a escassez de registros sobre alguns acontecimentos. Todavia, para compreensão dos primórdios da Fazenda Descalvados se faz necessário a contextualização histórica da época.

Póvoas (1982) registra que com o fim da guerra contra o Paraguai foi restabelecida a livre navegação fluvial até Buenos Aires e Montevideú, como correlato, começou em Mato Grosso um período de forte intercâmbio comercial assim, o estado exportava para os mercados europeus, via rio Paraguai, borracha, ipecacuanha, penas de garças, madeira, couros e charques de sua indústria saladeira. Em contrapartida, importava máquinas, móveis, fer-

ragens, tecidos, calçados, conservas alimentícias, vinhos, cerveja, artigos de limpeza e outros, tudo transportado pela rota do rio da Prata.

Segundo Corrêa; Corrêa (2010), a produção de charque, couros e outros derivados do boi, no período posterior à guerra com os paraguaios, no final do século XIX, desenvolveu-se em duas direções: um voltado ao mercado externo da bacia do Prata ou aos mercados nacionais da orla marítima atlântica; outro, rumo aos mercados interiores mineiros e paulistas, atravessando sertões com comitivas, além de uma parcela destinada ao consumo interno das fazendas e das cidades mato-grossenses.

Nesse contexto histórico, em 1876, o argentino Rafael Del Sar comprou a sesmária de descavados e montou nela uma charqueada rudimentar. O saladeiro é considerado sinônimo de charqueada, foi uma indústria nascida na Argentina, com investimentos estrangeiros e grandes capitais. No Brasil, chamaram-se charqueadas os estabelecimentos que salgavam a carne e os couros. A carne, depois de salgada, denominava-se charque.

A forma tradicional de produzir charque na grande região pantaneira consistia em abater a rês, tirar-lhe os ossos, o couro, os chifres e cascos, cortar as carnes em grandes mantas e fazer a salga durante alguns dias. A salga era feita preferencialmente com o sal de Cadiz, produto importado via Bacia do Prata e considerado o único capaz de produzir um bom charque. Era, entretanto, muito caro [...]. Depois de salgadas, as mantas de carne permaneciam por 7 semanas a secar em varas, viradas diariamente e empilhadas durante a noite até as primeiras horas da manhã, para evitar a umidade. Quando devidamente secas, eram armazenadas em panos grossos e amarradas para o embarque via fluvial ou ferroviária. (Jones, 1950, p. 17 *apud* Corrêa; Corrêa, 2010, p. 54-55).

Portanto, Descalvados nasce como manufatura, nas palavras de Romero (2017, p. 75), “as charqueadas em Mato Grosso foram grandes empresas manufatureiras, no início do século XX, eram as principais indústrias do estado”.

Corrêa; Corrêa (2010) analisam a economia do charque em Mato Grosso e ressaltam as dificuldades em integrar-se ao mercado regional destacando que o Pantanal era uma área pobre e periférica, a carne seca e salgada era produzida com técnicas primitivas e de baixa qualidade, contudo, afirmam

que o boi criado nos latifúndios mato-grossenses foi o meio de vida dos pecuaristas e possibilitou a dinâmica de um mercado interno de abastecimento que nessas situações garantiam ao menos a sobrevivência dos fazendeiros e da população que deles dependia, nas fazendas e nas áreas urbanas.

Em 1880, Descalvados vive um momento de inovação tecnológica, o uruguaio, Jaime Cibils Buxareo compra a charqueada rudimentar e a transforma em uma moderna fábrica de extrato de carne; de carnes conservadas; sebo e sabão e comercializava ainda derivados do gado, como lúnguas e couro.

Garcia (2005) registra que a fábrica foi construída com os mais modernos equipamentos disponíveis na época: máquinas a vapor, bombas d'água, tornos mecânicos, serraria e todas as instalações necessárias para a produção em larga escala. A fábrica podia ser toda percorrida por trilhos, pelos quais pequenos vagões transportavam os produtos, e ligava-se também por trilhos ao porto, situado às margens do Rio Paraguai, ponto de saída para o exterior.

Naquele momento histórico, o Pantanal interessava aos investidores estrangeiros devido a abundância da matéria-prima, o gado, além força de trabalho, as grandes extensões de terras devolutas e a facilidade de escoamento pelo rio Paraguai, colocando sua produção nos mercados platino e brasileiro todavia, a distância dos grandes centros fabricantes de produtos manufaturados que estavam localizados no litoral, no Prata, ou mesmo na Europa, levou Jaime Cibils Buxareo a implantar uma fábrica autônoma com pouca dependência de fornecedores externos.

Dessa forma, a fábrica tinha todas as máquinas destinadas ao abate do gado e a imediata transformação da carne em caldo, bem como para o aproveitamento de seus derivados e subprodutos, principalmente o couro. Além disso, produzia a própria embalagem que seria utilizada no envio dos produtos ao mercado consumidor europeu. Além da produção de extrato de carne, caldos, língua salgada e couro, que eram exportados, havia em Descalvados uma fábrica de sebo e de sabão, produtos que eram vendidos no mercado da própria província de Mato Grosso.

Os produtos de descálvados logo chegaram ao mercado europeu, aproveitando a rede comercial que Buxareo havia montado a partir das empresas de sua família no Uruguai, tendo ganhado vários prêmios em exposições internacionais. Jaime Cibils Buxareo, possuía um latifúndio cuja dimensão

era de cerca de um milhão de hectares, representando um grande empreendimento capitalista no pantanal mato-grossense (Alves, 2017).

Rossetto; Souza (2005) destacam as condições de trabalho na Fazenda Descalvados a partir do depoimento de um empregado que desempenhava a função de vaqueiro, o depoente ressalta as dificuldades na época das cheias, a ausência de assistência médica, os baixos salários e o elevado contingente de mão-de-obra inclusive de indígenas denominados de “bugres” ou “bororada”. Também foi registrada a presença de indígenas chiquitanos como trabalhadores braçais, tal povo habitava a região de fronteira acima de Cáceres, tanto do lado brasileiro como do lado boliviano.

Tal fato é reiterado por Garcia (2005) ao informar sobre a divisão do trabalho realizada por Jaime Cibils Buxareo, na moderna Fábrica Descalvados onde havia a seguinte separação: a) atividades mais rústicas confiadas aos peões brasileiros e de outras nacionalidades que viviam na região; b) atividades mais sofisticadas confiadas a um administrador contratado em Montevidéu e a membros de sua família. Assim, os trabalhadores da fronteira, brasileiros ou não, compunham o abundante exército de mão-de-obra de reserva como evidenciado por Rossetto; Souza (2005) que era trocado constantemente na medida em que os “peões” não desempenhavam o trabalho de acordo com as normas da empresa.

Múltiplos são os motivos registrados pela historiografia sobre a venda de descavados em 1895, entre eles destacam-se: a) negociações infrutíferas com o governo de Mato Grosso para isenções de impostos; b) endividamento da empresa devido aos altos custos de transporte.

Jaime Cibils Buxareo tentou vender a Fábrica Descalvados por duas vezes. A primeira, em 1891, foi para uma empresa denominada Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso, mas a grande crise financeira da época atrapalhou o negócio, e este não se consumou. A segunda tentativa se efetivou em 1895 e Descalvados foi vendida para um grupo belga, a *Compagnie des Produits Cibils* sendo que Jaime Cibils Buxareo tinha participação nessa nova companhia como seu acionista majoritário.

Segundo Garcia (2005; 2008) Descalvados representou o começo da tentativa de instalação de uma colônia belga no oeste do Brasil, na fronteira com a Bolívia. Nesse momento, o empreendimento passa a ser administrado pelo ex-oficial do exército belga François Van Dionant que atuava como o vice-rei de uma colônia.

Entre as medidas adotadas por ele, registra-se: a) a organização de um exército particular composto por ex-oficiais belgas conhecidos pelas atrocidades cometidas visando manter os ladrões de gado afastados. Tal exército atuava com o consentimento do governo de Mato Grosso que se revelou incapaz de manter uma força policial na fronteira do Brasil com a Bolívia para combater os ladrões de gado; b) a criação em 1898, a pedido de diplomatas da Bélgica que atuavam no Brasil, de um vice-consulado Belga em Descalvados, assim o empreendimento foi elevado à condição de território belga, protegido pela imunidade diplomática.

Com o poder político e financeiro, a *Compagnie des Produits Cíbils* e outras empresas belgas, em geral com participação dos mesmos acionistas, começaram a comprar concessões de terras para extração de borracha, todas localizadas ao longo da fronteira com a Bolívia ou próximas dela, assim, desde 1899, Descalvados passou a ter o seu controle acionário assumido pelo *Banque D'Outre-Mer* que distribuía dividendos e bonificações entre seus sócios.

Em 1905 a *Compagnie des Produits Cíbils* foi substituída pela *Société Industrielle et Agricole au Brésil*, com as justificativas, a saber: a) uma seca castigou a região por volta dos anos 1903-1905, diminuindo a pastagem e a produção pecuária; b) a exploração de borracha no Guaporé que também era fonte de capital para a empresa foi abandonada; c) matança indiscriminada de machos e fêmeas que teria sido um recurso para conseguir abater o gado que estava se tornando bravio, o que teria levado ao aniquilamento do rebanho.

Segundo Garcia (2008) a última hipótese é discutível devido a habilidade técnica dos funcionários de nível mais elevado; d) epidemias que infestavam constantemente os animais cavaleiros. Todavia, o referido autor alega que o fator decisivo foi de ordem geopolítica, ou seja, se a companhia não se tornasse mais rentável, seria vendida.

Em 1912, a *Compagnie Industrielle et Agricole au Brésil*, é vendida para a *Brazil Land Cattle and Packingm Company*, do grupo americano controlado por Percival Farquhar que tinha métodos de ação extremamente agressivos, no sentido de obter o controle monopolístico de setores econômicos inteiros.

Corrêa; Corrêa (2010) afirmam que a partir da década de 1930 ocorreu uma diminuição acentuada na produção e exportação de charque, no mo-

mento histórico em que o governo federal exigiu melhoria das condições de sanidade e higiene nas charqueadas, regulamentou a produção, o armazenamento e o transporte do charque e estabeleceu normas mais rígidas em conjunto com uma política de impostos para combater o comércio clandestino e os desvios de guias de comercialização. Para os autores, tais medidas vieram agravar o quadro precário da economia saladeril e da pecuária mato-grossense nos anos subsequentes.

Na Era Vargas os latifúndios estrangeiros foram desmembrados, o que gera oportunidade a mais criadores de gado. A Fazenda Descalvados com 220 léguas sofre intervenção do Deputado Carlos Vandoni de Barros, dividindo-a em 31 lotes de seis a dez léguas quadradas, praticando a pecuária. A família Lacerda permaneceu com a posse da Fazenda Descalvados até 1990, depois disso, a fazenda ficou abandonada, mantida precariamente.

Em 2001, a fazenda foi tombada pela pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com a supervisão da Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso, segundo Portaria nº 01/2001, D.O. 20/04/01. O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal.

Todavia, não foi possível averiguar se o tombamento de descavalvados contribuiu para a conservação do seu patrimônio histórico. Consta também que em 2008 foi firmado acordo de cooperação técnica científica com a Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, entretanto, durante a pesquisa de campo, não foram encontrados indícios de pesquisa ou pesquisadores no local.

Em 2009, descavalvados foi arrendada por 12 anos pelo empresário Antenor Alves dos Santos Júnior com objetivo de exploração turística. Em entrevista para o Jornal Oeste (2010-a), o arrendatário afirma que buscava por meio do ecoturismo, explorar a história, arqueologia, fauna, flora e a parte científica, além de restaurar a arquitetura belga dos edifícios da fazenda.

Em 2012, ainda sob o arrendamento de Antenor Alves dos Santos Júnior, foi divulgado pelo Jornal Oeste (2010-b) que descavalvados criaria um Centro de estudos da flora e fauna do ecossistema pantaneiro. Ademais, seria permitido no local apenas a pesca esportiva, na modalidade pesque e solte; afirmaram ainda a intenção de firmar convênios com a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT nas áreas de Biologia, Zootecnia, Veterinária e Turismo.

O fato é que, durante a coleta de dados em campo – junho 2022 – detectou-se que as edificações, apesar de estarem com as paredes externas pintadas (Fig. 1), estão internamente em processo de deterioração. A casa principal estava com o teto desabado e móveis antigos encontravam-se ao relento, sendo prejudicados pelo sol e pela chuva (Fig. 2 e Fig. 3).



Foto: Rossetto, junho, 2022

Fig. 1 – Vista Parcial da fazenda descalvados na margem direita do Rio Paraguai – Cáceres/MT. Ao fundo a casa principal com pintura externa em bom estado de conservação



Foto: Rossetto, junho, 2022

Fig. 2 – Armário da casa principal que no momento da pesquisa estava ao relento porque a edificação estava sem teto.



Foto: Rossetto, junho, 2022

Fig. 3 – Penteadeira da casa principal que no momento da pesquisa estava ao relento porque a edificação estava sem teto.

As molduras das janelas da casa principal (Fig. 4) e o altar da capela de São Brás com imagens de santos entalhados em madeira encontram-se abandonados (Fig. 5), expostos aos cupins e a ação do tempo. Pouco se tem escrito acerca da história do projeto construtivo e das técnicas utilizadas na execução da capela. Em que período a capela foi construída? Será que data de 1880 quando Rafael Der Sar adquire descavados e a transforma em uma “moderna fábrica de extrato de carne?”. Quais seriam os hábitos, manifestações religiosas, além de diversos outros elementos que caracterizavam a cultura pantaneira nos momentos em que descavados era uma referência de modernidade?

Fig. 4 – Moldura de um vidro da janela da casa principal que jaz ao chão, junto com outros restos de materiais de construção.



Foto: Rossetto, junho, 2022

Fig. 5 – Altar principal da Capela de São Brás. Imagens e altar de madeira.



Foto: Rossetto, junho, 2022

Infelizmente pouco se tem registrado e muito a ser pesquisado sobre os temas citados, todavia, se ações de restauração e conservação não forem tomadas com urgência o patrimônio histórico e cultural de descavados se perderá no tempo.

A despeito desse problema, deve-se reconhecer que uma observação mais detida acerca da singularidade construtiva da paisagem de descavados permite vislumbrar registros de referenciais culturais que envolvem a separação entre as classes sociais, as hierarquias mais altas com as melhores moradias e os funcionários menos qualificados acampados nos galpões que ainda resistem como testemunhos da divisão social do trabalho.

Os modernos equipamentos trazidos da Europa encontram-se ao relento tornando-se impossível sua identificação. Durante a pesquisa de campo, observou-se que só restou a fachada da casa de máquinas em ruínas (Fig. 6) e vários equipamentos e máquinas cobertos de ferrugem abandonados no pátio (Fig. 7; Fig. 8; Fig. 9; Fig. 10; Fig. 11).

Foto: Rossetto, junho, 2022



Fig. 6 – Fachada da Casa de Máquinas em Ruínas.



Foto: Rossetto, junho, 2022

Fig. 7 – Equipamentos abandonados



Foto: Rossetto, junho, 2022

Fig. 8 – Maquinário Abandonado –
Fazenda Descalvados



Foto: Rossetto, junho, 2022

Fig. 9 – Maquinário Abandonado –
Fazenda Descalvados



Foto: Rossetto, junho, 2022



Foto: Rossetto, junho, 2022

Fig. 10 e 11 – Maquinário Abandonado – Fazenda Descalvados

Ao observar com mais detalhes a figura 10, detecta-se que uma das peças apresenta uma inscrição em inglês – A.C.W SMITH ac° NO 504. CLAS-COW – que pode ser a marca ou a série do equipamento. Consta-se a crescente deterioração do patrimônio evidenciando a ausência de recursos humanos e financeiros destinados aos procedimentos de conservação.

O tombamento pelo IPHAN e a parceria com instituição de ensino superior de Cáceres não estão garantindo a salvaguarda pois os bens já se encontram em estado avançado de degradação, necessitando de restauração, que é uma ação mais radical e onerosa. Ademais, não estão sendo tomadas providências de manutenção e conservação que poderiam estancar, ou ao menos amenizar, a deterioração.

Durante a pesquisa de campo, não foi possível identificar quem é o atual proprietário de Descalvados. Os funcionários que estavam presentes no local mostraram-se arredios e indispostos a responder perguntas, limitando-se a mostrar o lugar e afirmando que atualmente ali é desenvolvida a pecuária bovina. Observou-se também que a infraestrutura de pousada para atividade turística é precária e resume-se a alguns quartos vazios e sendo restaurados. Não havia a presença de nenhum turista.

Obviamente a tarefa de preservar o patrimônio edificado da fazenda Descalvados cabe ao estado de Mato Grosso, ao município de Cáceres, aos seus proprietários e a sociedade, entretanto, até o momento, o poder público via IPHAN e Secretaria de Estado de Cultura continuam sendo os protagonistas das políticas de preservação, sendo responsáveis pela fiscalização, monitoramento e penalidades. A essa constatação se acrescenta o fato de que as ações de preservação – como tantas outras nas áreas social e cultural – dependem da continuidade de esforços a longo prazo e do apoio e cooperação pública e privada.

Na atual conjuntura, o pantanal que guarda histórias e memórias por meio das antigas fazendas pantaneiras está desaparecendo, tal fato resulta das intempéries do subir e baixar das águas e do descaso do poder político regional, assim, a destruição do patrimônio histórico significa a perda do senso de pertencimento e da identidade cultural da gente pantaneira.

Considerações finais

Mesmo com a proteção de um arcabouço legal e com a sua reconhecida importância como patrimônio histórico, Descalvados está em ruínas e as instituições responsáveis pela questão não estão conseguindo responder adequadamente, preservando, mantendo ou recuperando suas edificações.

Enquanto não houver a conjugação de esforços públicos e privados e o entendimento de que a valorização do patrimônio histórico e cultural pode gerar resultados concretos na economia pantaneira por meio da indústria do turismo, o processo de degradação do patrimônio histórico do pantanal continuará seu curso.

Referências bibliográficas

- ALVES, G. L. *Mato Grosso e a História: 1870- 1929* (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 61, p. 5–82, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/995>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- CORRÊA FILHO, V. *Pantanaís Mato grossenses* (devassamento e ocupação). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1946.
- CORRÊA, V.; CORRÊA, L. S. *Charqueadas: uma alternativa na economia pecuária do sul de Mato Grosso (1880-1930/40)*.: Revista De Albuquerque História, v. 2, n. 3, 2010.
- FONSECA, M.C.L.. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.
- GARCIA, D. S. da C.. Território e Negócios na “Era dos Impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil. Campinas, SP: [s.n.], 2005. *Tese* (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.
- GARCIA, D. S. da C.. *Indústria da cobiça. Histórias mirabolantes sobre uma antiga fábrica de extrato de carne erguida no Pantanal mato-grossense*. Revista História Biblioteca Nacional. 23/04/2008. Disponível em: <http://rhbn.com.br/secao/artigos-revista/industria-da-cobica>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- JORNAL OESTE. Descalvados renasce, majestosa. 2010-a. Disponível em: https://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=13361¬icia=descalvados_renasce_majestosa. Acesso em: 27 nov. 2023.
- JORNAL OESTE. Fazenda Descalvados será transformada em base de pesquisa e resort com proibição de pesca. 01/05/2010-b. Disponível em: https://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=8786¬icia=fazenda_descalvados_sera_transformada_em_base_de_pesquisa_e_resort_com_proibicao_de_pesca_. Acesso em: 27 nov. 2023.
- PÓVOAS, L. C. *Influências do Rio da Prata em Mato Grosso*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, MT, 1982.
- ROMERO, E. D.. Corumbá e seu papel como entreposto comercial de 1870 a 1914 na economia mato-grossense. 2017. *Tese* de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-10072018-143134/en.php>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- ROSSETTO, O. C.; DALLA NORA, G.; SAITO, C. H. *Desenvolvimento (in) sustentável do Pantanal brasileiro: regionalização e políticas públicas (1970-2018)*. Terra Livre, v. 1, n. 54, p. 434-476, 2020.

ROSSETTO, O. C.; SOUZA, M. B..
*Reorganização da estrutura fundiária no
Pantanal Mato-grossense: os assentamentos
da reforma agrária Corixinha, Katira,
Água Boa e Bom Suceso em Cáceres-MT.*
Revista do Instituto Histórico e Geográfico
de Mato Grosso, v. 63, p. 109-131, 2005.

11. A descrição de cenário de desenvolvimento da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso: a primeira década de sua instituição (2005-2015)

*Edson Benedito Rondon Filho*¹¹⁰

*Agilson Azizes Ferreira*¹¹¹

*Erleno Pereira de Aquino*¹¹²

*Kleber Franklin de Lima Ferreira*¹¹³

*Henrique Correia da Silva Santos*¹¹⁴

RESUMO: Este artigo descreve o cenário da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato, realizando sua caracterização regional com diagnóstico nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, bem como constrói o seu quadro de desenvolvimento, na primeira década de sua instituição (2005-2015), conforme a Lei Federal n. 11.107/2005. A realização desta pesquisa faz parte de um conjunto de atividades acadêmicas exigidas no Curso Superior de Polícia (CSP) promovido pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) no ano de 2015. Como questão guia tem-se: quais as vocações territoriais da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso? O objetivo principal é identificar as vocações territoriais da Região do Médio Araguaia com suas vantagens, problemas e desejos. O método é compreensivo com abordagem híbrida quanti-qualitativa, sendo os dados coletados de maneira indireta, no ano de 2015, junto a bases abertas como o IBGE, o IPEADATA e o PNUD e interpretação fundamentada nas Teorias do Desenvolvimento.

110 Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente colaborador do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga (FCARP). Associado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

111 Especialista em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde.

112 Médico. Especialista em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde.

113 Especialista em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde.

114 Especialista em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Mato Grosso; Região do Médio Araguaia; Vocações territoriais.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

**DESCRIPTION OF THE DEVELOPMENT SCENARIO OF THE
MIDDLE ARAGUAIA REGION OF THE STATE OF MATO GROSSO:
THE FIRST DECADE OF ITS INSTITUTION (2005-2015)**

ABSTRACT: This article describes the scenario of the Middle Araguaia Region of the State of Mato (Brazil), carrying out its regional characterization with diagnosis in the economic, social and environmental dimensions, as well as constructing its development framework, in the first decade of its institution (2005-2015), according to Federal Law no. 11,107/2005. Carrying out this research is part of a set of academic activities required in the Higher Police Course (CSP) promoted by the Costa Verde Military Police Academy (APMCV) of the Mato Grosso Military Police (PMMT) in 2015. The question is: what are the territorial vocations of the Middle Araguaia Region of the State of Mato Grosso? The main objective is to identify the territorial vocations of the Middle Araguaia Region with their advantages, problems and desires. The method is comprehensive with a hybrid quantitative-qualitative approach, with data collected indirectly, in 2015, together with open bases such as IBGE, IPEADATA and UNDP and interpretation based on Development Theories.

Keywords: Regional Development; State of Mato Grosso; The Middle Araguaia Region; Territorial vocations.

Introdução

A realização desta pesquisa fez parte de um conjunto de atividades acadêmicas exigidas no Curso Superior de Polícia (CSP) promovido pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) no ano de 2015, requisito para a promoção ao posto de Coronel da referida instituição policial militar.

A questão do desenvolvimento regional é tema em pauta nos debates acadêmicos desde o pós Segunda Guerra Mundial na medida em que foi observado um processo de desenvolvimento descontínuo e desigual nas diversas regiões estudadas, revestindo-se de complexidade as relações existentes e integrantes das economias desses locais.

Lima e Simões (2010, p. 6) ao apresentarem as Teorias sobre a Dinâmica Regional e Implicações de Políticas Econômicas alertaram que esse tipo de abordagem pressupõe a definição do conceito de região, pois “(...) a mesma cresce ou declina como um todo, ao invés de ter suas variações de renda como a soma aleatória de variações independentes nas atividades nela localizadas”.

Qualquer que seja o critério utilizado para definir a noção de região haverá nesse procedimento um corte arbitrário, pois no capitalismo o espaço econômico é articulado e integrado não havendo secções entre as dimensões envolvidas, o que leva à definição de região a um sentido de integração espacial em determinado conjunto de pontos em território que gera diferenciação em relação às outras regiões.

Essas teorias mencionadas tentam compreender o movimento do capital no espaço, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos por Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, François Perroux, Jacques Boudeville e Douglas C. North (*idem*, p. 6).

Por esse raciocínio, o presente trabalho tem por finalidade descrever, a partir de dados coletados no ano de 2015, o cenário de desenvolvimento da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso na primeira década de sua criação (2005-2015), conforme sua instituição jurídica dada pela Lei Federal n. 11.107/2005. Essa Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso é formada pelos municípios de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Ribeirão Cascalheira.

O problema que adveio da proposta foi: quais as vocações territoriais da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso? O que nos conduz ao objetivo de identificar quais são as vocações dessa região com vantagens, problemas e desejos, em estudo descritivo, com o uso do método compreensivo e abordagem metodológica híbrida quanti-qualitativa. Como suporte para a coleta de dados foram utilizados os sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O artigo é estruturado em seções que abordam a caracterização regional, o consórcio intermunicipal da Região do Médio Araguaia, as vocações territoriais e o cenário da região.

Caracterização regional

A riqueza e a diversidade de Mato Grosso são notórias, como também seu acelerado crescimento econômico e demográfico, tendo como base a agropecuária voltada para o mercado exterior, gerando um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 57,2 bilhões (Seplan, 2012).

Nesse quadro encontramos forte imigração e problemas sociais e ambientais, em que pese os indicadores sociais estarem acima da média nacional. Para se ter uma ideia, Mato Grosso cresceu entre 2002 e 2007 em média de 7,73% ao ano, dois pontos percentuais acima da média nacional. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 2008 foi de R\$ 17.102,00 e teve como base econômica o agronegócio que contribui com quase 30% do PIB estadual.

Conciliar desenvolvimento com sustentabilidade tem sido o grande desafio, sobretudo pela pressão antrópica exercida sobre os recursos naturais.

Estudos da Secretaria de Estado de Planejamento, Seplan (2012) apontam estrangulamentos na infraestrutura e logística, o que impacta na alta produtividade em razão do baixo adensamento produtivo e limitada agregação de valor aos produtos primários, refletindo na renda e no emprego.

Esse cenário interfere diretamente no desenvolvimento que cada vez mais passa a depender das políticas e investimentos, e, ainda, da economia mundial, principalmente o mercado de alimentos e *commodities*.

Alguns pontos merecem destaque para melhor compreensão da temática, como é o caso do crescimento da população de Mato Grosso que entre 2005 e 2010 cresceu apenas 1,56% ao ano, um pouco acima da média do Centro-oeste (1,5%/ano) e do Brasil (0,79%/ano), o que evidencia movimento migratório, mas bem mais tímido que as décadas anteriores. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (2009) indicam que 40,4% da população residente no Estado é formada por migrantes (*idem*, 2012).

A Região do Médio Araguaia, objeto de nossa análise, é formada pelos municípios de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Ribeirão Cascalheira, e dentro desse cenário estes merecem detalhamento para melhor compreensão do desenvolvimento da região, passo que daremos doravante.

Água Boa

A denominação Água Boa data da época de abertura da BR 158 na década de setenta quando a região foi destino de fluxo migratório. A Lei estadual nº 4.166, de 26 de dezembro de 1979, criou o município desmembrado de Barra do Garças.

Dista 730 km de Cuiabá e possui o maior índice de desenvolvimento da região leste do Mato Grosso (2005-2015), com diversificação na base econômica e fortalecimento da agricultura e pecuária, bem como o setor industrial com empresas de diversos segmentos.

Campinápolis

A Lei Estadual nº 4.994, de 13 de maio de 1986, criou o município de Campinápolis através de área desmembrada de Nova Xavantina. Sua população em 2015 foi estimada em 15.112 habitantes, distribuídos numa área de 5.967 Km². Sua localização dista 93 km de Água Boa.

Canarana

O Distrito de Canarana foi instituído pela Lei Estadual nº 3.759, de 29 de junho de 1978, subordinado ao município de Barra do Garças. Em 1979,

pela Lei Estadual nº 4.165 de 26 de dezembro, foi criado o município de Canarana.

De Canarana se originou Ribeirão Cascalheira no ano de 1988, pela Lei Estadual nº 5.267, de 3 de maio de 1988.

O ponto de realce de Canarana é o seu planejamento com ruas e avenidas largas. Possui os distritos de Matinha, Serra Dourada, Culuene e Garapú.

Cocalinho

Cocalinho teve sua ocupação em tempo mais recente quando em comparação com as outras ocupações da região, mas sua reserva territorial data de 26 de abril de 1928, quando o governo estadual, pelo decreto-lei nº 808, destinou 1.800 hectares de área para a então povoação de São José do Cocalinho no município de Registro do Araguaia.

Em 1934 foi criado o município de Araguaiana (Decreto nº 368) e juntamente o Distrito de Paz de São José do Cocalinho. Desse distrito foi criado o distrito de São Félix em 1948 pela Lei nº 163, de 23 de outubro.

No ano de 1952, o decreto nº 1.329 de 19 de maio, destinou para formação de patrimônio da Vila Cocalinho 3.600 hectares de terras do município de Barra do Garças. O município de Cocalinho ganhou tal status somente em 13 de maio de 1986, pela Lei Estadual nº 5.009 quando foi desmembrado de Barra do Garças. A mesma divisão territorial foi mantida em 1995 e em 2009.

Gaúcha do Norte

A região de Gaúcha do Norte tem suas raízes junto à Colonizadora Gaúcha cujos diretores eram oriundos da cidade de Cascavel (PR) onde possuíam a rede de lojas chamada Casa Gaúcha.

Inicialmente a localidade foi chamada de Gleba Gaúcha acolhendo os desapropriados da Hidrelétrica Itaipu e agricultores dos estados sulistas. O Distrito de Gaúcha do Norte foi criado pela Lei Estadual nº 4.406, de 30 de novembro de 1981, integrando o município de Paranatinga, permanecendo nessa condição até a divisão territorial de 1993. Em 1995, pela Lei Estadual nº 6.686, foi elevada à condição de município com instalação do distrito sede em 1º de janeiro de 1997.

Nova Nazaré

O Rio Borecaia inspirou a primeira denominação da localidade, cuja povoação se originou dos assentamentos promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O município foi criado pela Lei Estadual nº 7.235, de 28 de dezembro de 1999, por desmembramento do município de Água Boa.

Nova Xavantina

A criação de Nova Xavantina-MT partiu desde a penetração da expedição Roncador-Xingu em 1943, comandada pelo Coronel Flaviano de Mattos Vanique, que alardeava a *marcha para o oeste*, de Getúlio Vargas, porém escondia um projeto, caso fosse necessário, de trasladar a capital do Brasil do Rio de Janeiro para um quadrilátero na bacia fluvial do Xingu, cuja exposição demasiada no período de guerra era vulnerável aos ataques inimigos.

Em 1944 foi lançada pelo aludido Oficial a pedra fundamental denominada de Xavantina, em homenagem ao povo indígena xavante, situada às margens do rio das Mortes, tendo também, a pretensão de fazer assentamento agrário na região pela Fundação Brasil Central, projeto que não evoluiu, verificando-se novo incremento somente aos 1950.

Com a denominação de Ministro João Alberto, em 14 de dezembro de 1943, a Lei n. 2059 criou o distrito com sede no sítio de Xavantina e no dia 29 de junho de 1976, na margem esquerda do rio das Mortes, o distrito de Nova Brasília, por meio da Lei nº 3759. A evolução da região propiciou a criação do município de Nova Xavantina em 3 de março de 1980, desmembrado do município de Barra do Garças e constituído do distrito sede Instalado em 14 de janeiro de 1981. Em 1º de outubro de 1981 lhe anexaram o distrito de Campinápolis por meio da Lei Estadual n.º 4353, o qual foi desmembrado em 1986 por ter sido elevado à categoria de município.

Nova Xavantina é constituído do distrito sede em divisão territorial de 1988, assim permanecendo até a divisão territorial de 2001. Em divisão territorial de 2005, o município é constituído de 2 distritos denominados de Nova Xavantina e União do Leste, permanecendo até a divisão territorial de 2009.

Querência

Querência, fundada em 8 de dezembro de 1985, tem sua denominação vinculada às raízes sulinas e à cultura de seus colonizadores gaúchos. É resultado do projeto desenvolvido pela Cooperativa Mista de Canarana, fundada pelo pastor Norberto Schwantes, após este adquirir de Peres Maldonado 180 mil hectares da Fazenda Betis, localizada entre os municípios de Barra do Garças e São Félix do Araguaia. Sua dependência inicial do município de Canarana conduziu à improvisação de ações e carência de recursos materiais.

Em 19 de dezembro de 1991, a Lei nº 5.895 de 19 de dezembro, cria o município de Querência, desmembrado de Canarana e São Félix do Araguaia. Constituído e instalado distrito sede em 1º de janeiro de 1993.

Ribeirão Cascalheira

Antes de ser Ribeirão Cascalheira o município foi conhecido por Ribeirão Bonito, nos idos de 1968, quando os pioneiros se instalaram às margens do Córrego Suiazinho. Posteriormente o local passou a ser denominado de Alta Cascalheira. Com o núcleo do povoamento estabelecido, outras denominações vieram como Guedolândia e Divinéia.

Em 9 de outubro de 1984, através da Lei Estadual nº 4.774, foi criado o Distrito de Ribeirão Bonito. Em 3 de maio de 1988, pela Lei nº 5.267, após ser desmembrado do município de Canarana e São Félix do Araguaia, foi criado o município de Ribeirão Cascalheira, nome resultado da aglutinação dos termos Ribeiro e Cascalheira pela origem junto ao córrego Suiazinho e pela existência do cascalho na região. O distrito sede foi constituído e instalado em 1º de janeiro de 1989, sendo esta divisão territorial mantida em 1993 e ratificada em 2009.

Realizada a caracterização da região em análise, passaremos a descrever as bases do consórcio formado pelos municípios em comento, nos termos da Lei Federal n. 11.107/2005, para realização de ações de interesse comum.

O consórcio intermunicipal da Região do Médio Araguaia

Segundo Diegues (2011, p. 292), desde a Constituição de 1937 existe a previsão de criação de consórcios intermunicipais no Brasil, mas somente na década de 1990, é que essa prática ganhou impulso para coordenação e cooperação nas políticas públicas comuns afetadas aos municípios de determinada região.

A definição de consórcio comporta várias acepções e não nos detemos nessa perspectiva em específico por não ser o objetivo deste trabalho, mas compartilharemos as seguintes:

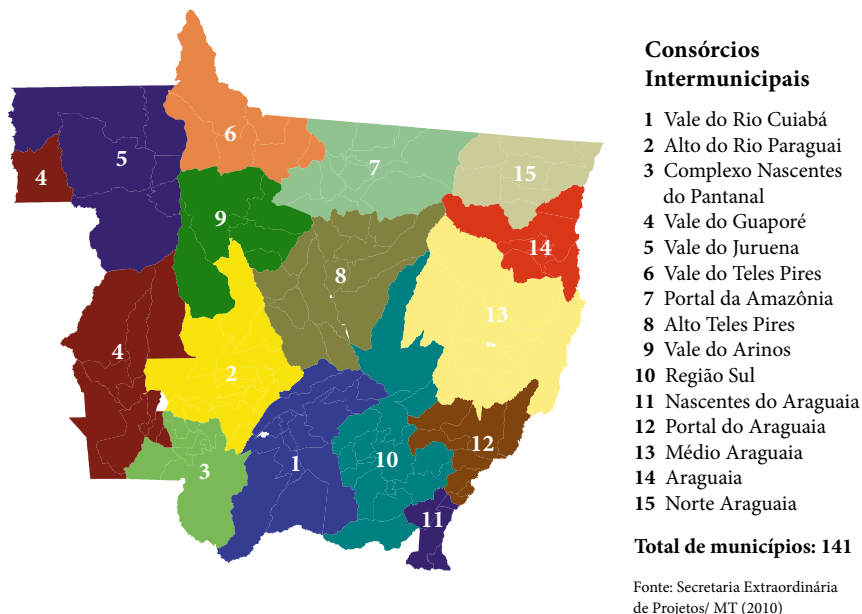
São organizações resultantes da disposição da cooperação dos atores políticos relevantes dos diversos municípios (prefeitos) que decidem cooperar entre si para resolver problemas relativos ao tema ou a um setor específico. Consórcios intermunicipais são formados por uma rede federativa em que se constituiu uma arena política de cooperação horizontal entre dois e mais entes federativos municipais, voltada para a produção compartilhada de decisões sobre políticas públicas. (Idem, p. 295, 296 e 299).

O Estado de Mato Grosso implantou 15 (quinze) Consórcios Intermunicipais (conforme Figura nº 1), nos termos da Lei Federal nº 11.107/05, constituindo-se em entidades públicas com personalidade jurídica, sede própria e corpo técnico e administrativo.

Esses consórcios possuem objetivos específicos, a destacar: 1) aumentar o número de postos de trabalho e a renda da população; 2) incrementar a arrecadação dos municípios; 3) melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios. Contam com parcerias do Governo do Estado (Sepe, Seder, Sicme, Setecs, Secitec, Seplan, Sema, Sefaz, Sedtur, etc.); Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM); Sebrae, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Famato, Senar, Fetagri, etc.

É óbvio que a responsabilidade é compartilhada com o Governo do Estado que, através do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis e Programa MT Regional, busca promover a integração das ações das secretarias e órgãos das diversas esferas, conjugando com ações de outros parceiros e assim atingir os objetivos propostos, que passam pelas seguintes estratégias: a) organizar um programa único de Estado para o desenvolvimento

Figura nº 1 – Cartografia da divisão geográfica dos Consórcios Intermunicipais do Estado de Mato Grosso



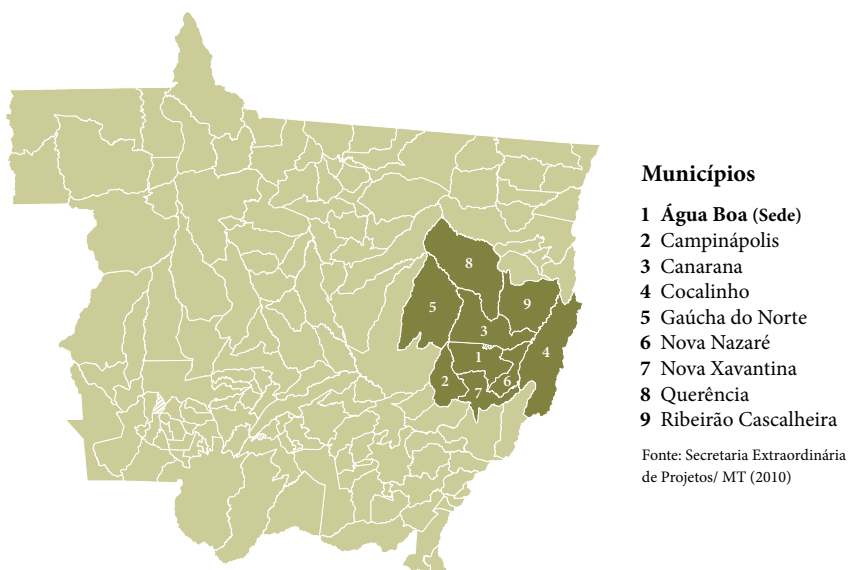
regional; b) estimular o desenvolvimento regional, considerando as vocações econômicas de cada região; c) apoiar a implementação das cadeias produtivas definidas e propostas pelos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Sustentável; d) ir ao encontro das demandas (sociais, econômicas, logísticas e ambientais) levantadas pelos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Sustentável.

Várias ações de apoio são realizadas, como: a) assistência técnica e organizacional (foco principal na agricultura familiar); b) elaboração de programas e projetos; c) organização das cadeias produtivas; d) regularização fundiária; e) transferência de tecnologia (capacitação continuada/ Embrapa, jornadas técnicas); f) fomento (mudas, sementes, tanques de resfriamento, centrais de inseminação, sistema de irrigação, etc.); g) crédito (MT Fomento; Pronaf; Crédito Fundiário; FCO; Fundeic; Ministério da Integração Nacional); h) capacitação (técnicos, produtores e empresários); i) infraestrutura (estradas, energia elétrica, central de comercialização etc.); j) legislação (in-

centivos fiscais, produtos da terra, flexibilização do crédito, inspeção sanitária, etc.); k) comunicação (telefonia, internet, etc.).

Essa perspectiva embasou a criação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento e Sócio-ambiental do Médio Araguaia, denominado CODEMA¹¹⁵, com sede na cidade de Água Boa e composto pelos municípios de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Ribeirão Cascalheira (ver Figura nº 2).

Figura nº 2 – Cartografia da divisão geográfica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental do Médio Araguaia



115 CNPJ: 09.237.626/0001-90. Av. Planalto, 410 –Centro, CEP: 78635-000 –Água Boa/MT. Tel.: (66) 3468-6422 E-Mail: consorcio_codema@hotmail.com.

A adesão ao Codema se deu conforme as normativas demonstradas no quadro adiante:

Quadro nº 1
Lei autorizativas de adesão pelos municípios do Médio Araguaia ao Codema

Município	Data de adesão	Lei autorizativa
Água Boa (sede)	Junho/2007	Lei 911 – 07/08/2007
Campinápolis	Junho/2007	Lei 761 – 18/08/2006
Canarana	Junho/2007	Lei 802 – 10/09/2007
Cocalinho	Junho/2007	Lei 563 – 06/08/2007
Gaúcha do Norte	Junho/2007	Lei 281 – 04/09/2007
Nova Nazaré	Junho/2007	Lei 226 – 23/07/2007
Nova Xavantina	Março/2009	Lei 1.349 – 16/03/2009
Querência	Junho/2007	Lei 441 – 05/07/2007
Ribeirão Cascalheira	Junho/2007	Lei 482 – 08/08/2007

Fonte: Codema (s.d.)

A perspectiva desse consórcio (Médio Araguaia) é permitir: a) repensar o desenvolvimento e otimizar o uso dos recursos públicos; b) a articulação permite aos municípios manter e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos; c) que as administrações públicas atuem com maior eficiência e racionalidade; d) criam condições objetivas para o planejamento democrático.

Importante frisar que o Codema ocupa uma área absoluta de 96.498 km² e uma população de 118.643 habitantes.

Quadro nº 2
Área e população dos municípios do Médio Araguaia integrantes do Codema

Município	Área total (km ²)	Área da Região do Consórcio	População
	Absoluta (km ²)	Relativa (%)	
Água Boa (sede)	7.484	7,75	23.057
Campinápolis	5.970	6,19	14.971

Município	Área total (km ²)	Área da Região do Consórcio	População
	Absoluta (km ²)	Relativa (%)	
Canarana	10.834	11,23	19.948
Cocalinho	16.539	17,14	5.527
Gáúcha do Norte	16.899	17,51	6.900
Nova Nazaré	4.039	4,19	3.406
Nova Xavantina	5.527	5,72	20.273
Querência	17.850	18,50	15.121
Ribeirão Cascalheira	11.356	11,77	9.440
Totais	96.498	100,00	118.643

Fonte: Codema (s.d.)

O Codema possui alguns objetivos, entre eles: a) repasse da atribuição do licenciamento ambiental das atividades poluidoras consideradas de pequeno impacto ambiental local de pequeno e médio porte: empreendimentos industriais, de obras de infraestrutura, agropecuários, florestais, minerais, hídricos, etc.; b) permitir maior agilidade no trâmite de projetos considerados de impacto ambiental local, uma vez que seriam licenciados de forma regional e não mais de forma centralizada na capital do Estado; c) estimular o fortalecimento institucional da gestão ambiental municipal, como também, dos consórcios intermunicipais de desenvolvimento econômico.

Etapas são necessárias para consolidação desses objetivos e algumas dessas etapas são adiante descritas: 1) procedimentos locais; 2) equipamento e corpo técnico; 3) capacitação técnica (Sema); 4) implantação do sistema.

Nos procedimentos locais ganham destaque a criação do Código Ambiental Municipal dos municípios consorciados; aprovação definitiva do Código Ambiental dos municípios; criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente; criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente; adesão dos municípios junto ao consórcio para a realização do convênio Codema e Sema; celebração de Termo de Cooperação Técnica com a Sema.

Quanto ao equipamento e corpo técnico destacamos a organização para a compra de veículos e equipamentos para atuação de maneira descentralizada; organização do processo seletivo dos profissionais habilitados para a realização do licenciamento ambiental com perfil multidisciplinar.

A capacitação técnica se refere à legislação e fiscalização ambiental; licenciamento ambiental das atividades poluidoras; operacionalização do sistema de informatização e emissão e documentos administrativos; rede de proteção social – ação social; inter-relacionamento pessoal – urbanismo.

A implementação dessas ações prevê a criação de um sistema de protocolo nas unidades sedes dos consórcios interligando-os à Sema e ao MP; lançamento e acompanhamento de processos; controle de ações; emissões de relatórios e pareceres; emissão de taxa e outros; relatórios semestrais à Sema.

As ações previstas de realização pelo Codema são: 1) analisar projetos de licenciamento ambiental visando a liberação de licenças ambientais para empreendimentos e atividades urbanas de pequeno e médio nível de degradação ambiental; 2) efetuar fiscalizações visando proteção ambiental; 3) liberar licença ambiental; 4) fiscalizar ações contra o meio ambiente; 5) apoiar/ou gerenciar projetos de recuperação de áreas degradadas e outros de melhoria do meio ambiente.

Para análise mais crítica do quadro apresentado da Região do Médio Araguaia passaremos a expor alguns de seus indicadores.

Indicadores

Indicador é uma medida quantitativa ou qualitativa, normalmente, utilizada com base em parâmetros para informação ou descrição do estado de um fenômeno com suas tendências e/ou progressos marcados em determinada temporalidade.

Para uma relação mais global resolvemos apontar alguns indicadores nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, o que possibilitou a construção de um quadro panorâmico da região.

Realizamos a correlação dos indicadores coletados e referentes ao Consórcio Municipal da Região do Médio Araguaia através da *Correlação de Pearson* que na estatística é conhecida como “coeficiente de correlação produto-momento” e tem como função mensurar o grau de correlação entre duas variáveis intervalar ou de razão (métricas). Seus valores sempre estarão entre (-1) e (1). Se próximo a (1) significa que a correlação é positiva perfeita entre as duas variáveis. Se próximo a (-1) a correlação é negativa o que denota uma razão inversamente proporcional, ou seja, se uma variável aumenta a outra diminui. Se (=0) indica que as variáveis são independentes e se a pre-

tensão for identificar uma dependência sem linearidade deve-se investigar a correlação por outros meios.

A fórmula de Pearson é a seguinte:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

Onde x_1, x_2, \dots, x_n e y_1, y_2, \dots, y_n são valores mensurados das variáveis em cálculo, e

$$\bar{x} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n x_i \quad \bar{y} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n y_i$$

A interpretação dos resultados segue o seguinte:

- 0 a $(\pm) 0.3$ → correlação desprezível
- $(\pm) 0.3$ a $(\pm) 0.5$ → correlação fraca
- $(\pm) 0.5$ a $(\pm) 0.7$ → correlação moderada
- $(\pm) 0.7$ a $(\pm) 0.9$ → correlação forte
- $(\pm) 0.9$ a $(\pm) 1$ → correlação muito forte

Procedida à explanação necessária para compreensão dos instrumentos de análise, passaremos a apresentar os indicadores coletados.

Indicadores econômicos

Tabela nº 1 – Indicadores Econômicos

Municípios	Produção		Emprego e renda (3)	
	Animal (cabeças de gado) ⁽¹⁾	Vegetal (toneladas) ⁽²⁾	Tx. atividade	Renda percapta (R\$)
Água Boa	399.900	166.872,00	66,33	720,74
Campinápolis	157.634	12.950,00	50,32	328,15
Canarana	318.596	412.311,00	72,74	774,65
Cocalinho	378.785	1.450,00	70,59	531,41
Gaúcha do Norte	177.225	257.480,00	52,16	481,01
Nova Nazaré	70.794	9.820,00	56,37	381,54
Nova Xavantina	300.000	123.893,00	68,53	674,00
Querência	172.146	791.554,00	76,55	628,89
Ribeirão Cascalheira	193.459	65.063,00	65,63	512,31

Fonte: (1) IBGE (2010).

(2) www.deepask.com

(3) www.atlasbrasil.org.br

Os indicadores econômicos apresentam uma relação direta entre a produção e o emprego e renda, por exemplo os municípios que possuem a maior taxa de ocupação e renda percapta são os maiores produtores (Canarana, Água Boa, Nova Xavantina e Querência). Esta assertiva é confirmada pela Correlação de Pearson calculada entre os indicadores a seguir demonstrada: a) 0,536838939 (produção animal x tx atividade); b) 0,713219137 (produção animal x renda); c) 0,554475375 (produção vegetal x tx atividade); d) 0,500918038 (produção vegetal x renda). O destaque se refere aos municípios cuja economia tem como base a pecuária que apresenta a maior correlação positiva com a renda: 0,713219137.

Indicadores sociais

Tabela nº 2 – Indicadores Sociais (1)

Municípios	IDH	GINI
Água Boa	0,729	0,49
Campinápolis	0,538	0,69
Canarana	0,693	0,53
Cocalinho	0,660	0,48
Gaúcha do Norte	0,615	0,67
Nova Nazaré	0,595	0,55
Nova Xavantina	0,704	0,53
Querência	0,692	0,50
Ribeirão Cascalheira	0,670	0,54

Fonte: (1) www.atlasbrasil.org.br

No que se refere aos indicadores sociais, a Região do Médio Araguaia de Mato Grosso prepondera uma relação inversamente proporcional entre o IDH e o GINI, conforme Correlação de Pearson marcada em (-0,803896426), ou seja, os municípios que apresentam os maiores IDH são os que apresentam os menores índices de GINI, o que nos conduz à afirmação de que concentração de riqueza impacta no desenvolvimento humano, como é o caso de Água Boa e Nova Xavantina, cujos indicadores são positivos. De outro lado se tem Campinápolis e Gaúcha do Norte com indicadores de alta concentração de renda.

Esclarecendo, o IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano mensurado a partir da expectativa de vida ao nascer, da educação e do PIB per capita e serve para parametrizar o desenvolvimento de países, estados e cidades. Quanto mais tendente ao valor (1) mais é desenvolvido o local ou região em análise.

Por sua vez, o Coeficiente de Gini mensura a desigualdade de distribuição de renda onde o resultado varia entre 0 e 1, sendo que o 0 corresponde à completa igualdade.

No nosso caso, os municípios do Vale do Médio Araguaia que apontaram a menor concentração de renda (renda melhor distribuída) são aqueles que possuem os maiores índices de desenvolvimento humano, segundo o resultado da Correlação de Pearson.

Indicadores ambientais

Tabela nº 3 – Indicadores Ambientais⁽¹⁾

Municípios	Área legalmente protegida			Controle / fiscalização		
	Área total (ha)	Área protegida	Percent./ área	UPG (%)	Queimada (ha)	Desmatamento (ha)
Água Boa	739.883,15	401,76	0,05	17,20	0	0
Campinápolis	584.924,73	0	0	72,10	0	0
Canarana	1.083.881,31	0	0	13,50	68,72	68,72
Cocalinho	1.664.009,54	331.021,69	19,89	86,20	376,72	376,72
Gaúcha do Norte	1.687.832,11	0	0	16,70	5,95	5,95
Nova Nazaré	403.284,60	0	0	84,40	0	0
Nova Xavantina	563.568,44	42,73	0,01	2,10	0	0
Querência	1.777.223,87	0	0	78,30	2.434,30	2.434,30
Ribeirão Cascalheira	1.133.576,24	29.220,68	2,58	70,00	2.496,16	2.496,16

Fonte: (1) www.sema.mt.gov.br

Os indicadores ambientais apresentados revelam que o Consórcio do Médio Araguaia é uma região com produção focada no setor agropecuário com regiões de alto índice de desmatamento e baixo percentual de áreas protegidas, mas, paliativamente, o órgão de controle ambiental estadual (SEMA) tem inovado em estratégias de controle com a criação de Unidades de Planejamento e Gestão (UPG) visando ao desenvolvimento sustentável. A área protegida tem um resultado negativo de baixa correlação com a prática de queimadas, conforme cálculo de Pearson (-0,0193224130), ou seja, as áreas protegidas estão menos suscetíveis de serem queimadas (mais prote-

ção menos queimadas). Quando passamos para a área total dos municípios a relação se inverte, passando a ser positiva (direta), mas não muito acentuada 0,461820258.

Apresentado o quadro econômico, social e ambiental do consórcio intermunicipal dos municípios da região do Médio Araguaia, passaremos a descrever suas vocações territoriais.

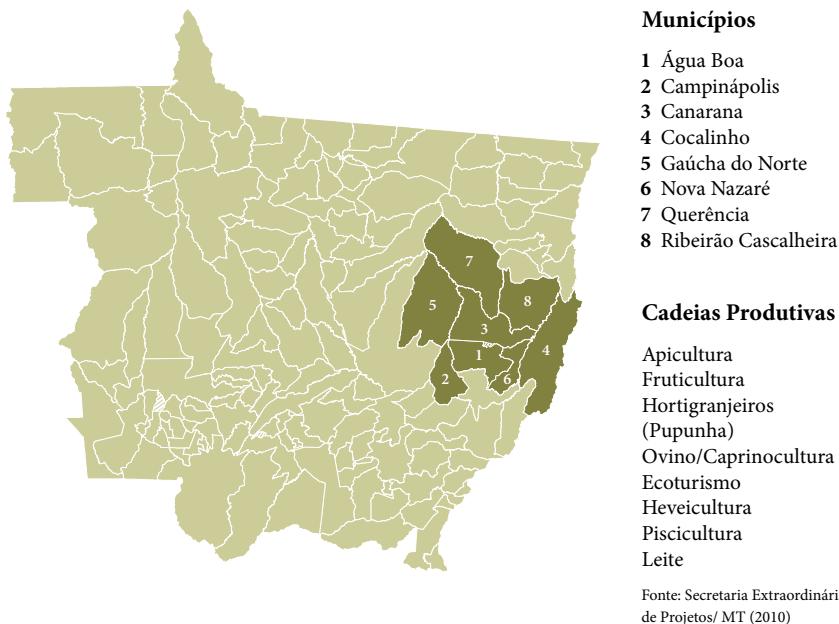
Vocações territoriais da Região do Médio Araguaia

Vocações territoriais são as competências que estimulam as pessoas à prática de determinado ramo de atividade humana. Marcam desejos e desenvolvimento para o território, considerado em sua dimensão não só geográfica, como política, social econômica e ambiental.

A marcação das vocações exige definição das vantagens e dos problemas em correlação com os desejos, possibilitando realização de políticas públicas adequadas para resolução dos conflitos identificados e alcance dos objetivos pretendidos.

O Codema realizou trabalho identificando as vocações da região do Médio Araguaia, a destacar: apicultura, fruticultura, hortigranjeiros (pupunha), ovino/caprinocultura, ecoturismo, heveicultura, piscicultura e leite, conforme apresentado na Figura nº 3.

Figura nº 3 – Cartografia das cadeias produtivas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Sócio-ambiental do Médio Araguaia



Apicultura

A apicultura é a ciência ou arte para criar abelhas, visando extração de produtos como mel, própolis, geleia real, pólen, cera e/ou veneno, entre algumas possibilidades. Como cadeia produtiva da região do Médio Araguaia precisa de fortalecimento das Associações e Cooperativas Apícolas; regularização das casas de mel, bem como assistência técnica, empresa âncora, insumos, casa de extração, entreposto de mel regularizada e certificada sanitariamente, capacitação dos produtores e profissionais da cadeia.

Fruticultura (hortigranjeiros)

A fruticultura apresenta alguns gargalos como: ausência de organização da produção e dos produtores; assistência técnica insuficiente; mercado paralelo forte; dificuldade de acesso ao crédito pelos produtores; comerciali-

zação afetada por falta de produção e sazonalidade (resulta em dificuldades de fechar contratos por não garantir a entrega das quantidades acertadas); baixa participação no mercado brasileiro (67% das frutas consumidas em Mato Grosso são oriundas de outros estados).

A saída está no planejamento, organização, capacitação do produtor e da produção; no fortalecimento de empresas âncoras; diversificação dos produtos (orgânicos e agroecológico); na garantia de assistência técnica; no incentivo do consumo dos produtos locais; na criação de linha de crédito específica ao setor; no incentivo da cadeia produtiva da pupunha e dos fitoterápicos; no fomento com fornecimento de mudas, sementes, despoldadeiras, sistemas de irrigação, etc.

Ovino/Caprinocultura

Vaz (2007, p. 11) relata que a criação de ovinos é uma atividade de ciclo produtivo curto com cerca de 240 dias de duração. Há no Brasil 26 raças com registro genealógico, cruzamentos e variedades para criação nos diferentes ecossistemas brasileiros.

É necessário apoio das instituições públicas para organização dessa cadeia produtiva e oferta de assistência qualificada para elaboração de projetos e obtenção de recursos junto a fontes de fomento como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ou pelo Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro) (*idem*, p. 14).

“O ganho depende de alguns fatores, dentre os quais a organização dos produtores, gerenciamento, raça, manejo (reprodutivo, sanitário e alimentar), que garantem rentabilidade e qualidade ao produto” (*idem*, p. 15).

Ecoturismo

Conforme o informativo disponível no site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo¹¹⁶ o rio Araguaia que dá o traçado natural dos limites leste do Estado de Mato Grosso torna a região naturalmente vocacionada para a exploração do turismo pelas belas praias de areias branca e águas cristalinas e calmas, principalmente no período da vazante. Adiciona-

116 Disponível em: <<http://www.sedtur.mt.gov.br/Araguaia>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

-se a esse quadro a riqueza cultural e a fartura de peixes. Para fortalecimento dessa atividade várias medidas são necessárias como a estruturação da rede hoteleira, capacitação para atendimento do setor, investimento na divulgação da região, etc.

Heveicultura

O Estado de Mato Grosso é o terceiro produtor de seringa do país e o governo do Estado acredita nessa cadeia produtiva por ser economicamente rentável e viável ambientalmente¹¹⁷.

Piscicultura

O grande potencial para a piscicultura de Mato Grosso nos conduz a uma análise das oportunidades e desafios dessa cadeia produtiva, vista como alternativa aos produtores rurais que podem ampliar as opções de produtos e agregar valor à propriedade. O Estado produz cerca de 60 mil toneladas de peixes por ano favorecido pelo clima favorável, disponibilidade de água doce e alta oferta de produtos para ração animal (soja e milho) (FAMATO, 2014, p. 7).

Leite

Famato (2011) realiza um diagnóstico sobre a cadeia produtiva do leite no Estado de Mato Grosso que englobou a produção e a indústria laticinista, com base em amostra de 380 produtores de leite. O Estado ocupa a 10ª posição no ranking nacional de produção com predominância das pequenas áreas produtivas, com utilização de máquinas, motores e equipamentos elétricos. O número de vacas em lactação é menos que o recomendado, o que reduz a renda bruta do produtor. O sistema é pouco intensivo, no entanto, a margem bruta foi positiva que incentiva a continuidade dessa cadeia produtiva.

117 Disponível em: <<http://www.gestaonocampo.com.br/biblioteca/cresce-procura-por-cadeia-produtiva-da-heveicultura-em-mato-grosso/>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

A baixa remuneração se deve ao baixo nível tecnológico (82% ordenha manual); baixa produtividade; elevado capital investido e pequeno volume de produção, o que demanda investimento em capital humano que já está sendo realizada de maneira parcial pelo Senar.

A organização da representação dos produtores se dá por cooperativas ou sindicato rural, com pouca participação dos interessados. Não há interesse em formalizar o contrato com a indústria que é pouco diversificada e concentrada em produtos de pouco rentabilidade, como a mozzarella. Também, falta orientação técnica aos produtores, bem como falta acesso ao crédito rural disponível.

O Estado tem buscado contribuir com o desenvolvimento das regiões consorciadas realizando o levantamento e cadastramento dos empreendimentos informais e orientação quanto ao acesso a regularização fiscal, sanitária e ambiental, com foco no Programa Produtos da Terra pela política do “Ganha Tempo” e sensibilização dos gestores municipais quanto a importância da implantação do SIM – Serviço de Inspeção Municipal, visando uma futura adesão ao SUASA.

Cenário da Região do Médio Araguaia em 2015

Após a descrição de toda essa realidade da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso se faz necessário descrever seu cenário. Segundo SEPLAN (2012):

Os cenários são o resultado da combinação das tendências consolidadas, que devem ter o mesmo comportamento no futuro, com hipóteses formuladas para as incertezas críticas. Como seus desdobramentos futuros são incertos, a única forma de antecipar os mesmos é a formulação de hipóteses que, em todo caso, devem ser plausíveis.

Assim, seguindo essa conceituação, apresentaremos as tendências consolidadas e as incertezas críticas para construção do cenário da região do Médio Araguaia.

Algumas **tendências consolidadas** devem ser observadas para elaboração de projetos, como: 1) crescimento demográfico e fluxo migratório; 2) inovação e desenvolvimento tecnológico; 3) tráfico de drogas e contrabando

de armas nas fronteiras (impacta em todo o Estado e não somente na região de fronteira como muitos pensam); 4) mobilização e participação social da população no controle social; 5) política de incentivo fiscal; 6) diversificação da estrutura produtiva e adensamento das cadeias; 7) degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais; 8) integração com os mercados mundial de alimentos e de energia; 9) capacidade reduzida de investimento público do estado; 10) escala e dinâmica do mercado voltado para exportação; 11) grau de escolaridade e de qualificação da mão-de-obra; 12) pobreza e desigualdade social; 13) habitabilidade, qualidade de vida nas cidades e rede urbana (SEPLAN, 2012).

As **incertezas críticas** fazem parte desse cenário de maneira condicionante do futuro, mas não constituem variáveis de resultado, pois podem ser modificadas por existência de alternativas. Estão entre as incertezas: 1) investimento em infraestrutura econômica e logística (deficiência em infraestrutura econômica; grande extensão territorial do Estado de Mato Grosso; má qualidade do sistema de transporte; custos do frete; tempo de deslocamento das pessoas e das mercadorias); 2) gestão ambiental; 3) regularização fundiária; 4) postura do empresariado mato-grossense; 5) capacidade de gestão pública do Estado (limitada, baixa efetividade das ações e iniciativas); 6) política social do governo do Estado (idem).

As tendências consolidadas fazem parte de um quadro presente, no entanto, as incertezas críticas, dadas suas especificidades, devem ser trabalhadas quanto às hipóteses de ocorrência, ação que passamos a realizar.

Incerteza crítica 1

– investimento em infraestrutura e logística (Seplan, 2012)

Hipótese A – Possibilitar alto investimento em infraestrutura econômica e logística com ampla participação do setor privado e com significativa redução dos estrangulamentos.

Hipótese B – Ocorrer moderado investimento em infraestrutura econômica e logística com participação tímida do setor privado, mas com persistência de estrangulamentos.

Incerteza crítica 2 – gestão ambiental (*idem*)

Hipótese A – Gestão ambiental que seja eficaz no controle e fiscalização da relação com a natureza (implementação efetiva do ZSEE) e indutora da mudança do padrão tecnológico e produtivo.

Hipótese B – Gestão ambiental que apresente moderada efetividade no controle e fiscalização da relação com a natureza (implementação efetiva do ZSEE).

Incerteza crítica 3 – regularização fundiária (*idem*)

Hipótese A – implementar um processo de regularização fundiária e desconcentração da terra.

Hipótese B – limitar a regularização fundiária com manutenção do quadro de concentração, convivendo com conflitos pela terra pontuais.

Incerteza crítica 4

– postura do empresariado mato-grossense (*idem*)

Hipótese A – ter postura proativa e empreendedora do empresariado mato-grossense.

Hipótese B – ter postura passiva e dependente do empresariado mato-grossense.

Incerteza crítica 5

– capacidade de gestão pública do Estado (*idem*)

Hipótese A – implementar reformas e modernizações das estruturas gerenciais do Estado e aumentar a eficiência e efetividade (gestão por resultado) assim como a gestão fiscal.

Hipótese B – manter as limitações gerenciais com perda de eficiência e efetividade e com desorganização da receita e desperdício financeiro na implementação das ações.

Incerteza crítica 6 – política social do governo do Estado (*idem*)

Hipótese A – definir e executar uma política social que combine medidas e projetos estruturadores de mudança com iniciativas compensatórias e emergenciais.

Hipótese B – concentrar uma política social no enfrentamento das emergências e dos problemas sociais mais graves de forma compensatória.

As tendências consolidadas em combinação com as hipóteses das incertezas críticas refletem nas variáveis de resultado que definirão os comportamentos futuros, influenciadas é claro pelos cenários impactantes no Estado, seja de ordem nacional ou de ordem mundial.

O desenvolvimento regional do Médio Araguaia Mato-grossense deve ser conduzido em conformidade com as hipóteses “A” das incertezas críticas.

Em complemento, destacamos as tendências de negócios para Mato Grosso apresentadas especificamente pelo Imea-MT, com ênfase no agro-negócio:

- Conversão de pastagem em agricultura;
- Intensificação do uso do solo na pecuária (confinamento, semi-confinamento e suplementação a pasto);
- Intensificação do uso do solo por meio de integração Lavoura-Pecuária-Floresta;
- Usinas de etanol flex – (cana de açúcar + milho);
- Aumento das florestas plantadas;
- Crescimento da piscicultura no Estado de Mato Grosso;
- “Entramos na década da produtividade” (eficiência produtiva + custo baixo), na velha briga econômica Escala x Eficiência, como as empresas brasileiras ganharam muito em escala nos anos anteriores, o foco agora é “eficiência dentro de casa”.¹¹⁸

De todo esse cenário, podemos apontar a necessidade de uma articulação estratégica que envolva todas as esferas de governo (federal, estadual e

118 Disponível em: <http://www.imea.com.br/upload/pdf/arquivos/R405_Apresentacao_MT_Portugues_Nova_26_11_2014.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

municipal) e Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), com ampla participação social (todo os setores e sociedade civil organizada) para que a Região do Médio Araguaia desenvolva suas potencialidades de maneira sustentável e equilibrada, contemplando as dimensões econômica, social e ambiental.

Considerações finais

A região do Vale do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso apresenta uma complexidade muito particular com variações entre os municípios integrantes nas suas dimensões econômica, social e ambiental, o que marca um desenvolvimento descontínuo e desigual. Não podemos deixar de lembrar que esse fenômeno deve ser visto como um todo do Médio Araguaia e não como variações aleatórias pela localização das atividades desenvolvidas na região, pois inconcebível pensar em seções econômicas, sociais ou ambientais.

Foi nesse percurso que buscamos responder ao questionamento sobre quais seriam as vocações territoriais da Região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso, identificando-as e descrevendo-as, a partir de dados coletados no ano de 2015. Como dito alhures, essa região é formada pelos municípios de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Ribeirão Cascalheira, instituída juridicamente pela Lei Federal n. 11.107/2005, o que nos conduziu à análise da primeira década de instituição (2005-2015) do consórcio desses municípios.

Assim, podemos afirmar que o cenário da região, nessa primeira década (2005-2015), tem como base a agropecuária, o que conduz um desenvolvimento que tenta ser conciliado à sustentabilidade com estrangulamentos na infraestrutura e logística. Isso reflete na produtividade da região que apresenta baixo adensamento produtivo e limitado valor agregado aos produtos primários. Os recursos naturais sofrem pressão direta pela expansão da agropecuária. Isso tudo reflete na renda e no emprego e torna a região dependente de políticas públicas e investimentos.

As vocações territoriais da região são: apicultura, fruticultura, horti-granjeiros (pupunha), ovino/ caprinocultura, ecoturismo, heveicultura, pis-

cicultura e leite. No entanto o cenário futuro deve ser combinado com as tendências consolidadas, levando-se em conta as incertezas críticas.

A configuração do desenvolvimento regional do Médio Araguaia Mato-grossense deve ser conduzida para a redução das desigualdades através do fomento de políticas públicas dotadas de métodos eficientes e entrega de bens e serviços à população para cumprimento de seus objetivos, preferencialmente em conformidade com as hipóteses “A” apresentadas nos subitens das incertezas críticas, quais sejam: 1) possibilitar alto investimento em infraestrutura econômica e logística com ampla participação do setor privado e com significativa redução dos estrangulamentos; 2) gestão ambiental que seja eficaz no controle e fiscalização da relação com a natureza (implementação efetiva do Zoneamento Socioeconômico Ecológico – ZSEE) e indutora da mudança do padrão tecnológico e produtivo; 3) implementar um processo de regularização fundiária e desconcentração da terra; 4) ter postura proativa e empreendedora do empresariado mato-grossense; 5) implementar reformas e modernizações das estruturas gerenciais do Estado e aumentar a eficiência e efetividade (gestão por resultado) assim como a gestão fiscal; e 6) definir e executar uma política social que combine medidas e projetos estruturadores de mudança com iniciativas compensatórias e emergenciais.

Os instrumentos dessas políticas devem possibilitar uma leitura próxima da realidade e um diálogo direto e participativo com a população afeta consolidando o planejamento, orçamento e gestão. As metas prioritárias devem ser o centro das ações que devem ser flexíveis quanto às especificidades com respeito à organização e disponibilidade ao estímulo à cooperação e intercâmbio de informações e integração da sociedade civil.

Encerramos afirmando que o presente trabalho – que fez parte de um conjunto de atividades acadêmicas exigidas no Curso Superior de Polícia (CSP) promovido pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) no ano de 2015 – buscou contribuir com o debate sobre o desenvolvimento regional ao apresentar o cenário da Região do Médio Araguaia e suas vocações territoriais, sem a pretensão de esgotamento do assunto, sendo recomendado, inclusive, pesquisas futuras comparativas que possibilitem a verificação e constatação de eventual alteração ou permanência do quadro retratado neste artigo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública* / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de Documentação e Informação – Brasília: MP, 2012.

DIEGUES, Rodrigo Chaloub. *Consórcios Intermunicipais em foco: debate conceitual e construção de quadro metodológico para análise política e institucional*. Cadernos do Desenvolvimento, v. 6, n. 9, jul-dez. Rio de Janeiro: [s.ed.], p. 291-319.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (FAMATO). *Diagnóstico da cadeia produtiva do leite no Estado de Mato Grosso: relatório de pesquisa*. Cuiabá: Famato, 2011.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (FAMATO). *Diagnóstico da Piscicultura em Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), 2014.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. *Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil*. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XII. Nº 21. Julho. Salvador-BA: [s.ed.], 2010, p. 5-19.

MATO GROSSO. *Plano de longo prazo de Mato Grosso. Cenários alternativos de Mato Grosso 2011-2031*. Cuiabá: Seplan, 2012.

VAZ, Clara Marineli Silveira Luiz (editora técnica). *Ovinos: o produtor pergunta, a Embrapa responde*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. Coleção 500 pergunta.

12. Bairro do Porto: uma herança histórica abandonada

*Rosana Lia Ravache*¹¹⁹
*Fabiana Zili Salmoria*¹²⁰

RESUMO: O bairro do Porto de Cuiabá é um importante ponto histórico, situado às margens do rio Cuiabá. Foi responsável pela navegação fluvial e pelo comércio quando a Província de Mato Grosso e, mais especificamente, o Porto Geral, era utilizado como ponto de apoio para embarque e desembarque de mercadorias transportadas pelo rio até o norte do país. Desde o período da exploração do ouro, nos séculos XVIII e XIX, até primeira metade do século XX, o transporte fluvial era a principal forma de comunicação, transporte e escoamento de produção entre as localidades do Brasil e países vizinhos. Algumas de suas edificações ainda preservam as características históricas na arquitetura, proporcionando aos visitantes uma imersão na atmosfera do período em que o bairro era o centro do comércio fluvial na região.

Palavras-chave: Porto Geral; Cuiabá; arquitetura; comércio fluvial.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
2 de junho de 2023	2 de setembro de 2023

PORTO NEIGHBORHOOD: AN ABANDONED HISTORICAL HERITAGE

ABSTRACT: The “Porto de Cuiabá” neighborhood is an important historical point, it is situated at the Cuiabá River bank. It was responsible for river navigation and commerce when the Mato Grosso Province and, more specifically, Porto Geral, was used as a supporting point for loading and unloading merchandises transported by the river to the north of the country. From the gold exploration period, from the 18th and 19th centuries, until the 20th century first half, the river transport was the principal means of communication, transport and production flow between Brazilian places and neighboring countries. Some of its buildings still

119 Graduada em Serviço Social, Comunicação Social, Mestre e Doutora em Geografia Humana e Pós-Doutora em Urbanismo; Professora dos cursos de Graduação e Mestrado de Arquitetura e Urbanismo do Univag Centro Universitário; Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial e Local. E-mail: rosana@univag.edu.br

120 Graduada em Geografia e Arquitetura e Urbanismo, Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial e Local. E-mail: fabianaziliarquitetura@gmail.com

preserve historical architectural features, providing visitors with an immersion in the atmosphere of the period when the neighborhood was the center of river commerce in the region.

Keywords: Porto Geral; Cuiabá; architecture; river commerce.

Introdução

O Bairro do Porto (Figura 1), primeira porta de entrada para Mato Grosso, tem como principal referência o rio Cuiabá, que também representa um marco fundamental no processo de ocupação e desenvolvimento do Estado de Mato Grosso pois, durante seus mais de dois séculos de existência, foi praticamente a única via de acesso desta região com o restante do Brasil e países vizinhos.

Por ser de suma importância para os interesses da Coroa Portuguesa, foi edificado, em 1721, à margem esquerda do rio, um porto de atracação denominado Porto Geral, por onde entravam as monções, trazendo em seus navios mantimentos, manufaturados e escravos para trabalhar nas minas de ouro. Ao retorno, levavam para São Vicente, no Estado de São Paulo, o ouro retirado das Minas do Cuiabá.

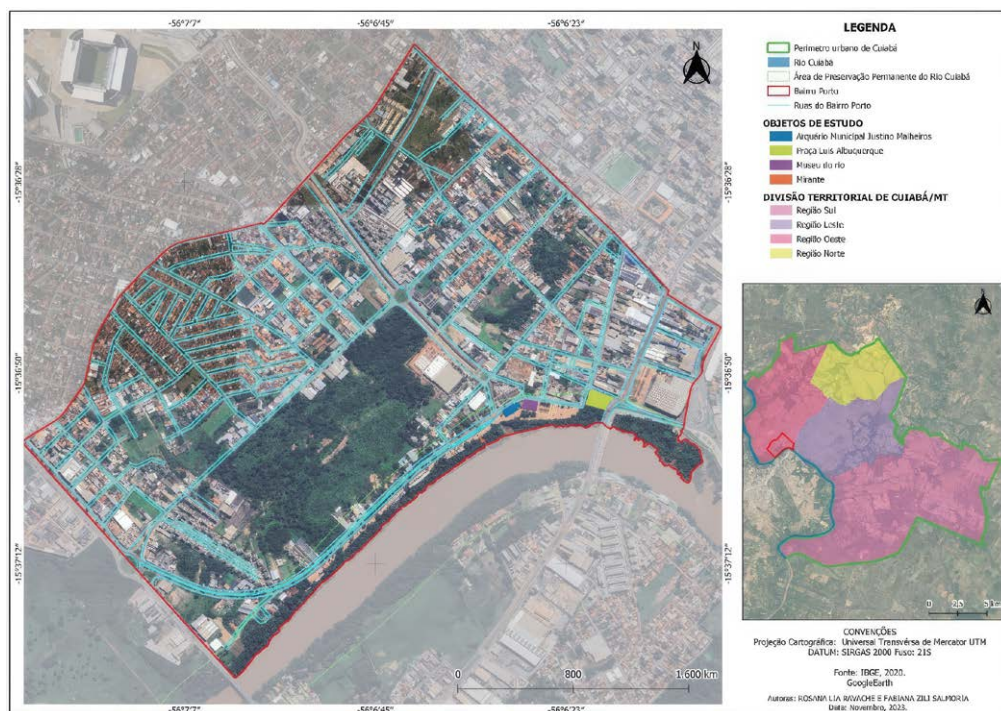
Sua história e protagonismo econômico remetem à importância de se estruturar um estudo para conhecer melhor este bairro que ainda mantém acesa a chama cultural da “cuiabania” em seu casario e no próprio Museu do Rio, bastante danificados pela ação do tempo, pela falta de manutenção e pelo descaso do poder público.

O entorno transmite a sensação de que o tempo parece ter esquecido deste espaço, levando com ele a sua importância, enquanto berço do desenvolvimento de Mato Grosso, tanto nos primórdios de sua colonização quanto depois da Guerra do Paraguai, quando o Porto Geral trouxe inúmeros benefícios à Província, através do comércio que ali se estabeleceu.

Parafraseando o filósofo e geógrafo alemão Immanuel Kant, apud Santos (2007), se constata que: “A história é um processo sem-fim; mas os objetos mudam e dão uma geografia diferente a cada momento da história”.

Como há uma territorialidade a ser (re)significada, valeria aqui lembrar a teoria de Escolar (1996) para quem.

Figura 1 – Perímetro Urbano do Bairro do Porto de Cuiabá, MT



Fonte: IBGE 2020 – Adaptação Rosana Lia Ravache e Fabiana Zili Salmoria, 2023.

... o espaço é constituído por formações naturais e ações antrópicas, enquanto o território é definido pelos interesses que um ator exerce sobre sua área de influência, para identificar o tipo de ações antrópicas que afetariam positivamente a autoestima das pessoas e, paralelamente, as levaria a identificar os interesses das suas áreas de influência.

No caso do Bairro do Porto as ações antrópicas afetaram profundamente não só o desenho geográfico, como a autoestima da comunidade local, considerando que, depois da década de 1940, a grande maioria das ações foram desastrosas até por que, há muito tempo, a comunidade vive de promessas de políticos, esquecidas após as eleições. Esta foi a principal alavanca do

descrédito que paira sobre as autoridades e sobre os projetos, independente das execuções que mudaram o perfil do bairro, sem consulta aos moradores.

O melhor exemplo disto é a alteração radical no Espaço Liu Arruda, quando em 1999 tudo o que existia no Mercado do Peixe e seu entorno, há cem anos, foi remanejado, para dar lugar a Avenida Beira Rio, ao Aquário Municipal e ao Mirante.

As casas mais próximas foram demolidas e o tradicional Mercado do Peixe desapareceu dali para reaparecer em outra extremidade do bairro com estrutura de supermercado.

Some-se a isto o sentimento de frustração hoje associado ao desejo de querer reviver a dignidade e a “cuiabania”, vivida ali por tantos anos.

É nítida a necessidade premente de organizar os moradores para divulgar a importância histórica do Porto e planejar para concretizar o objetivo comunitário de transformar aquele espaço área de visitação.

Como coloca Santos (2007, p. 61),

A cada fase histórica, o papel de cada estrutura social, assim como seu conteúdo, varia. Os meios de difusão também mudam, isto é, a distância entre a emissão de uma mensagem, o desencadeamento de um processo e sua recepção e concretização variam em termos de tempo. É por isso que a sociedade não se distribui uniformemente no espaço: essa distribuição não é obra do acaso. Ela é o resultado de uma seletividade histórica e geográfica, que é sinônimo de *necessidade*. Essa necessidade decorre de determinações sobre fruto das necessidades e das possibilidades da sociedade em um dado momento. Mas ela é também determinada pelas formas preexistentes, portadoras de uma funcionalidade precisa.

A seletividade histórica e geográfica, decorrentes das determinações das necessidades e das formas preexistentes, representa um desafio para os atores sociais, uma vez que está associada àquela espacialidade, um sério problema de baixa autoestima.

Portanto, a (re)significação do processo de organização do espaço deve estruturar um sistema cujas ações espacialmente localizadas impactem as interações espaciais, com práticas que garantam a ação da comunidade como meio de gestão de seu território e, ao mesmo tempo, valorizem as individua-

lidades, como forma de garantir a administração e o controle da organização espacial.

Se a crise for o impasse necessário para acontecer a crítica, ou se a superação socioeconômica só acontecer através de iniciativas estruturadas sob um novo enfoque capitalista, esta seria uma transição delicada, porém importantíssima para o processo de organização do espaço.

Com base na recomposição da sua própria formação, o bairro, enquanto território e expressão da urbe, precisaria recriar seu perfil e incluir-se num sistema de tessituras que lhe assegurasse a construção da própria sustentabilidade.

Como afirma Raffestin (1993, p. 151),

Esses sistemas de tessitura constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós, redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. Quer sejam formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, nós os encontramos em todas as partes.

No contexto brasileiro de políticas públicas, a formação de um sistema de tessitura, como sugere Raffestin (1993:151), já é um problema em si, pois o Poder Público raramente cria algum tipo de ação a partir da carência de uma comunidade, não importa qual seja. Geralmente a ação reflete um interesse casuístico, de conteúdo político-partidário, que sequer leva em conta a opinião dos agraciados para saber da sua relevância.

A reestruturação total do bairro, depois da década de 1940, quando a cidade se deslocou geograficamente para o leste após a construção da ponte Júlio Müller, interligando Cuiabá a outros municípios do Estado, jogou o Porto na decadência por ter deixado de ser imprescindível para o abastecimento e também porque a população não dependeria mais dos barcos para atravessar o rio.

Seus moradores, como órfãos de um passado glamouroso e cheio de oportunidades a cada atracação de navio ou chalana, passaram a contar apenas com eles mesmos e com o que pudessem criar para sobreviver.

Como cita Lefebvre (2004, p. 81), em sua análise de níveis do fenômeno urbano...

Para reencontrar o habitar e seu sentido, para exprimi-los, é preciso utilizar conceitos e categorias de ir a quem do “vivido” do habitante, em direção ao não-conhecido e ao desconhecido da cotidianidade – e além, em direção à teoria geral, à filosofia e à metafilosofia.

Este direcionamento ao não-conhecido, parece ter sido o grande impasse para os habitantes do bairro, quando a cidade precisou se (re)configurar geograficamente para se adaptar às mudanças impostas pelo crescimento. Daí a importância de demonstrar para a comunidade que aqueles prédios antigos têm muito valor histórico-cultural e que aquela barranca de rio, tão abandonada, poderia ser transformada num grande jardim iluminado, de onde a população pudesse contemplar o rio Cuiabá.

Se for levada em conta que a realidade socioeconômica da comunidade só existe porque existem realidades subjetivas, inerentes a cada ser humano que ali habita, cabe considerar até que ponto o posicionamento individual, subjetivo e simbólico dos atores sociais, envolvidos ou não no processo de (re)significação do bairro, permitirá diferentes escolhas para conviver com as mudanças propostas num contexto histórico-cultural e politicamente intrincado, como é o caso do Bairro do Porto.

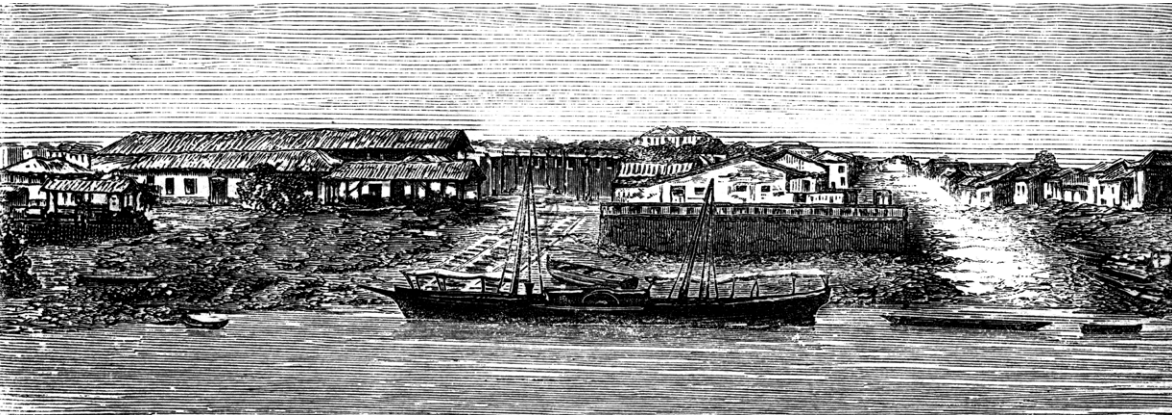
Sob influência de uma contextualização socioeconômica e cultural (re)significada, os atores sociais precisariam encarar um novo desafio: o de criar alternativas para geração de emprego e renda, em sua maioria vinculada a uma proposta turística ou algo semelhante, para adquirir um perfil fortalecido e assim influenciar a ação do Estado.

Formação do bairro do Porto

O Bairro do Porto, antes Distrito de São Gonçalo de Pedro II, ou Segundo Distrito, é o mesmo Porto Geral (Figura 2), que trouxe os bandeirantes paulistas.

Pelas observações do engenheiro militar Luiz D’Alincourt, que chegou a Cuiabá em 1818, já havia ali, em 1826, na área onde é o Cais do Porto, um armazém que abastecia Cuiabá e as povoações do seu entorno (Póvoas, 1995, p. 176-177). Em seu relato, ele revela a existência de casas do outro lado do rio, provavelmente na área onde hoje é Várzea Grande.

Figura 2 – Porto de Cuiabá. Lacoste Aine/Bartolomé Bossi (1865)



Fonte: História de Mato Grosso (SIQUEIRA, 2002).

Assim como faltam informações sobre os aspectos visuais do rio Cuiabá, durante o primeiro século de colonização, existe um hiato muito grande sobre a abordagem urbanística e formação dos primeiros bairros estruturados de Cuiabá, pois a grande maioria dos historiadores deixou de relatar a respeito destas importantes transformações que ocorreram na formação da cidade.

Uma das principais transformações do período do primeiro centenário da Vila Real do Bom Jesus, foi a mudança, em 1835, da capital de Mato Grosso de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá.

O Porto Geral que até então conhecido como espaço comercial, teve o seu movimento aumentado ainda mais após a Guerra do Paraguai (out. 1864/mar. 1870).

Conforme Siqueira (2002, p. 100):

Com a assinatura do Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Extraditção, entre o Brasil e a República do Paraguai (out. 1844) estava franqueada a navegação de Mato Grosso pelo rio Paraguai que formaria com os rios Uruguai e Paraná a grande bacia hidrográfica interligando o Sul, Sudeste e o Centro-Oeste do Brasil com as Repúblicas do Uruguai, Argentina e Paraguai.

Assim o Porto passou a tomar parte na rota da Bacia do Prata (Figura 03), que, à época, era o principal instrumento de intercâmbio comercial entre o Brasil e o chamado cone sul das Américas.

Como cita Póvoas (1995, p. 313-314):

Buenos Aires e Montevideo tornaram-se metrópoles comerciais de Mato Grosso, mais do que qualquer outra cidade brasileira. E pelas vias fluvial e marítima, logo a Província passou a comerciar diretamente com a Europa. Em 1869, no evidente intuito de auxiliar Mato Grosso a recuperar-se dos prejuízos sofridos com o conflito com o Paraguai, o Governo Imperial baixou o decreto que criou uma verdadeira “Zona Franca”, concedendo, pelo espaço de dois anos, completa isenção de impostos às mercadorias que fossem por ela importadas ou exportadas. Essa concessão foi posteriormente dilatada até ao ano de 1879, dez anos, portanto.

A isenção de impostos atraiu várias empresas que construíram seus depósitos de mercadorias no Porto, muito próximas de onde estavam construídas suas casas de moradia. Por isto, “o bairro do Porto foi residência de destacados políticos, prósperos usineiros de açúcar, altos comerciantes e armadores, que eram proprietários de empresas de navegação. Isso explica o fato de ali terem construído excelentes residências, principalmente na Avenida XV de Novembro. Nesse período era comum as famílias organizarem os saraus e terem pianos em suas residências” (Póvoas, 1980, p. 44-45). Tanto é que a Rua Grande, hoje Avenida XV de Novembro, se tornou um dos pontos mais “chiques” e valorizados da cidade.

Só a partir de 1930, é que os barcos a vapor passaram a fazer parte do cenário do Porto Geral, embora o vapor “Maracanã”, da Marinha de Guerra, tenha chegado a Cuiabá em 1857.

Os serviços de barco a vapor que contavam com uma flotilha composta pelos barcos *Marquês de Olinda* e *Conselheiro Paranhos*, foram marcados pelas viagens mensais entre Montevideu e Cuiabá. A linha entre Corumbá e Cuiabá era realizada pelos vapores *Jauru* e *Cuiabá* e depois pelo *Iguatemy*.

Para Póvoas (1995, p. 315),

Os que hoje ouvem referências a essa navegação, não fazem nenhuma ideia dos serviços que ela prestou a Mato Grosso [...] A intensidade e

Figura 3 – Trajeto Fluvial na Bacia do Prata (1870 a 1930)



Fonte: Silva, 2002, apud Madureira, E. (2002).

regularidade dessa navegação possibilitaram um surto de progresso para Mato Grosso, trazendo para a Província armadores, construtores, operários qualificados, expedições científicas, companhias teatrais e circenses, fomentando ainda um intercâmbio comercial com países da Europa que credenciaram, em Corumbá e Cuiabá, representações de Bancos e firmas comerciais.

Paralelo a importância econômica, o Porto Geral era um espaço de diversão para os moradores que aguardavam ansiosos os tiros de canhão anunciando a chegada dos vapores ao Cais. Esta era a “chamada” para que todos fossem até a beira do cais, onde já estava começando a festa de boas-vindas, com banda de música, cantorias e desfiles. Em seguida, todos acompanhavam o “corso” que levava as autoridades e passageiros importantes desembarcados, até o 1º Distrito (Centro de Cuiabá).

Com o aumento do movimento no Cais, houve necessidade de construir um local onde fossem distribuídos peixes, verduras e mantimentos que chegavam pelas embarcações, para suprir a demanda da população que vi-

nha aumentando no final do Século XIX. Assim, em 1899, o perfil da praça do Porto mudou totalmente, com a construção do Mercado do Peixe, tombado pelo Governo do Estado em 1983.

Também mudaram vários nomes de ruas; a Rua Larga passou a se chamar Conde D’Eu, a Rua Grande, se transformou em 15 de novembro, o Beco Quente, hoje é conhecido por Rua Comandante Suídio.

A partir de 1891, a Rua 13 de Junho passou a ser “... a principal artéria de ligação entre o bairro do Porto ou 2º Distrito, com a vila, ou 1º Distrito, era a linha de bondes de tração animal que circulou até parte do século XX, quando fora substituída pelos automóveis, com a abertura da Rua Nova – hoje Dom Aquino Corrêa” (Martins Jr. 2006, p. 155).

Mesmo que os moradores do 1º Distrito discriminassem os moradores do Porto, não escapavam de visitar o bairro pelo menos uma vez por semana, utilizando a Rua 13 de Junho, pois 90% dos gêneros de consumo chegavam à Vila através do cais.

Figura 4 – Praia do rio Cuiabá no Porto e a Ponte Júlio Müller



Fonte: Desconhecida.

A rivalidade entre os dois distritos ainda era sentida no século XX, principalmente durante o carnaval, com as disputas entre os blocos carnavalescos, que desfilavam fantasiados em seus carros ao longo da Rua 13 de Junho formando o “Corso”, entre o centro da cidade e a Rua Grande (XV de Novembro), no Porto.

A construção da Ponte Júlio Müller mostrada na Figura 4, por exemplo, provocou mudanças profundas na geografia cuiabana.

Nesta nova conjuntura urbana, o bairro do Porto foi perdendo sua importância econômica e valorização urbanística e, ao mesmo tempo em que permitia uma concentração maior de famílias de baixa renda, assistia a saída das famílias tradicionais, mais abastadas, que mudavam para bairros agora mais valorizados.

Na medida em que a urbanidade mudava o seu perfil, as autoridades foram esquecendo das suas obrigações com a comunidade do bairro do Porto e, com o tempo, soçobraram apenas hologramas dos tempos de glória, registrados nas decrépitas mansões entregues à ação do tempo.

A partir daí, o velho Porto Geral foi se metamorfoseando e entrando no ostracismo socioeconômico. As requintadas mansões abandonadas foram sendo ocupadas por marginais, até que o bairro se transformasse em um espaço “marginal e violento”.

Fez parte desta metamorfose a chegada de um número expressivo de imigrantes vindos de diversas partes do Brasil para ocupar o estado de Mato Grosso, mas muitos deles permaneceram em Cuiabá e Várzea Grande contribuindo com a alteração das espacialidades urbanas dos dois municípios e reverberando de forma desordenada e sem planejamento, novos aglomerados urbanos, novos bairros ao mesmo tempo em que provocaram mudanças no perfil geográfico da cidade e descaracterizando seu traçado urbanístico.

Entre os anos de 1994 e 1999, o velho Mercado do Peixe (Figura 5) foi revitalizado e entregue à comunidade como Museu do Rio, no mesmo ano do seu centenário.

Essa revitalização incluía a demolição de algumas casas para a construção do Aquário Municipal e do Mirante, assunto que provocou muita polêmica até ser feita a transferência dos comerciantes para o Mercado Varejista do Porto (Figura 6), edificado em outro ponto do mesmo bairro.

Figura 5 – Mercado do Peixe (1997)



Fonte: Arquivo do município de Cuiabá (1999).

Figura 6 – Mercado Varejista (1999)



Fonte: Arquivo do município de Cuiabá (1999).

Esse remanejamento, que vinha acompanhado pelo projeto de revitalização do Espaço Cultural Liu Arruda, assim denominado após a morte do artista em 1999, porém, mais uma vez não envolveu a comunidade local. A consequência foi o agravamento dos problemas que tornaram cada vez mais intrincada a reversão do quadro de abandono socioeconômico e de infraestrutura urbana.

Espaço, sociedade e turismo

Correa (1995) afirma que “uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade”.

Para compreender o sentido espacial de uma área e a comunidade que nela habita, é preciso dar visibilidade ao seu significado e permitir a expressão da cultura, através da qual transparecem os fenômenos que nela existem.

O perfil do morador ou ex-morador do Porto, leva em seu âmago a pertença em relação ao espaço inteligível, cujas características são absolutamente intangíveis para qualquer membro de outra localidade, até porque as características que amalgamaram o diferencial da comunidade que ali vive ou viveu, percebe muitos pontos a serem (re)significados, em detrimento dos hábitos arraigados por tanto tempo, caso exista uma perspectiva de implantação de infraestrutura de visitação. Por isto é essencial que a “atualização” seja gradativa e, no decorrer do processo, não sejam subtraídas aquelas características intangíveis, que formaram o perfil da comunidade.

Como coloca Santos (2007, p. 61),

digamos que a sociedade produz a paisagem, mas que isso jamais ocorre sem mediação. É por isso que, ao lado das formas geográficas e da estrutura social, devemos também considerar as funções e os processos que, através das funções, levam a energia social a transmutar-se em formas.

Como resultado da seletividade histórico-geográfica, nasce no bairro a necessidade de rever conceitos e abrir novas possibilidades para que a estrutura social existente encontre novas fórmulas de conviver com sua urbanidade reterritorializada.

Hoje, a comunidade do bairro do Porto sabe que todos os objetos ou edificações que possam preservar ou revitalizar, tudo o que represente a própria memória, terá um significado relevante, na medida em que cada materialidade histórica salva da destruição, revelará mais um capítulo da história que vai tatuada na alma de quem carrega o sentimento de pertença pelo Porto. Souza (2007, p. 145) coloca que

os casarões são apresentados através de memórias que unificam os significados tradicionais onde nasceram e viveram cuiabanos ilustres, e devem ser preservados a fim de desenvolverem atividades turísticas. As ocupações dos casarões por meninos e meninas, homens e mulheres pobres, se apresentam como um “atentado” aos padrões de civilidade, provocando, em geral, reações de desaprovação e de repressão, de expulsão e transferências.

Diante da constatação de Souza (2007), convém observar que qualquer projeto de visitação imaginado para o Porto, não terá condições de abranger todo o bairro e que, para enquadrá-lo nas paisagens que guardam significados tradicionais como as poucas edificações com resquícios da arquitetura do século XVIII que ainda resistem no entorno da Praça Liu Arruda.

A Figura 7 demonstra a Casa de Moradia típica do Porto do Século XVIII, cujos resquícios ainda podem ser encontrados no bairro, mesmo que praticamente destruídos.

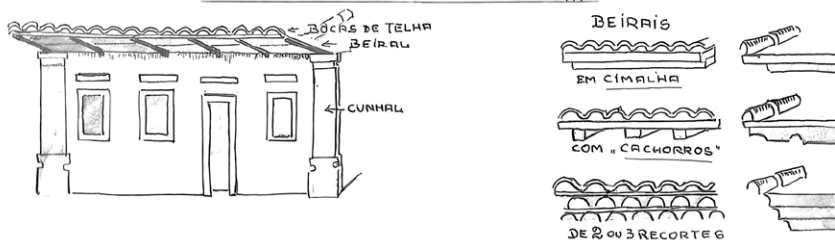
É preciso pensar, não só no restauro como também no aterramento da iluminação para dar mais visibilidade aos métodos construtivos, incluindo testeiras, beirais construídos em taipa de pilão e alicerces aparentes montados em pedra canga. Paralelo ao aterramento, é importante propor um projeto de parque linear para margem do rio Cuiabá, criando-se ali pontos de contemplação.

Mesmo restringindo a proposta ao Espaço Liu Arruda (Figura 8), ao se avaliar as fachadas das casas ali existentes e do próprio Museu do Rio, salta aos olhos os graves problemas tanto nas edificações como nas instalações elétricas e hidráulicas, além da falta de saneamento básico em todos os prédios.

Figura 7 – Modelo de Casa de Moradia típica do Porto, no Século XVIII

A MORADIA ANTIGA VIVIA E CRESCIA COM A FAMÍLIA E SOFRIA COM ELA TODAS AS MUDANÇAS. COM O AUMENTO DA POPULAÇÃO E ESCASSÊS DE TERRENOS SURGEM OS SOBRADOS. CUIABÁ, MUITO EXTENSA PERMITIU A CONSTRUÇÃO DE MORADAS EM TERRENOS COM TESTADA DE MAIS DE VINTE METROS.

CARACTERÍSTICAS DO SÉCULO XVIII



SIMPLICIDADE E SOBRIEDADE. ACOSTADOS UNS NOS OUTROS OS PRÉDIOS GEMINADOS ABREM SEUS VÃOS, AS PORTAS E JANELAS, DIRETAMENTE SOBRE AS CALÇADAS E RUAS ESTREITAS

CONSTRUIDAS DE TAIPA DE PILÃO SOBRE ALICERCES DE PEDRA CRISTAL OU PEDRA CANGA (TUPANHUACANGA) PREDOMÍNIO DOS PANCOS DE PAREDE SOBRE OS VÃOS. OS CÉUS PREDOMINAM SOBRE OS VÁZIOS MAIOR DISTÂNCIA ENTRE VERGAS E BEIRAIS

Fonte: Desenho de origem desconhecida.

Na opinião dos moradores, um resgate do bairro para disponibilizá-lo à visitação, depende muito do poder público, porque até os *city tours* desviam suas rotas, alegando carência de logística no comércio local, no Museu do Rio e no Aquário Municipal e falta de mão-de-obra especializada para a prestação de serviços. Os obstáculos giram no círculo vicioso: visitantes não se interessam em conhecer, por falta de infraestrutura – infraestrutura não é criada, por falta de visitantes.

Entretanto no espaço entre a Praça Luís de Albuquerque e o Mercado Varejista do Porto, entre o Rio Cuiabá e a Avenida Senador Metello, existem pontos potencialmente interessantes para demonstrar o processo de urbanização ao longo do tempo e, paralelamente, conhecer a história e a tradição popular cuiabana.

Figura 8 – Espaço Cultural Liu Arruda – Porto – Cuiabá (MT)



Fonte: Projeto de Identificação Visual – Curso de Comunicação Social – Univag (2006).

Museu do Rio

O prédio do antigo Mercado do Peixe, construído em 1899, obedece a traços arquitetônicos do estilo neoclássico europeu. Esta foi, sem dúvida, uma escolha interessante, se for levada em consideração a tecnologia usada para construir suas paredes. Como não havia cimento para construir as paredes, a população usava, a massa de adobe, uma mistura de cal, estrume de boi e taipa socada em pilão.

Tombado pelo Patrimônio Histórico Artístico do Estado de Mato Grosso em 1983, passou por uma revitalização, em 1999, com o objetivo de sediar o “Museu do Rio” (Museu Hid Alfredo Scaff) e, ao mesmo tempo, recebeu como anexos o Aquário Municipal e o Mirante, conforme se vê na Figura 09. Mesmo sendo alvo de muitas visitas, principalmente porque ali está instalado o Regionalíssimo, um dos restaurantes mais tradicionais de Cuiabá, o serviço de orientação aos visitantes é precário e a edificação praticamente perdeu suas características originais, embora mantenha alguns traços da arquitetura original.



Figura 9 – Museu do Rio e Aquário Municipal (ao fundo)



Fonte: Arquivo Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Turismo de Cuiabá (2004).

Aquário Municipal

Segundo explicações do arquiteto da Diretoria de Projetos Especiais do IPDU, Ademar Poppi, responsável pelo desenho do aquário, ele foi idealizado para ressaltar o moderno em oposição ao antigo (Figura 10).

Conforme fontes da Prefeitura de Cuiabá, no Aquário estão reunidas cerca de 50 das mais conhecidas espécies de peixes da região da Bacia Platina, das 267 espécies existentes no Pantanal, que estão distribuídas em seis aquários com capacidade para 12 mil litros de água cada, onde espécies estão separadas conforme compatibilidade ictiológica.

Existem também aquários menores, utilizados para demonstrações de educação ambiental nas escolas, feiras de ciências e eventos similares. Dois deles apresentam um estudo comparativo entre dois momentos do rio Cuiabá: um deles demonstra o rio, no estado poluído em que se encontra atualmente; outro demonstra as condições apropriadas do rio.

Apesar dos esforços de um funcionário, o Aquário Municipal necessita urgentemente de mais profissionais para atender os visitantes, além de uma reforma geral. A fraca manutenção, realizada desde 1999, deixa sequelas nas paredes e aquários, que estão em estado lamentável.

Figura 10 – Aquário Municipal e Mirante



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal (2004).

Figura 11 – Rio Cuiabá com a cidade ao fundo



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Cuiabá (2004).

Mirante

Do Mirante o visitante tem uma das contemplações mais privilegiadas sobre o rio Cuiabá (Figura 11).

A vista sobre o rio Cuiabá é deslumbrante, mas falta um profissional que situe o visitante naquela espacialidade.

Carnaval

Tal como estes pontos considerados potencialmente turísticos e carentes de cuidados, reverbera na memória do Porto o carnaval, que era o “carro chefe” da comunidade.

Conforme Barros (1982), o primeiro cordão carnavalesco de Cuiabá foi fundado em 1861. O “entrudo”, como era conhecido, consistia em sair pela rua jogando confetes e serpentinas, água, tinta ou farinha nas pessoas que participavam da folia. Posteriormente passaram a jogar o limão de cheiro, precursor do lança perfume.

Figura 12 – Corso de um Carnaval da década de 1920 (II)



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Cuiabá (2007).

O carnaval dividia-se em duas especialidades: Jardim Albuquerque no centro da cidade, que depois de uns anos passou a ser realizado em clubes, como o Clube Feminino, por exemplo, e os cordões do Porto. Dentre os mais conhecidos estavam “Estrela do Oriente”, “Rojão da Mocidade” e “Sempre Viva”. O desfile do “Corso” saía do centro da cidade com os carros da elite levando seus passageiros fantasiados e, ao longo do trajeto e os populares se juntavam aos cordões e acompanhavam o “Corso” do centro da cidade, onde iniciava a competição entre os vários cordões que seguiam percorrendo os bairros até o Porto e voltavam para o centro. As mulheres saíam com trajes carnavalescos luxuosos, como se vê na Figura 12, numa nítida competição de diferença social entre os participantes do Centro e do Porto. A maioria dos participantes do Porto saía à rua em seus cordões ou blocos carnavalescos sem fantasia, apenas para brincar o carnaval.

O Sr. José de Paula, viveu e contou um pouco sobre este tempo:

Esses corsos e cordões, tinham seus próprios hinos, cada um tinha o seu. Coração da Mocidade, Sobrevivinha, Estrela do Oriente, todos compostos pelos próprios componentes ou diretores de bateria, mas também cantavam as músicas que vinham do Rio de Janeiro. Já no caso das escolas de

samba, os seus enredos mudam de acordo com o tema do ano. (Fragmentos da entrevista concedida pelo Sr. José de Paula – então coordenador do Museu do Rio, 2004).

Hoje, sem o apoio financeiro antes concedido pela Prefeitura Municipal, os blocos carnavalescos do Porto se restringem a “brincar” pela redondeza, embora ainda seja considerado o melhor carnaval da cidade.

Durante muitos anos, o Sr. José de Paula, responsável pela organização das fantasias dos carnavais do Porto, narra esta vivência:

No carnaval de antigamente, durante os trinta dias que antecediam o carnaval, todas as quintas feiras, existia uma batalha de confetes, antes do carnaval de fato. Onde hoje existe a Isaac Povoas, fechavam-se as ruas e lá aconteciam as batalhas, das sete da manhã às dez da noite. E o carnaval acontecia na avenida Getúlio Vargas. Lembro que a primeira escola de samba cuiabana surgiu em 1967, chamava-se Deixa Cair. Nesse tempo acabaram-se os blocos e todos aderiram as escolas de samba, herança trazida dos cariocas. Eu gostava muito do bloco Deixa Cair, mas desfilava também no Estrela do Oriente. Desfilei no Estrela do Oriente de 1968 até 1993. A partir de 1967, Estrela do Oriente deixou de ser bloco e passou a ser escola de samba. (Fragmentos da entrevista concedida pelo Sr. José de Paula – então coordenador do Museu do Rio, 2004).

Se reativados os carnavais, por exemplo, por um lado se criaria um evento de grande monta para o Município, que atrairia visitantes e traria bom retorno para o erário público; por outro lado, se ativaria todo um setor artesanal para a criação de fantasias e adereços, cujo retorno de venda melhoraria o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos moradores do bairro.

Praça Luís de Albuquerque

Como as demais praças do período colonial, a Praça Luís de Albuquerque era jardinada, possuía um coreto e, na década de 1940, foi instalado um gradil de ferro ao redor para permitir a visita apenas entre as 6 e 21 horas, quando seus portões eram fechados para evitar vandalismos.

Hoje, no centro da Praça existe um obelisco monolítico, conforme se vê na Figura 13, que foi doado pela população corumbaense à população cuiabana, por ocasião da comemoração dos cinquenta anos da Retomada de Corumbá, em reconhecimento aos cuiabanos que enfrentaram o exército paraguaio e retomaram para o Brasil aquela importante cidade, em 13 de Junho de 1867.

Figura 13 – Praça Luís de Albuquerque



Fonte: Arquivo Rosana Lia Ravache (2008).

Aos domingos, ali funcionava uma feira de artesanato típico da região, que poderia ser reativada, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano e de cooperativas formadas por pessoas da comunidade, como meio de divulgar e comercializar produtos tradicionais.

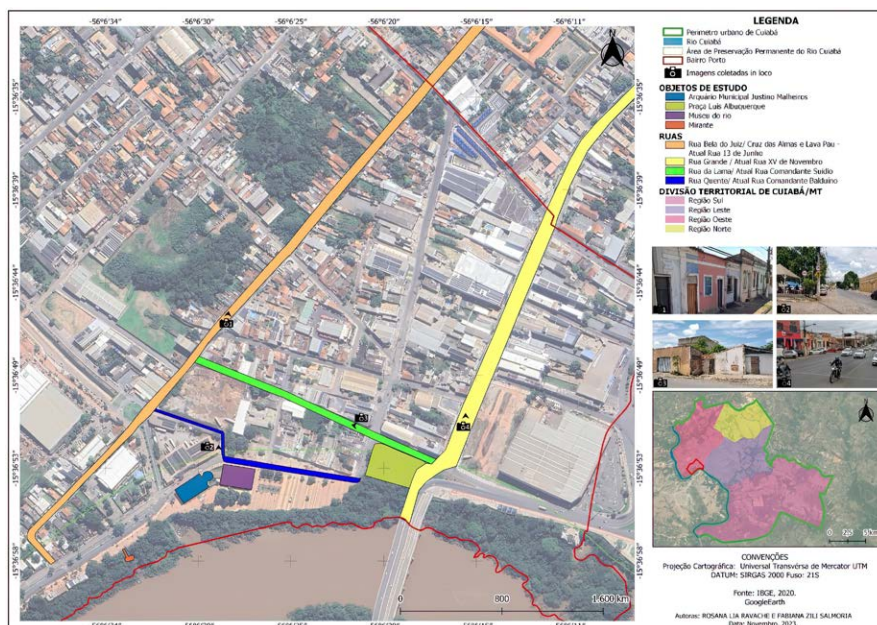
As ruas

Por mais que se imagine uma mesma história para as ruas portuárias do mundo inteiro, por apresentarem mais ou menos um mesmo perfil, não há como banalizar a importância das ruas, enquanto local onde se torna possível, como diz Lefebvre (2004), “a cité, sua lógica e sua ideologia, como sua língua e seu mundo”.

Vistas apenas numa planta urbana, não há como identificar as imagens destas ruas sua cumplicidade explicitada na estreita relação com a urbe, o bairro e seus moradores, apesar do abandono no qual se encontram.

As ruas, objeto de estudo deste estudo (Figura 14), evidenciam essas características de importância local e especialmente de abandono.

Figura 14 – Área do objeto de estudo no Bairro do Porto – Cuiabá, MT



Fonte: IBGE 2020 – Adaptação Rosana Lia Ravache e Fabiana Zili Salmoria, 2023.

Beco Quente, hoje chamado **Rua Comandante Balduino**, (Figuras 15 e 16), recebeu este nome, porque o estreito espaço que formava a rua, com casas de um lado e do outro, não permitia a circulação de ar, tornando a área muito quente. Apesar do calor, as pessoas que moram ali, há mais de quarenta anos, lembram com saudade das cadeiras arrumadas na rua, para conversar nos tranquilos fins de tarde.

**Figura 15 –
Rua Comandante Balduino (2007)**



Fonte: Arquivo Rosana Lia Ravache (2007/2023).

**Figura 16 –
Rua Comandante Balduino (2023)**



Fonte: Arquivo Rosana Lia Ravache (2007/2023).

Beco da Lama, hoje conhecida como **Rua Comandante Suídio**, (Figuras 17 e 18), era o reduto de bares e prostíbulo do Cais do Porto. A rua era uma espécie de “divisor de águas” entre a “zona de meretrício” e as “casas de família” localizada a duas quadras dali. Hoje, ainda existe um número muito reduzido de casas e bares que vivem da prostituição.

Figura 17 – Rua Comandante Suídio (2008)



Fonte: Arquivo Rosana Lia Ravache (2007/2023).

Figura 18 – Rua Comandante Suídio (2023)



Fonte: Arquivo Rosana Lia Ravache (2008/2023).

Rua Grande, hoje **Rua 15 de Novembro**, chamou a atenção dos cuiabanos até a década de 1960. Aos domingos, um dos “programas” mais tradicionais, era passear pelas ruas do Porto, para ver o movimento dos saraus nos charmosos casarões. Posteriormente a rua se transformou numa importante área comercial da cidade, como se pode ver na Figura 19.

Figura 19 – Rua XV de Novembro



Fonte: Arquivo Rosana Lia Ravache (2008).

O Sr. José conta que:

Eu era muito pequeno na época em que chegavam as embarcações, mas lembro da rua 15 de Novembro, era a rua elitizada aqui no bairro do Porto, onde moravam as famílias Ponte de Arruda, Bussik e Scaff. Inclusive o nome do Museu do Rio é Hid Alfredo Scaff, em homenagem ao maior comerciante que existiu na época, no bairro do Porto. (Fragmentos da entrevista concedida pelo Sr. José de Paula - coordenador do Museu do Rio, 2004).

Hoje ainda conta com muitas casas de comércio varejista, além de um grande número de lojas cuja variação de produtos atrai um número expressivo de compradores da capital e do interior.

A **Rua 13 de Junho**, antes com três nomes para seus diferentes trechos, **Rua Bela do Juiz**, **Cruz das Almas** e **Lavra Pau**, hoje simplesmente **Rua 13 de Junho** (Figura 20), durante muitos anos, foi a principal ligação entre o centro de Cuiabá e o Porto Geral.

O nome 13 de Junho, é uma homenagem ao dia em que Antônio Maria Coelho expulsou os paraguaios invasores que, liderados por Solano Lopez, haviam tomado as terras da Província de Mato Grosso, na altura de Corumbá, hoje Mato Grosso do Sul, por ocasião da Guerra do Paraguai, em 1865.

Figura 20 – Rua 13 de Junho (1910)



Fonte: Acervo
Prefeitura Municipal de
Cuiabá (2007)

Desde muito tempo, um dos principais pontos de comércio popular de Cuiabá, era dividida em trechos bem demarcados. O trecho entre o Largo da Matriz e a Avenida Generoso Ponce, era conhecido como Rua Bela do Juiz; daí, seguia até o Asilo Santa Rita, cuja fundação data de 1892, em frente à Antiga Estação de Bondes, onde hoje é a Avenida Dom Bosco; este trecho era conhecido como Cruz das Almas. Da Praça Ipiranga, até o Tanque dos Bugres, onde hoje está o Sesc Arsenal, chamava-se Lavra Pau, por conta das serrarias ali existentes.

Estas e tantas outras ruas não citadas aqui, têm toda condição de serem recuperadas e revitalizadas, para tornar o bairro ainda mais bucólico e turisticamente atrativo, se incluídas num programa de revitalização urbanística para, num futuro próximo, fazer parte de um roteiro que conte a história arquitetônica e cultural da gente cuiabana.

Muito se fala em recuperação ou restauro extremamente importantes das edificações do centro histórico de Cuiabá. Porém, a inclusão do Bairro do Porto não pode ser esquecida, pois foi ali que, em 1721, iniciou a história econômica de Mato Grosso.

Como cita Morin in Barbier (2002, p. 25) “À força de lembrar o essencial em nome do urgente, acaba-se por esquecer a urgência do essencial”.

Praticamente todos acreditam que a implantação do turismo ou da visitação organizada ajudaria muito o bairro, mas também acreditam que só dará certo se houvesse apoio do Poder Público e muita divulgação. Embora o diálogo a respeito da proposta de revitalização tenha se mantido, cabe questionar formal e diretamente que tipo de “essencial” se deseja. Não há por que esquecer um “Distrito” em detrimento do outro.

Considerações finais

Que tipo de entidade social e espacial específica se estaria formulando, quando toda mudança inerente à realidade vivida pelo bairro deputa uma nova matriz de composição urbana, com base nos projetos de vida de cada indivíduo que acredita poder romper alguns paradigmas para dar continuidade à sua própria história?

Qual é a dificuldade do Poder Público em permitir e facilitar o uso de instrumentos legais criados para incentivar as ações de responsabilidade social, considerando que negociantes de expressão do bairro sempre estive-

ram dispostos a contribuir com a revitalização, pois sabem que, se tomadas as providências necessárias, não só melhoraria a condição de vida dos moradores, como “afastaria a malandragem da região”, conforme eles mesmos afirmam.

É sabido que qualquer espaço organizado inibe a desorganização. Com os espaços urbanos não é diferente. Onde uma pessoa razoavelmente sociável encontra espaços limpos, organizados e bem vigiados, dificilmente se sentirá impelida a sujar ou depredar.

Apesar das mudanças pelas quais passou o bairro, naturais na roda do tempo, não se pode descartar a hipótese de resgatar para a sua gente, o jeito festeiro, o charme e as coisas que o próprio saudosismo tatuou em cada alma que ali viveu ou vive, marcas que diferenciam o bairro de qualquer outro espaço cuiabano.

É triste ver que os moradores já não podem mais sentar-se à frente das casas para desfrutar da tranquilidade dos fins de tarde, para uma “prosa” agradável com os vizinhos. A violência que se instalou no Porto, é semelhante a que está em todas as partes da cidade e em todos os aglomerados urbanos do País. Não é algo específico do Porto! É algo que acompanhou a modernização urbana universal, se é que se pode enquadrar desta forma.

Entretanto, isto não descarta o sonho de ver, por exemplo, os escombros do casarão da esquina do Beco da Lama com a Avenida Mario Correa, transformado num Liceu de Artes e Ofícios!

Não é só o abandono do Poder Público que incomoda tanto! É, principalmente, a desesperança, causada pela certeza de que não há necessidade de obras grandiosas; basta vontade política.

Se o casario do Espaço Liu Arruda for revitalizado, dará nova vida àquela espacialidade, valorizando o próprio Museu do Rio; se a barranca do rio for transformada em parque linear, as senhoras terão como “lavar o santo” para suas festas tradicionais e a cidade ganhará outra curiosidade para mostrar na beleza do rio, a religiosidade tradicional de Cuiabá; se o cais de pedra canga for recuperado, o “romantismo da chegada” poderá ser resgatado no imaginário cuiabano e contado aos visitantes interessados em sua história.

É preciso conversar com a comunidade, saber dela, se concorda com o projeto e de que forma ela pode contribuir com o empreendimento.

Sem essa “permissão”, sem esta coparticipação da comunidade receptora, a tendência é ocorrer o que ocorreu com o Museu do Rio, com a revitali-

zação o Centro Histórico de Cuiabá e com tantos outros empreendimentos revitalizados sem a participação dos atores sociais que convivem na área em questão.

Enquanto os poderes constituídos não perceberem a importância de organizar com responsabilidade social, será muito complicado acoplar a hospitalidade intrínseca do perfil cuiabano ao profissionalismo necessário para transformar um potencial turístico, em produto, em um negócio rentável e capaz de trazer benefícios aos atores sociais que nele se engajarem.

Hoje, nas urbes infladas pela superpopulação e problemas sociais, as pessoas deparam com o plantio de sonhos, sem que estes sejam semeados com estudos prévios, que prevejam viabilidade com projetos bem elaborados e permeados de ações de responsabilidade social para lhes dar sustentabilidade. O respeito às origens, à memória e ao histórico de qualquer espaço urbano, marca suas relações de cumplicidade sociocultural, tanto com os moradores quanto com os visitantes. Estas ações precisam levar em conta que as paisagens mudam constantemente não só o seu próprio espaço, como dão novos significados a toda a região.

Na base destes novos significados estão o planejamento e a perseverança, principais ingredientes de empreendimentos arrojados que incluem a mudança de atitude social dos seus protagonistas e a sustentabilidade do novo urbanismo traçado por eles.

Referências

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Brasília: Líber Livro, 2002.

BARROS, João Moreira. *Cuiabá e o seu passado*. Cuiabá: edição do autor, 1982.

ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do Discurso Geográfico*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MARTINS JR, Moisés Mendes. *Revendando e reciclando a cultura cuiabana*. Cuiabá: Editora Janina, 2006.

PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso: da Proclamação da República aos dias atuais*. Vol. 2. Cuiabá, edição do autor, 1995.

PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAVACHE, R.L. (Re)Significação de espacialidades potencialmente turísticas com inclusão das comunidades receptoras – Um estudo de caso do bairro do Porto de Cuiabá/MT, dissertação apresentada na Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia. Cuiabá, junho de 2008.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2007.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, Ana Maria de. *Relatos da Cidade: nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa: segunda metade do Século XX*. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.



Av. Senador Metello 3773 | Cidade Alta
CEP 78.030-005 | Cuiabá-MT Brasil
Tel.: (65) 3624 5294 | 3624 8711
e-mail: editora@entrelinhaseditora.com.br
www.entrelinhaseditora.com.br
☎ (65) 99999 2697 | [f](#) [@](#) @entrelinhas.editora



PLANTA
 Topografica
 da
 nova descoberta
 da
 QUINA
 na Villa do Cu-
 yaba.



232.281 AA
 1955

Referencia

- ▲ Quina Vermelha.
 - ▲ Quina amarela.
- Pelo P.^o Jozé Ma-
 noel de Siquiera.

